

ITAJAÍ: UMA CIDADE EM BUSCA DE SEU FUNDADOR

TEXTOS COMPILADOS

Volume I



MAGRU FLORIANO

Brisa Utópica - Itajaí\2013

**ITAJAÍ: UMA CIDADE
EM BUSCA DE SEU
FUNDADOR**

TEXTOS COMPILADOS

Volume I

MAGRU FLORIANO

Brisa Utópica - Itajaí\2013

APRESENTAÇÃO

Há muito venho compilando textos e documentos que envolvem a centenária discussão sobre a fundação de Itajaí e sobre quem deveria recair, com justiça, a honraria de ser o fundador da cidade. Uma parte do resultado desse esforço físico e intelectual está contida aqui neste volume que intitulo **ITAJAÍ: uma cidade em busca de seu fundador – textos compilados – vol I**. A outra parte será apresentada ao público leitor no **ITAJAÍ: uma cidade em busca de seu fundador – documentos compilados – vol II** e, em livro a ser publicado antes de 2015 que vem formar o segundo volume da trilogia iniciada em 2012 com o livro **A lenda do Monte Tayó** com o provável título **Os pioneiros**.

Estarão sendo impressos apenas dez exemplares de cada volume (textos e documentos) que serão oferecidos às instituições responsáveis pela guarda da memória da história do Vale do Itajaí e alguns escritores, memorialistas, historiadores que acompanham meu trabalho pela preservação da memória de nossa comunidade. As pessoas interessadas no conteúdo desses dois volumes podem receber cópia digitalizada pelo endereço eletrônico: e-mail: magrufloriano2008@gmail.com.

O objetivo a que me propus, ao reunir textos e documentos, foi o de suscitar entre nossos intelectuais o desejo ardente de promover uma vibrante discussão sobre o tema, que de tão exaustiva e honesta intelectualmente nos legue uma resposta definitiva sobre a fundação da cidade e sobre quem deve recair a honra de ser considerado oficialmente o seu fundador.

Está lançado o debate. Boa leitura!

Magru Floriano. Itajaí, junho de 2013

ÍNDICE

1. 1890 TEXTO 01 – Biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond publicada em 1836 na *Biographie universelle et portative des contemporains*. IN: **Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia**. Vasconcelos de Drummond. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Pag. 51-58.
2. 1890 TEXTO 02 – Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na *Biographie universelle et portative des contemporains*. IN: **Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia**. Vasconcelos de Drummond. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Pag. 59-68.
3. 1923 TEXTO 03 – **A Pequena Pátria (discursos e conferência)**. Marcos Konder. São Paulo: Melhoramentos, 1923.
4. 1932 TEXTO 04– **A colonização do Valle do Itajaí (Notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense)**. José Ferreira da Silva. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932.
5. 1956 TEXTO 05 – **A Pequena Pátria**. Marcos Konder. O Libertador de 27 de dezembro de 1956, sem página numerada.
6. 1958 TEXTO 06 – **A grande injustiça**. Nemésio Heusi. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 9. Agosto de 1958. Páginas 177-178.
7. 1958 TEXTO 07 – **A Pequena Pátria - crítica de Nemésio Heusi**. Marcos Konder. Jornal do Povo de 16 de novembro de 1958. Página 05.
8. 1958 TEXTO 08 – **Itajaí - De fazenda à cidade I**. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 06. Abril de 1958. Páginas 115-117.
9. 1958 TEXTO 09 – **Itajaí - De fazenda à cidade II**. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 07. Maio de 1958. Páginas 128-132.
10. 1958 TEXTO 10 – **Itajaí - De fazenda à cidade III**. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 08. junho/julho de 1958. Páginas 153-156.
11. 1958 TEXTO 11 – **Itajaí e Vasconcellos Drummond**. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Pag. 148-150.
12. 1958 TEXTO 12 – **Os primeiros moradores do Itajaí**. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 03. Janeiro de 1958. Páginas 47-51.
13. 1958 TEXTO 13 – **Mais uma prova contra Drummond**. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1958. Capa.
14. 1958 TEXTO 14 – **O historiador José Ferreira da Silva e o fundador de Itajaí**. Marcos Konder – Jornal do Povo de 23 de novembro de 1958, capa.
15. 1958 TEXTO 15 – **A pequena pátria. respondendo Marcos Konder**. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 30 de novembro de 1958.
16. 1958 TEXTO 16 – **A pequena pátria. Respondendo a Nemésio Heusi**. Marcos Konder. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958.
17. 1958 TEXTO 17 – **Ainda Itajaí e Vasconcelos Drummond**. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958.

18. 1958 TEXTO 18 – **Confundir para prevalecer**. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958.
19. 1959 TEXTO 19 – **O assunto é Vasconcelos Drumond**. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo – edição especial de 30 de outubro de 1959; e: Blumenau em Cadernos. Tomo II, outubro de 1959, nº 10, pags. 197-8.
20. 1959 TEXTO 20 – **O fundador de Itajaí**. José Ferreira da Silva. IN: Anuário de Itajaí 1959. CUNHA E SILVA, Laércio; FARIA, Roberto de Mello. Rio de Janeiro: Hoje, 1959.
21. 1961 TEXTO 21 – **Ainda a fundação de Itajaí**. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo IV, abril de 1961, nº 04, páginas 74-75.
22. 1961 TEXTO 22 – **Itajaí-mirim: seus primeiros desbravadores**. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos, janeiro 1961, nº 1, pags. 1-8; e: IN: **Itajahy na visão dos viajantes**. ADAMI, Saulo; ROSA, Tina. Itajaí: S&T Editores, 2008. Págs.73-91.
23. 1962 TEXTO 23 – **Alves Ramos e os alemães**. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 18 de fevereiro de 1962.
24. 1963 TEXTO 24 – **As terras do Itajaí Mirim e Vascondelos de Drummond**. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo VI, abril 1963, nº 04, páginas 03-20.
25. 1966 TEXTO 25 – **Mais um testemunho**. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo VII, janeiro de 1966, nº 01, páginas 19-20.
26. 1967 TEXTO 26 – **Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí**. Abdon Fóes. Jornal do Povo de 12 de agosto de 1967, pag. 02.
27. 1971 TEXTO 27 – **Estante dos Cadernos – literatura catarinense – Itajaí de ontem e de hoje**. Cadernos de Blumenau. Tomo XII. Março 1971, nº 03, páginas 56-57.
28. 1971 TEXTO 28 – **Rabiscando aos sábados**. Abdon Fóes. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971. Capa.
29. 1971 TEXTO 29 - **Itajaí de ontem e de hoje**. Afonso Luiz da Silva. Pag.01-20. Itajaí: ed. autor, 1971.
30. 1971 TEXTO 30 – **Documento para a história de Itajaí**. Gil T. Miranda. Jornal do Povo de 27 fevereiro de 1971, pags 02 e contracapa
31. 1971 TEXTO 31 – **Documento para a história de Itajaí**. Afonso Luiz da Silva. Jornal do Povo de 13 de março de 1971, pag 07.
32. 1971 TEXTO 32 – **Documento para a história de Itajaí**. Paulo Bornhausen. Jornal do Povo de 27 de março de 1971.
33. 1971 TEXTO 33 – **Documento para a história de Itajaí**. Gil Miranda. Jornal do Povo de 03 de abril de 1971, pag 05
34. 1971 TEXTO 34 – **Uma cidade em busca de um fundador**. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 10 de abril de 1971, pag 05 e contracapa
35. 1971 TEXTO 35 – **Documento para a história de Itajaí**. Líbero Oswaldo de Miranda. Jornal do Povo de 15 de maio de 1971, pag 05
36. 1971 TEXTO 36 – **Ainda a Fundação de Itajaí**. José Ferreira da Silva JP 05 de junho de 1971 pag 05

37. 1971 TEXTO 37 – **Documento para a história de Itajaí**. Gil T. Miranda. Jornal do Povo de 03 de julho de 1971, pag 05
38. 1971 TEXTO 38 – **Documento para a história de Itajaí**. Gil T. Miranda. Jornal do Povo de 31 de julho de 1971, pags 05 e 06
39. 1973 TEXTO 39 – **Subsídios para a história de Itajaí**. Silveira Júnior. Blumenau em Cadernos. Tomo XIV, nº 04, Abril de 1973, páginas 72-74.
40. 1973 TEXTO 40 – **Itajaí: a fundação e o fundador**. Silveira Júnior. Jornal do Povo de 31 de março de 1973.
41. 1973 TEXTO 41 – **Ainda sobre o fundador da cidade**. Gil T. Miranda. Jornal do Povo de 14 de abril de 1973
42. 1973 TEXTO 42 – **Sugerindo sobre a fundação da Pequena Pátria**. Luiz Carlos Carvalho. Jornal do Povo de 01 de maio de 1973 .
43. 1973 TEXTO 43 – **Ainda sobre a fundação de Itajaí**. Gustavo Konder. Jornal do Povo 02 de junho de 1973.
44. 1974 TEXTO 44 – **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim**. Giralda Seyferth. Porto Alegre; Brusque: Movimento; SAB, 1974. Págs: 34-53.
45. 1982 TEXTO 45 – **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance**. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. pags. 11-49.
46. 1982 TEXTO 46 – **Prefácio**. Edison d'Ávila. IN: **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance**. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982.
47. 1982 TEXTO 47 – **Pequena história de Itajaí** – Edison d'Ávila. Itajaí: PMI, 1982.
48. 1993 TEXTO 48 – **Itajaí. Breve notícia histórica do aglomerado urbano** – Edison d'Ávila. Itajaí: PMI, 1993.
49. 1998 TEXTO 49 – **Simplesmente Gaspar**. Leda Maria Baptista. Blumenau: Nova Letra, 1998. (trechos diversos)
50. 2001 TEXTO 50 – **Itajaí - O começo da História**. Edison d'Ávila. 2.ed. Itajaí: FGML/PMI, 2001.
51. 2002 TEXTO 51 – **Expansão e colonização: os fatos lineares da História**. Equipe de pesquisadores da Fundação Genésio Miranda Lins. IN: **Itajaí – outras histórias**. Fundação Genésio Miranda Lins. Itajaí: FGML, 2002. pags 29 a 39.
52. 2004. TEXTO 52 – **Um jovem diplomata e a colônia que deu certo**. Ivan Carlos Serpa. IN: Anuário de Itajaí 1999. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2000; e IN: História Secreta do Arrayal dos Cunhas. ADAMI, Luiz Saulo: ROSA, Tina. Itajaí: S&T, 2004.
53. 2012 TEXTO 53 - **Breve reflexão sobre a história de Itajaí: períodos históricos**. Magru Floriano. 2012.

TEXTO 01

Biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond publicada em 1836 na *Biographie universelle et portative des contemporains*. IN: **Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia**. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Pag. 51-58.

Drummond (Antônio de Meneses Vasconcelos de) nasceu no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1794, em uma família muito antiga. Aos quinze anos ele já havia terminado seus estudos literários e conhecia a fundo a doutrina do célebre Smith, o mestre de Economia Política. Ele havia aprofundado seus conhecimentos em Filangieri, Kant, e um grande número de outros filósofos e falava quatro línguas vivas. Ele havia sido destinado à Marinha de Guerra, porém sua aversão [pág.59] por essa carreira levou seu pai a solicitar [pág.59] para o filho um lugar na grande chancelaria dos reinos unidos de Portugal, Brasil e Algarve. Ele ocupou logo um dos primeiros empregos dessa grande administração e nela se distinguiu, em pouca idade, por seus talentos, sua aplicação e a justeza de suas ideias. Uma recompensa honorífica brilhou em seu peito [pág. 60], mas ele não se mostrava orgulhoso por isso, e sua modéstia contrastava incessantemente com a vaidade de seu êmulos. Quando em 1817 [pág 61] o primeiro grito de liberdade se elevou da província de Pernambuco, ele foi denunciado ao rei dom João VI como proveniente a um clube de onde havia partido a centelha revolucionária; porém o crédito de seu pai e a consideração da qual ele mesmo gozava o colocaram ao abrigo dos ataques de seus inimigos. No entanto, o governo julgou conveniente afastá-lo da capital e uma espécie de recesso, acompanhado de cartas especiais de recomendação, o fez partir em uma fragata para a ilha de Santa Catarina [pág. 62]. Ele aí permaneceu por sete meses sob a vigilância do governador da província. Este exílio não foi perdido para a pátria do Sr. Drummond. De volta à capital, ele apresentou ao ministro Vilanova seus vastos planos de melhoria e foi imediatamente despachado para colocá-lo em prática [pág. 63]. Ele desembarcou pois de novo em Santa Catarina, superou os obstáculos que surgiam para ele em um país ainda selvagem; empreendeu e executou a navegação do grande rio itajaí, estabeleceu povoamento nas duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu caminhos, aproximou assim grandes distâncias, e logrou enfim animar, pela sua

infatigável presença, uma região que cochilava ainda no caos primitivo [pág. 64]. Durante esses feitos, uma grande revolução eclodiu no Rio de Janeiro, no dia 26 de fevereiro de 1821. Obrigado por ordem da Corte a suspender todos os trabalhos que exigiam grandes despesas [pág. 64], o Sr. Drummond entrou na capital da província de Santa Catarina, dilacerada pelos partidos que se agitavam para seguir o movimento do Rio de Janeiro em favor da metrópole. Ele aí declarou solenemente que se o Brasil rompesse a cadeia de obediência que o unia a Portugal, isso deveria ser para sua inteira liberdade e para sua independência, e que ele não concebia e não aprovava que um povo se revoltasse para recair em seus antigos grilhões [pág. 66]. Essa opinião que ele sustentou durante vários dias não tendo prevalecido, ele foi forçado a embarcar às pressas no meio da noite; o navio em que ele embarcou foi arrasado pela tempestade, e enquanto ele atravessava a barra do Rio de Janeiro, seu pai falecia nessa capital [pág. 67]. Ele entrou sob o teto paterno transido da mais viva desolação. Dom João VI já havia embarcado para Portugal; a capital do Brasil gemia sob o gládio da soldadesca desatinada. O Sr. Drummond, enfurnado na aposentadoria [pág. 68] deplorou os males de sua pátria e sonhou com sua independência. A época em que essas aspirações iam realizar-se avançava rapidamente. Ele tomou parte muito ativa em todos os atos que conduziram ao 9 de janeiro de 1822 e que viu colocar a primeira pedra no edifício constitucional do Brasil. Esta revolução que tinha por finalidade reter na América o jovem Dom Pedro, como segurança da tranquilidade pública, e de impedir seu retorno a Portugal, não era sem perigo se se considera que só se estava ainda de acordo somente com a província de São Paulo e que era urgente chamar todas as outras a um mesmo centro de opinião, a fim de retirar desse fato força suficiente para resistir à metrópole e às divisões intestinas. Pernambuco era o ponto que convinha lançar-se primeiro no sistema de independência, não somente por causa de sua força, mais ainda pela sua posição geográfica e pelo caráter de seus habitantes. O Sr. Drummond embarcou na escuna francesa La Perle, com um passaporte para a França, desembarcou em Pernambuco sob pretexto de enfermidade e permaneceu no país. Ali, ele encontrou todas as autoridades contrárias à separação com Portugal, e desejando ganhar tempo a fim de se separar também do Rio de Janeiro. A mais sutil política foi, conseqüentemente, empregada pelo Sr. Drummond; e enquanto que ele preparava Pernambuco para sua separação com a metrópole, sua vigilância se estendia sobre toda a costa até o Maranhão. Seus esforços não foram em vão e ele viu, em 1^a de junho de 1822, brilhar a revolução em favor da independência, em cuja frente ele se colocou.

As tropas portuguesas foram expulsas e ele foi proclamado em Recife o salvador do Brasil. O grito repercutiu nas províncias do Norte: Alagoas, Paraíba, Piauí, quase todas as cidades, enfim, à exceção do Maranhão e Pará, se declararam pela independência [pág. 68]. O movimento do Rio Grande do Norte foi determinado por um jovem literato francês, Sr. Eugéne Garay de Monglave, atraído ao país por admirar os selvagens [pág. 84]. Tão logo o Sr. Drummond ficou seguro da simultaneidade do movimento das províncias setentrionais, foi eleito deputado por Pernambuco para colocar suas homenagens aos pés de Dom Pedro. O príncipe recebeu essa deputação com grande pompa e anunciou de uma janela de seu palácio, ao povo que esperava com ansiedade notícias das províncias, que Pernambuco estava independente e reunido ao Brasil [pág. 84]. O Sr. Drummond não limitou nisso seus esforços em favor da liberdade. Ele projeta ir à Bahia [pág. 86], que lutava ainda contra as tropas portuguesas que, por falta de vigilância imperdoável, as autoridades haviam deixado tomarem o lugar, os arsenais, as fortalezas. Essa tentativa era das mais imprevisíveis. A menor suspeita colocava sua cabeça em perigo; ele deixou secretamente Pernambuco e em um frágil barco chegou a uma escuna dos Estados Unidos que velejava rumo à Bahia. Ele chegou a esse porto em quinze dias, conquistou a amizade do general português Madeira, que ele havia conhecido outrora, conheceu o estado de suas forças de terra e mar, de suas finanças, de seus hospitais, etc., incentivava, por outro lado, os brasileiros e lhes dirigia a cada dia patriótica exortações no jornal O Constitucional. O autor desses artigos foi logo descoberto; o furor dos portugueses foi ao ápice e a guarnição inteira pegou em armas contra o jornal; com a cabeça em perigo, o Sr. Drummond embarcou no brique inglês O Tártaro e chegou ao Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1822 [pág. 99], ele entregou nas mãos do ministro Andrada todos os documentos preciosos dos quais ele era portador; notadamente aqueles que tratavam das forças do inimigo. Bem recebido pelo príncipe e pelo seu conselho, o Sr. Drummond encontrou nesse acolhimento uma recompensa suficiente pelos serviços prestados à sua pátria, pela perda de sua saúde e pela ruína de sua fortuna. Ele recusou toda e qualquer indenização do governo, pagou até a ordem que autorizava sua ausência da capital e não quis nem mesmo ter seu passaporte gratuito. Em agosto de 1823, ele viu que uma conspiração se urdia contra a independência e a liberdade de sua pátria, que o governo estava na cabeça dos sediciosos, e que ele tinha que esclarecer o povo e afastar a tempestade. Ele empreendeu, por conseguinte, e redigiu ele mesmo o jornal O Tamoio [pág. 124], no qual exortava o povo com

prudência e censurava os atos da administração naquilo que ofendia os princípios solenemente adotados. Essa folha, concebida sobre uma larga base, é sem dúvida a melhor que foi publicada na América; ela honra o talento de seu redator. A dissolução da Assembleia atinge também o Sr. Drummond. Sua vida esteve ainda por alguns dias em perigo, indo para a Bahia e de lá para a Inglaterra. Ele reside agora em Paris, dedicado aos estudos, ele é apreciado e estimado pelos sábios e literatos. Ele é um dos colaboradores mais ativos do *Journal des Voyages* [pág. 209].

TEXTO 02

Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na Biographie universelle et portative des contemporains. IN: Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Pag. 59-68.

1

ESTA AVERSÃO não é exata. Fui destinado para a marinha como meus irmãos para o exército. Era isso muito de meu gosto e a minha inclinação para a marinha, não obstante seguir outro destino, conserva-se ainda pelo amor que tenho a esta arma. Estava para partir em 1807, a bordo do navio *Europa*, para Lisboa, a fim de seguir ali o curso dos guardas-marinha, quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia das ocorrências políticas que determinaram a transferência da família real portuguesa para o Brasil, e esta circunstância mudou a resolução e o meu destino, ao mesmo tempo.

2

Meu pai não solicitou nenhum emprego para mim. Era amigo íntimo do chanceler-mor Tomás Antônio de Vilanova Portugal e, em consequência desta amizade, eu fui chamado em princípio do ano de 1809 para o gabinete particular do dito chanceler-mor. Este, achando-se satisfeito com meu serviço, conferiu-me em 24 de julho do mesmo ano um ofício de propriedade na sua chancelaria. Algum tempo depois conferiu-se-me outro, igualmente de propriedade, e tal foi a preponderância que cheguei a ter naquela repartição pública, que aconteceu mais de uma vez não despachar ela por não poder eu, por doente, comparecer.

Tendo a experiência mostrado que por ignorância do vedor da chancelaria-mor, que era o empregado mais graduado dela, o Estado era lesado na percepção dos direitos de chancelaria, criou-se o lugar de contador e este emprego foi conferido a meu pai, o qual pouco tempo serviu, porque as suas ocupações de administrador da alfândega não lhe permitiam comparecer com assiduidade na chancelaria-mor. Passei eu a servir o dito emprego e por morte de meu pai me foi ele conferido de propriedade pelo príncipe regente do Brasil.

3

Em 13 de maio de 1810, em galardão de meus bons serviços e consideração por meu pai, me fez o sr. D. João VI mercê do hábito da ordem de Cristo, com 12 mil réis de tença.

Meu pai gozava de um crédito tal de inteligência e probidade que o Sr. Rei D. João VI, depois de regressar a Portugal, ordenou ao seu antigo ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal de fazer uma exposição do governo e administração do Brasil durante a estada do mesmo augusto Sr. no Rio de Janeiro. Tomás Antônio empreendeu a obra, mas não a acabou, porque antes disso aconteceu a morte do rei. S. Majestade via de quando em quando o trabalho de Tomás Antônio e muitas vezes o ajudava com a sua larga memória. Tomás Antônio, falando nesse trabalho dos melhoramentos operados na administração da Fazenda e sobretudo da alfândega, os atribui em grande parte a meu pai, e nesse lugar lhe tece um elogio. El-rei, de sua própria mão, pôs a seguinte emenda – e com um desinteresse sem exemplo. Este papel ainda por terminar e com lacunas no que já estava feito, por morte del-rei ficou em poder de Tomás Antônio, de quem o recebi em Lisboa, dizendo-me que o guardasse, porque aquelas palavras escritas pela mão do rei eram um momento de glória para os descendentes daquele homem a quem elas se referiam. Este papel ficou com alguns outros em uma pasta e, se escapou ao incêndio, lá está para atestar o que digo.

Meu pai adoeceu de dor e consternação pelos funestos acontecimentos da Praça do Comércio do Rio de Janeiro em abril de 1821. El rei, antes de partir, lhe mandou dizer por Antônio Luís Pereira da Cunha que, desejando dar uma prova da estima em que o tinha, pedisse ele o que quisesse para si e para a sua família. Meu pai respondeu que, em tão críticas circunstâncias, era melhor que o rei empregasse toda a sua atenção aos negócios do Estado, e não a desviasse para curar de interesses pessoais. Ainda depois disto o rei mandou pelo conde de Parati dizer a meu pai que fizesse ele os decretos que quisesse e que os mandasse para receberem a real assinatura. A resposta de meu pai ao conde de Parati foi ainda mais dura do que aquela que já havia dado a Antônio Luís Pereira da Cunha. Nem os rogos de meu amigo Tomás Antônio o puderam demover de seu propósito, nada quis pedir; nada quis aceitar do que a generosidade do rei lhe oferecia, e no dia 09 de maio faleceu.

4

O que se refere de 1817 é exato. Fui com efeito denunciado de pedreiro-livre por José Anselmo Correia, pai do atual visconde de Seíçal, atual ministro de Portugal

em Bruxelas, e eu não era, não fui e ainda hoje não sou pedreiro-livre! A denúncia fez grande impressão no ânimo d'el-rei e de Tomás Antônio, porque ambos me tinham em bom conceito. José Albano Fragoso, juiz da Inconfidência, com quem eu tinha estreitas relações de amizade, foi encarregado por Tomás Antônio de se prevalecer desta estreita amizade para descobrir a verdade e desviar-me de maus conselhos. José Albano Fragoso, no desempenho desta comissão, conduziu-se tão indignamente que muito contribuiu para agravar as circunstâncias em que então me achei. Sabia muito bem que eu não era pedreiro-livre, que a denúncia era falsa, e comigo lamentava que o governo se achasse em circunstâncias de autorizar espões para macular reputações. O ser pedreiro-livre era então um crime. Mas a Tomás Antônio dizia ele o contrário do que sabia e conversava comigo. Não me acusava diretamente, nem confirmava a denúncia, mas com palavras misteriosas sustentava a suspeita, ora menos, ora mais fortemente, e emitia a opinião de ser eu mandado para fora do Brasil. Esta opinião calou no ânimo de Tomás Antônio, que se decidiu por ela. S. Ex^a declarou-me enfim que me preparasse para ir no paquete para Londres, a fim de servir na Embaixada, sem me dizer em que posto. Respondi que voluntariamente não partia, que eu era inocente e que os inocentes não pediam perdão nem aceitavam a comiseração de quem quer que fosse. Que se me julgava criminoso mandasse pôr-me em processo, e que se me julgava inocente não consentisse que se abusasse da sua boa fé, nem que o fizessem instrumento da perseguição de um moço que no princípio da sua carreira tinha já dado boas provas da sua honra e da sua probidade. Esta resposta fez abalo no ânimo de Tomás Antônio, e, como eu me achasse então moralmente doente com os desgostos que me causava a perseguição, conviemos em ir para Santa Catarina mudar de ares, com seis meses de licença.

5

Da denúncia ao dia de minha partida decorreram muitos meses, mais de um ano, e neste longo intervalo a minha saúde sofreu muito. José Albano abusava da minha amizade, atraía a verdade e mentia ao ministro, e tudo para quê? Sem vergonha o não digo. Queria desconceituar-me ou perder-me para ficar um lugar vago na chancelaria-mor que ele solicitava para seu enteado Manuel Plácido da Cunha Vale!

No princípio da minha vida uma tal calúnia parecia dever ser o prelúdio de muitas outras, em que no decurso dela teria eu de sofrer da maldade dos homens. A este respeito contarei uma anedota. Dois anos depois de eu estar em Lisboa, disse-me a

rainha D. Maria II, em um daqueles momentos em que ela era amável e boa, o seguinte: “Ora, você sabe que por muito tempo estive enganada a seu respeito? À sua chegada aqui disseram-me, e eu lhe digo quem foi, foi o Almeidão (Veríssimo Máximo de Almeida), que você era um grande jogador e um grande bebedor. Acreditei, e quando vi que você não jogava nem bebia supus a princípio que era por dissimulação e só depois é que tive certeza de que me tinham mentido a este respeito.” “Fique V. Majestade certa que não será esta a última mentira que lhe há de pregar, e eu espero que as que forem ao meu respeito tenham todas o mesmo resultado que esta teve. Mas não queira mal por isso a esse pobre moço que me caluniou na sua augusta presença, porque ele nem sabe o que diz, nem merece tanta honra.”

O Sr. D. Pedro I, desde o princípio do seu reinado até 1830, me atribuía a maior parte das cousas que se faziam no Rio de Janeiro ou se publicavam pela imprensa, e ainda no tempo em que eu me achava no exílio. Agora mesmo passo por autor de cousas que não fiz e sofro as conseqüências da calúnia. Voltaire diz, não sei onde, que todo homem conspícuo em dignidade e saber tem infalivelmente êmulos e delatores, os quais se aumentam à proporção que lhe cresce a celebridade. Quanto a mim, é decerto por causa da dignidade que sempre sustentei que formigam os delatores.

6

Quando regressei a Santa Catarina, encarregado da comissão de que fala a biografia, a qual tinha por fim colonizar as terras que banham o rio Itajaí, Tomás Antônio me disse que no meu regresso S. M. me despacharia governador para uma das províncias do Brasil. Fazendo a este dito as objeções que nasciam da minha incapacidade (tinha eu então 25 anos de idade), respondeu-me que eu tinha o gênio criador e o talento de governar, e que estas qualidades reunidas deviam ser aproveitadas. O que eu tinha realmente era um zelo e um amor pelo Brasil que não podiam ser excedidos.

Durante o meu exílio na Europa, sendo colaborador do *Journal des Voyages*, etc., publiquei vários artigos concernentes aos interesses do Brasil e em um ou dois deles falei do rio Itajaí, do célebre monte Taió, onde há, segundo se supõe, abundantes minas de prata, e da minha viagem e residência nas margens daquele rio.

Foi no meu tempo em Santa Catarina e por proposta minha que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lajes, e desanexou esta vila da província de S. Paulo para a reunir à província de Santa Catarina. A obra da

abertura da estrada foi interrompida pela revolução de 1821, que decidiu do regresso do rei D. João VI a Portugal. Não sei se depois da independência essa obra continuou, nem o estado em que se acha. O que me parece é que deve ser acabada e em toda a sua extensão criadas colônias agrícolas de gente livre, cujo número nunca será demasiado. todo aquele terreno é muito produtivo. Da vargem dos pinheiros se tirou o mastro grande para a nau *D. Sebastião*, que foi construída no Rio de Janeiro. A intenção de Tomás Antônio era criar ali colônias nacionais e estrangeiras.

7

Há aqui muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajaí; mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo. Todavia, ali se construiu uma suma denominada *S. Domingos Lourenço*, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí, carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Do rio Itajaí mandei a madeira para a obra do museu do campo de S. Ana, e mandei de presente, porque era cortada e cerrada à minha custa. Soube depois que uma parte da madeira que mandei para as obras do museu fora distraída por Tomás Pereira de Castro Viana, que servia de tesoureiro do mesmo museu, para as obras que monsenhor Miranda fazia em uma chácara sua. Todos sabem que o museu do campo de S. Ana principiou em uma casa que o governo comprou, sendo ministro Tomás Antônio, a João Rodrigues Pereira de Almeida, no campo de S. Ana, canto da Rua dos Ciganos, a qual, não sendo bastante, o ministro mandou fazer novas construções pelo lado do campo de S. Ana em terrenos que para esse fim comprou, o que tudo junto forma hoje o museu nacional.

Durante a minha estada na província de S. Catarina percorri o rio de S. Francisco do Sul, e no museu nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio. Eram pequenas, mas de boa qualidade.

A província de S. Catarina, pela sua posição geográfica, pelos seus portos, rios, lagos e matas e pela fertilidade de seu terreno, deve merecer amplos cuidados do governo. A enseada de Garoupas é um dos melhores portos do mundo. A caixa-d'água pode conter inúmeros navios abrigados de todos os ventos. Os catarinetas amam a vida do mar e são bons marinheiros. Deve-se criar ali e fazer prosperar uma boa povoação marítima. Para isso é necessário proteger a pesca em grande. A pesca é o viveiro de marinheiros e produz muito alimento barato. O ministro Tomás Antônio tinha em vista fazer de S. Catarina um grande arsenal marítimo. tinha em vista elevar aquela

província a um grau de grande prosperidade. S. Catarina é o posto avançado do Rio de Janeiro no rio da Prata.

8

Foi um aviso do almirante Quintela, ministro do Reino da revolução de 26 de fevereiro de 1821, pelo qual me participava que *tendo a tropa* reunida pelo silêncio da noite, na Praça do Rocio, proclamado a Constituição que se fizesse em Portugal, S. M. havia anuído e nomeado a ele almirante seu ministro do Reino; que, sendo necessário nas atuais circunstâncias proceder com a mais severa economia, suspendesse eu todas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a corte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado.

9

É um fato algum tanto exagerado. Era então governador de S. Catarina o coronel João Vieira de Tovar, e intendente da marinha o capitão-de-mar-e-guerra Miguel de Sousa Melo e Alvim. Tão ignorante, estouvado e brutal era o governador como inteligente, circunspeto e polido o intendente da marinha. Tovar era de uma família de Portugal bem nascida, tinha um irmão oficial general no exército português, outro desembargador em Goa, onde foi secretário do governo, encarregado de escrever a história diplomática de Portugal, e, depois, de uma missão em Espanha para o fim de advogar os direitos do infante D. Sebastião; o terceiro irmão era também militar, governou províncias subalternas do Brasil, explorou o rio Doce e foi capitão-general de Angola; e o quarto é magistrado em Portugal. Tovar veio para o Brasil na divisão de voluntários reais comandada por Lecor, era então major de cavalaria do regimento nº 4 de Portugal. Na campanha do Sul perdeu o braço direito na batalha da Índia Morta, se não me engano. Foi então mandado para S. Catarina na qualidade de comandante do depósito que ali se estabeleceu para os doentes do exército, e se lhe ajuntou depois o governo da província por proteção de monsenhor Miranda, em substituição de D. Luís Maurício da Silveira, que por muitos anos governou aquela província, dando o ordenado do lugar ao Freitas Corcunda, oficial maior da Secretaria da Marinha, para o sustentar no emprego, ficando ele com o fruto da corrupção com que governava. A Tovar, porque era incapaz, se lhe ajuntou Miguel de Souza, intendente da Marinha e ajudante-de-ordens do governo, e deu-se instruções a Tovar para que nada fizesse sem o conselho e a aprovação de Miguel de Sousa. Tovar era limpo de mãos, no exercício do governo alguns despropósitos praticou, mas Miguel de Sousa evitou muitos outros e deu uma forma regular ao governo da província.

Tal era o estado daquela província quando ali chegou a notícia da revolução de 26 de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro. O ofício que recebeu Tovar do novo ministro do Reino era concebido nos mesmos termos do que me fora dirigido, e nem um nem outro se explicava acerca das ocorrências de 26 de fevereiro, deixando entrever que era pela vontade do rei que assim se tinha obrado. Estes ofícios foram levados por um brigue de guerra, o qual fundeou à entrada da barra do norte e mandou por um escaler levá-los à cidade do Desterro. O brigue encarregado de entregar os tais despachos ato contínuo seguiu para Montevidéu com despachos para o general Lecor. O oficial que comandava o escaler e a gente que o guarnecia tinha ordem de guardar o mais inviolável segredo sobre as ocorrências do Rio de Janeiro. Tovar com Miguel de Souza e comigo, únicos que supúnhamos ter conhecimento delas, concordamos em manter o segredo, mas foi em vão, porque já se achava divulgado pelos marinheiros e talvez pelo próprio oficial do escaler. Algum rumor começou-se a sentir da parte do povo. O regimento de linha estava em Missões. Havia somente de tropa paga uma companhia de artilharia, cujos oficiais eram portugueses. A força da província consistia em dois regimentos de infantaria, dois de caçadores e outro de cavalaria, todos milicianos, e nestes a máxima parte dos oficiais era brasileira. Tovar pôde conter a companhia de artilharia que era a força ativa que se achava reunida; outro tanto, porém, não podia fazer a respeito da força miliciano espalhada em toda a província. Esta só dependia para se revoltar que da cidade lhe dessem o sinal. Foi então que eu disse aos moços que se agitaram pelo entusiasmo político, e que me consultaram, que a revolução era portuguesa e que os brasileiros se não deviam meter nela; que deixassem correr o tempo e que fossem observando e estudando, porque quando chegasse a nossa vez seria para a independência do Brasil. A minha voz foi ouvida e compreendida. Em S. Catarina manteve-se a tranquilidade até eu deixar aquela província. Tovar foi rendido por Valente, comandante do batalhão de caçadores nº 3 e que não quisera revoltar-se com o seu corpo no dia 26 de fevereiro. A escolha não podia ser pior. Valente não tinha mérito algum; como militar nem para sargento servia e como administrador ou político era completamente nulo. Era, na força do termo, uma entidade analfabeta. Foi talvez por isso que depois da independência foi elevado no Brasil a general, conde, grã-cruz do Cruzeiro e encarregado de importantes comissões, das quais deu conta correspondente a seu mérito, que não vai aqui exagerado. Valente não pôde sustentar-se por muito tempo em Santa Catarina. Esta digressão parece estranha, mas como caiu, não sei porque, do bico da pena, deixo ir.

10

Não é exato. A minha opinião foi seguida e eu deixei Santa Catarina porque era chamado ao Rio. Tinha pressa de partir a fim de chegar antes da saída d'el-rei para Portugal. Parti na sumaca *Vênus* de João Luís do Livramento e fui levado a bordo por Tovar, Miguel de Sousa, José Feliciano, secretário de governo, Diogo Duarte da Silva, tesoureiro da Junta de Fazenda, José Maria Pinto, capitão do porto, Manuel Francisco da Costa e muitas outras pessoas. O temporal é verdadeiro. Infelizmente também é verdade que eu cheguei ao Rio de Janeiro no dia 9 de maio de 1821 e que nesse mesmo dia expirava meu pai.

[...]

TEXTO 03

A Pequena Pátria (discursos e conferência). Marcos Konder. São Paulo: Melhoramentos, 1923. Pág.15-26

Conferencia lida pelo sr. Superintendente municipal Marcos Konder na sessão solemne do Conselho municipal de 12 de Outubro de 1920, em commemoração ao centenario da fundação da Itajahy.

Exmos. srs. presidente e mais membros do Conselho Municipal.

Exmos. srs. representantes do governo do Estado.

Exmos. srs. delegados dos municipios do valle do Itajahy.

Minhas senhoras, meus senhores.

Ha tres dias que vimos festejando, entre musicas e flores, o centenario da fundação do nosso querido Itajahy; ha tres dias que duram as expansões de justa alegria e de legitimo entusiasmo, com que os itajahyenses e os não itajahyenses aqui radicados andamos commemorando o primeiro seculo do alvorecer destas paragens para a civilização e para o mundo. Festas sem pompas e sem fausto, é verdade, simples e modestas, como nós mesmos, mas que em sua singeleza traduzem bem a nossa alma sincera e pura de sertanejos, constituem um reflexo e uma homenagem expressiva à memória de Vasconcellos Drummond, cuja vida gloriosa se assignalou sempre por uma série de actos de modestia, de obscurecimento da sua personalidade, personalidade por mais de um titulo illustre e benemerita.

Mas, este triduo festivo não podia terminar condignamente sem que o Conselho e o executivo municipal, que representam o governo deste povo, se reunissem em sessão solemne para deixar gravado nos annaes desta Casa, em documento menos imperecível, a passagem deste acontecimento extraordinário, cujo segundo centenário só os nossos bisnetos lograrão commemorar. A fragrancia das flôres, o viço das palmeiras, a harmonia dos sons, o ribombar das salvas, os pendões fluctuando, ao vento, os estandartes balouçados e beijados pelas nossas brisas, a solemnidade das nossas missas campaes, o entusiasmo dos nossos jogos, a palavra dos nossos oradores, os editoriaes

das nossas gazetas, a alegria communicativa dos nossos bailes, a belleza das nossas meninas e moças, enfim tudo o que constituiu o encanto e o esplendor do nosso Centenario terá passado, será apenas uma vaga recordação dos tempos idos. E o esquecimento, como um manto funereo de destruição e de morte, talvez tudo cobrisse, se nas paginas frias de um livro, que é a synthese da nossa vida publica, não ficasse para sempre assignalado este acontecimento, demonstrando aos posteros o nosso amor ao Itajahy, o culto sagrado das nossas tradições e do nosso passado. Mas, ai de mim! quiz a sorte que recahisse sobre o mais obscuro dos itajahyenses, despido de quaesquer predicados de aloquencia, indigente em recursos de linguagem, a tarefa sublime que a sua penuria intellectual desmerece, de fazer reviver aos vossos olhos o Itajahy de cem annos atraz, de evocar a figura grandiosa e varonil de Antonio Drummond e de todos aquelles que pelo seculo afóra collaboraram no desenvolvimento desta terra. Já que os nossos recursos não permittiram o erigir-se um monumento commemorativo do nosso Centenário, esta lacuna poderia suppril-a, talvez com vantagem, uma oração lapidar, em que o genio de um orador de raça imprimisse a meia duzia de palavras a estrutura imperecível do bronze, a grandeza esculptural e eterna do marmore, a sublimidade genial dos sentimentos e das idéas. Essa conferencia, que outro menos obscuro vasasse no nosso formoso idioma, seria um complemento vivo desta acta, a roupagem, mais do que a roupagem, o sopro creador dando vida e alma às phrases seccas e formaes dos documentos desta natureza.

Mas, em logar dessa magnifica conferencia, deveis contentar-vos com a insignificancia desta palestra, cheia de palavras e vasia de idéas, flôres que nasceram mirrhadas e seccas e que, se de todo ainda não perderam o seu perfume, é porque um halito as anima: o sacrosanto amor que dedico a esta pequenina terra, tumulto de meu pai, berço meu e berço de meus filhos.

O historico da fundação

Meus senhores.

Em 1818 uma fragata aportou á ilha de S. Catharina, trazendo a seu bordo um joven diplomata, de fina educação e de descendencia illustre, cuja missão, sem fins visiveis, em nossa pittoresca ilha, vinha envolva em inexplicavel mysterio. Cartas especiaes acreditavam o jovem patricio junto ao governador da provincia para vir gosar nos ares puros e oxygenados da então Desterro uma licença de seis mezes. Mas, o licenciado não tinha o organismo combalido por molestia alguma, estava, pelo contrario, em pleno viço de uma saúde moça, de sorte que semelhantes férias deviam

forçosamente ter outra origem. E de facto o tinham. É que Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, assim se chava o jovem diplomata, era, além de um moço de talento excepcional, um ardente patriota, cujo coração de brasileiro sonhava com a libertação do jugo portuguez. Dahi o ministro de D. João VI Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal despachar Drummond para as plagas catharinenses, afim de afastal-o da Côrte, onde as suas tendencias libertarias pareciam pôr em perigo o throno ambulante do soberano protuguez. Victima do seu indomavel espirito liberal, soffrendo com calma e estoicismo as agruras do desterro, Drummond não se entregou ao *dolce far niente* contemplativo das nossas belas e incomparaveis paizagens, mas tratou de converter o seu exilio em S. Catharina em uma estadia proveitosa e fecunda para a provincia, que o obrigava, e para a patria que elle tanto estremecia.

Estudioso infatigavel e excursionista apaixonado, elle explorou o littoral em quasi toda a sua extensão e ideou a abertura da primeira estrada de penetração para o planalto serrano. Eram excursões, já se vê, não de um viajor, ancioso por gosar panoramas ineditos, mas sim de um bandeirante, sem ambições outras do que as de estudar o melhor meio de abrir clareiras na matta virgem, de rasgar o sertão de estradas para levar o facho da civilização a zonas selvagens e inexploradas, habitadas pelo gentio barbaro, ou em cujas praias vegetavam philosophicamente pescadores hespanhoes ou lusitanos. E de todas as terras que elle explorou, por mar ou por terra, a que mais prendeu a sua atenção de observador arguto foi uma região ao norte da ilha de S. Catharina, valle uberrimo e magnifico, servido e fecundado pelo maior rio do litoral, dotado de uma natureza luxuriante e soberba, região e valle que, dormindo ainda o somno multi-secular da incultura primitiva, aguardavam apenas o *fiat* do homem civilisado para desabrochar em esplendidas eclosões de messes e de benções. Drummond não se conteve e, attrahido por esse valle da promessa, concebeu desde logo um vasto e grandioso plano: o de colonisar as terras banhadas pelo rio Itajahy.

Mal regressou ao Rio, após sete mezes de estadia em S. Catharina, expôz ao governo o seu projecto. Perdurando seguramente ainda a vontade de manter Drummond longe do vasto scenario, onde as idéas libertarias, especialmente depois da revolução de Pernambuco, dominavam e agitavam cada dia mais o espirito da mocidade brasileira, Villa-nova approvou incontinenti os seus planos e mais que depressa deu-lhe meios e carta branca para a colonisação das terras itajahyenses.

Fôra isto em 1819, tinha então Drummond 25 annos. Chegado a S. Catharina e preparada com vagar e methodo a expedição memoravel, provida de tudo, inclusive dos

elementos precisos para a construcção de um engenho de serrar madeiras e de um pequeno estaleiro, Drummond singrou com a sua pequena flotilha em demanda da barra do Itajahy, em cuja foz ancorou para estabelecer a sua colonia em uma de suas margens.

Bem depressa a actividade e a energia dos primeiros colonos, sob a direcção criteriosa e intelligente do seu chefe, fructificaram. Armado o engenho em um dos ribeirões mais proximos, foram as mattas reduzidas a tóras e as tóras a taboado; os roçados transformados em sementeiras de milho e feijão. Simultaneamente trabalhava-se febrilmente na construcção do primeiro barco, a sumaca *S. Domingos Lourenço*, que, decorridos apenas doze mezes, deixava o porto de Itajahy em demanda do Rio de Janeiro, levando em seu bojo um carregamento de milho, feijão e taboado, o producto abençoado do trabalho dos primeiros itajahyenses.

Estavam assim conquistadas definitivamente para a civilisação as terras banhadas pela fóz do nosso rio e fundado o povoado, que deu origem á nossa pequena cidade.

Controversia historica

A data exacta da fundação não a consegui averiguar. A unica fonte, onde colhi os subsidios para esta despretenciosa chronica, foram as “Annotações” feitas pelo mesmo Drummond á sua biografia, publicada em 1836 na “*Biographie Universelle et Portative des Contemporains*”. Por esse folheto se sabe que Drummond veio a S. Catharina pela segunda vez em 1819, especialmente para emprehender a colonisação das terras marginaes do Itajahy, aqui esteve, fundou povoados, construiu um barco e o despachou com um carregamento ao Rio de Janeiro. Foi ainda do rio Itajahy que elle mandou a madeira para a obra do museu do Campo de S. Anna, e mandou de presente, porque fôra cortada e serrada á sua custa. Mais tarde, elle propôz ao ministro Thomaz Antonio a abertura da estrada de S. Catharina a Lages e a desannexação da villa de Lages da provincia de S. Paulo para se reunir á provincia de S. Catharina. E regressou definitivamente para o Rio em 9 de Maio de 1821.

Pelo cotejo das datas de chegada e de regresso do illustre personagem á nossa ilha podemos concluir, porém, com certa logica que o inicio da colonisação do Itajhy se deu em 1820, ou ao menos com absoluta segurança deduzir que foi no decorrer daquelle anno que a colonia deu o seu primeiro signal de vida, estabelecendo com a exportação dos seus productos o primeiro contacto com o mundo civilizado. Antes de conhecer a obra de Drummond, este facto já nos tinha sido revelado pelo Padre Leonardo Stock, da Ordem dos Franciscanos, que, rebuscando assentamentos antigos da parochia,

encontrára documentos que coincidem exactamente com as “Anotações” de Drummond. Segundo a opinião de outros historiadores, Drummond devia ter encontrado aqui a família dos Arzões cuja fazenda estaria situada á estrada da barra, no lugar ainda hoje conhecido pelo nome de Fazenda. Mas, Drummond não menciona a existencia dessa família, naturalmente por se tratar de gente, que, tendo obtido essas terras por doação, em virtude de serviços prestados na guerra da Cisplatina, as mantinha aqui como méro objecto de especulação, sem culturas que denunciassem a verdadeira posse. A guerra pela annexação da Banda Oriental terminou em 1821, de sorte que, a ser verdade que a fazenda do Arzão constituiu um premio por serviços de guerra, a doação da sesmaria sómente depois de 1821 poderia ter tido logar. O sr. dr. Jacintho de Mattos, no seu folheto “Colonisação do Estado de S. Catharina” publicado no governo do sr. dr. Felipe Schmidt sob os auspícios do secretario geral dr. Fulvio Aducci, menciona a fundação de uma colonia no rio Itajahy-assú no anno de 1836, mas não se deve confundir esta colonisação, feita rio acima, nos logares Pocinho e Belchior, com a criação do povoado, embryão originario da nossa cidade.

Apezar dos meus quasei nullos conhecimentos de historia catharinense, julgo não ser temeridade affirmar que semelhantes controversias e duvidas teriam razão de ser, se não possuísse-mos o testemunho escripto do proprio colonizador, que era um homem de bem e de caracter, incapaz de mentir ou de phantasiar. Podemos, portanto, tranquillamente acceitar Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond como o primeiro colonizador destas paragens, certos de que, se outro qualquer aqui esteve antes delle, não realisou acto algum, digno de ser assignalado como obra de conquista do homem civilisado.

O que foi Drummond como colonizador e como patriota

E elle foi um colonizador de facto. Homem profundamente culto, superior ao seu meio e á sua epoca, publicista emerito, não trepidou em abandonar o agasalho do gabinete e as commodidades da vida do Rio para vir metter-se no matto e arcar com o desconforto e os perigos da existencia sertaneja, guiado por um ideal apenas: o de prestar serviços á sua querida patria, creando novos elementos de producção e riqueza. Espírito brilhante, impregnado das theorias economicas em voga, elle soube applical-as na pratica com admirável descortino e rara elevação de vistas, realisando uma colonisação intelligente e moderna que póde ainda servir de modelo aos estadista de hoje. O cultivo do solo ao lado da industria extractiva da madeira e ambas amparadas no

transporte facil e economico. O lavrador e o industrial produzindo com enthusiasmo, certos de que o seu trabalho não pereceria por falta de meios de communicação e á mingua de mercados de consumo.

Elle não desmentiu o dito de Thomaz Antonio, demonstrára de facto possuir o *genio criador e o talento de governar*.

O bom colonizador era ainda, como já referi ligeiramente, um grande patriota.

Voltando ao Rio, depressa se viu envolvido nos torvelinhos da luta pela independencia. Coube-lhe a tarefa ardua e espinhosa de organizar e amparar o movimento libertario de Pernambuco, Bahia e outras provincias do Norte, missão esta que, apesar de todos os contratempos e riscos, soube levar a bom termo. Livre a patria brasileira, quando Drummond devia descansar e merecer o galardão pelos seus serviços desinteressados e uma paga pela ruina de sua saúde e fortuna, que elle sacrificára em beneficio da grande causa, obrigam-no as circumstancias a continuar na estacada para defender os interesses do novo regimen que os falsos patriotas e os adhesistas de ultima hora procuraram comprometter. Fundou então um jornal – “O Tamoyo” – onde a sua penna vibrante de pamphletario verberava sem piedade o procedimento inqualificavel dos trahidores da Independencia. Mas, esta sua coragem civica e a amizade que o ligava aos irmãos Andradas, especialmente a José Bonifácio, tiveram em breve por consequencia perseguições de todo genero, de sorte que não tardou fosse elle obrigado a fugir, refugiando-se no estrangeiro, afim de escapar á sanha de Dona Domitilla, a celebre messalina que então governava o Brasil.

Curtindo o pão amargo do exilio durante seis annos, em companhia dos irmãos Andradas, teve Drummond a compensação agradável de verificar quanto o seu nome de scientista era acatado no estrangeiro. Privou intimamente com os maiores vultos da epoca; e as sociedades scientificas e as academias disputavam a honra de acolhel-o em seu seio. Assim é que elle foi escolhido membro da Sociedade de Mineralogia de Jena, do Instituto Historico de França, da Sociedade de Geographia e da Sociedade Asiatica de Paris, da Academia de Bruxellas, da Sociedade Litteraria de Gand, da Academia Real de Napoles, dos Arcades de Roma e de outras mais.

Mas, todas essas honrarias não conseguiram despertar no seu espirito o sentimento da vaidade, pelo contrario, continuou a ser o mesmo homem modesto e simples que recusou, logo após o seu regresso ao Brasil, o cargo de ministro da Fazenda, allegando não possuir capacidade para exercer tão elevado posto.

Eis ahi em synthese a vida gloriosa do excelso patriota, fundador de Itajahy.

Evocando a figura varonil e sublime de Anrtonio de Menezes Vascondellos Drummond, rendamos á sua memoria as homenagens do nosso respeito e da nossa admiração, curvemo-nos perante a sua vida tão cheia de ensinamentos e porfiemos em imital-o nas virtudes civicas, em que elle jámais foi excedido – no amor e no zelo pelo Brasil.

TEXTO 04

A colonização do Valle do Itajahy (notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense).

José Ferreira da Silva. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932. Páginas 07-18.

Itajahy-assú, nome pelo qual é conhecido o maior rio do litoral catharinense, significa o gande “Rio dos Tayás”. [*Ler, a esse respeito, “Estudo onomastico; Itajahy, ou antes Tayahy, “Rio dos Tayás” do dr. J.A. Padberg Drenkpol – do Museu Nacional, Rio – apud Revista de Philologia e de Historia vol. I, pag. 427-442.*]

Toma esse nome depois da confluencia dos dois grandes braços, o Itajahy do Sul e o Itajahy do Oeste, na villa de Rio do Sul, séde de futuroso municipio que até 1930 fazia parte do de Blumenau.

[...]

Desde os primordios da colonização de Santa Catharina o Itajahy attrahia a atenção dos exploradores.

Delle já se fala nas chronicas do tempo de Dias Velho, o fundador de Desterro e povoador da ilha.

Quando esse colonizador foi assassinado pelos piratas hespanhões, diz-se que um de seus filhos se encontrava ausente da ilha, “tirando ouro nos morros do Tayó e nas margens do Tajahy”.

Affirma-se que o primeiro morador do valle do Itajahy foi João Dias de Arzão que se estabelecera no local ainda hoje conhecido por “Fazenda” perto da fôz do grande rio.

Esse Arzão, parece que chegou com o povoador da ilha de São Francisco, Manoel Lourenço de Andrade, por volta de 1658, indo primeiramente estabelecer-se no Acarahy e passando depois ao Itajahy.

Essa Affirmação encontra apoio no que Paulo José Miguel de Brito escreveu mais de um seculo depois:

“O porto de Itajahy he pequeno e pouco frequentado por não haver ali povoação, mas he seguro e abrigado e póde vir a ser de transcendente utilidade: a sua entrada he entre o pontal do Norte e a ponta Cabeçadas do lado Sul, com seis a sete braças de fundo; o canal he estreito e deve demandar-se com vento e maré favoraveis; o ancoradouro tem o sobredito fundo e he defronte de uma fazenda de lavoura chamada do Arzão, unica que com casa ali se encontra.” [*Paulo José Miguel de Brito “Memoria Politica sobre a Capitania de Santa Catharina” escripta em 1816.*]

Sabe-se tambem que, por volta de 1790, veio estabelecer-se nas margens do Itajahy, não muito afastado da costa do mar, Alexandre de Azeredo Leão Coitinho, com sua mulher e alguns escravos.

Esse Coitinho deixou larga descendencia.

Em documentos datados de 1793 constatamos a presença de outros moradores, com roças e culturas, entre a confluencia do Itajahy-mirim no grande Itajahy, e o mar.

Taes moradores compunha-se das familias de Sylvestre Nunes Leal Corrêa e de José Corrêa de Negreiros.

Um requerimento dirigido, naquelle anno, ao governador da Capitnia, dizia o seguinte:

“Diz Sylvestre Nunes Leal Corrêa, morador do Rio de Tajahy, que elle é senhor e possuidor de quinhentas braças de terra com mil e quinhentas ditos no braço do mesmo rio denominado o Tajahy Mirim, cujas terras houve por compra feita a Feliciano Gutierrez e Manoel de Souza Sarmiento, que as possuiam pelos documentos juntos e porque querendo o supplicante medir e demarcar as ditas duas concessões da sua compra para nellas entrar e cultivar, acha em uma dellas introduzido o sr. José Correia de Negreiros que sendo eréo estando medido e demarcado na sua concessão duzentas braças de terras de frente, se alargou e foi botar fóra de seus marcos em as terras do supplicante uma derrubada só afim de usurpar aquelle terreno e inquietar o supplicante a quem elle pertence pela dita compra; motivos porque vem o supplicante rogar a V. S. se digne mandar que qualquer demarcador passe o referido logar a verificar e medir as terras da concessão do supplicado Negreiros, na fórmula que já lhe foram demarcadas pela

Capm. José Rebello e que depois meça e demarque as terras que o supplicante comprou para que ambos fiquem vivendo com quietação e socego, cada um no que é seu legitimamente. Com commissão de tempo para que o supplicado se não chame a ignorancia pois de longas demoras se segue graves prejuizos não só ao supplicante que quer trabalhar para sustentar sua familia senao tambem aos dizimos e direitos Reaes pela falta e demora da agricultura naquelle terreno, motivos porque, P. a V. S. seja servido deferir ao supplicante na fórmula que requer”.

Despachado o requerimento pelo governador, foi o terreno medido e demarcado por Manoel Antonio Tavares que lavrou um termo merecedor de ser aqui transcripto, não só a titulo de curiosidade mas porque é talvez o documento official mais antigo referente ao Valle do Itajahy:

Manoel Antonio Tavares, Tenente e commandante da nona esquadra da cavallaria auxiliar do Districto das Canas Vieiras e Demarcador actual de terras de sesmarias pela fazenda Real. Certifico que fui ao lugar do rio de Itajahy mirim a medir e demarcar duzentas e cincoenta braças de terras de frente com mil e quinhentas de fundos, concedidas a Feliciano Guterrez como tambem medir mais duzentas e cincoenta braças de terras de frente com mil e quinhentas de fundos concedidas a Manoel de Souza Sarmento, em virtude das concessões que dellas fez o Srnr. Governador que foi Francisco de Barros e por ordem do Procurador da Fazenda Real cujas terras são hoje do suplicante Silvestre Nunes Leal Corrêa as quaes houve por compra, cujas medições fiz da fórmula seguinte: tem principio em um marco de páu, de seu natural denominado páu de sangue e que está na margem do rio Itajahy mirim, no lugar do Poço da Volta Franzina, que confina pela parte do Norte em terras de José Correia, de cujo marco lancei o rumo de Leste em que medi quinhentas braças de terras de frente e donde findaram. Refiz marco em um páu de seu natural denominado de Masa (?) e relancei para o fundo o rumo de sul com mil e quinhengas braças de fundos confrontando pela parte de Leste com terras devolutas e pelo oeste confronta com o mesmo Itajahy mirim até a boca do ribeirão denominado *Cajanduba* [*Canhanduba*] que tambem serve de divisão, até o travessão dos fundos no fim de mil e quinhentas que correm Leste-Oeste e desta sorte ficaram medidas e

demarcadas as terras conteudas nas duas concessões, ficam ambas incorporadas e foi feita esta medição em presença do eréo José Correia, visto não haver outros por confrontar com todos os mais lados com terras devolutas, o que affirmo debaixo do juramento do meu cargo. Rio de Itajahy, 25 de Maio de 1794. Manoel Antonio Tavares, Demarcados – José Correia de Negreiros”.

Póde bem dar-se que uma busca minuciosa nos archivos de Porto Bello, ou mesmo da capital do Estado, nos revele moradores ainda mais antigos no valle do Itajahy.

Deveria mesmo não ser pequeno o numero de habitantes ás margens do grande rio quando Vasconcellos Drumond, a quem foram conferidas as honras de fundador da actual cidade de Itajahy, chegou a esse porto e deu ahi começo aos seus trabalhos de colonisação.

É fóra de duvida que Drumond não foi o fundador de Itajahy.

Mas, do que não resta duvida tambem é de que data da estadia desse illustre diplomata no local onde depois surgiu a freguezia do S. S. Sacramento a historia da colonisação do valle do Itajahy, colonisação que continuou numa progressão constante, ininterrupta, até os dias em que vivemos, tornando o valle do maior rio litoraneo a zona mais rica e mais prospera de toda a terra barriga-verde.

Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond nasceu no Rio de Janeiro em 1794 e foi, na sua época, um dos vultos mais proeminentes da politica brasileira. Muito concorreu para a independencia do Brasil e, depois desta, teve actuação muito accentuada na direcção dos seus destinos.

Espirito ardoroso e combativo foi, em virtude da intensa campanha que fazia em pról da separação definitiva do Brasil da metropole protugueza, mandado pelo ministro dos Negócios do Reino e Justiça, Thomaz Antonio, em 1818, para Santa Catharina, afim de colonisar o Itajahy.

A colonisação do Itajahy não era, porem, mais do que um pretexto para afastar da Côrte de D. João VI um elemento de idéas demasiadamente adeantadas.

Contudo, Drumond, para corresponder aos gastos que o governo tinha com sua missão nesta provincia, explorou quasi todo o nosso litoral e, na barra do Itajahy, onde era abundante a madeira de toda sorte e fertilissimas as terras, estabeleceu um engenho de serra e deu inicio á construcção de um barco, o “São Domingos Lourenço” que,

mezes depois, partia em demanda do Rio de Janeiro, com um grande carregamento de madeira e de cereaes.

Gastando bastante, Drumond conseguiu attrahir novos moradores, fundando, assim, a povoação que tomou, pouco depois, o nome de S. S. Sacramento.

Não faltou quem criticasse os seus gastos exagerados.

Almeida Coelho, autor da “Historia da Provincia de Santa Catharina” transcrevendo trechos de uma memoria da época diz:

“No mesmo anno, 1820, veio da Côrte do Rio de Janeiro Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond, encarregado da fundação de uma colonia no rio Itajahy.

Este homem gastou um anno em passear e illudir o Ministro a bem do seu interesse particular, vexando aos pobres moradores do logar, a quem dava a tarefa de serrar taboado e cujos jornaes nunca foram pagos, apesar de despende a fazenda real em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados: não fez mais do que uma derrubada, sem deixar logar algum de colonia.

Ouviu-se-lhe por muitas vezes dizer: Aproveitemos o Ministro (que era então Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal) que já está velho”.

Pode-se, por conseguinte, enquanto outros elementos mais seguros não apparecerem, afirmar que, com Vasconcellos Drummond começou, em 1820, a effectiva colonisação do Itajahy.

Principiaram, dahi em diante, as concessões de terras e o aproveitamento, para cultura, das vargens de uma e outra margem do rio.

Alem dos que já atraz mencionamos, possuia, por esse tempo, vastas extensões de terras no Itajahy o prestimoso cidadão Agostinho Alvares Ramos, que foi o primeiro negociante estabelecido em S. S. Sacramento, com casa de seccos e molhados e prestou, á causa do povoamento e colonisação do valle, os mais assignalados serviços.

A esse cidadão a Junta Provisoria do governo da Provincia concedeu, por titulo expedido em 1 de julho de 1823, um terreno com 750 braças de frente e 830 de fundos, no lugar “Itaipava”, á margem sul do rio, alem de outros que, de parceria com os herdeiros de Correia de Negreiros, já referido, elle fizera medir e demarcar.

Segundo informações que nos foram fornecidas, mas cuja autenticidade não temos ainda em que basear, habitavam as margens do Itajahy em 1825, além de alguns caboclos possuidores de pequenas áreas, os seguintes:

Na margem sul (direita):

- 1) Alexandre de Azeredo Leão Coitinho de quem já fizemos menção e que era proprietário da fazenda nas Cabeçadas
- 2) Manoel Cordeiro, com seus parentes, cultivava as visinhanças do Itajahy-mirim até aos Espinheiros;
- 3) Francisco de Souza – de Espinheiros até as imediações da barra do Luiz Alves;
- 4) Major (depois Tenente Coronel) José Henrique Flores – que possuía duas leguas quadradas da barra do Luiz Alves até pouco abaixo do Gaspar;
- 5) Em Gaspar morava Bento Dias que vendeu, mais tarde, a sua terra ao Dr. Blumenau.

Na margem Norte (esquerda):

- 1) Do Mar até Pontal, moravam muitos caboclos, quasi todos pescadores pobres;
- 2) de Pontal até Sacco Grande, Maximo Pereira dos Santos;
- 3) Até Salseiro, a familia Machado que succedeu aos irmãos Vieira;
- 4) De Salseiro até Pedra de Amolar, morava Domingos de Azeredo Leão Coitinho, irmão de Alexandre. Construiu sua casa no lugar Volta Grande, tendo, mais tarde, vendido terra e casa a João Dias da Silva Mafra, cujos descendentes ali ainda existem;
- 5) De Pedra de Amolar até defronte á Ilhota, João de Azeredo Leão Coitinho, filho de Alexandre, que possuía duas leguas quadradas;
- 6) Dahi até Pocinho, Antonio Teixeira Camilo;
- 7) Acima de Pocinho, Luiz Dias de Arzão;
- 8) No Estaleiro das Náos, entre outros, Joaquim Alves.

As primeiras providencias officiaes para a colonisação do Itajahy foram dadas pela lei provincial n. 11, de 5 de maio de 1835. Na elaboração e approvação dessa lei, foi factor preponderante o referido Agostinho Alvares Ramos, cujo espirito lucido,

inteligente e, também, especulador, desenvolveu extraordinária actividade junto ao governo da Província e á Assembléa Legislativa de que era membro.

Dispunham os nove artigos de que se formava a resolução governamental, entre varias outras providencias, a fórma por que se faria a distribuição das terras, os direitos e regalias dos colonos e determinavam a criação de duas colonias, uma no Itajahy-mirim e outra no Itajahy-assú, cada uma com dois arraiaes.

Os arraiaes deveriam ser installados em Pocinho e Taboleiro.

Agostinho Alvares Ramos, então sargento-mór e, mais tarde, tenente-coronel, tendo sido nomeado director dessas colonias, dividio os terrenos de Pocinho e Belchior em pequenos lotes de 200 a 300 braças de frente e 500 de fundos, e trouxe, em 1836, os primeiros colonos, alguns da ilha de Santa Catarina e outros da colonia São Pedro de Alcantara. O Arraial de Pocinho foi estabelecido no local ainda hoje conhecido por Arraial e o de Belchior na séde da actual povoação desse nome.

Toda a bacia do Itajahy e seus affluentes, estava, então sob a jurisdição da Câmara de Porto Bello. S. S. Sacramento fôr já elevada á freguezia e aqui é que era a séde da direcção de ambas as colonias.

Esse facto, alliado ás continuas incursões dos gentios em Camboriú, concorreu para que as terras de Pocinho e Belchior, mezes depois da sua fundação, se fossem despovoando dos poucos colonos que nellas se tinham vindo estabelecer.

Em 1837, só seis familias de allemães e duas de outras nacionalidades ficaram no logar.

Novas providencias foram tomadas pelo governo e por Agostinho Alvares Ramos. Principalmente devido á criação de uma companhia de pedestres que foi estabelecida em Belchior e que se destinava á protecção dos colonos contra os assaltos dos indigenas, em 1838 a maioria dos colonos voltou ás suas terras de fórma que, no anno seguinte, Belchior e Pocinho contavam com cerca de 65 familias: 48 nacionaes e 17 allemãs, compostas de 141 pessoas.

Os allemães eram, em sua maioria, antigos colonos de S. Pedro de Alcantara os quaes, não encontrando, nesta, terrenos ferteis e de mais facil cultura, mudaram-se para as margens do Itajahy.

Entre elles se contavam: Johann Knobach, Mathias e João Schneider, Valentim e Jacob Theis, Nicoláo Deschamps e um seu filho do mesmo nome, casado com Elisabeth Ostermann, Jorge Wagner, José Haendschen, João Klocker e outros.

Sem regulamentos apropriados e, especialmente, sem direcção alguma, real e efficiente, essas colonias foram, aos poucos, diminuindo de importancia, ou melhor, nunca tiveram progresso accentuado.

Basta dizer que em 1851 possuíam ainda 62 fogos com 365 pessoas.

Contava com 21 engenhos de farinha de mandioca, 10 de assucar e algumas centenas de bois.

Agostinho Alvares Ramos morreu em 1856, cercado de muito prestigio e de grande influencia.

Foram seus successores na administração das colonias, consideradas emancipadas em 1854, João Dias da Silva Mafra, o major Henrique Etur e Augusto Benjamin Etur, filho do precedente.

Enquanto os estabelecimentos a que os vimos referindo iam concorrendo, embóra não com a desejada presteza, para maior incremento da população e cultura das terras e intensificação do commercio pela unica via de que então se podiam os colonos servir – o rio – a freguezia da séde prosperava visivelmente.

Mais ou menos seguras das perigosas incursões dos bugres, exploradas já até grande altura da fóz do rio, as terras do Itajahy voltaram a chamar a attenção do governo e de particulares.

[...]

TEXTO 05

A Pequena Pátria. Marcos Konder. O Libertador de 27 de dezembro de 1956. Sem página numerada.

Estando exgotada a primeira edição da minha pequena conferencia historica de 12 de outubro de 1920, resolvi fazer uma segunda edição, revista e em parte atualizada.

O prefácio é o seguinte:

Em 5 de Dezembro de 1931 publicou o sr. Ferreira da Silva no Jornal “A Cidade de Blumenau” um artigo, no qual se refere à fundação de Itajaí. Ele contesta o fato de que Antônio de Menezes Vasconcelos Drumond tenha sido o primeiro fundador das terras de Itajaí e cita como primeiros concessionários de terras os nomes dos posseiros José Corrêa de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Corrêa. Mas, estas concessões referem-se a terras sitas no Itajaí-mirim, citando até o ribeiro Canhanduba, intitulado no documento Cajanduva. nenhum ato de colonização eles praticaram.

Há também o caso dos Arzões, moradores no bairro da Fazenda. Ali naturalmente tratavam esses posseiros apenas de plantar algumas roças e de pescar no rio e barra fronteiras para o sustento da sua família.

Os Arzões eram descendentes acabocladados da família do flamengo *Cornelius Arsig*. Este Arsig, depois batizado de Arzões, era um engenheiro de minas, mestre fundidor e mecanico trazido para São Paulo por D. Francisco de Souza, governador da região do Sul aos primeiros milésimos do século XVII. Ali Arsig casou-se com uma nobre paulista Elvira Rodrigues e tornou-se assim o tronco da familia dos Arzões (Vide Dr Oberacker Júnior – Contribuição alemã para a construção da nação brasileira).

A fundação do futuro povoado de Itajaí deve-se assim atribuir a Vasconcelos de Drummond por ter este realizado *a primeira obra de posse*, construindo o primeiro barco oceanico, a sumaca S. Domingos Lourenpo, e montado o primeiro engenho de serrar madeira, utilizando para tal fim um dos maiores ribeirões que desembocava no rio. Talvez fosse o afluente antigamente chamado da preta Caetana e hoje conhecido como da Fluvial. Com o barco ele deixou ainda assinalado uma industria, a da carpintaria da ribeira, que tornou conhecido o nome de Itajaí. Muitos navios construidos

nos estaleiros de Itajaí ainda navegam hoje em dia. Com a exportação da primeira madeira para o Rio, encetou-se um comercio, o qual constitue até hoje a principal exportação do vale do Itajaí. Estas duas obras – barco e madeira – foram assim os marcos primitivos da fundação de Itajaí.

TEXTO 06

A grande injustiça. Nemésio Heusi. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 9, agosto de 1958, páginas 177-178.

PESSOALMENTE e por cartas que recebo, tenho sido mal compreendido desde que escrevi “Controvérsia Histórica” em a “Revista do Sul”. Nada há contra a “Pequena Pátria”, de Marcos Konder. Nada há contra Vasconcelos de Drumond. Nada há contra a fundação de Itajaí. O que há são fatos históricos que pesquisados mais pacientemente, por historiadores como, José Boiteux, Lucas Boiteux, José Ferreira da Silva e Oswaldo Rodrigues Cabral, deram e ainda dão, uma versão muito diferente daquela que Marcos Konder deu em a “Pequena Pátria”, que acredito, foi precipitadamente, no interesse admirável de dar data e fundador para Itajaí. Não discutimos a data o que pomos dúvida é quanto ao fundador, senão vejamos: Nas “anotações” feitas pelo mesmo Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond, que Marcos Konder presume ser o fundador de Itajaí, a sua biografia publicada em 1836 na “Biographie Universelle et Portative des Contemporaines”, êle, Drumond, nada disse ou escreveu que o autorizasse como fundador ou colonizador de Itajaí. A sua missão naquela época como disse Ferreira da Silva em “Blumenau em Cadernos” tomo I, número 8, de junho e julho do corrente ano, à página 148 ... “Depois de uma estadia de sete meses em Santa Catarina, Vasconcelos de Drumond regressou em 1819, ao Rio de Janeiro. Apresentando-se ao ministro Vila Nova Portugal, expôs-lhes o resultado de suas observações quanto às condições da província, sobre o que já se havia feito e o que restava a fazer em relação à colonização e povoamento do seu território e concretização do plano que fôsse aprovado. Entre parênteses: Os planos que ele expôs ao ministro, eram, pouco mais ou menos, os mesmos de que, alguns anos antes (1816) Miguel Ferreira de Brito tratara na sua conhecida ‘Memórias Políticas’ (reabertura da estrada de Lajes), anexação dessa vila paulista à capitania, colonização dos vales dos dois Itajaí etc etc”.

Lemos tôda a biografia de Drummond e as suas anotações, nelas nada disse Drumond que se referisse sequer, a um ato seu de fundação ou colonização de Itajaí. Marcos Konder deve ter feito confusão quando afirmou em sua “Pequena Pátria” página

7 ... “Por êste folheto (refere-se à biografia e anotações) se sabe que Drumond veio a S. Catarina pela segunda vez em 1819, especialmente para empreender a colonização das terras marginais do Itajaí, aqui estêve, fundou povoados, construiu um barco e despachou com um carregamento ao Rio de Janeiro. Foi ainda do Rio Itajaí que êle mandou a madeira para obra do museu do Campo de Santana e mandou de PRESENTE, por que fôra cortada e serrada à sua CUSTA” – os grifos são nossos.

Nada disto é verdade, há, como já disse, muita confusão em Marcos Konder. Aliás, Ferreira da Silva tem documentação conseguida pelo Almirante Lucas Boiteux nos arquivos do Ministro da Guerra, sumamente interessante e breve êle escreverá em “Blumenau em Cadernos” provando que a madeira acima referida por Marcos Konder, não foi mandada à sua custa, nem presente de Drumond! São documentos históricos que trarão luz a êste fato afirmado, sentimentalmente, por Marcos Konder.

Vasconcelos de Drumond não estêve pela segunda vez em 1819 em Santa Catarina como também afirma o ilustre autor de “Pequena Pátria”. Pela segunda vez êle estêve em 1820 quando veio tomar posse das duas sesmarias doadas a El-rei para nelas fundar um estabelecimento. Mais notem bem, estas duas sesmarias são às margens do Itajaí-mirim e pela distância coincidem a sua localização, com o Município de Brusque, conforme também e, ainda, Ferreira da Silva, em “Blumenau em Cadernos” acima referido, tão claramente, expôs publicando um mapa encontrado pelo mestre Oswaldo Cabral quando pesquisava documentação sôbre a História da fundação de Brusque. Foi no Itajaí-mirim que Vasconcelos de Drumond recebeu a missão de fundar um estabelecimento, nunca na foz do Itajaí-açu, onde hoje, se localiza a nossa histórica e querida Itajaí. Estou coligindo dados e, se Deus quiser, em abril do próximo ano, quando Itajaí festejará o seu centenário de criação de município, publicarei um livro para esclarecer de vez esta controvérsia histórica.

Com isto não estarei fazendo uma grande injustiça a Marcos Konder como alguém me disse. “A Pequena Pátria” foi o admirável comêço que Marcos Konder, com tanta sensibilidade escreveu, sôbre a história e fundação de Itajaí, acredito que não quererá Marcos Konder, que ela seja um dogma e que ninguém mais possa escrever sôbre a fundação e colonização da nossa querida terra.

A História só se escreve com a luz clara da verdade que se encontra nos documentos que o passado nos legou e, geralmente, dormem sôbre o bolor dos velhos arquivos. Nem sempre se pode afirmar sem exaustivas pesquisas, um fato histórico sob pena de cedermos a evidência da realidade.

Já hoje não pomos dúvidas que o verdadeiro fundador e colonizador de Itajaí tenha sido Agostinho Alves Ramos, assim já o disse Ferreira da Silva e pensam também outros historiadores. No entanto, os homens públicos de Itajaí cometeram uma grande injustiça com êste bravo colonizador, relegando-o ao completo esquecimento! Ainda é tempo de reagirmos, prestando uma homenagem pública a êste bravo pioneiro que entre muitas obras beneméritas iniciadas em Itajaí contavam-se: a construção da primeira, segunda e terceira capelinha, onde hoje se encontra a nossa velha Igreja Matriz; contratou e trouxe para Itajaí o primeiro vigário, Frei Pedro, pagando de seu bôlso a cômgrua, o que significava, pensão que se dava ao pároco para sua conveniente sustentação; fêz o primeiro arruamento das largas e principais ruas que ainda hoje tanto nos orgulham; conseguiu e construiu a primeira escola pública; foi inspetor da colônia; deputado provincial por diversas legislaturas; arranjou a Freguesia; foi o primeiro comerciante e industrial; colonizou não só Itajaí como os arredores, Belchior, Pocinho e Gaspar, enfim, tudo fêz pela nossa terra!

Morreu, sendo enterrado no antigo cemitério atrás da velha Igreja Matriz, a 16 de julho de 1853, completamente pobre! E é sôbre êste grande homem que tanto fêz por nós Itajaienses que voltaremos ao assunto até que seja apagada de vez a grande injustiça que praticamos contra Agostinho Alves Ramos.

TEXTO 07

A Pequena Pátria – crítica de Nemésio Heusi. Marcos Konder. Jornal do Povo de 16 de novembro de 1958. Página 05.

Diz o francês: *si cette chanson vous embête nous allons la recommencer*. Si esta cantiga vos aborrece, nós iremos repeti-la. Além do historiador José Ferreira da Silva, entende o meu conterrâneo Nemésio Heusi de abordar também o assunto da “A Pequena Pátria”. E o faz de modo tão radical como si êle conhecesse o caso de fio a pavio. Usa também expressões pouco recomendáveis numa discussão amigável. Fui precipitado e não disse a verdade, isto quer dizer que fui leviano e mentiroso.

Sei que ele não teve a intenção de me ofender, por isso quero ficar na base da minha alegação de que Drummond entrou na barra do Itajaí-Assú e tomou posse da margem direita do rio principal e do afluente do Mirim. Estas alegações constam da “Biografie Universalle et Portatives des Contemporeines” e também são confirmadas pelo Departamento Estadual de Estatística sobre o municipio de Itajaí, publicada ao govêrno do Sr. Irineu Bornhausen.

Isto de fundações de países e povoações é um assunto muito difícil e controvertido. Basta o exemplo de Cristovão Colombo com a América. No nosso Estado o caso da Laguna ou Santo Antonio dos Anjos da Laguna, ao qual referiu-se no 05 de julho de 1958 o jornal “O Albor” da Cidade Juliana.

Quanto “A Pequena Pátria” quero repetir o que já disse na resposta ao jornalista J. Ferreira da Silva. O melhor ou único valor do meu trabalho reside nos pensamentos e conceitos por mim elaborados e dos quais alguns foram tidos como ou plagiados. Basta lêr com atenção – O que é a Pátria? É as palavras citadas por mim no prefácio. *Assim também quem não ama a sua família, o seu lar, a sua terra natal, não pode amar o seu Estado, o seu país, a sua Pátria.*

Também inclui no meu folheto nomes e qualificativos de todos os presidentes do Conselho da monarquia, dos prefeitos e superintendentes e conselheiros e vereadores do regimen republicano. O final termina com o significado do nome Itajaí.

TEXTO 08

Itajaí: De fazenda à cidade I. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 6, abril de 1958. Páginas 115-117.

I. - Quando, em março de 1711, aportou em a enseada das Garoupas (hoje Porto Belo) o Sargento-mor da praça de Santos Manuel Gonçalves de Aguiar, em exploração aos portos catarinenses, dizia em informação que prestou, que ‘o **rio Taá-hy** se acha despovoado, sem morador algum; e nêle foi morador o capm. Miguel Dias (de Arzão?), sua mãe e irmãos e ora os achei moradores no rio S. Francisco’.

O governador de S. Paulo, Botelho Mourão, morgado de Mateus, invadindo jurisdição alheia, mandou, em 1766, o Capm. Antônio Correia Pinto fundar um povoado em Lajes. Seu colega do Rio Grande do Sul, Coronel Custódio de Sá e Faria, ao saber do caso, protestou contra a suposta invasão de sua circunscrição política. Esta reclamação foi encaminhada ao Vice-rei, conde da Cunha, que, em ofício de 22 de fevereiro de 1767 ao Morgado, aconselhava-o ‘a não prosseguir na empresa, a fim de evitar atritos’, persuadindo-lhe a ‘**estabelecer povoação ao norte do rio Tujuhý** (Itajaí), por ser mais comodo, **o terreno para todas as execuções**’, - dizia-lhe o conde com malícia – **de suas vastissimas idéias**’.

Diante disso, o Morgado oficiou a Correia Pinto, indagando dêste ‘se se poderá fazer com a mesma utilidade esta fundação (a de que estava encarregado) nas cabeceiras do rio das Canoas ou nas margens do rio **Tajuy**, ou em outro ponto adonde não nos perturbem’. Não conhecemos, infelizmente, a resposta do fundador de Lajes.

II. – Ao referir-se aos portos da Província catarinense, de cujo govêrno fôra secretário, Paulo J. Miguel de Brito assim se manifesta sôbre o Itajaí: - “O porto de Itajahi é pequeno e pouco frequentado **‘por não haver ali povoação**, mas é seguro e abrigado, e pode vir a ser de transcendente utilidade, como adiante direi; a sua entrada é entre o Pontal do norte e a ponta Cabeçuda ao lado do sul, com 6 a 7 braças de fundo; o canal é estreito e deve demandar-se com vento e maré favoráveis; o fundeadouro tem o sobredito fundo e é **defronte de uma Fazenda de lavoura, chamada de Arzão, unica que com casa ali se encontra**”. Entre as medidas preconizadas pelo citado autor, em

sua preciosa ‘Memória Política’ (1816) lembrava êle “povoar e cultivar os terrenos de ambas as margens do rio **Tajahi-assu**, desde a sua foz até a primeira cachoeira; e o **Mirim** desde sua confluencia naquele até onde fôr navegável, e daí para cima até o campo da Boa Vista”.

III. - A casa-real portuguesa instalara-se no Brasil, que passara, em 1815, de simples colônia à categoria de Reino-unido ao de Portugal e Algarves. Dois anos volvidos, foi chamado a sobraçar a pasta do Reino e Erário e, logo depois, as da Marinha, Estangeiros e da guerra, o magistrado Tomaz Antônio de Villanova Portugal, que assim concentrava em si todo o mecanismo administrativo, tornando-se o ministro universal de um rei absoluto. Embora português, Tomaz Antônio sempre demonstrou, desde sua chegada, grande afeição pelo nosso país e seus naturais. Apesar de graves defeitos e de erros administrativos projetou e realizou vários serviços públicos dignos de memória.

Teve êle durante algum tempo os olhos voltados para Santa Catarina, onde pretendia estabelecer um grande Arsenal marítimo; criou a Intendência de Marinha; na enseada das Garoupas fêz assentar uma colônia de pescadores procedentes da Ericeira, em Portugal.

Da mesma forma tratou de fundar às margens do **Itajaí-mirim** um estabelecimento colonial e os alicerces de uma cidade. Para isso, procurou alguém de sua inteira confiança e com capacidade bastante para dirigir a empresa. O escolhido foi o seu Oficial de gabinete Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond (1794-1865) ilustrado brasileiro que, mais tarde, relevantes serviços prestaria à sagrada causa de nossa emancipação política sob a direção de José Bonifácio, o Patriarca.

Meu saudoso irmão José Arthur, sob o título “Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond”, escreveu do Rio de Janeiro, a 11 de junho de 1913, a notícia abaixo, que a “Revista Catharinense”, da Laguna, do não menos saudoso José Johanny, estampou em o A, III, nº 1., pag.19, de janeiro de 1914: “Nos capitulos I e II, da última parte das “Notas para a História Catarinense” transcreve o capitão-tenente Lucas Boiteux algumas referências do ilustre brasileiro Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond aos períodos governamentais de Tovar de Albuquerque e de Pereira Valente (conde do Rio Pardo) que no quinquênio de 1817 a 1822, enfeixaram nas mãos os poderes com que, em nome de Sua Magestade, presidiam os negócios da Capitania. Por julgá-las interessantes envia as notas que coligi, em rápida leitura que fiz das

“Anotações” do mesmo Vasconcellos de Drummond, enviando o leitor que queira conhecer-lhe a biografia ao “Brasil Histórico do Dr. A. J. de Melo Moraes.

“Denunciado falsamente de pertencer a uma das Sociedades secretas que tão larga influencia tiveram nos acontecimentos determinativos da revolução de 1817, em Pernambuco, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond, que então exercia o cargo de Contador da Chancelaria-mor, gozando da inteira confiança do chanceler Tomaz Antônio de Villanova Portugal, recebeu o injusto castigo de seguir para Londres. Abalado pela atitude assumida por Vasconcellos de Drumond, declarando-lhe que “voluntariamente não partiria, porquanto era inocente”, acrescentando “que si o julgava criminoso, mandasse pô-lo em processo e si o considerava inocente, não consentisse que se abusasse de sua boa fé nem que o fizessem instrumento da perseguição de um moço que, no principio de sua carreira, já tinha dado boas provas da sua honra e da sua probidade”; “o poderoso Chanceler resolveu, atendendo ao precário estado de saúde de jovem funcionário, que fôsse para Santa Catarina “mudar de ares com seis meses de licença”.

“Conta-nos Vasconcellos de Drumond – prossegue José Boiteux – que da denuncia ao dia de sua partida decorreram muitos meses, mais de um ano. Governava então a capitania o coronel João Vieira Tovar de Albuquerque”.

Aqui um parêntesis. A 14 de fevereiro de 1820 Drumond apresentou ao Governador referido o seguinte Aviso real:

“El Rei N. S. Ho servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira Tovar Albuquerque, Governador de Santa Catharina, para tomar posse d’huãs Terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajahy-mirim, a fim de nelas formar hum Estabelecimento segundo a direcção que lhe ha de dar o mesmo Governador, na forma das Instruções que serão a este dadas por esta Secretaria d’Estado dos Negocios do Reino. O que participo a Vmce. para que assim se execute. Ds. Ge. a Vmce. Paço em 5 de fevereiro de 1820.- **Thomaz Antônio de Villa Nova Portugal** – Snr. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond”.

Êste aviso só foi registrado, mais tarde, no Destêrro, a 28 de março do ano seguinte, pouco antes do regresso de Drumond ao Rio. Infelizmente, não alcançamos descobrir as instruções transmitidas ao governador Tovar.

Prossegue José Boiteaux: “Ali permaneceu Vasconcellos de Drumond sete meses, que êle bem aproveitou, estudando a situação da capitania, traçando-lhe um vasto plano de melhoramentos. Regressando ao Rio, apresentou circunstanciado relatório ao chanceler Villanova Portugal, que o aprovou, cometendo-lhe a incumbência de colonizar as terras banhadas pelo rio Itajaí. Dois outros inestimáveis serviços ficou devendo a capitania a Vasconcellos de Drumond, que propôs a abertura de uma estrada do Destêrro a Lajes e a desanexação desta então vila da capitania de S Paulo e sua reunião à de Santa Catarina. Ambas as propostas foram aceitas por Villanova Portugal, que determinou fôsem executadas. “A obra da abertura da estrada – narra-nos Drumond – foi interrompida pela revolução de 1821, que decidiu do regresso do rei D. João VI a Portugal. Não sei se depois da Independência essa obra continuou, nem o estado em que se acha. O que me parece é que deve ser acabada e em tôda a sua extensão, criadas colonias agrícolas de gente livre, cujo numero nunca será demasiado. Todo aquele terreno é muito produtivo. Da Vargem dos Pinheiros se tirou o mastro grande para a nau **S. Sebastião**, que foi construída no Rio de Janeiro. A intenção de Tomaz Antonio era de criar ali colonias nacionais e estrangeiras’.

No tocante aos trabalhos executados no Itajaí, diz-nos Vasconcellos de Drummond, que alguns se fizeram, “mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo”, porquanto assumindo a pasta do Reino, o almirante Quintela lhe dirigira um aviso, em data de 26 de fevereiro de 1821, “recomendando suspendesse tôdas as obras que exigissem despesa e se retirasse para a côrte, visto S.M. dar por acabada a comissão de que estava encarregado.

“Todavia, - acrescenta o ilustre brasileiro – ali se construiu uma sumaca denominada **S. Domingos Lourenço**, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí, carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Ainda do Itajaí mandou Vasconcellos de Drumond, sem nenhum dispendio para os cofres públicos, a madeira para a construção do edifício destinado ao Museu Nacional. De S. Francisco, que também visitou, enviou àquele Museu algumas perolas “pequenas mas de boa qualidade”, pescadas ali. A 9 de maio de 1821 chegava ao Rio de Janeiro Vasconcellos de Drummond, a bordo da sumaca **Venus**, de propriedade do negociante catarinense João Luiz do Livramento, para cujo bordo fôra acompanhado pelo governador Tovar de Albuquerque, pelo intendente de Marinha Miguel de Souza Melo e Alvim e por outras pessoas qualificadas”.

Quando Drumond aportou ao Destêro (hoje Florianópolis) ali encontrou o sábio naturalista francês Saint-Hilaire. Tratou logo de seguir para o Itajaí a pôr em prática os planos ministeriais. Com uns tantos soldados, dispensados das fileiras do 12º Batalhão (do coronel Inácio Madeira, o verdugo da Bahia na guerra da Independência) e perceberiam 160 réis diários no 1º ano e 80 réis no segundo, iniciou êle no sítio escolhido, as derrubadas, plantações, edificações expeditas para o alojamento dos colonos e a montagem de uma serraria. Logo em seguida deu princípio à construção naval, pondo no estaleiro a quilha de uma sumaca. A futura povoação, que devia ser chamada “São Tomaz da Villanova”, em homenagem ao nomeado ministro, foi delineada pelo coronel português, da arma de engenharia, Antônio José Rodrigues (1774-1858), mandado em junho de 1819 a Santa Catarina incumbido das obras das fortificações e outras de engenharia.

A respeito da missão de Vasconcellos de Drummond, assim se manifesta o historiador catarinense M.J. de Almeida Coelho, à pag. 93 de sua “Memória histórica”, primeira edição de 1856: “No mesmo ano (1820) veio da côrte....” [...]

TEXTO 09

Itajaí: De fazenda à cidade II. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 7, maio de 1958. Páginas 128-132.

IV. – EM o primeiro quartel do século XIX, procedente do Destêrro (Florianópolis) – segundo as memórias de J. M. da Costa Rodrigues – estabeleceu-se

“no território do rio de Itajaí, o coronel da legião da Guarda nacional, Agostinho Alves Ramos, onde edificou um grande prédio e concorreu para a construção da primeira Capela que se fêz de pau a pique, barreada, próxima à casa de residência em a qual tinha negócio, e sua mulher, padaria. Era o único negociante do lugar, e comprador de todos os gêneros e madeiras que o povo serrava a braços. Obtivera do govêrno várias concessões de terras; era o carregador dos barcos do major Anacleto José Pereira (negociante de Destêrro); diretor das colônias que o govêrno mandou estabelecer, cujas terras tinha autorização de passar títulos; era diretor das obras públicas, pontes e estradas; fornecedor de tudo que era preciso no lugar; administrou a primeira Capela, bem como a segunda, por ter caído a primeira. A pedra da segunda Capela, que presentemente serve de matriz, êle a mandou tirar da sua fazenda no rio da Conceição, onde também tinha olaria, e também boas madeiras, sendo a nova Capela construída pelo material por êle fornecido e bem vendido”.

V. – Estabelecido que foi em Itajaí, o então Major Agostinho Alves Ramos armou, em uma das dependências de seu solar, pequena capela, onde se rezavam novenas e, de longe em longe, os vigários e capelães de Itapocoroy e Pôrto Belo, realizavam officios divinos. Mercê de seu prestígio, a 31 de março de 1824, o pequeno arraial foi elevado a Curato, e nomeado o seu Capelão curado pela Provisão episcopal abaixo:

“Dom José Caetano da Silva Coutinho, por mcê de Deus e da Santa Sé Apca., Bispo do Rio de Janeiro, Capelão Mor de Sua Mag. Imperial, do seu Conselho e Presidente da Mesa da Consciencia e Ordem, etc. Aos q. a presente Nossa provisam virem Saúde e Benção. Fazemos saber que atendendo Nòs a suficiencia e bom procedimento do Rev. Pe. Frei Pedro Antonio Agote, Religioso Franciscano, Havemos por bem de o prover, como pela presente Nossa Provisam o provemos e enquanto não mandarmos o contrario em a Ocupação de Capelão curado no Districto de Itajahy que comprehende todos os moradores entre o Rio Gravatá do Norte e o Rio Camboriu do Sul a qual Occupação servirá bem e fielmente como convem ao serviço de Deus e bem das almas dos moradores do mencionado districto, administrando-lhes os Sacramentos e absolvendo-os de todos os pecados excepto dos reservados, actuaes, voluntarios concubinatos e occações (?) proximas, fazendo Estações, ensinando a doutrina christá principalmente aos pequenos e pessoas rudes que necessitarem de a saber e muito lhe encarregamos a boa direcção das almas dos moradores do districto, do que dará contas a Deus Nosso Senhor e na dita Occupação perceberá os fructos da e pé de Altar segundo o costume do Bispado além da Congrua em que convencionar com o povo e todos os mais prões e percalços que directamente lhe pertencerem e lhe concedemos mais a facilidade de poder benzer na forma do Ritual Cemitérios e uma Capela do Smo. Sacramento logo que estiver acabada e em termos de se celebrar o St.º Sacrifício da missa, authorizando-o para celebrar entretanto no oratório particular que lhe parecer decente. E mandamos a todos os moradores do referido districto reconheção ao dito Pe. Frei Pedro Antonio Agôte por seu Capellão curado e como tal o estimem, obedeção e bem o tratem em tudo quanto são obrigados e para que inteiramente assim se observe a publicará em a primeira Dominga ou dia festivo aos seus Aplicados; e será apresentada ao Revdo. Vigário da Vara respectiva para a fazer cumprir e registrar. Dada nesta leal e heroica cidade do Rio de Janeiro sob o Nosso Sinal e Sello da N. Chanc.a, aos trinta e hum de Março de mil oitocentos e vinte e quatro. E eu Padre Francisco dos Santos Pinto, Escrivão da Camara Episcopal a subscrevi. – J. Bispo do Rio de Janeiro, Capelão Mor”.

[...]

REgda. a fl. 46 do L. das Provisões

Rio 31 de Março de 1824.Gonzvez.

“Provisão que V. Exca. Revma. ha por bem prover ao Rdo. Pe. Frei Pedro Agóte na Ocupação de Capellão Curado no districto de Itajahy na forma acima. Para V. Exca. ver. Cumpra-se e registre-se. Itapocoroy 20 de Julho de 1824”.

VI – A doação do terreno destinado à Igreja e ao Cemitério do Curato consta do documento, que passamos a transcrever:

“Dizemos nós a Baixo assignados com huma cruz que he o Signal de que uzamos José Coêlho da Rocha e minha mulher Maria Coêlho da Rocha que somos senhores e possuidores de trinta 30 Braças de terras de Frente com cecenta 60 braças de fundos sitos neste Rio de Itajahy Grande no Logar Chamado Esteleiro (1) cujas terras fazem a Leste no dito Rio as frentes os fundos ao Oeste com terras da nossa propriedade. Extremão pelo Sul com terra de Agostinho Alves Ramos e pelo Norte ainda com terras de Nossa propriedade cujas terras assim confrontadas fazemos Doação no valor de trinta mil reis ao Santissimo Sacramento para nellas ser feita sua Capella e hum cemiterio Com condição de se nos dar à sepultura e fazer noço Bem d’alma cuja Doação fazemos por muita nossa Livre vontade e sem Constrangimento de pessoa Alguma. E pedimos o Senhor Bento José da Costa qui este por nós fizesse. Assignando como testemunhas e Nós assignamos com o nosso signal que é uma Cruz. Rio de Itajahy 2 de abril de 1824. José Coêlho + da Rocha – Maria Coêlho + da Rocha. Como testemunha que este fiz por ser pedido pellos ditos Senhores – Bento José da Costa. – Como testemunha que lhe este vi fazer – Germano José da Silva”.

VII. – O Conselho-Geral da província de Santa Catarina, por proposta de 13 de janeiro de 1830, mandava estabelecer duas povoações de 200 casas na terra firme, sendo indicado como sítio mais adaptado ao assento de uma delas o rio **Tajay** ou **Itajahy**, informa-nos o visconde de S. Leopoldo em seus preciosos Anais, pag. 430.

Em 19 de janeiro de 1833, a Câmara municipal de S. Francisco oficiava ao Conselho-Geral da província, apresentando-lhe uma representação dos habitantes da Capela curada do SS. Sacramento e N.^a S.^a da Conceição do rio Itajaí, pedindo a graça de erigir-se em Freguesia a dita Capela, sendo ela provida pelo Estado com a merecida

côngrua. Achava justa a Câmara a pretensão, pois tinha o povo, sem outro auxílio, edificado a Capela, buscando um Cura d'almas a quem pagava, e “edificarem seus prédios urbanos no lugar detalhado, que já oferecia bonita perspectiva”.

Eis a cópia da informação da Câmara de S. Francisco:

“Illms. Snrs. Presidente e membros do Conselho Geral da Provincia:

A Câmara Municipal da Villa da Graça desta Província de Santa Catharina, satisfazendo o seu dever na parte que lhe toca de promover quanto possa o bem e felicidade dos povos do seu Municipio, vem com todo o devido respeito ante ao Illm.^o Conselho Geral da Provincia apresentar uma Representação dos habitantes da Capela Curada do SS. Sacramento e N.^a S.^a da Conceição do Rio d'Itajahy como lhe he pedido para o fim de obterem a graça de erigir em Freguezia a dita Capela, provida pelo Estado com a merecida congrua, o que tudo bem expende a mesma representação e officio do respectivo Juiz de Paz que acompanha. A mesma Camara ao tempo em que assim oferece as supplicas d'aqueles moradores não pode também deixar de referir ao Illm.^o Conselho Geral quão justa por que os Povos mencionados, com seu trabalho, com sua deligencia, sem mais algum auxilio edificaram a Capela actual; buscarão seu Cura d'almas a quem pagavão em quanto podião, edificarão seus prédios urbanos no lugar detalhado, que já oferecem muito bonita perspectiva, egindo séria contemplação sua População e Lavoura teem muito aumentado; necessária por que o marcado Rio de Itajahy por sua riqueza e extensão pode ser já huma Freguezia, e no futuro huma vila, que muito interessará a Provincia e ao Estado. Digne-se pois o Illm.^o Conselho Geral de tomar com o merecido acolhimento a presente informação, e de resolver com a justiça que costuma. Paço da Camara em sessão (sic) extraordinária de 19 de janeiro de 1833, etc., etc.”

Como é de ver, à frente dessa natural aspiração dos moradores de Itajaí encontrava-se o esclarecido e dinâmico brasileiro Major Agostinho Alves Ramos. Tendo ido à capital tratar da pretensão dos seus constituintes, de volta a Itajaí escreveu, a 25 de janeiro de 1833, a carta abaixo ao presidnete:

“Ilm.^o e Exm.^o Snr. Presidente da província, Feliciano Nunes Pires

Logo que cheguei d'essa cidade tratei de que se ordenasse a Petição que o povo devia dirigir ao Conselho Geral para elevar êste Curato à Freguezia com a cõgrua da Lei, a qual tendo sido dirigida pelo Juiz de Paz à Câmara de S. Francisco, que só no dia 19 pôde reunir-se e dar a sua informação, ainda ontem me foi entregue; e não obstante estarem já no fim do mês, lembrando-me que poderá haver prorrogação do Conselho e que em todo caso será útil ser-lhe presente a petição do povo e a informação da respectiva Câmara, inda que já se havia deliberado e reduzido a proposta, em consequência da diligência e recomendação que V. Exa. se dignou fazer, tomo por isso a ousadia de dirigir-la respeitosamente às mãos de V. Exa. para se servir mandar dar-lhe o destino conveniente; cuja graça esperamos V. Exa. se dignará liberalizar a êste Povo que conta com a sua benigna proteção. Não tendo vindo à minha mão os documentos em aberto, como esperava para os enviar assim a V. Exa., e tão sómente se me comunicou o contexto da dita informação essa mesmo levo ao conhecimento de V. Exa. pela cópia junta, para seu devido conhecimento. Deus guarde a V. Exa. muitos anos! De V. Exa. o mais reverente e obrigadíssimo criado Agostinho Alves Ramos – Itajaí, 25 de janeiro de 1833.”

E assim, pela Resolução de 12 de agosto de 1833, de acôrdo com a proposta do Conselho Geral da Província, o Arraial de Itajaí foi elevado à categoria de Paróquia sob o orago do Santissimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição.

Nessa mesma data foi ali criado um Distrito Policial.

VIII – A lei provincial n.º 9 de 15 de abril de 1835 mandou criar uma Cadeira de primeiras letras na próquia do SS. Sacramento de Itajaí, vencendo o Professor o ordenado anual de 180\$000 réis, devendo ensinar segundo o método individual a ler, escrever, as quatro operações de Aritmética, a Gramática portuguesa, e Ortografia e a Doutrina Cristã. Para o preenchimento dessa cadeira acima, foi afixado edital a 15 de setembro do mesmo ano.

A lei n.º 11, de 5 de maio do referido ano, autorizou o Presidente da província a estabelecer às margens do Itajaí duas colônias. Eis o texto da lei:

“Artigo 1º - Nos rios Itajahy, e Itajahy Meri, da Freguezia do Santissimo Sacramento se estabelecerão duas Colonias, cada huma com dous Arraiaes.

Artigo 2º - Nos lugares denominados Pocinho, e Taboleiro, aquelle no Itajahy grande, e este no Itajahy Meri, se situarão os dous primeiros Arraiaes. Os

dous ultimos, no caso de progredirem as Colonias, deverão ser, hum nas nascentes do Ribeirão da Conceição, braço deste ultimo, e o outro no alto d'aquelle, no lugar do Belchior ou mais acima, em sitio tal, que ambas as margens possam ser habitadas.

Artigo 3º - Podem ser Colonos, não só qualquer Cidadão Brasileiro; mas tambem os estrangeiros, que ao presente se acharem na Provincia, e os que para o futuro a vierem habitar.

Artigo 4º - A cada Colono se dará huma sorte de terras de duzentas braças de frente sendo Solteiro, de trezentas sendo casado, e tendo este mais de trez filhos quatrocentas, todas com quinhentas de fundo.

Artigo 5º - O Juiz de Paz do Districto fica competindo fazer medir, e demarcar as sortes de terras, de maneira que fique sempre completa a superficie, quando, quer na frente, quer no fundo, se encontrem obstaculos ou terras inaproveitaveis, sendo as despezas da demarcação feitas pela Fazenda publica, e obrigados os Colonos a satisfaze-las dentro do prazo de cinco annos. As sortes de terras, que no fim de seis mezes não tiverem principio de cultura, não apresentando o colono permissão do Presidente da provincia, que prorrogue o prazo, serão consideradas vagas, e nos termos de serem concedidas a quem as requerer.

Artigo 6º - Perderá o direito à sorte de terras o Colono, que em qualquer tempo a abandonar por trez annos consecutivos, e não a poderá vender, ou seus herdeiros, antes de passados dez annos a contar da data da concessão. As disposições acima não se entendem a respeito das benfeitorias.

Artigo 7º - Nos lugares destinados para os Arraiaes ou Povoações na fórma do Artigo 2º se marcará huma extensão de quinhentas braças em quadro para os estabelecer, da qual se distribuirá a cada hum colono a necessaria porção para edificação da casa, reservando-se o restante para logradouro Público. A fundação dos Arraiaes precederá levantamento de plano para elle que será mandado fazer pelo Presidente da Provincia.

Artigo 8º - Ficão contemplados como Colonos os posseiros já estabelecidos nos lugares designados no Artigo 1º., por permissão do Presidente da província, e confirmados na posse interina, em que se achão.

Artigo 9º. – Os colonos serão isentos de todo o onus pessoal fóra Districto da Colonia e de imposições de qualquer natureza, que sejam, por tempo

de dez annos. As outras vantagens porém, e a Concessão gratuita de terrenos, cessarão, a contar de primeiro de Março de mil oitocentos e oito em diante.

Artigo 10º - Ao Presidente da provincia compete dar cumprimento à presente Resolução dando conta à Assembléia provincial em cada huma de suas Sessões, do estado das referidas Colonias.

Artigo 11º - ficão derogadas todas as disposições em contrario”.

De conformidade com a lei nº 21, de 13 de maio do ano em aprêço, em seu título 10, o presidente ficou autorizado a despende 2:000,000 réis com a exploração do rio de Itajaí, estabelecimento de Colônias nas suas margens, civilização de Indígenas e pagamento a escoltas de Pedestres.

Resolveu o presidente mandar explorar o rio Itajaí-mirim até o Trombudo, na estrada de Lajes. No entanto, nessa ocasião, não existia na província um só engenheiro para ser encarregado dêsse importante serviço. Por êsse tempo, o Major Agostinho Alves Ramos foi nomeado Inspetor das referidas colônias, de cujas terras tinha autorização de passar títulos. No dia 2 de outubro de 1835, em carta ao Presidente da província, comunicava êle que, desde junho, havia vestígios do gentio (Bugres – Botocudos). Informava que, a 24 de setembro, um colono alemão, subindo o rio da Conceição, dentro das terras de sua propriedade, avistara muito perto um selvagem, que fugira ao ouvir o cantar dos escravos que tripulavam uma canoa. Em uma batida que fizeram, acharam rastros de dois ou três indivíduos em sítio que podia distar 400 braças dos engenhos e casa dêle, Ramos, pouco mais de uma légua da povoação.

A 27 de fevereiro de 1836, o Secretário do govêrno, Major José da Silva Mafra, oficiava ao Major Agostinho Alves Ramos para que, com a brevidade possível, informasse se conhecia pessoa capaz de encarregar-se da exploração do Itajaí-mirim; quais os meios necessários a empregar em homens, transporte, ferramentas, munições e despesa provável, o tempo necessário à exploração, etc.

A 15 de março respondia êle que o Alferes João da Silva Mafra, afazendado na freguesia e, na sua falta, o Alferes João da Cunha de Souza, eram as pessoas do seu conhecimento mais aptas para o referida exploração. Consultados a respeito, concordaram “na crescida soma de 1.112\$000 réis. Aqui transcrevemos a carta do major Agostinho:

“Ilmo. Snr. Em cumprimento do Officio de V. Sa. de 27 do passado, tenho a informar sobre os objetos q.o Ex^o Snr. Presidente da Província, manda propor-me.

1^o - Que o Alferes João da Silva Mafra, afazendado nesta Frega, e, na falta dele, o Alfreres João da Cunha de Souza, são as pessoas que conheço mais aptas pa. serem encarregadas da exploração do itajahi-Miri.

E 2^o - Que tendo os eu consultado, concordarão, com pouca diferença, no cálculo junto, orçado na crescida soma de 1.112\$000 rs. em razão dos grandes vencimentos diários, e do número de indivíduos exigido; além de Armas de fogo, munições, e ferramenta de cortar. Nêles se dão 60 dias pa. ida e volta, mais 40 de serviço sómente, bem como 2 Feitores que, quanto a mim se poderão substituir por 2 homens escolhidos d’entre os doze trabalhadores. Este cálculo supõem dous diversos trabalhos – o exame e exploração da parte navegavel do rio; e do terreno da margem direita, do primeiro salto para cima, lugar distante d’aqui seis dias de viagem. Não obste. porém, eu sou de opinião que se si facilitarem as conduções de comestíveis por via de remessas regulares, pode diminuir-se ainda o numero de bocas em marcha. Êste detalhe exige, então, hum deposito no lugar do salto, ou naquele ponto até onde por ora se conhece o rio navegavel. Se o projeto da creação dos Pedestres, ofercido pela Comissão de Catequeze e Colonização tivesse podido ser ultimado, ou seria antes de parecer que das duas Secções destinadas pa. aqui se tirasse a força necessaria para a exploração. O plano da sua creação podia ser estendido a este objeto, e a Fazda. publica economizaria huma despeza especial interessantissima e de reconhecida necessidade. A escassez do tempo e a falta de melhores dados me não permitem oferecer hum trabalho mais perfeito, Ds. Guarde a V. Sa.

Itajahi, 15 de Março de 1836

Ilmo Snr. tene. Coronel. José da Silva Mafra – Secretário do G.^o da provincia

Agostinho Alves Ramos”.

Em anexo, enviava o seguinte

**CALCULO Pa. A EXPLORAÇÃO DO ITAJAHI-MIRI ATÉ O
TROMBUDO NA ESTRADA DE LAJES**

1 Administrador ou Encarregado, 60 dias de ida e volta a 1.200 -	72.000
2 Subalternos ou Feitores de Serv.º 40 a 1.000	80.000
12 Trabalhadores de servº 40 a 800	384.000
10 Conductores de servº 40 a 640 - soma 25 individuos, calculada a despesa de boca a 200 rs. diários, em 60 dias	300.000
Para remos e alguma canoa que se quebre	20.000
	1.112.000

25 Armas

25 Pistolas

1250 Cartuxos embalados

250 Pederneiras

22 Facas de Mato

4 Machados

4 Foices

2 Enxós curva e chata

Itajahi 15 de Março de 1836

Agostinho Alz. Ramos.

TEXTO 10

Itajaí: De fazenda à cidade III. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 8, junho de 1958. Páginas 153-156.

IX – COMO Inspetor das Colônias do Itajaí, o Major Agostinho ofício ao govêrno pedindo, autorização para estabelecer colonos fora das 500 braças em quadro, que a Lei reservara para cada colônia. A 15 de fevereiro de 1836, o presidente José Mariano respondia-lhe afirmativamente, declarando não haver nisso inconveniente.

Em carta ao presidente, datada de 15 de março de 1836, A. Ramos propunha a “transplantação daquelas famílias já aclimatadas” para o interior da província, porquanto “existe concentrada na Ilha (de Santa Catarina) huma superabundancia de população, que se assevera dar com pouca diferença mil habitantes por legua quadrada, cuja penuria obriga a huma emigração constante para o continente do sul, nem querendo povoar os sertões da Terra firme, pelo temor do Bugre”.

O presidente da província Tte. José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, em a “Falla” que apresentou à Assembléia a 5 de abril de 1836, em o parágrafo “Colonização e Cathequese”, assim se pronunciava a respeito das referidas Colônias:

“A lei provincial nº 11 autorizou o estabelecimento de duas Colonias nas margens dos rios Itajahi e Itajahi-mirim, cada uma com dois Arraiais, e a administração encarregou da execução desta lei, quanto às Colonias, ao cidadão Agostinho Alves Ramos, conhecido pelo empenho que tem mostrado em promover a prosperidade de que é susceptível aquele valioso distrito. “No seu ofício nº 10 vereis que em execução da lei, já 29 datas estão distribuidas a Colonos nacionais e estrangeiros e deparareis com reflexões deste digno cidadão, que me aprecem aproveitaveis. Se estes estabelecimentos progredirem, como promete a fertilidade e riqueza do solo e a facilidade dos transportes por água; se pela exploração do rio Itajahi, a que já mandei proceder, e em que se despenderá 1.200\$000, se conhecer que o Itajahi-mirim é navegável até o Trombudo, são incalculáveis os bens que dai virão à província. Certo, Senhores,

de que prestareis o vosso assenso e despesas com objeto que, de tão transcendente utilidade, inclui no orçamento a quantia que me pareceu precisa para os que deste titulo mencionastes no ano passado, e para os que crescem, e de que abaixo tratarei. Por ocasião de terem aparecido Bugres no distrito de Itajahi, foi ordenado ao mencionado cidadão Agostinho Alves Ramos, Major da Guarda Nacional de Porto Belo, que fizesse correr os matos, e empregasse os meios convenientes para obstar as malfeitorias destes gentios ferozes, remetendo logo a conta das despesas que com esta diligencia se fizessem para serem pagas pela quantia a isto destinada. Parece, porém, que não foi preciso levar a efeito esta determinação”.

A 26 de outubro do ano em questão, o Major Ramos dava parte ao govêrno de uma incursão de silvícolas em Camboriú, no dia anterior. Os bugres, em número de 7 ou 9, tinham assassinado 3 homens casados (entre êstes Manuel Aurélio). Ramos organizou logo uma escolta de 8 praças (de acôrdo com ordens que tinha de 8 e 24 de outubro de 1835) “assegurando-lhes o soldo respectivo, fornecendo-lhes armas, munições, carne, farinha e canoas. da 3ª Companhia (de Pedestres) de Camboriú – informa – deve seguir uma (escolta) em reforço do Tenente José Inacio Borges que hoje seguiu com 12 homens; e d’aqui seguiu tambem outra de 8 praças e 4 conductores pelo Itajahi-mirim a atacar o inimigo pela frente, ou a segui-lo caso tenha já passado. Devo enfim recomendar a V. Exa. os serviços e prontidão que nesta diligencia empregaram o dito Tenente José Inacio Borges, que voluntariamente reuniu gente, ainda com deligencia – bem como seu filho José e os companheiros Domingos José Tomaz e Domingos José da Silva que animosamente acossaram o gentio, mataram um e julgam ter ferido gravemente dois; sem o que a mortandade seria tanto mais numerosa e horrivel quanto o Gentio seguiu por lugar muito povoado e tinha de encontrar grande número de familias indefezas, sem homem algum”.

X – Ainda a respeito da exploração do Itajai-mirim, o Major Ramos, que dela fôra encarregado, explicava a 1º de junho de 1836 ao vice-presidente em exercício, Livramento, que o dito rio não era o que atravessava a estrada de Lajes; e, ao mesmo tempo, propunha-se a explorar o Itajaí-grande. O vice-presidente respondeu-lhe, no dia 23 do dito mês, declarando que nesse caso seria preferível começar-se a exploração do centro de Lajes a encontrar o rio que depois de margeado, melhor resultado daria do que praticando de modo inverso ...

De conformidade com instruções do Ministério da Guerra, relativamente ao recrutamento na província para preenchimento dos claros do Exército, de novembro de 1835, a freguesia do Itajaí, pela resolução de 18 de fevereiro de 1836, devia dar um homem.

O major Ramos recrutou um ocioso e o enviou. O presidente, a 5 de outubro reclamou a tal respeito. Ramos respondeu a 11 do mesmo mês dando cabal explicação. Afinal, a lei provincial nº 70, de 28 de abril de 1837, isentou do serviço da Guarda-Nacional os moradores do rio Itajaí, por estar a região exposta ao ataque dos silvícolas.

A paróquia em 1836 encontrava-se sem pastor. Ao Capelão-curado Frei Pedro Antônio Agote substituíra, em março de 34, o Padre Francisco José de Souza, que teve por sucessor, interino, o Padre Joaquim Serrano em agosto de 1835.

A 8 de março de 1837 foi nomeado para reger a Escola de primeiras letras da freguesia da Itajaí o cidadão Francisco José das neves, que foi substituído, interinamente, a 28 de maio do ano seguinte, por Antonio Joaquim Ferreira.

Diz-nos o Dr. Jacinto de Mattos, em “Colonização do Estado de Santa Catarina” que, devido a ataques de silvícolas a Camboriú “só permaneceram na colônia de Itajaí, em 1837, dois nacionais e seis estrangeiros, tendo os fugitivos abandonado lavouras e outras benfeitorias”.

No ano seguinte (1838) com o estabelecimento de um pôsto de Pedestres em Itajaí, os retirantes animaram-se a voltar às suas propriedades e lavouras. Sob a direção do Major Agostinho foi iniciada a construção da Capela de pau a pique.

Em 1839 os dois arraiais do Belchior e Pocinho contavam 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras, somando 141 almas. Segundo outra fonte, eram os colonos em número de 152, sendo 30 casados. Nesse tempo a Escola encontrava-se vaga.

O Brigadeiro Carlos Pardal, presidente da província, em seu “Discurso” à Assembléia Legislativa, em 1839, assim se referiu às colônias do Itajaí – “Nas duas de Itajaí – Belchior e Pocinho – contam-se hoje 65 famílias, 48 nacionais e 17 de estrangeiros, com 141 indivíduos, aos quais se deram posse de 16.941 braças de terreno cultivado; já estavam levantados alguns engenhos de farinha e cana, e rápidos progressos farão êstes colonos se forem protegidos e abrigados das depredações do gentio. A despesa de medição importou em 520\$025 réis. que ordenei fosse paga pela Provedoria, lançando em dívida aos Colonos a conta que a cada um pertence, para ser por eles paga na forma do art. 5º, da lei nº 11. Com medições nas duas colonias foram despendidos 300\$000 reis (decreto de lei nº 101)”

O General Antero de Brito, presidente da província, em vista do aparecimento hostil dos bugres, expediu ordens, em 1840, ao Coronel chefe da 4ª legião (S. Francisco) para providenciar a respeito. Êste mandou sair, a 13 de janeiro de 1841, uma expedição que subiu pelo rio Cubatão (S. Francisco) para explorar tôdas as matas aquém da serra e bater ou afugentar os bugres devendo, no caso de não encontrá-los ali, avançar até as campinas de S. Miguel, Jararaca, Campo-Alegre, aquém do rio Turvo, e ao sul do rio Negro, além do Itapocu, seguindo as vertentes do Itajaí para sair pelos Ambrósios, na comarca de Curitiba. Para animar os moradores de Itajaí, aterrados com a aparição de alguns bugres, no lugar, Belchior autorizou também ao presidente a reunião de uma fôrça de Guardas-nacionais para ocupar durante o resto do verão o ponto ou os pontos onde êles sóem mostrar-se, a fim de os vigiar, contar e dar avisos.

Nesse tempo a Escola pública de Itajaí ainda não tinha sido provida. O vigário P. Francisco Rodrigues, que, desde princípios de 1838, exercia o religioso cargo da freguesia, foi substituído, em meados de 1841, pelo vigário de Pôrto Belo, padre Antônio Augusto de Assis. Em novembro tomou conta do cargo o P João Batista Romeiro. A Assembléia provincial concedeu 2 contos de réis para reparos na Capela existente.

O arraial do Itajaí-mirim ou pequeno contava, então, 35 colonos, 3 dêles casados. A 16 de abril de 1842 foram nomeados, José Henrique Flores, Sub-delegado de Itajaí, e mais seis suplentes. Em agôsto, Jacinto de Souza Miranda, José Antônio da Rocha e Antônio Laurim (Lamim?) requereram ao govêrno provincial $\frac{1}{2}$ légua de terras no sítio denominado “Rio do Garcia”, braço do Itajaí-assu. Ouvida a Câmara de Pôrto-Belo, esta publicou editais a respeito. Apresentou-se opondo-se à pretensão José Gomes de Almeida, que declarou ser de sua propriedade os terrenos requeridos, extremado pelo N. com terras de Antônio Gomes de Almeida, seu pai. Êste, cêrca de 1838, havia requerido 1.500 braças nos fundos das terras de seus filhos, mas nunca as medira nem cultivara, e desde 1841 se mostrava ausente da província.

Antônio Fernandes do Carmo, morador na freguesia de Itajaí, requeria ao presidente da província 200 braças de terras de frente com 500 de fundos, nos fundos das terras do ribeirão do Gaspar. A Câmara de Pôrto-Belo despachou favoravelmente a 23 de novembro de 1843.

Nesse ano de 1843, tomou conta da paróquia de Itajaí o padre espanhol Francisco Hernandez, que se tornou famoso pelos seus desregramentos. Tendo sido

criada na capital uma Escola Modelo de instrução primária, concorreu também a habilitar-se nela o professor interino da Escola de Itajaí, em 1844, sendo plenamente aprovado.

O presidente da província, em a “Fala”, dirigida à Assembléia, dizia que um pano da parede da Igreja de Itajaí ruíra; tratava-se de levantar outra com pilares, fazer a parede da frente e cobri-la de novo. A obra encontrava-se confiada à zelosa e pura administração do Tenente-coronel Agostinho Alves Ramos.

Informava também o presidente ter havido uma incursão de silvícolas nas Piçarras, cercanias de Itajaí, tendo os bugres matado uma mulher e um filho. Foram perseguidos, havendo alguns mortos.

XI – Em setembro de 1844, o Major Charles Lebon Van-Léde, representante de uma Sociedade Belga, que pretendia organizar-se e apresentava vasto projeto de colonização para Santa Catarina, pediu uma concessão de terras para o estabelecimento de vasta colônia. Depois de uma viagem, regressou êle a Santa Catarina onde adquiriu diretamente pequena extensão de terras à margem direita do rio Itajaí, para onde encaminhou, no ano seguinte, certo número de famílias belgas sob a direção de dois ou três indivíduos aos quais cedeu parte dos terrenos adquiridos. Os colonos acabaram por romper o contrato e se estabeleceram por conta própria.

O presidente Antero assim se manifestou em a “Fala” à Assembléia em 1845: “O cavalheiro Van Lede, belga, nas terras que últimamente comprara no distrito de Itajaí, já situou cêrca de 100 colonos, e tem em vista a colonização em grande escala, se fôr para isso secundado como espera, pelo govêrno imperial”.

Sôbre essa tentativa colonizadora, o Dr. José Ferreira da Silva, em um dos seus eruditos trabalhos, nos forneceu preciosos detalhes.

A fim de garantir os colonos contra investidas dos silvícolas foi mandada estacionar, em 1844, ao norte das província uma companhia de Pedestres.

Em janeiro de 1846 foi estabelecida a denominada “Colônia Belga”; e, nesse mesmo ano moradores de Camboriú assentaram arraial às margens do ribeirão que atravessa a atual cidade de Blumenau. As leis provinciais nº 274, de 4 de maio de 1848, e 424, de 7 de maio do ano seguinte, concederam, respectivamente, 200\$ e 400\$ para reparos na igreja matriz.

Em abril de 1849, os bugres atacaram a Fazenda do Alferes João da Silva Mafra, na “Volta-grande” do Itajaí, matando três escravos, ferindo um e roubando ferramentas. Para afugentá-los seguiu um refôrço de Pedestres.

A 22 de novembro desse ano foi nomeado por deliberação da presidência. Foi removido de tubarão para Itajaí o professor Fernando da Serra Carneiro, em substituição do professor José Rodrigues Coelho. A lei provincial nº 307, de 13 de maio de 1850, fixou os vencimentos do mestre-escola de Itajaí em 250\$.

O Coronel A. Alves Ramos e sua esposa vendem, a 17 de setembro de 1849, ao alemão Fernando Hackradt uma casa na freguesia do Itajaí e um terreno de 1.150 braças de frente à margem do itajaí-mirim, onde foi construído um barracão para alojamento dos primeiros colonos alemães, informa-nos Costa Rodrigues.

A 16 de julho de 1853, pelas cinco horas da tarde, deixou de existir o grande impulsionador do progresso de Itajaí, coronel Agostinho Alves Ramos.

A lei provincial nº 424, de 15 de maio de 1856, concedeu 600\$ para as obras da matriz. A freguesia do Itajaí, pela lei provincial nº 464, de 4 de abril de 1859, foi elevada à categoria de Vila e sede do município do mesmo nome, compreendendo os distritos de Itajaí, Camboriú e Itapocoroí. Brusque foi desligada pela lei 694, de 31 de julho de 1873. A lei nº 750, de 28 de abril, foi autorizada a despesa de 2.000\$ para o mesmo fim.

A florescente Vila de Itajaí, pela lei provincial nº 819, de 1 de maio de 1876, alcançou, finalmente, os foros de cidade.

TEXTO 11

Itajaí e Vasconcellos Drumond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Página 148-150.

Há muito eu vinha alimentando dúvidas quanto à fundação da cidade de Itajaí por Antônio de Meneses Vasconcellos de Drummond, o diplomata que teve, também, destacada atuação nas lutas pela independência do Brasil.

Já em 1931, em artigos na imprensa blumenauense, expendi considerações em torno do assunto, apontando os motivos que me levavam a opor restrições às afirmativas de vários historiadores nesse particular.

Procurei, de então para cá, intensificar as pesquisas e aprofundar-me mais no estudo do tema tão interessante para o conhecimento dos fatos ligados à colonização e ao povoamento da Bacia do Itajaí.

E, quanto mais me adentrava no problema, mais em mim se acentuava as desconfiças de que a história da fundação de Itajaí estava muito mal contada.

Com os elementos últimamente colhidos, posso, agora, afirmar que andam muito errados os que atribuem a Drummond a fundação da linda e futura cidade.

Não tem nenhum alicerce histórico o fato que se quer etribado nas próprias afirmações de Drummond nas “Anotações” (Vol. XIII dos “Anais da Biblioteca Nacional”) de que êle tivesse organizado, em Destêrro, uma expedição provida do necessário, inclusive peças de um engenho de serrar e de um estaleiro para a construção de barcos, e com ela tivesse rumado para a barra do Itajaí, onde ancoraria para fundar ali um estabelecimento.

Nada disso é verdade. Nem é verdade que êle tivesse construído o engenho num dos ribeirões próximos, nem que tivesse mandado construir uma sumaca para o transporte dos produtos da sua colônia para o Rio de Janeiro.

No livrinho que pretendo entregar à publicidade dentro de pouco, darei as razões e as provas em que fundamento essas assertivas.

Quero, entretanto, resumi-las aqui, pois acho que já é tempo de restabelecer a verdade em tôrno e de se fazer justiça aos que são, realmente, os fundadores da cidade e que jazem em completo esquecimento.

Deixando de lado as ocorrências anteriores a Drummond, a propriedade e a posse efetiva de vários sesmeiros sôbre os terrenos em que assenta a atual cidade, vamos ao ponto capital da questão.

Depois de uma estadia de sete meses em Santa Catarina, Vasconcellos de Drummond regressou, em 1819, ao Rio de Janeiro. Apresentando-se ao ministro Vila Nova Portugal, expôs-lhe o resultado de suas observações quanto às condições da província, sôbre o que já se havia feito e o que restava a fazer em relação à colonização e povoamento do seu território e sugerindo medidas que julgava indispensável fôsem tomadas para a concretização do plano que fôsse aprovado.

Entre parênteses: Os planos que êle expôs ao ministro, eram, pouco mais ou menos, os mesmos de que, alguns anos antes (1816) Miguel Ferreira de Brito tratar na sua conhecida “Memória Política” (reabertura da estrada de Lajes, anexação dessa vila paulista à capitania, colonização dos vales dos dois Itajaí, etc).

E sugeriu, também, o aproveitamento de duas sesmarias, de uma légua em quadro cada uma, nas margens do itajaí-mirim, que eram de propriedade do Tenente Coronel Joaquim Mello e de Dona Ana Rodrigues e que êstes estariam dispostos a ceder a El-rei, caso êste se dispusesse a aproveitá-las para um estabelecimento colonial.

Essas sesmarias ficavam cêrca de dez quilômetros, acima da confluência daquele rio no Itajaí-açu e se estendiam por mais doze quilômetro adiante, ou seja, pelo território do atual município de Brusque.

O ministro – honra lhe seja feita! – que muito se interessava em desenvolver economicamente a província, e ainda porque lhe convinha manter afastado da Côrte o seu irrequieto protegido, concordou com Vasconcellos Drummond.

E, por aviso de 4 de fevereiro de 1820 (notem bem esta data) mandou medir, oficialmente, as duas sesmarias e, no dia seguinte, 5 de fevereiro de 1820 (perdoem a repetição necessária) determinou que Vasconcellos de Drummond regressasse a Santa Catarina para tomar posse das duas sesmarias para El-rei e nelas fundar um estabelecimento.

O teor do aviso de 5 de fevereiro foi publicado à página 116 dêstes “cadernos”.

Por um dêsses felizes acasos com que a sorte premia, às vêzes, os esforços dos pesquisadores bem intencionados, vi em mãos do mestre Oswaldo Cabral, na

E diga-se desde já: Itajaí pode sentir-se tão orgulhosa de ter Alves Ramos por fundador quanto por Drummond, se o fôsse.

Agostinho foi um homem digno, ativo, dedicado inteiramente ao engrandecimento do povoado de que lançou os alicerces e que soube estimar e honrar até a morte.

Ele foi, em muitos aspectos, personalidade muito mais interessante do que Drummond.

Para Itajaí, principalmente.

TEXTO 12

Os primeiros moradores do Itajaí. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 3, janeiro de 1958, págs. 47-51.

Os “Arzão”

Quando D. Francisco de Souza, senhor de Beringel, apelidado “Francisco das Manhas” mercê das continuadas lábias de que usava, veio assumir o govêrno-geral do Brasil, em 1591, trouxe em sua companhia o flamengo **Cornélio de Arzão**. Como o “grande objetivo, o verddeiro, de D. Francisco visasse o descobrimento de riquezas minerais”, - segundo nos informa o mestre Taunay – transferiu-se para São Paulo em 1599. Arzão o acompanhou e foi encarregado de “edificar os engenhos das Minas da capitania vicentina, com 200 cruzados de salário. Em 1610, a Câmara de São Paulo o incumbiu da construção da matriz da vila. Sabe-se que teve uma questão judicial com os jesuítas e, por isso, foi excomungado e encarcerado durante vários anos, tendo seus bens confiscados ... Em certo tempo passou a fundir ferro, que transformava em ferramentas vendidas por elevado preço. Houve protesto contra esta alta de preço. A Câmara intimou Arzão a baixá-lo sob pena de 2\$000 de multa. Faleceu Cornélio Arzão em 1638. Foi casado com Elvria Rodriguez, filha do castelhano Martin Fernandez Tenorio de Aguilar, famoso bandeirante, conforme nos mostra o egrégio historiador das Bandeiras. Do seu casamento, ao que sabemos, nasceram:

I – **Braz Rodrigues Arzão** – Estêve entre 1671-74 na Bahia combatendo os silvícolas. Como capitão-mor da gente de leva participou da expedição de Jorge Soares de Macedo, em 1679, à Colônia do Sacramento. Depois de naufragar, ser prisioneiros, etc., voltou a São Paulo, onde foi Procurador do Conselho e ali se afazendeu. Como Capitão-mor da vila de Itu, faleceu em 1692. Azevedo Marques dá sua morte em 1680.

II – **Cornélio rodrigues Arzão** – Entre 1668 e 1671 o encontramos fazendo entradas no sertão. Era casado com Catarina Gomes. Faleceu como Capitão-mor de Itu, em 1684.

III – **Manuel Rodrigues Arzão** – Em 1662 foi Juiz de São Paulo e fêz entradas no sertão. Em 1672 recebeu uma carta do príncipe. Em 1672 era administrador da aldeia de Barueri. Foi caso com Maria de Azevedo.

IV – **Suzana Rodrigues Arzão** – Foi casada com Pedro Dias Botelho. Desta união, supõe Taunay (História Geral das Bandeiras, vol. VIII, pag. 268) nasceu:

1 – **João Dias de Arzão** – que o Dr. Luiz Gualberto declara ter tido por mãe Maria Henriques, e ser casado com Maria Pedrosa, e pai de Domingos Francisco Francisque, o “Cabecinha”. Declara ainda o historiador citado que João Dias de Arzão possuía um sítio ou fazenda na Barra-Grande, propriedade que depois passou a pertencer a Francisco Gomes Galhardo e sua mulher Ana Vieira e, posteriormente, foi vendida a Francisco Dias Belo, natural de São Francisco e filho de Christovam Dias Belo, nascido na Gram-Canária e que foi o tronco dos Belos francisquenses.

Quando, por 1655, o Capm. Manuel Lourenço de Andrade, com poderes do marquês de Cascais, veio fundar a vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul, entre outras sesmarias, concedeu a João Dias de Arzão uma na zona da lagoa de Acarahy. Quando, por 1679, chegou a São Francisco o Tenente de general Jorge Soares de Macedo, acompanhado de Braz Rodrigues de Arzão e outros, a caminho da ilha de Santa Catarina, a fim de reforçarem os elementos concentrados na Colônia do Sacramento, João Dias de Arzão forneceu a Macedo “um negro língua de terra” e – segundo o Dr. Gualberto – chefiando uma bandeira, penetrou “até as faldas de Buenos Aires”, explorando o sertão vasto e despovoado, onde encontrou as trilhas dos padres castelhanos, pertencentes à Companhia de Jesus. por 1680-81 exerceu êle o cargo de Juiz ordinário da Câmara da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco. Na devassa que se procedeu nesse tempo, certo Afonso Ortigas o acusou de “não andar muito composto” (achava-se embriagado), quando à frente de seu alardo, sargenteava a companhia”. Foi êle assassinado, em 1698, por um **carijó** da administração de Manuel Dias Velho (irmão do Capm. Francisco Dias Velho, colonizador da ilha de Santa Catarina). Fôra João Dias Arzão tomar uma satisfação a Manuel Dias Velho. Discutiam ambos, êste à janela de sua casa e Arzão da parte de fora, quando se aproximou Ascenço Dias, filho bastardo dêste. Percebendo Manuel Velho que êste vinha disposto a matá-lo, deu de mão à uma espingarda, mas foi logo abatido por tiro certo de Ascenço. Um caboclo **carijó** de Manuel Velho, vendo seu amo morto, abateu também com um tiro a João Dias de Arzão que, transportado para sua residência faleceu dois ou três dias depois. O assassino de Arzão fugiu para

Guaratuba onde Ascenço, que o perseguira, o matou, segundo testemunho de um tal Jorge Chaves.

V – **Maria de Arzão**

VI – **Ana Rodrigues de Arzão** – Foi casada com Belchior de Borba.

Mais tarde encontramos outro **João Dias de Arzão** casado com Maria do Rosário, com os seguintes filhos que achamos:

1 – **Pedro Dias de Arzão**, natural de São Francisco, casado a 10 de junho de 1810 com Leonor Freancisca Xavier, filha de Manuel de Souza Rêgo e Ana Francisca, viúva de Marcelino José Martins.

2 – **Luiz Dias Arzão** com uma propriedade à montante do “Pocinho” à margem esquerda do Itajaí.

Quando foi da correição do Ouvidor Pires Pardinho em São Francisco, por 1720, um **Miguel Dias de Arzão** e o seu parente **José Vieira de Arzão** (seriam ambos filhos ou irmãos do sobredito João?) alcançaram votos para exercitarem o cargo de Capitão-mor da vila. Êsse Miguel, segundo informações do Sargento-mor, M. Gonçalves de Aguiar, prestadas em 1711, explorava as já esgotadas faisqueiras de ouro de Itajaí. José Vieira, de quem trataremos abaixo, também alcançou votos para Capitão das Ordenanças da repartição da vila e da Barra-Grande, informa-nos Carlos da Costa Pereira.

Em 1775 o Capm. **Antônio Marques Arzão**, com cinco companheiros andou varejando o sertão catarinense à cata de minas metalíferas; diziam que êle achara prata. E, 1785, vivia êle em Lajes e com a morte do Capitão-mor Correia Pinto, na eleição havida, para substituí-lo, Arzão alcançou o 3º lugar. Êle, juntamente com o Capm. Antônio José da Costa, contratou a abertura da estrada para Lajes, na parte que ia da Guarda-velha ao Trombudo, por 9.600\$000 rs., O serviço foi principiado a 14 de novembro de 1788 e terminado em 6 de dezembro de 1790.

Encontramos, posteriormente, um **Antônio Rodrigues de Arzão** e um **Manuel Correia Arzão**, sem outra indicação.

Vimos ainda, em 1794, **Matias Dias de Arzão** ser aquinhoado com uma sesmaria em **Itajaí**. Refere o Dr. Gualberto que um **Mateus** (seria o Matias?) **de Arzão**, sertanista, havia extraído ouro do morro do Tayó; e que, em 1829, a Câmara de Destêrro informava ao govêrno provincial de que o dito Arzão tirara ouro de muito boa qualidade no referido morro.

Paulo J. Miguel de Brito, em sua preciosa “Memória política” (1816) ao referir-se a Itajaí, escreveu que o fundeadoiro do pôrto “é defronte de uma **Fazenda** de lavoura, chamada do **Arzão**, única que com casa ali se encontra”.

O atual arrabalde da cidade de Itajaí, chamado **Fazenda**, foi constituído em terras da antiga propriedade de Felícia Alexandrina de Azeredo Leão Coutinho – diz-nos José Alexandre Boiteux em seu “Dicionário histórico e geográfico”.

Esta senhora era a 2ª espôsa de Alexandre José A. Leão Coutinho [...]

Os “Leão Coutinho”

De Miguel Gonçalves de Araújo, natural de Itambi (estado do Rio de Janeiro), e de sua mulher Bárbara da Costa, natural do Rio de Janeiro, nasceu no princípio do século XVIII em Macacu, **Miguel Gonçalves Leão** (2º). Seguiu êste a carreira das armas. Foi promovido a Capitão em 11 de março de 1752. Casou com D. Rita do Espírito-Santo de Melo Azeredo Coutinho, também do Rio de Janeiro. Veio êle servir na guarnição militar de Santa Catarina. Alcançou uma sesmaria em Caiacanga a 21 de agosto de 1761 e uma outra na estrada do Ribeirão (também na ilha) em 6 de setembro de 1764. Em junho de 1773 comandava a fortaleza de Araçatuba, na barra do sul. Com a invasão espanhola de 1777 portou-se com muita bravura e hombridade, tanto assim que “foi muito elogiado pelo seu comportamento; e por que já era falecido (no hospital do Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 1781) determinou el-rei, pelo decreto de 14 de janeiro de 1786, que fôsem atendidos “seus serviços aos requerimentos de seus filhos; em virtude de que perceberam êstes até o falecimento do último, o Capm. David de Azeredo Leão Coutinho, o sôldo que vencia seu honrado pai, como se vivo fôra”, escreve Almeida Coelho. Sua espôsa já era falecida em 1782. Do casal Miguel Gonçalves e Rita Maria, ao que apuramos, nasceram:

I – **Alexandre José Azeredo Leão Coutinho**, nascido no Rio de Janeiro. Como o pai, seguiu a carreira militar. Sendo Porta-bandeira do Regimento de linha da terra (Barriga-Verde), foi a Portugal requerer a remuneração dos serviços seus e de seu pai; obteve a promoção a Capitão efetivo e o cargo de Governador da fortaleza de Santa Cruz do Anható-mirim, que assumiu a 3 de novembro de 1787. Foi depois promovido a Major, reformando-se em Tenente-coronel (vide decreto de 14 de janeiro de 1786). Em 1793 alcançou uma sesmaria no **Itajaí**, onde estabeleceu uma fazenda. Era casado com D. Fortunata Amélia de Azeredo Leão Coutinho Catela, filha de José Antônio Catela, natural de Milão, e de Ana Joaquina Catela. Enviuvando a 26 de fevereiro de 1798 (sua

mulher tinha 20 anos) casou pela 2ª vez com D. Felícia Alexandrina Azeredo Leão Coutinho (acima referida). O Tenente-coronel Alexandre J. A. Leão Coutinho faleceu com a idade de 64 anos, a 8 de outubro de 1815. Dos dois casamentos nasceram:

[...]

6 – **João**. Estabelecido em Pedra de Amolar, defronte da Ilhota à margem esquerda do Itajaí.

[...]

V – **Domingos de Azeredo Leão Coutinho**, morador na “Volta-grande”, à margem esquerda do rio Itajaí.

Os “Henrique Etur”

Acredito ser filho de **Teodoro Henrique Etur**, natural de Lisboa, filho de **Nicolau Carlos Benjamim Etur** e de Ana Joaquina Rosa, que casou no Destêrro (Florianópolis), a 28 de junho de 1819 com Maria Tibúrcia de Souza Medeiros, filha do Tenente Sálvio Antônio de Medeiros e de Antonia de Andrade.

I – **Henrique Etur** era casado com Maria Leopoldina. Em 1836 era Tenente, morava em Itajaí e era proprietário de uma lancha. Foi comandante militar do Batalhão de milícias de Pôrto-belo em 1842. Como Major esteve à testa da Colônia Itajaí. Enviuvando, casou segunda vez. Faleceu em Itajaí a 29 de setembro de 1861, no posto de Tenente-coronel. Teve os seguintes filhos:

1 – **Henrique Frederico Benjamim Etur**, Capitão da Guarda-nacional;

2 – **Augusto Frederico Benjamim Etur**.

TEXTO 13

Mais uma prova contra Drummond. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1958. Capa.

Para mim, bastam os documentos já publicados, para me darem a certeza de que a história da fundação da cidade de Itajaí está muito mal contada e que o seu fundador não é o homem como tal apontado e festejado.

Realmente, o teor do Aviso Real, de 4 de fevereiro de 1820, que mandou medir duas sesmarias, cedidas anteriormente a El-rei, nas margens do Itajai-mirim, combinado com o do outro Aviso, do dia seguinte, 5 de fevereiro, que determinou a Drummond seguisse para Santa Catarina, a fim de tomar posse de “humas terras para o mesmo Senhor (El-rei), junto ao Rio Itajahi-mirim, para nelas formar um estabelecimento” é de molde a não deixar dúvida alguma sobre o local em que Drummond mandou fazer derrubada de mata para iniciar uma colônia.

Êsse local foram as sesmarias concedidas em 1799 e 1800 ao comandante da fortaleza dos Ratones, coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo e dna. Ana Margarida de Santa Cruz, respectivamente, e que estes cederam a El-rei, para que ali se fundasse uma colônia oficial, cujos primeiros colonos, além dos descendentes dos açoritas, que viviam amontoados na Ilha de S. Catarina; seriam imigrantes de Nova Ericeira e soldados do 2º Batalhão do 12º regimento, a que se deu baixa.

O mapa, publicado à página 149 de “Blumenau em Cadernos”, não deixa dúvida quanto à situação dessas sesmarias: ficavam às margens do Itajai-mirim, começando cerca de duas léguas acima da confluência desse rio no grande Itajaí e estendendo-se mais duas léguas, pelo mesmo Itajaí-mirim acima, nos terrenos, portanto, integrantes do município de Brusque. Ali, pois, é que Drummond deveria fundar uma colônia e não no local da atual cidade de Itajaí.

Os documentos que examinei, autorizaram-me a fazer deduções nas quais me baseei muitas vezes, para afirmar que Drummond não praticara, no local em que se levanta a cidade, nenhum ato de colonização e que a versão de que êle aí construira um engenho e uma sumaca e mandára serrar tábuas, com que carregára essa embarcação, não encontra apoio histórico algum; é uma lenda que precisa ser desfeita para que o

povo itajaiense não esteja passando, a si mesmo, atestados nada condizentes com os seus fôros de cultura e de indiscutível amor à verdade histórica e ao seu torrão natal.

Agora, mais um documento me vem às mãos, confirmando, plenamente, tudo quanto venho asseverando.

O ilustrado contrerrâneo e mestre insigne da história catarinense, almirante Lucas Boiteux, a pedido meu, examinou, no arquivo do Exército, a correspondência trocada entre o ministro da guerra de 1820 (que era o mesmo Vilanova Portugal) e o presidente da provincia de S. Catarina, Tovar e Albuquerque. Dêsse exame resultou muita luz sôbre a questão, com o encontro do registro do officio de 19 de setembro daquele ano, que se encontra no 2º livro de Correspondências.

Nêsse officio, o ministro Vilanova, respondendo ao que Tovar e Albuquerque lhe endereçara, em 8 de agosto, anterior, e no qual informava que “se achava pronto o corte de madeiras ESTABELECIDO NAS SESMARIAS DA CORÔA, JUNTO AO RIO ITAJAHI MIRIM” (é meu o destaque), dizia-lhe que “remettesse as 40 dúzias de madeira, bem como as mais que se fossem aprontando, para a Côrte”, para o edificio do Museu Real, sendo dirigidas ao negociante Tomaz Pereira de Castro Viana.

Ai está mais um documento decisivo. Onde Drummond mandou derrubar madeira e transformá-la em tábuas, foi nos terrenos do município de Brusque, nas duas sesmarias já citadas, às margens ao Itajaí-mirim. E ali é que foram embarcadas as tábuas na sumaca “São Domingos Loureno”, por esta transportadas à Côrte.

E resultam, ainda, outras deduções dêsse officio. Mas isso será matéria para outro artigo.

O fato concreto, definitivo, a se deduzir de tudo isso é que Drummond não fez cousa alguma no local da atual cidade de Itajai e é até bem provável que êle nem ali tenha estado alguma vez.

Considerá-lo, pois, o fundador da bela cidade à foz do grande rio que lhe dá o nome, é uma heresia histórica que precisa ser extirpada.

TEXTO 14

O historiador José Ferreira da Silva e o fundador de Itajai - Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Marcos Konder. Jornal do Povo de 23 de novembro de 1958. Capa.

O nosso jornalista e historiador J. Ferreira da Silva volta num artigo intitulado “Mais uma prova contra Drummond” a contestar novamente o fato de Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond ter realizado nas margens do Itajaí ato algum de posse. O que o próprio Drummond escreveu na “*Biografie Universelle et Portative des Contemporains*” e no que eu me baseei, quando escrevi a “Pequena Pátria”, para J. Ferreira da Silva não tem valor algum. Em vez disto Ferreira da Silva manda Drummond para Brusque, sem se lembrar que Brusque foi fundada mais tarde pelo Barão von Schneeberg. A distância de Itajaí aos limites de Brusque (Limeira) são nada menos de 38 quilômetros. Ele tem também a liberdade de afirmar que Drummond provavelmente nem tenha estado em Itajai. Ora, como naquele tempo não havia estradas de rodagem – a primeira entre Itajai e Camboriú foi construída no meu tempo pelo governo Estadual – Drummond teve necessariamente de vir numa embarcação para desembarcar em Itajai. Como o Itajai-mirim ou Rio Pequeno desagua na Barra do Rio, bairro que hoje faz parte da cidade, é possível que o barco de Drummond tenha sido construído na foz deste rio.

Mas, Ferreira da Silva vai mais longe ainda. A história da fundação de Itajai para ele é uma rebelião, tanto assim que me crisma de herético, porque acredito no que Drummond escreveu.

Para terminarmos esta controversia histórica vamos transcrever o que publicou o Conselho Nacional de Estatística sobre Vasconcellos Drummond nos seguintes termos:

“Afastado da Côrte pelo Ministro de D. João VI, Vila Nova Portugal talvez devido às suas idéias avançadas que o tornavam indesejável, Vasconcellos Drummond chegara a Santa Catarina em 1819 e, depois de percorrer o litoral catarinense, teria fundado uma povoação na margem do rio Itajai. Veio então ao

Rio de Janeiro a fim de obter apoio do govêrno central e, conseguindo-o, voltou a Santa Catarina em 1820 instalando no local escolhido o primeiro engenho de serra da região e um estaleiro. Já no ano seguinte um barco lá construído, a sumaca “São Lourenço”, levava para a metrópole um carregamento de feijão, milho e tabuado, produtos da nova colônia. Drummond permaneceu dois anos no novo povoado, findos os quais se retirou a chamado da Côrte. Sucedeu-o na direção da colônia o Coronel Agostinho Alves Ramos, que tomou a si o encargo de colônizar as terras que marginavam o maior rio do litoral catarinense”.

Assim sendo terminemos esta contenda. O dr. Antonio Menezes de Vasconcellos Drummond realizou os atos de posse e o Coronel Agostinho alves Ramos foi o seu sucessor e tomou a si o encargo da colonização.

Sinto não poder responder a novas objeções do sr. J. Ferreira da Silva porque tenho em impressão ainda dois trabalhos meus que devo corrigir e publicar. Por fim quero mandar-lhe o livro do sr. R. Magalhães Junior com o título “O Império em Chinelos”, a fim de mostrar o que proclamou outro historiador e academico sôbre o carater nobre e digno do estadista Antonio Menezes de Vasconcellos Drummond. Ele foi de fato um homem de bem e de verdade, cujo nome ficará não só na história de Itajaí, mas também da diplomacia Brasileira.

TEXTO 15

A Pequena Pátria – respondendo Marcos Konder. Nemésio Heusi.
Jornal do Povo de 30 de novembro de 1958. Capa.

Nunca meditei tanto na vida como para escrever êste artigo.

Inicialmente, como quem prova que conhece a História de Itajai, de “fio a pavio”, vamos, a propósito, recordar fatos por vezes pitorescos, do velho Itajai de 12 de Outubro de 1920. Daquêle dia memorável do seu centenário de fundação e também, da bela e admirável conferência que fez Marcos Konder, nosso querido Prefeito de então, autor e pai de tão auspiciosa data, que desventuradamente, decorridos trinta e oito anos, êste humilde munícipe vem dizer que: tanto a data como o fundador de Itajai não confere e, dizer ao velho mestre, usando ... “expressões pouco recomendáveis numa discussão amigável”.

Não! Impossível! Dizer tamanha calamidade ao Papa da História de Itajaí.

Vamos, portanto, rememorar fatos sem ferir a dignidade dos assuntos históricos em tela. Vamos recordar para viver, mesmo porque eu seria incapaz de usar “expressões pouco recomendáveis para um amigo de meu velho pai a quem tanto prezo, a uma saudade que nunca soube esquecer. Mas ... o que se há de fazer; se porém Marcos Konder, interpretou como “expressões pouco recomendáveis” tudo que já escrevi sobre esta controversia histórica? Não! Não me cabe culpa do seu pessimismo interpretativo, do seu modo de reproduzir o meu pensamento, tão errôneamente.

Mas, voltando à razão dêste artigo ... lembro-me como se fôra hoje, o dia 12 de Outubro de 1920 foi um dia festivo para Itajai, um dia que jamais esquecerei porque foi o dia que pela primeira vez usei calçados. Eu tinha então, onze anos de idade, e estava no terceiro ano primário do Grupo Escolar Victor Meirelles. Naquêle dia tôdas as escolas formaram em homenagem a data e para ouvirem a palavra do nosso ilustre e culto Prefeito. A proporção que os festejos se desenrolavam, os meus pés ardiam como brasa e, ainda que pareça incrível, por mera coincidência, no momento em que Marcos Konder falava eu desmaiava, caindo redondamente. Eram os sapatos, os malditos sapatos!

Pois bem. Trinta e oito anos depois daquela queda e daquêles desmaio que me impediram de ouvir tão memorável conferência, o destino me fez aráuto do seu protesto histórico e me coloca frente a frente, numa polêmica com o Prefeito de então, que naquela época era para todos nós filhos de Itajai, como ainda hoje o é, um oceano de saber. Mas, voltando ao caso de “Pequena Pátria” de Marcos Konder, vamos analisar o escritor, o historiador e não o homem que, lamentavelmente, tem a suscetibilidade muito a flôr da pele.

Todo fundo histórico de “A Pequena Pátria” tem suas raízes nas “Anotações” de Drumond feitas a sua biografia em 1836 publicada na “Biografia Universelle et Portative des Contemporains”, assim diz Marcos Konder a página 7.

Sendo assim, vamos então às próprias “Anotações” verificar o que diz Drumond sôbre Itajai.

Eis ... “Alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajai; mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia ali se construiu uma sumaca denominada “S. Domingos Lourenço” que foi a PRIMEIRA EMBARCAÇÃO daquele lote que PASSOU A BARRA DO ITAJAI, (os grifos são meus) carregada de feijão, milho e tabuado apra o Rio de Janeiro. Do Rio Itajai já mandei a madeira para obra do Museu do Campo de Sant’Ana e mandei de presente porque era serrada e cortada a minha custa.”

Eis tudo que disse Drumond sôbre Itajai, neste ponto eu repto o historiador Marcos Konder a provar que mais alguma coisa êle houvesse dito sôbre Itajai.

Como se vê Drumond não fala no Itajai-açú e nem por sombra se refere a fundação de colônia, nem de construção de engenhos de serrar.

Que êle mandou serrar as madeiras no Itajai, ninguém nega. Mas foi no ITAJAI-MIRIM nas duas sesmarias de El-Rei que José Ferreira da Silva já provou COM DOCUMENTOS IRREFUTAVEIS serem as terras em que Drumond deveria fundar uma colônia, ou seja, no território de Brusque. Marcos Konder mesmo baseado nas “Anotações” de Drumond, não poderá provar que êle tivesse feito alguma coisa no local em que hoje se assenta a cidade de Itajaí. Tal prova será impossível a Marcos Konder e é isto que eu repto para que possamos continuar discutindo o assunto, porque foi em a Pequena Pátria que eu aprendi na escola algo sôgre a data de fundação e o fundador de Itajai, como sendo 12 de Outubro de 1820 e Antonio Menezes Vasconcelos de Drumond como seu fundador. Tudo isto é pura fantasia e eu lavro o meu protesto para que não se ensine às futuras gerações erradamente, como a mim ensinaram.

Tenha paciência Cél. Marcos Konder, romance é uma coisa e história é coisa muito diversa. Eis porquê eu continuo dizendo: houve precipitação de Marcos Konder em querer dar data e fundador para Itajai e, é em face desta precipitação, que a “Pequena Pátria” está cheia de êrros, omissões e injustiças históricas como fartamente tenho provado em face de meus inúmeros artigos a respeito. São êrros históricos e não leviandades nem mentiras como assim escreveu meu caro Marcos Konder em o nosso querido Jornal do Povo de 16 de novembro, corrente.

Aguardo portanto a sua volta, sem melindres, e, mais uma vez creia, eu conheço de “fio a pavio” a historia de minha terra e não é favor nenhum conhecê-la, é obrigação de todos os que como eu, muito amam Itajaí.

Estou disposto a convidar Marcos Konder para fazermos uma mesa redonda em Itajai e discutirmos públicamente, diante do seu Povo o assunto de sua fundação e colonização. As provas virão a luz da verdade histórica e é isso que interessa a cultura da gente de minha terra.

Não fuja Cél. ao convite e marque data.

TEXTO 16

A Pequena Pátria – Respondendo a Nemésio Heusi. Marcos Konder.
Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

Estive ausente alguns dias de Itajaí. Na volta encontrei entre a minha correspondência um exemplar do “Jornal do Povo” no qual o meu amigo e conterrâneo Nemésio Heusi contesta outra vez as minhas afirmações sobre a fundação de Itajaí por Antonio Menezes Vasconcellos de Drummond.

Liquidemos primeiro o caso das expressões pouco recomendáveis em discussões amigáveis. Nemésio achou precipitada a minha afirmativa, o que quer dizer leviano. Ele poderia ter dito que fui parcial, baseiando-me exclusivamente na declaração do próprio Drummond na sua biografia em francês dos Contemporâneos. Também Nemésio empregou a expressão **não é verdade**, quer dizer **mentira**, quando podia ter dito não é exato.

Quanto ao caso da fundação, Nemésio acha que não deve ser **romance** e J. Ferreira da Silva entende ser uma **religião**. Para um eu sou, portanto, um herético e para outro um romancista. Entretanto, existe para ensinar nas escolas o último trabalho oficial do Departamento Estadual de Estatística sobre os **Aspétos Históricos de Itajaí**, publicado no tempo do Governador do Estado Irineu Bornhausen. Assim teremos como realizador das posses Drummond e como seu sucessor e colonizador Agostinho Alves Ramos. Contentamos ambas as partes e não precisamos de mesa redonda, a qual mesmo não posso aceitar, tenho ainda dois trabalhos meus a corrigir, imprimir e publicar. Depois estou colecionando dados para as minhas memórias. Devo declarar alto e bom som que não me julgo um historiador e sim apenas um modesto compilador de impressões e fatos que interessam aos meus poucos leitores.

Quanto ao valor literário da “A Pequena Pátria” peço ao meu amigo e conterrâneo Nemésio Heusi que leia as seguintes palavras que escrevi sobre o amor da Pátria grande e pequena. São conceitos para todo o brasileiro lêr e meditar. ...

TEXTO 17

Ainda Itajai e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

Ao dar à publicidade documentos que comprovam, sem dúvida alguma, que as terras que Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond recebera a incumbência de colonizar, situavam-se às margens do Itajai mirim, cêrca de 18 a 20 quilômetros acima da sua confluência no açu, no atual município de Brusque e, não, no local em que assenta a cidade de Itajai, não tive intuito de entabolar polêmica com quem quer que seja.

Mesmo porque o assunto parece-me não comportar discussões acaloradas, embora amigáveis. Trata-se, apenas, de julgar boas, ou não, as provas apresentadas.

O que, como o meu ilustrado amigo e digno itajaiense, Coronel Marcos Konder, se baseiam nas “Anotações” à biografia de Drummond, para afirmar ter êste lançado os fundamentos da cidade que assenta à foz do Itajai açu ligam-se a argumentos muito frágeis e inconsistentes. Isso porque o próprio Drummond é o primeiro a tachar de “muito exagerados” os fatos que a “Biographie” lhe atribue e, nas “Anotações”, tão citadas ultimamente, o biografado não afirma cousa alguma.

Para aquêles que estão acompanhando, com completa isenção de ânimo, a série de artigos publicados, nas últimas semanas, na imprensa de Itajai e desejam conhecer a verdade histórica, sem considerar méritos ou desméritos pessoais de quem a enuncie, vamos apontar os testemunhos em que se fundam os que teem tratado do problema.

Como é sabido, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, funcionário da chancelaria do reino, tendo caído no desagrado de D. João VI, por professar idéias emancipacionistas, foi mandado, em 1819, para Santa Catarina onde passou alguns mêses sob as vistas do governador da capitania, Tovar e Albuquerque. tendo retornado à côrte no fim daquele ano, apresentou ao ministro Vilanova Portugal, seu protetor, planos para a colonização de terrenos no Itajai mirim, além de sugerir medidas de interêsse do desenvolvimento de tôda a capitania. Em consequência de um aviso real, de 5 de fevereiro de 1820, Drummond voltou à Santa Catarina, ai permanecendo até

fevereiro de 1821. Tomou depois parte muito ativa nas lutas pela independência, sendo exilado com os irmãos Andrada.

Anos depois (1836) a “Biographia Universelle et Portative des Contemporains”, de Paris, publicou uma ligeira biografia de Drummond, na qual, entre outras coisas, afirma o seguinte sobre a segunda estada do biografado em Santa Catarina e que traduzimos do original francês:

“Ele desembarcou, então, de novo em S. Catarina, venceu todos os obstáculos que se lhe antepuseram num país ainda selvagem, concebeu e executou a navegação do grande rio Itajai, estabeleceu povoados sobre as duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu estradas, aproximou, assim, grandes distâncias e conseguiu, em fim, animar, pela sua infatigável presença, um estado que parecia, ainda, no caos primitivo.”

Tão fantásticas eram essas afirmações (e quem sabe a história de Santa Catarina das primeiras décadas do século passado, tem perfeito conhecimento disso) e tantas outras inverdades havia na sua biografia que Drummond, em 1861 escreveu as conhecidas “Anotações” que Melo Moraes fez publicar no volume XIII dos “Anais da Biblioteca Nacional”.

Comentando o trecho traduzido acima, o próprio Drummond contesta o seu biógrafo no item 7, desta forma:

“Há, aqui, muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajai; mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada “São Domingos Lourenço” que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajai carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Do rio Itajai mandei a madeira para a obra do Museu do Campo de Sant’Ana e mandei de presente por que era cortada e serrada à minha custa.”

E, num tópico do item 6, Drummond adianta:

“Durante o meu exílio na Europa, sendo colaborador do “Journal de Voyages” etc, publiquei vários artigos concernentes aos interesses do Brasil e

em um ou dois deles falei do Rio Itajai, do célebre monte Taió, onde há, segundo se supõe, abundantes minas de prata, e da minha viagem e residência nas margens daquele rio”.

Interessado em saber o que Drummond realmente fizera às margens do Itajai, ousei escrever à Biblioteca Nacional de Paris e mandei mesmo buscar microfilmes de um dos artigos (eram apenas dois e, não, vários) de Drummond no qual êle a isso se referia.

Depois de contar cousas sôbre a descoberta da prata por Dias de Arzão, a prisão e morte dêste em Lisbôa, Drummond arrematou assim o seu artigo:

“O rio Itajai, sôbre cujas margens eu comecei a formar um estabelecimento, é bem navegavel Permita o céu que as guerras e os males que elas consigo trazem, não tenham destruido os fundamentos da colônia que eu comecei a estavbelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821”.

Eis quanto se sabe, pelo próprio Drummond, sôbre a sua estadia nas margens do Itajai e, como se vê, tratando dêsse rio, nunca distinguiu entre o açu e o mirim.

Conhecedor, pois, de tudo quanto a respeito se acha registrado na “Biographie” e nas “Anotações”, diga-me agora o leitor imparcial, o que vem acompanhando, desapaixonada, serenamente, esta exposição, se é lícito deduzir, do que ficou transcrito, a versão que a “Pequena Pátria” dá para a fundação de Itajaí e que é a seguinte:

“Fôra isto em 1819; tinha então Drummond 25 anos. Chegando a Santa Catarina e preparada com vagar e método a expedição memorável, provida de tudo, inclusive dos elementos precisos para a construção de um engenho de serrar e de um pequeno estaleiro, Drummond singrou com a sua pequena flotilha em demanda da barra do Itajai, em cuja foz ancorou para estabelecer a sua colônia em uma das suas margens. Bem depressa a atividade e a energia dos primeiros colonos, sob a direção criteriosa e inteligente do seu chefe, frutificaram. Armado o engenho em um dos ribeirões mais próximos, foram as matas reduzidas a toras e as toras a tabuado; os roçados transformados em sementeiras de milho e de feijão. Simultâneamente trabalhava-se febrilmente na

construção do primeiro barco, a sumaca “São Domingos Lourenço” que, decorridos apenas doze meses, deixava o porto de Itajai em demanda do Rio de Janeiro, levando em seu bôjo um carregamento de milho, feijão e taboado, o produto abençoado dos primeiros itajaienses. Estavam, assim, conquistadas definitivamente para a civilização as terras banhadas pela foz do nosso rio e fundado o povoado, que deu origem à nossa pequena cidade.”

Pergunto novamente: é lícito? Não, não é. Não houve **expedição memorável**, não houve **pequena flotilha**, nem grande, não houve **construção de engenho** algum, nem houve chegada e desembarque no pôrto da atual cidade de Itajai.

Indiscutivelmente, a “Pequena Pátria” avançou demais o sinal.

Baseado nas próprias palavras de Drummond, nessas mesmas que transcrevemos acima e que foram, lamentavelmente, mal interpretadas pelo autor da “Pequena Pátria”, pôde-se, assim, reduzir os fatos às suas verdadeiras proporções. E isso, repito, sem desmentir Drummond, sem negar uma só das suas afirmativas, antes nelas baseado.

Drummond realmente esteve, em 1820, no rio Itajai e ali mandou derrubar madeira e serrar tábuas e certamente tomou providências para fundar uma colônia. Mas tudo isso foi feito, não no local da atual cidade de Itajai, mas no Itajai mirim, 18 quilômetros em réta, para cima da confluência dêste no açu.

A prova provada disso, encontra-se nas próprias “Anotações” e no aviso real de 5 de fevereiro. Senão vejamos:

No item 6 das “Anotações”, Drummond escreve: “Quando regressei a Santa Catarina, encarregado da comissão de que fala a biografia **a qual tinha por fim colonizar as terras que banham o rio itajai ...** (Anotações, pag. 10).

Drummond fôra encarregado dessa comissão pelo aviso real de 5 de janeiro de 1820, que tem o seguinte teor:

“El rei N. S. he servido que Vmecê vá se apresentar a João Vieira Tovar Albuquerque, governador da capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse d’huãs terras para o mesmo Senhor **junto ao rio Tajahy-mirim**, afim de nelas formar uma estabelecimento segundo a direcção que lhe ha de dar o mesmo Governador, na forma das Instrucções que serão a êste dadas por esta Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmcê para que assim se execute. Deus Guarde a Vmcê. Paço, em 05 de fevereiro de 1820.”

Diante dos termos desse aviso, pôde-se lá admitir que Drummond viesse, com uma flotilha, colonizar a foz do Itajai açu, contrariando as próprias ordens reais que o mandavam para o Itajai-mirim?

Mas, além dessa, que só por si é decisiva, há ainda provas melhores.

Nas margens do Itajai-mirim, haviam sido concedidas, em 1779 e 1800, respectivamente, duas sesmarias de uma légua quadrada cada uma, a Ana Margarida Melo Rodrigues e ao Tenente-coronel Joaquim Sales e Melo, comandante da fortaleza dos Ratoes. Naturalmente, por interferência de Drummond e de Tovar e Albuquerque, os proprietários citados se prontificaram a ceder essas sesmarias a El-Rei, retornando-as, assim, ao domínio da corôa.

Por outro aviso real, datado de 4 de fevereiro do mesmo ano, foram mandadas medir e demarcar essas glebas.

Nessas sesmarias – terras de El-Rei – é que Drummond deveria fundar a sua colônia: ali é que êle esteve e mandou derrubar toras e serrar tábuas que ali mesmo foram carregadas na sumaca “São Domingos Lourenço”, que para isso deve ter subido o Itajai-mirim.

Drummond não poderia fundar colônia, derrubar mato e praticar outros atos de colonização em terras de propriedade privada, como já era então as terras da foz do Itajai-açu, onde haviam requerido e recebido sesmarias, desde 1792, Alexandre de Azerêdo Leão Coutinho, Domingos Francisco de Souza e muitos outros relacionados nos Boletins do Arquivo Nacional.

Em 1820, quando Drummond veio a Santa Catarina pela segunda vez, as margens dos dois Itajai, o açu e o mirim, até grande altura, já estavam concedidas e em comêço de povoamento e cultura. Assim, para que Drummond pudesse fundar um estabelecimento, foi preciso que os dois sesmeiros citados devolvessem ao domínio da corôa as duas sesmarias mandadas medir pelo aviso de 4 de fevereiro.

Outra prova de que foi nessas sesmarias que Drummond mandou fazer derrubadas, está no officio que o governador da Capitania dirigiu ao ministro Vilanova e no que êste, em resposta, endereçou ao governador de S. Catarina, em data de 19 de setembro de 1820.

No primeiro dêsses officios, Tovar informa o Ministro de que “se achava pronto o corte de madeiras estabelecido nas sesmarias da corôa, junto ao Rio Itajai-mirim.” No segundo, o ministro determinava que “remettesse as 40 dúzias de madeira, bem como as

mais que se fossem aprontando, para a Côrte, para o edifício do Museu Real, devendo ser consignadas ao comerciante Tomaz Pereira de Castro Viana.”

Poderá haver cousa mais clara, argumento mais decisivo?

E a sumaca? perguntará o leitor.

A sumaca, possivelmente, foi construída às margens do Itajai-açu e muito provavelmente nas proximidades do local em que se encontra o Jardim Lauro Mueller e que, no começo do século, era conhecido por “estaleiro”, ou ainda na margem esquerda, no atual Navegantes, mas sem interferência de Drummond. Êste, nas “Anotações” diz: “... ali construiu-se uma sumca”, o que é cousa diferente de “mandei” construir, ou “providencie” a construção. Tivesse tido influência na construção da sumaca ele teria usado outros termos, como fez com a madeira que mandara serrar: “dali mandei a madeira para a obra do museu ...” e “ ... mandei de presente porque era serrada e contada à minha custa... uma parte da madeira que mandei para as obras do museu ...” etc. Quanto à sumaca, diz apenas: “ali construiu-se”. E Drummond, diga-se de passagem, não era homem que perdesse oportunidade de deixar bem caracterizados os atos que praticava. As suas “Anotações” provam-no de sobejo. Ele não pecava pela modéstia, como já tive ocasião de ressaltar em outro artigo.

Em 1820, quando Drummond esteve em Santa Catarina, os muitos moradores que já existiam nas duas margens do Itajai-açu, especialmente na margem norte, espalhando-se, dali, pela praia de Itajaí até Armação e Barra Velha (veja-se o que Saint-Hilaire diz a respeito), dedicavam-se, em grande parte, ao corte de madeira e à construção de embarcações, à pesca e à pequena agricultura. Tenho provas, nos livros de informações de terras da Câmara de Porto Belo de que havia carpinteiros nas margens do açu, desde os comêços do século passado.

Quanto ao engenho de serrar, desafio a quem quer que seja, me comprove com documentos fidedignos, que existisse algum em Santa Catarina, antes de 1840.

Até então, toda a madeira para construção, abatida na província, era serrada a braços, no sistema de estaleiro. Eu agradeceria a quem me provasse o contrário.

Não tenho vaidades de ensinar história de Santa Catarina a ninguém. Pelo contrário, o que desejo é aprendê-la e ficaria muito reconhecido a quem trouxesse elementos novos, mas seguros, incontestáveis, para esclarecimento desta controvérsia.

Difícilmente posso crêr tenha o sr. coronel Marcos Konder, para corroborar o engano em que labora, mencionado o testemunho do Conselho Nacional de Geografia e Estatística que, em 1955, publicou um folheto sobre Itajai. Isso porque os argumentos

em que se baseia o autor dêsse folhêto foram colhidos exatamente na obra de Marcos Konder. Ora, não é necessário ter-se grandes noções de direito, mesmo rudimentar, para saber-se que não há valor algum no testemunho em causa própria. Aliás, o sr. Konder não transcreve todo o teôr da parte inicial do folheto do IBGE sôbre Itajai.

Se o fizesse, teriam visto os leitores que até o mesmo IBGE duvida da veracidade da versão dada pela “Pequena Pátria”.

O folheto começa assim:

“As opiniões divergem quanto aos primeiros povoadores da região onde se instalaria mais tarde o municipio de Itajai. Teria sido Matheus Arzão, segundo uns, o primeiro morador de Itajaí, com uma “fazenda de lavoura”. Há quem afirme, porém, que, como alguns pescadores espanhóis e portugueses que ali pousavam, Arzão não se haveria fixado no local. Marcos Konder atribui a Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond a fundação do primeiro núcleo populacional da futura cidade de Itajaí.”

E segue-se o trecho que o sr. Konder citou em seu artigo.

Mas poderá isso servir-lhe de argumento?

Deixo ao próprio senhor Konder – homem incontestavelmente culto e probo – a resposta.

Outra afirmativa que o ilustre autor da “Pequena Pátria” não devia ter feito foi a de que, no tempo de Drummond (1820) “não havia estrada de rodagem” e que “a primeira entre Itajaí e Camboriú foi construída no seu tempo pelo govêrno estadual.”

Leia o prezado amigo Marcos Konder o que diz o nosso Almeida Coelho, na sua conhecida “Memória Histórica” (pág. 189):

“A estrada do litoral, (na terra firme) desde São Francisco até a Ilha de Santa Catarina foi mandada abrir pelo dr. Ouvidor de Paranaguá, Manoel dos Santos Lobato, como se vê duma carta que dirigiu à Câmara de Laguna em 24 de outubro de 1736. Parte desta estrada, isto é, desde o lugar denominado Inferninho, na freguezia de S. Miguel, até São Francisco, foi reparada, (pelos moradores, sem estipêndio algum) pelo governador, o brigadeiro Francisco de Barros de Moraes Araujo Teixeira Homem, no ano de 1785” etc.

E poderia citar dezenas de outros documentos a respeito. Excuso-me, porém, de o fazer porque, culto como é o sr. Konder deve conhecer o que há a respeito e, bem assim, a história de Blumenau e a do seu próprio município e, consequentemente, conhecer o fato de que muitos anos antes do sr. Konder nascer, já Agostinho Alves Ramos, o dr. Blumenau, o sábio Fritz Mueller, iam de Itajai para Destêrro a pé, a cavalo, ou de carro, pela estrada que das margens do Itajai-mirim seguia para a capital da província.

TEXTO 18

Confundir para prevalecer. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

Quando me dispuz a criticar “A Pequena Pátria” de Marcos Konder, no que se refere à data de fundação e ao fundador de Itajai, estudei durante longo tempo, pesquisando livros, artigos e jornais sobre tudo que diz respeito à história de Itajai. Desde a biografia de Antonio Menezes de Vasconcellos Drumond, as “ANOTAÇÕES” por êle feitas à sua *Biografie Universalle et Portatives des contemporaines*”, que aliás é a “Bíblia” de onde parte Marcos Konder para alegar ser o mesmo Drumond o fundador de Itajai e, insistentemente, persistentemente, teimosamente afirmar, o autor de “A Pequena Patria” que “As anotações” de Drumond assim o autorizam a dizer, quando nas próprias “Anotações” Drummond não fala sequer uma linha, uma palavra que se refira a um ato seu de fundação e colonização de Itajaí-açú.

Não acredito que se Drumond tivesse de El-Rei a missão de fundar uma cidade onde hoje se localiza Itajai; ao fazer suas “Anotações”, à sua biografia em Paris, a 21 de setembro de 1861 teria afirmado de modo satisfatório e categórico ser fundador de uma cidade a fóz do Itajaí-açú, enfim, da cidade de Itajai, porque naquela época (1861) Itajai já completara três anos de Municipio, pois, a Lei nr. 464, de 4 de Abril de 1859, converteu em vila a freguesia de Itajai e criou o municipio, desmembrando-o de Porto Belo.

Mas, porque Drumond omitiu em suas “Anotações” ser êle o legitimo fundador de Itajai?

Vamos ao que escreve o Almirante Lucas A. Boiteux, em “Blumenau em Cadernos” página 116, sobre “Itajai de Fazenda à Cidade”...

Sr. Antonio de Menezes Vasconcelos de Drumond.

El-Rei N.S. He servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira de Tovar Albuquerque, Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse d`huãs Terras para o mesmo Senhor JUNTO AO RIO TAJAY-MIRIM, afim de nelas formar HUM ESTABELECIMENTO segundo direcção

que lhe ha de dar o mesmo Governador, na forma das Instruções que serão a este dadas por esta Secretaria d'Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmce. para que assim se execute. Ds. Ge. a Vmce. Paço em 5 de fevereiro de 1820. Tomaz Antonio de Villa Nova Portugal.”

Pelos nossos grifos feitos no aviso real acima se verifica que seu amigo e protetor, Thomas Antonio de Villa Nova Portugal, dá a missão de Drumond voltar, pela segunda vez, a Santa Catarina para receber terras de El-Rei e ali FUNDAR UM ESTABELECIMENTO JUNTO AO RIO ITAJAI-MIRIM. Nada se fala ou se escreve sôbre o Itajai-açú onde hoje se instala a progressista cidade de Itajai.

José Ferreira da Silva, também em “Blumenau em Cadernos” página 149, publica um mapa das duas sesmarias que El-Rei acabava de receber para nelas fundar um estabelecimento, localizadas a umas duas léguas (quasi treze quilômetros) da confluência do Itajai-mirim para cima, ou seja onde hoje se fixa o Município de Brusque. O importante é que o aviso real que manda medir essas terras, é de 4 de fevereiro de 1820, no dia seguinte, isto é, dia 5, Drumond recebe a incubência real de vir a Santa Catarina receber essas terras e nelas fundar um estabelecimento. A biografia de Drumond acima referida, publicada nos Anais da nossa Bibliotéca Nacional, escrita, não sabemos por quem, fala que Drumond fez muito por Santa Catarina, povooou cidades, colonizou, etc ... Acontece, porém, que o próprio Drumond, lendo a sua Biografia, se espantou do seu trabalho em Santa Catarina e escreveu então as célebres “Anotações” e diz, textualmente, sôbre o assunto de Santa Catarina, principalmente, o que se refere a Itajai ... **“Ha muita exageração em tudo isto.** Alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajai; mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia ali se construiu uma sumaca denominada “S. Domingos Lourenço” que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do Rio Itajai, carregada de feijão, milho e taboado para o Rio de Janeiro. Do Rio Itajai já mandei a madeira para obras do Museu do Campo de Sant’Ana e mandei de presente porque era serrada à minha custa.”

Eis tudo o que disse Drumond, o que aliás, já repeti em inúmeros artigos, sôbre o Itajai, êle nada falou ou escreveu sôbre o Itajai-açú e nem podia falar se, se havia localizado no Itajai-mirim conforme instruções que trazia da côrte e do próprio Governador da Provincia, Tovar!

Como é que Marcos Konder dá uma missão a Drumond e, êle, que tanto escreveu, pois foi jornalista tendo “O Tamôio” a sua disposição, nunca afirmou sequer uma linha do que disse o ilustre autor de “A Pequena Pátria”?

É porque Drumond não poderia se intitular fundador de uma cidade que êle, é bem possível, nunca estivesse estado, como de fato nunca esteve segundo o que se conclue das próprias “Anotações” de Drumond.

Respondendo críticas que eu fiz “A Pequena Pátria”, Marcos Konder, confunde acredito, propositadamente, quando diz em “O JORNAL DO POVO” de 16 de novembro, último “Sei que êle não teve a intenção de me ofender (Este êle sou eu, e, quanto as ofensas, não compreendo) por isso quero ficar na base das minhas alegações de que Drumond **entrou a Barra do Itajai-açú** (aqui vale um parêntesis): Marcos Konder diz que Drumond, entrou a Barra, e, Drumond acima diz que quem primeiro singrou a barra do Itajai foi a Sumaca S. Domingos Lourenço. Donde se deduz que Drumond não veio para Itajai em navio, e, sim, por entrada continua Marcos Konder, e tomou posse da margem direita do rio principal e do afluente Mirim. Estas alegações constam da “Biografie Universalle et Portative des contemporaines” e também **Confirmadas** pelo Departamento Estadual de Estatística sôbre o Municipio de Itajai, publicado no Govêrno do Sr. Irineu Bornhausen.

Querem ver a confusão; propositada?

Diz o Departamento Estadual de Estatistida sôbre Itajai ... “**aspectos históricos**”. **As opiniões divergem** quanto aos primeiros povoadores da região onde se instalaria mais tarde o Municipio de Itajai. Teria sido Matheos Arzão, segundo uns, o primeiro morador de Itajaí com uma “fazenda de lavoura”. Ha quem afirme, porém, que, como alguns pescadores espanhois e portugueses que ali pousavam, Arzão não se haveria fixado no local”.

O importante é o trecho seguinte que diz Marcos Konder. **Confirmar** o D. E. de Estatística o seu ponto de vista. Pasmem os leitores! “**Marcos Konder atribue a Antonio Menezes de Vasconcellos Drumond a fundação do primeiro Núcleo Populacional da futura Cidade de Itajaí.**”

Como se viu o Departamento Estadual de Estatística, não confirma coisa alguma, limitou-se a copiar a “Pequena Pátria” de Marcos Konder, ou seja confundir para prevalecer, errôneamente, um ponto de vista, absolutamente, falso.

Itajai não é hoje aquela tapêra de 1820, nem se poderá dar o mesmo grau de cultura para nós Itajaienses como se ainda vivessemos no ano de 1920, ano do “nosso

centenário”. Evoluimos, e evoluimos em linha vertical em tudo e, muito especialmente, em nosso nível cultural; eis porque não podemos concordar com fatos históricos que dizem respeito a nós, se êsses fatos não conferem com a própria história da nossa evolução. Calar não condiz com o alto grau de cultura dos itajaienses de hoje. Protestar é o que nos compete fazer para que as futuras gerações se orgulhem do nosso passado. É o que fazemos e faremos sempre!

TEXTO 19

O assunto é Vasconcelos Drumond. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1959. Edição Especial de Natal; e: Blumenau em Cadernos. Tomo II, outubro de 1959, nº 10, páginas 197-198.

O ponto mais importante que se nos apresenta agora, nas vésperas do centenário do Município de Itajai, é, sem dúvida, a autenticidade de Vasconcelos Drumond, como figura primordial da fundação da cidade. Não desejo entrar nessa peleja de historiadores conterrâneos que se debatem para elucidar o caso. Quero, apenas, auxiliá-los, remetendo-lhes elementos, a fim de que melhor estudem o assunto, conhecendo mais aprofundadamente a figura ilustre de Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond.

Preocupado com isto, iniciei minhas pesquisas, dirigindo-me a um grande amigo, o escritor e teatrologo Hermógenes Viana, membro da Academia Pernambucana de Letras. O citado intelectual, certa feita enviou-me um de seus livros, justamente o volume em que agrupava algumas peças teatrais. Entre elas: “O patriarca da independência”, em que tomava o nosso Vasconcellos Drumond como personagem. Lembrei-me então de escrever-lhe solicitando informações sobre essa figura que talvez, tivesse sido mais extensamente estudada e analisada por ele, a fim de ser incorporada à peça teatral de sua autoria.

Solicitamente, Hermógenes Viana me atendeu. É lastimável, que nenhum elemento me tenha sido enviado, a respeito da atuação de Drumond na província catarinense. Remeteu-me apenas fatos e passagens conhecidas e citadas em livros, mas que não deixam de ser assás interessantes e importantes para aqueles que se preocupam com a personalidade de Vasconcelos Drumond. Pretendo retornar à carga. Procurar outras fontes e indagar de outros amigos, pesquisadores e historiadores, novos elementos que nos ajudem a recompor esta figura histórica de homem cheio de ideal, cuja atuação política, tanto se efetuou na Capital, como nas províncias do sul e do norte.

Peço venia a Marcos Konder, a José Ferreira da Silva, a Nemésio Heusi e Silveira Junior para também me introduzir no assunto. O material que recolher servirá apenas para enriquecer seus fichários, jamais para controvérsias ou querelas. – O desejo

únicamente de estudar e conhecer mais essa figura preciosa que tanto se salientou nas lutas em prol da independência. Analisar esse homem que tem tanto de tradição como tem de enigmático. Que passou por uma terra sem quase não deixar rastro. Fundou um núcleo, mas não se importou de deixar uma ata de fundação ou seu nome assinado em algum documento que lhe outorgasse o direito de fundador. E nos legou uma cidade com uma fundação quase lendária, como a Roma ou de Tróia, cuja origem são atribuídas a homens ou a semi-deuses. É o que faz duvidar da autenticidade de Drumond na fundação de Itajai. Uma figura completa habituada às grandes magistraturas. Mas que não firmou seu nome em documento algum, tampouco se comprova o ato de ele ter fundado Itajai, deixando como herança essa grande dúvida e a possibilidade de que se cometa uma injustiça, homenageando um fundador que realmente, nada fundou. Que se dissipem as dúvidas e se renda o tributo devidamente ao primeiro homem que lançou a pedra inicial de uma povoação que, mais tarde, seria transformada em grande cidade, cujo nome foi tirado da abundância de taiás existentes nas margens do rio, mas que também isso é assunto de controvérsia e que, até hoje, ainda não se chegou à uma feliz conclusão.

E voltando ao assunto da carta de Hermógenes Viana, aqui segue a transcrição:

“Recife, 6 de setembro de 1959.

Meu caro Sr. Arnaldo Brandão

Tenho em meu poder sua prezada carta datada de 2 do corrente, a qual li com interesse e fiquei ciente do que me mandou dizer. Não tenho uma biografia completa do diplomata e jornalista Antonio de Menezes Vasconcelos Drumond, o qual figura, efetivamente, como personagem da minha peça histórica: “O PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA”, porém, aqui vou transcrever o que sei sobre Drumond.

“Diplomata e jornalista brasileiro, nasceu no Rio de Janeiro, em 1794 e faleceu em 1865. Abraçou calorosamente a causa da Independência e prestou grandes serviços a Pernambuco. Sofreu seis anos de desterro” (Dicionário Prático Ilustrado de Jayme Séguier – Lisboa – 1910)

“No dia 22 de janeiro de 1822, o Intendente Geral da Polícia, João Ignácio da Cunha, pelas 10 horas da manhã, mandou chamar Antonio Menezes Vasconcelos Drumond, e lhe deu uma cópia do ofício do govêrno de São Paulo para que houvesse de lhe dar a maior publicidade “sem contudo permitir que fôsse impresso”. – Drumond apareceu com a cópia do ofício na loja de livros da rua da Quitanda, esquina da de S.

Pedro, então pertencente a Manoel Joaquim da Silva Porto e depois Conselheiro João Pedro da Veiga. Naquela loja se reuniam todos, qualquer que fôsse o credo político de cada um, a procurar notícias, porque era ali onde se vendiam os periódicos e papéis avulsos do tempo. Ali fez Drumond a leitura do ofício e deixou tirar cópias; dali passou ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Corte, situado à rua do Alecrim, hoje rua do Hospício; fez o mesmo na Alfândega, e às 2 horas da tarde, circulavam cópias do ofício e toda a cidade estava de posse do conteúdo dele em modo que quando foi publicado no suplemento nº 4, da Gazeta do Rio, no dia 8, embora já todos soubessem, produziu o maior entusiasmo. (O ofício foi ditado por José Bonifácio e foi uma das causas do FICO do príncipe D. Pedro)

As graves resoluções das Côrtes de Lisboa, conforme ofício de 23 de julho de 182, além de outras determinaram a prisão e remessa para Portugal de todas as pessoas comprometidas nos movimentos do Rio de Janeiro e patentearam a necessidade de providências urgentes. Da Bahia chegaram Antonio de Menezes de Vasconcelos Drumond, que lá se achava desde algum tempo prestando serviços à causa da independência, depois de haver prestado relevantíssimos em Pernambuco. – Drumond afirmou que José Bonifácio, de quem era pessoa de inteira confiança, resistiu muito ao pedido do Príncipe Dom Pedro para entrar na Maçonaria. – Drumond deu conta minuciosa de todos os fatos ocorridos na Bahia, sob a direção do lusitano o General Madeira, ao José Bonifácio, por escrito, conforme solicitação do mesmo.

Quando José Bonifácio foi preso para ser deportado, perguntou ao General Moraes se faltavam alguns presos e o General respondeu: “O único que falta e por quem espero, da minha lista, é o Sr. Drumond, redator do TAMOYO” (O Patriarca da Independência – livro de José Bonifácio de Andrada e Silva. – Série 5ª BRASILIANA – vol. 166 da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Edições da Companhia Editora Nacional – São Paulo – 1939).

É tudo o que sei a respeito do grande herói da nossa Independência. Nada possuo que informe haver sido ele o fundador da cidade de Itajai. Com os meus protestos de alta estima e consideração, aqui fica o meu abraço fraternal.

TEXTO 20

O fundador de Itajaí. José Ferreira da Silva. IN: Anuário de Itajaí de 1959. Cunha e Silva, Laércio; Mello de Faria, Roberto. Rio de Janeiro: Hoje, 1959.

Agostinho Alves Ramos, que nos comêços da terceira década do século passado, se estabeleceu na fóz do maior rio do litoral catarinense, não foi o primeiro morador do Itajaí. Em ali chegando, já encontrou, donos de terras com moradia e plantações, a exemplo de Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, no lugar da “Fazenda”, José Coelho da Rocha, doador do terreno para a capela, Domingos Francisco de Souza, Manoel Francisco da Costa, Silvestre Nunes Leal Corrêa e muitos outros que, entre 1792 e 1819 requereram e obtiveram sesmarias no grande e no pequeno Itajaí, nas proximidades da cidade dêsse nome.

Mas, o que já agora não padece dúvida, é que foi êsse Alves Ramos, quem, construindo casa de pau-a-pique, onde montou negócio, levantando a primitiva capelinha e para ali trazendo o primeiro padre, fundou o povoado, origem da atual sede do município de Itajaí.

A versão que atribue a Vasconcelos de Drummond o principio do povoado, em face dos documentos vindos à luz, últimamente , deve ser posta de lado porque não encontra base alguma na verdade histórica. Aquêlê futuro diplomata recebera ordem de el-rei para tomar posse de terras à margem do Itajai-mirim, onde deveria fundar um estabelecimento, terras que ficavam cêrca de doze quilômetros para cima da confluência dêsse rio no açú, pela altura do local ainda hoje conhecido por “Taboleiro”.

Sendo certo, pois, ter sido êle encarregado de colonizar terras no pequeno Itajaí, não iria, desobedecendo ordens expressas do rei, começar um povoado e fazer derrubadas em local já comprovadamente ocupado por particulares, que nêle tinham morada e roças, muito longe daquelas. Aliás, há documentos oficiais que afastam tôda incerteza de que as derrubadas, empreitadas por Drummond, foram feitas em sesmarias, de que existe planta autenticada, nas margens do pequeno Itajaí.

Não se sabe ao certo em que ano Agostinho Alves Ramos se estabeleceu definitivamente no local. Segundo indicações merecedoras de crédito, êle deve ter aportado ao Dêsterro no milésimo da nossa independência política. guarda-livros que era e muito hábil, associou-se a Anacleto José Pereira, negociante de grande prestígio na capital da província. E, por conta da firma, deve ter visitado os moradores e os poucos povoados espalhados pela costa norte-catarinense desde Destêrro a S. Francisco, vendendo e comprando gêneros da terra e fazendas, em lanchões que sempre voltavam à procedência carregados de farinha, cereais, madeira serrada. Esta última, era mercadoria abundante nas margens do Itajaí, onde muita gente se empregava no mister de desdobrar em tábuas as toras abatidas nas densas florestas, ricas das mais variadas essências. Aos serradores do Itajaí, Aires Casal já se referia na sua “Corografia Brasilica”.

Não escaparam, certamente, à acurada observação de Alves Ramos, as riquezas que jaziam inaproveitadas às margens do Itajaí e o futuro reservado a terras tão férteis de ser trabalhadas e os benefícios que adviriam, a êle e ao país, da sua exploração racional e metódica.

Resolveu, assim, transferir sua residência do Destêrro para a foz do Itajaí, onde adquiriu pequena área de terra para a construção de uma casa de comércio, que suprisse os moradores das redondezas e, ao mesmo tempo, lhes adquirisse os produtos das lavouras e das suas incipientes atividades industriais.

Agostinho era casado com dona Ana, portuguesa, natural de Peniche, senhora ativa, desembaraçada e profundamente religiosa, que muito auxiliou o espôso nas árduas jornadas que precederam à instalação do casal, jornadas trabalhosas, de dificuldades sem contas, de grandes e penosas renúncias.

Ainda e não obstante tôdas as indagações que tenho feito, não consegui esclarecer se frei Pedro de Agote, que sabemos ter sido nomeado cura de Itajaí em 1824, ai se estabeleceu com Alves Ramos, tendo vindo em sua companhia. Mas, tudo indica que, ao transferir-se para Itajaí, Alves Ramos tenha trazido o franciscano em sua companhia, pois, um cômodo da casa que construira para negócio e residência, fôra reservado para capela, onde frei Pedro oficiava todos os dias.

Mesmo depois que Alves Ramos, dando prosseguimento aos seus planos, conseguiu que José Coelho da Rocha, que ali vivia desde muitos anos antes, doasse um terreno de 180 braças quadradas, contíguo ao seu, em que foi construída uma capela com cemitério, frei Pedro continuou morando com o casal Alves Ramos, até o seu falecimento.

Alves Ramos redobrou de atividade logo que se viu instalado convenientemente à beira do rio. Por intermédio de frei Pedro conseguiu do bispo do Rio de Janeiro provisão para a construção de uma capelinha decente e para a qual concorreu com quase todo o necessário. Montou uma olaria no ribeirão Conceição, entregando-se a um comércio ativo com os lavradores e tiradores de madeira da região.

A capelinha foi atraindo, para as proximidades do negócio de Alves Ramos, outros moradores e, assim, em pouco tempo, estavam lançados os alicerces do povoado do Santíssimo Sacramento. E Alves Ramos deu tal impulso ao desenvolvimento da região que se tornou logo o homem indispensável, o conselheiro e amigo a quem todos recorriam nas precisões do corpo e do espírito. O seu prestígio estendeu-se a toda a região, sujeita, então, à vila de Pôrto Belo. Não é, pois, de admirar que êle se visse eleito deputado provincial nas eleições que se verificaram em 1934, as primeiras da nova ordem política estabelecida no país.

Valeu-se da sua posição para conseguir favores e medidas tendentes à exploração e ao aproveitamento das terras marginais dos dois Itajaí. Apresentou e conseguiu ver aprovada e sancionada a lei n.º 11, de 1835, que criou duas colônias na região, uma no Itajaí-mirim, provavelmente nas mesmas terras em que Drummond, trinta e poucos anos antes, mandára fazer derrubadas e outra no Itajaí-açu, em Belchior, de que se originou a atual cidade de Gaspar. E não ficou apenas nisto o trabalho de Alves Ramos. Junto às autoridades provinciais e aos amigos de Destêrro, desenvolveu intensa e entusiástica propaganda do Itajaí e da tal forma lhe cantou as belezas e a fortuna que conseguiu levar, para a região, colonos de todas as partes da província. De São Pedro de Alcântara, da ilha de Santa Catarina, de Pôrto Belo, de toda a zona habitada da costa catarinense, foi gente requerer e cultivar terras à beira dos dois grandes rios, estradas naturais que favoreciam as entradas, até muitas dezenas de quilômetros para oeste, do braço civilizador.

É assim que, entre os requerentes de terras do Itajaí naqueles tempos, vemos figurar nomes como os de Silva Mafra, Livramento, Etur, Anacleto Pereira e outros, nomes de prestígio no comércio e na sociedade desterreense.

Percorrendo os livros de registro de informações prestadas, pela Câmara de Pôrto Belo, nos requerimentos de terras na bacia do Itajaí, fica-se admirado do número relativamente grande de requerimentos entre 1830 e 1840, em comparação com os de milésimos anteriores. Obra indiscutível da atuação incansável e abnegada de Alves Ramos, que não poupava esforços, sacrifícios nem despesas para intensificar o

povoamento da região. Êle é, praticamente, o responsável pelo grande impulso que tomou a colonização desde a foz do Itajaí, até as alturas do salto do Ribeirão Branco, além da atual cidade de Blumenau, pois até lá haviam sido requeridas e concedidas áreas cultiváveis, muito antes mesmo do início da colonização alemã com Hermann Blumenau.

Por tão bons serviços prestados à coletividade e ao progresso da província, foi Alves Ramos distinguido pelo imperador Pedro II, por ocasião da sua estada em Santa Catarina, em 1840, com a comenda da Ordem de Cristo.

Dona Ana não se mostrava menos interessada que o marido no engrandecimento do povoado. Pelo seu espírito caridoso, pelo fervor com que cuidava dos interesses religiosos da nascente comunidade, auxiliando frei Pedro na manutenção da ordem e do asseio na capelinha, dotando-a de paramentos e de alfaias condignos, concorreu de maneira proveitosa também para que se reunissem muitos dos fatores que trouxeram, depois, maior desenvolvimento à povoação incipiente. Tinha um irmão médico, que andava pelo Rio Grande do Sul e que, nos últimos anos de sua vida, veio igualmente para o Itajaí, com alguns escravos, tendo morrido em casa de Alves Ramos. Nessa casa morreu também frei Pedro de Agote, deixando livros e papeis que, por ocasião do inventário do coronel, foram mandados queimar pelas autoridades de Pôrto Belo.

A biografia de Alves Ramos, uma narração tanto quanto possível completa das suas atividades como militar (era tenente coronel de milícias), como negociante e guarda-livros, como legislador e como político, como colonizador e como intelectual, precisa ser escrita para que não se apague, jamais, da lembrança dos itajaienses a memória de uma vida, tôda ela dedicada aos interesses do povoado que criou e fez progredir até levá-lo às portas da emancipação político-administrativa.

Há aspectos do seu caráter, circunstâncias de uma vida, passagens da sua atuação política que bem mereceriam capítulos especiais. Era um homem inteligente e, para a época, de bastante cultura intelectual. Sabemos que era mestre em riscar plantas de navios e que vários dos grandes barcos construídos no Itajaí, obedeceram a planos por êle elaborados. Escrevia bem e tinha, igualmente, veia poética muito acentuada, com predileção para a sátira, pelas quadrinhas alegres, brejeiras, mordentes, sarcásticas. Guarda-se, dêsses seus pendores, uma amostra bastante relevante, dedicada ao padre Francisco Hernandez, vigário de Itajaí por volta de 1850 e que, diga-se de passagem, e em justificativa do estilo em que foi vazada, tinha lá as suas e muitas mazelas que andavam malevolamente comentadas na boca do povo.

Morrendo-lhe a espôsa, começou também a decadência de Alves Ramos quando Itajaí, por obra sua, já era sede de distrito, uma freguezia de suas oitenta casas, espalhadas entre a foz e a barra do Rio, com a sua capelinha sem torre a espelhar-se nas águas barrentas do Itajaí. Vendeu os terrenos que possuía na Barra ao Dr. Blumenau; vendeu outros bens e escravos e quando a morte o colheu, quase repentinamente, em 1853, era praticamente um homem pobre, tendo sido enterrado no cemitériozinho atrás da capela, a segunda que êle construía. E do pouco que deixou, uns amigos e a justiça de Pôrto Belo deram conta.

Tenho esperanças de encontrar ainda tempo e vagar para escrever com mais minúcias a vida dêsse homem que não sei como Itajaí pôde esquecer. Assim Deus me dê mais um pouco de vida e de saúde!

TEXTO 21

Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos, Tomo IV, abril de 1961, nº 4, págs. 74-75.

Os que quizerem persistir na crença de que Vasconcelos de Drummond tenha alguma coisa que ver com a fundação de Itajaí, que o façam. Ninguém poderá proibi-los disso.

Estejam, porém, certos de que estão dando crédito a uma versão que, de forma alguma, encontra assento em fundamento histórico, por mais precário e duvidoso que seja.

Temos dado à publicidade, nestes “Cadernos” e em vários jornais do Estado, abundantes provas de que tudo quanto Drummond realizou, em 1820, em Santa Catarina, não passou de uma derrubada de matas nas sesmarias de El Rei, situadas à margem do itajai Mirim, cêrca de duas léguas para cima da confluência dêsse curso d’água no grande Itajaí, à altura da localidade que, ainda hoje, se conhece por “Tabuleiro”.

Demonstramos à sociedade, com documentos dignos de absoluto crédito, de autenticidade indiscutível, alguns de autoria do próprio Drummond, que êste recebera a incumbência de colonizar aquelas sesmarias, estabelecendo, ali, soldados e colonos, de acôrdo com as instruções que lhe seriam dadas por Tovar e Albuquerque, governador que era, então, da Capitania.

Há provas documentais de sobra, no arquivo da Secretaria do Interior e Justiça do Estado e no Arquivo Nacional, de que êsse governador determinou as providências que Drummond deveria tomar para dar cumprimento ao aviso real, de que se originara a sua vinda, pela segunda vêz, a Santa Catarina.

E há provas de que o futuro diplomata, em virtude dessas instruções, esteve, por poucas semanas, apenas, nas citadas sesmarias, onde mandou serrar tabuado. Êste, o governador despachou para a Côrte, para as obras do Museu Real, que recém se fundara.

E existem, igualmente, provas muito boas de que, nem mesmo nessa derrubada e nesse preparo de tábuas, se poderá atribuir qualquer ato de pioneirismo da parte de Vasconcelos Drummond. Quando êste, de ordem do governador, foi às citadas sesmarias, já nestas estava estabelecido um “corte oficial de madeiras”.

E tanto é isso verdade que a abundante documentação que nos ficou da atuação do Intendente de Marinha de então, Melo e Alvin, encarregado da localização, em Pôrto Belo, dos colonos ericeiros e da fundação da colônia Nova Ericeira, nos dá notícia de que muita madeira, para as moradias daqueles colonos, foi tirada das margens do Itajaí Mirim e que, quem as preparava e fornecia era um dos Correia de Negreiros, ali estabelecido com morada e roças, além do ribeirão Canhanduva, desde antes de 1793.

E note-se, a fundação de Nova Ericeira é anterior à segunda vinda de Drummond a Santa Catarina.

Do exame cuidadoso dos papeis em que Melo e Alvin deixou o seu relatório e a sua prestação de contas, relativos à fundação de Pôrto Belo, se pode, até mesmo, concluir que o Intendente da Marinha foi quem orientou Drummond nos passos que deveriam ser dados para a localização de soldados e colonos nas sesmarias do Itajaí Mirim.

Tudo isso, entretanto, teve, por cenário, local muito distante do da atual cidade de Itajaí. Aqui, naquele tempo, no atual bairro da Fazenda, morava dona Felícia Coutinho, viúva do coronel Azeredo Leão Coutinho, a qual possuía duas léguas em quadro, sendo uma ao longo da margem direita do Itajaí Açu, do oceano para cima e duas de comprimento para o sul. Assim, eram dessa viúva e dos demais herdeiros, tôda a área leste da atual cidade de Itajaí, incluídos Cabeçudas, Morro do Farol, Praia Braba, etc. embora nela houvesse alguns intrusos, ali estabelecidos antes mesmo do coronel Leão Coutinho, que era comandante da fortaleza de Santa Cruz do Anhato-mirim, ter, juntamente com outros, se aproveitado do verdadeiro “rush” que sofreram as terras banhadas pelo grande Itajaí, no final do govêrno Soares Coimbra.

Quando Drummond esteve no Itajaí Mirim, soube das ótimas terras de Dona Felícia e escreveu ao Ministro Vilanova Portugal uma carta que, por si só, bastaria para convencer a qualquer um de que êle, Drummond, não fundou coisa alguma e, nem mesmo, esteve no local em que, hoje, assenta a cidade de Itajaí. Essa carta se encontra no Arquivo Nacional, onde tivemos oportunidade de examiná-la e copiá-la.

Contando, primeiramente, coisas relativas ao estabelecimento projetado nas sesmarias de El Rei, êle informa que tivera notícias de uma viúva que possuía grandes

terrenos, mais abaixo do rio, e que talvez pudessem ser compradas e anexadas às terras das outras duas sesmarias que êle viera colonizar.

haverá quem, em face dessa carta, possa duvidar de que Drummond escrevia ao ministro de um local distante da atual cidade de Itajaí, ou melhor, de um determinado ponto onde êle tivesse estabelecido o centro de suas atividades nas sesmarias de El-rei, possivelmente a casa dos Correia de Negreiros, agricultores de algumas posses, já ali estabelecidos muitos anos antes? Não. A carta é clara e é mais uma confirmação do que dezenas de outros documentos asseguram.

Drummond veio ao Itajaí Mirim pelo caminho que chamamos, hoje, “caminho do meio”. Depois de curta permanência, adoeceu e voltou pelo mesmo caminho, para a capital da província. As comunicações do governador ao ministro do reino, não deixaram dúvidas a êsse respeito. E, assim, êle não esteve nas terras de dona Felícia, junto às quais nasceria anos depois, a cidade de Itajaí.

Que nos apresentem um documento, um só, que prove o contrário, e daremos, de bom gosto, a mão à palmatória. O nosso propósito, em tudo quanto temos escrito a respeito, fruto de pesquisas minuciosas e constantes, não é outro, senão o restabelecimento da verdade.

Dissemos, de princípio, que Drummond não foi o fundador de coisa alguma em Santa Catarina. E avançamos essa afirmação não apenas nos referindo à cidade de Itajaí, mas, também, às incumbências que o trouxeram a Santa Catarina.

Realmente, até mesmo no Itajaí Mirim êle não deixou nada que se pudesse parecer com um estabelecimento colonial, ou um povoado.

Todos os documentos que possuímos, e que estamos pondo em ordem para um dia lhes dar publicidade em conjunto, asseguram isso.

Agora mesmo, repassando uns números antigos da “Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sta. Catarina”, relemos a interessante “Memória Histórica da Província de Santa Catarina, relativa às pessoas que a têm governado”, onde se confirma o que outros historiadores têm afirmado a propósito da atuação de Drummond no Itajaí Mirim.

De meados de 1817 a igual período de 1821, esteve à testa do govêrno da Província o coronel João Vieira Tovar e Albuquerque, homem violento, desbocado e maneta. Durante o seu govêrno é que se fundou a colônia Nova Ericeira (enseada das Garoupas, Pôrto Belo) a das Caldas do Cubatão (hoje da Imperatriz) e a do Rio Itajaí Mirim, (Sesmarias de El-Rei).

Eis o que, a respeito desses estabelecimentos escreveu o cronista, depois de contar coisas pitorescas ligadas ao caráter explosivo e arbitrário do governador:

“... mas tanto esta área (a colônia que quiz fundar nas Caldas), como a de Enseada das Garoupas e a do RIO TIAJAÍ, (é nosso o grifo), tudo ficou em projeto de vilas e com o qual se fez não pequena despesa à Fazenda Real” ...

E o nosso insuspeito Almeida Coelho não era de outra opinião. Transcreveu na sua “Memória Histórica” uma afirmação de outro autor, sem lhe opor qualquer restrição, de que Drummond, no Itajaí, não fôra além de mandar fazer uma derrubada e de gastar, inutilmente, muito dinheiro do erário real.

TEXTO 22

Itajaí-mirim: seus primeiros desbravadores. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos, janeiro 1961; e: IN: **Itajahy na visão dos viajantes.** ADAMI, Saulo; ROSA, Tina. Itajaí: S&T Editores, 2008. Págs.73-91.

Por longos e dilatados anos, os mananciais e o verdadeiro curso do meandroso Itajaí-mirim, que hoje atravessa, banha e reflete o laborioso e próspero município de Brusque, conservaram-se ignorados ou confundidos, apesar de provavelmente, terem sido, no século XVII, transitados é bem de vêr quase às cegas, pelas audazes bandeiras dos paulistas, na fúria insana de apresar e cativar silvícolas ou à cata sedenta de veios de prata e ouro e de gemas preciosas.

A magestosa Cordilheira marítima, com sua face voltada para o Atlântico, coberta de denso manto de vegetação exuberante e frondosa a mascarar-lhe os incontáveis e aspérrimos grotões de sua natureza granítica, apresentava-se ao inquieto e ancioso povo ribeirinho como impenetrável muralha a negar-lhe o cubicado acesso aos ubérrimos e armentosos campos serranos.

Também as comunicações marítimas sempre aleatórias e as litorâneas cheias de ásperos entraves, não permitiam o desejável, rápido, proveitoso intercâmbio dos centros comerciais do norte com os incipientes povoados da região platina.

Perante tal situação, um animoso e influente paulista, Bartolomeu Paes de Abreu, depois de bravamente terçar espadas contra os Emboabas, pensou em resolvê-la, oferecendo-se a el-rei, em carta de 23 de Março de 1720, rasgar uma estrada de comunicação entre os campos de Curitiba e as cochilhas da Colônia do Sacramento, em “troca de vários privilégios”. Ao que sabemos, malogou-se, infelizmente, o seu meritório propósito. El-rei perdulário não lhe deu ouvidos.

II. Procurou romper êste sério entrave pondo em prática o intento de Paes de Abreu, o governador de São Paulo, Caldeira Pimentel. A 19 de Setembro de 1727 dava ele instruções ao Sargento-Mór de cavalaria Francisco de Souza Faria, - “que vinha daquelas campanhas até a colônia (do Sacramento), amizade que tinha com os

índios e com os castelhanos...” – para abrir caminho das campanhas do sul, arrebanhando gente para o áspero empreendimento. “À teta de 63 trabalhadores e acompanhado do piloto José Inácio e do vaqueano abriu os Campos que se acham ao pé da Serra”.

Manuel de Sá Correia iniciou êle o desbravamento da estrada, nas cercanias do Mórro dos Conventos (Araranguá) aos 11 de Fevereiro de 1728.

Desbastando uma região até então impérvia, a caminho do norte, palmilhou êle o seguinte itinerário: Araranguá, Itaipabas, Orqueta, Serra de Paranapiacaba, Cruz dos Tapes, Rio dos Porcos, Boa Vista, Tijucas “até chegar ao grande Cambiéira ou Morro de Sant’Ana fronteira da Ilha de Santa Catarina”, Rio Santa Luzia, Morro do Tayó, Rio Uruguai, Rio Passa-Quinze, Morro do Birimbaú, Serra Negra (Morro Negro, Ibituruna), Campos dos Curitibanos, Itajaí-mirim, Mata do Espigão, Mato de S. João, Fachina, Garcêlhos, Ribeirão Itapeva, Rio S. Lourenço, Rio Inhanguéra, Rio Una (rio Negro), que é rio de Jangada por ser fundo, Rio-Grande pequeno (Iguassú-mirim), Campos Gerais de Curitiba, Rio do Registro (dia de Na. Sa. da Luz, 1730).

Não nos parece muito fiel a série da nomenclatura das etapas dêsse trajeto, como se constata com o Itajaí-mirim, nome que guardou de sua origem ameríndia, e que se nos afigura ser o Açú. Quanto ao que nos interessa neste momento estou propenso a acreditar que, por primeiro, foi êle explorado, sem lhe alcançar as cabeceiras, no último quartel do século XVII, por João Dias de Arzão e sua gente.

III. Outro destemeroso paulista, Christovam Pereira de Abreu, foi nomeado pelo governador Caldeira Pimentel inspetor da referida estrada, que passou a ser conhecida por “estrada da Mata”. Homem de vistas largas, aproveitou-se dessa privilegiada situação; e, em 1731, por ela encaminhou uma tropa de 800 cabeças de gado vacum. Mais tarde, voltou do Rio Grande tangendo 3.000 cavalgadas e 500 vacas que, naturalmente se desalteraram nas águas dos mananciais do Itajaí-mirim. Em vista de constantes reparos na estrada levou treze meses no seu percurso.

Entretanto, dia a dia mais se tornava necessária a comunicação do litoral catarinense com a região serrana. O governador da capitania, brigadeiro José da Silva Paes, lobrigou, como bom administrador, a vantagem desse empreendimento. Assim é que, em 1746, mandou iniciar uma picada nesse sentido. Julgamos não ter sido ela levada a têrmo, em consequência do seu afastamento temporário do govêrno, chamado que fora à praça da Colônia do Sacramento. Diga-se, de

passagem, que, no chamado caminho do sertão, em a paragem das Lagens foi assassinado, nessa ano, por Silvestre Preto, certo Sebastião de Brito Peixoto, que suponho ter sido um dos bastardos do Capitão-mór de Laguna, Francisco de Brito Peixoto.

Uma exploração ao *hinterland*, com o mesmo propósito apontado teve lugar em o final do govêrno do tenente-coronel Francisco Antônio Cardozo de Menezes e Souza, em 1764. Foi dela encarregado o Tenente das Ordenanças da terra, José Luiz Marinho, que começou por abrir uma picada acompanhando o rio Cubatão e terminou por descobrir vastos campos, que denominou de “Governador” em homenagem ao chefe do governo.

Em o Arquivo Militar do Rio de Janeiro, existia uma cópia aquarelada, de 0,516m X 0,70, da Planta da Serra e cabeceiras dos Rios Cubatão, Tijuca e Tajahy na terra firme a Oéste da Ilha de Santa Catarina, pelo Sargento Maior Engenheiro Francisco João Roscio. Trazia ela a explicação: -“Esta planta feita por intimação (sic) do tenente das Ordenanças José Luiz Marinho que, por ordem que teve, entrou pelo Rio Cubatão abrindo uma picada e descobriu os Campos que se acham ao pé da Serra”.

IV. O governador de São Paulo, Antônio Luiz Botelho Mourão Morgado de Matheus, na ignorância dos limites de sua vasta capitania, encarregara o Guarda-mór Antônio Correia Pinto de fundar um povoado para entestar com as Missões Castelhanas. Todavia encontrou oposição da parte do coronel Custódio de Faria, governador do Rio Grande do Sul, e da Câmara de Viamão, que prestavam invasão de suas ráias.

Vendo contrariado o seu projeto, escreveu a 7 de Abril de 1767 a Correia Pinto “para que – dizia êle – não obre cousa maior” e lhe informasse se “se poderá fazer com a mesma utilidade esta fundação nas cabeceiras do rio das Canoas ou nas margens do Rio Tuyuhy...”.

Em 1771, consta ter-se iniciado uma comunicação com a Serra pelo rio Tubarão, serviço auxiliado pelo guarda-mór Correia Pinto.

O Morgado de Matheus, por seu lado, oficiava, a 24 de julho de 1772, ao seu colega de Santa Catarina, Souza de Menezes, mostrando-lhe a necessidade da “abertura de uma via de comunicação, pela Serra com o continente do sul de São Paulo, a fim de se tomar medidas e providências a tempo contra os castelhanos, no caso de alguma invasão”.

Segundo nos esclarece Almeida Coelho, nenhum efeito teve essa providência. O governador catarinense, coronel Gama e Freitas em informação prestadas ao Vice-Rei, em ofício de 2 de Maio de 1776, a respeito desses acessos ao sertão, explicava que “o principal motivo da entrada naquele sertão fôra a descoberta do Morro do Taió, que passa por tradição ser abundante em ouro”. “Não me consta – prosseguia êle – haja mais nada, que terem-no conhecido, mas é provável que nêle façam alguns exames minerais”. Como se vê, existiam referências ao Itajaí-mirim, mas sem nos darem informações precisas sobre sua fonte natural, seu curso, seus confluente.

V. Corria o ano de 1786. Governava a capitania catarinense o distinto brasileiro, “infatigável e zeloso” Coronel José Pereira Pinto. Sempre e cada vez mais se apresentava a necessidade de desbravar o manto denso e nemoroso que cobria a muralha da Serra do Mar, rasgando uma via de comunicação fácil entre as ribas oceânicas e o planalto de oeste. O Vice-Rei Luiz de Vasconcelos, bem informado andava a respeito dessa precisão ardentemente desejada pelos moradores do litoral. Assim é que entregou a direção desse empreendimento ao operoso governador. Êste, por sua vez, pôs à frente da áspera tarefa um catarinense de sólidos haveres, de gênio ativo e empreendedor, o então Alferes de Milícias José Antonio da Costa. Cabia-lhe realizar uma prévia exploração ao rumo de oeste alcançar os aros da vila de Lages, ainda nesse tempo sob a jurisdição do govêrno de São Paulo.

A 5 de Janeiro de 1787 o Governador baixava a Portaria, que se segue:

“Sendo de admirar, que depois de tantos anos, que esta Ilha se acha povoada se não tenha formalmente explorado o Sertão, que fica a oeste da mesma Ilha da qual por tantos títulos se podem obter as maiores utilidades que só são capazes de tirar o medíocre estado em que se acha constituída o fazê-la passar ao da opulência pela correlação, que se pode estabelecer com outros distritos, e querendo o alferes de Cavalaria auxiliar desta Vila, Antônio José da Costa prestar-se voluntariamente à sua custa ao sobredito Descobrimento cuja resolução denota um espírito de verdadeiro patriota e que se por intentá-lo se faz digno do maior louvor e atenção; concedo ao dito Alferes (pela permissão que para isso tenho do Ilmo. e Exmo. Snr. Vice-Rei do Estado) o poder entrar no dito Sertão pela parte que lhe parecer mais cômoda a fim de estabelecer uma comunicação desta Ilha com a Capitania de

São Paulo por cima da Serra; advertência porém, que deve fazer um diário, que declare o dia, mês e ano em que entrou no sobredito descobrimento, a parte por onde principiou, os diferentes rumos que seguiu, a qualidade de Montes, Valles, Campos etc., que encontrou e para que são próprios, as diferentes raridades nos três Reinos Animal, Vegetal e Mineral de que deve trazer amostras, com uma explicação que faça a bem do seu completo conhecimento. Devo porém prevenir ao dito Alferes, que se do resultado desta diligência, se descobrirem no mesmo Sertão amostras ou partes de quaisquer metais, se deve trazer as sobreditas amostras com uma noticia circunstanciada, pela qual se possa vir no conhecimento da maior ou menor abundância dos mesmos metais; que no caso, de os haverem e feita a dita averiguação não deve o dito Alferes continuar no sobredito descobrimento, nem tornar a êle nem outra alguma pessoa da sua comitiva, sem que depois de se dar contas ao Ilmo. e Exmo. Snr, Vice-Rei do Estado do resultado da referida diligência, o mesmo Snr. dê a este respeito as suas competentes determinações” (Arquivo da Presidência, Liv. 3º de Registro, f. 62 e ver.)

Tudo disposto, o despretencioso e intrépido catarineta, acompanhado de doze homens armados, 12 escravos e 7 bestas cargueiras, principiou sua derrota na freguezia de São José da Terra Firme, no dia 11 de janeiro do sobredito ano. Seguiu, de principio, o curso do rio Imaruí e, munido de um agulhão (bússola ou agulha de marear), passou a orientar-se em meio a impressionante *selva sevaggia*. Da “Derrota da viagem” por êle realizada, ficamos sabendo que, no dia 22 do mês em aprêço, deixando o rio Imaruí seguiu o rumo de oêste até o dia 3 de Fevereiro, em que arranchou na serra denominada dos Pinheiros. Prosseguiu no dia 4; deparou um grande ribeirão, que julgou ser cabeceira do rio Tijucas-grande. Depois de marchar cerca de cinco quartos de légua perlongando-o, inflectiu para oêste “até meia légua distante do rio Itajahy-mirim, em cujo lugar me arranchei no dia 12 de Fevereiro, denominando-se então o lugar da Espera, tendo andado nestas marchas, para o rumo de oêste cinco léguas” – anota o Alferes Costa no seu diário. Ali encontrou “trilha de gente, que mostrava ser de um ou dois dias antes”. Receiando desagradável encontro com escravos fugidos (quilombolas), fez alto; e, resolveu, como medida de segurança, solicitar do Governador um refôrço de homens. No dia 26 era êle atendido com a chegada de 25 praças de tropa paga e de milicianos. Levantou

acampamento no dia 27 com o propósito de examinar o seguimento da dita trilha, e foi arrancar no rio Itajahy-mirim; fazendo meia légua de caminho. “Neste lugar – escreve o desbravador – se achou estabelecido um preto por nome Garcia e uma preta por nome Maria, vivendo, aí fugitivos havia 18 anos, sustentando-se a caças do mato, que apanhavam, em mundéos e pinhão daquele que abunda este terreno; êle conservava em seu poder vários armamentos e roupas dos soldados debandados da Ilha de Santa Catarina, quando, os hespanhóis a invadiram no ano de 1777, e alguma roupa do sargento Marcelino de Tal, do regimento do Rio de Janeiro, que ali faleceu, segundo a informação do dito preto, o qual remeti com a preta e tudo o mais ao Governador de Santa Catarina”.

Em prosseguimento, escreve: “Este terreno, desde o morro dos Pinheiros até o rio de Itajahy-mirim, tem alguns pequenos morros de subidas sofríveis, e depois segue a primeira vargem dos Pinheiros, que em partes nos acompanhava até o dito rio e são excelentes para lavouras, à exceção de alguns pequenos alagados. Dai 28 de Fevereiro, passei a examinar a margem de Léste do dito rio de Itajahy-mirim, três léguas para o Norte e uma para o Sul, pouco mais ou menos, e achei os seus terrenos enxutos e muito a propósito para formar ali qualquer estabelecimento que se queira fazer; na margem deste mesmo rio encontrei também uma pedreira, que mostra ser de cantaria, e um ribeirão e outra pequena pedra que mostra ser de cal; este lugar é abundante de grandes pinheiros e cedros”. “Dia 1º e 2 de Março não se marchou por causa da enchente do rio, que obrigou a fabricar a ponte de paus para se passar por ela, e as águas a levarão alguns dias depois”.

A 11 de junho dêsse mesmo ano de 1787 o animoso Alferes Costa empreendeu uma segunda viagem ao sertão. No diário que nos deixou nenhuma referência faz ao rio Itajaí-mirim, de que nos vamos ocupando.

VI. Em consequência das informações colhidas no diário do Alferes Antonio José da Costa (1751-1817) de haver naquelas florestas abundância de pinheiros dos quais – observava o Governador – “se pode tirar grandes utilidades e fazer emanar um muito lucrativo ramo de comércio por meio da Terebentina, Alcatrão, Pez, mastros, vergas, etc.” resolveu tentar a exploração dêsses produtos naturais. Para isso designou êle outro catarinense, o então Alferes João de Bittencourt Pereira Machado de Souza (1750-18), pela portaria de 27 de Setembro do ano acima referido. Ordenava o governador: “... entre para o mesmo sertão com a escolta que lhe está determinado, munida de instrumentos e de todo o mais necessário, a pôr em

prática as instruções com esta juntas, que ensinarão a extrair dos referidos Pinheiros os óleos e resinas acima ditos, dos quais trará amostras com tôdas as informações que fizerem a bem do perfeito conhecimento deste importante objeto”.

Não sabemos se a tarefa atribuída ao Alferes Bittencourt não correspondeu êste, em carta ao seu subalterno, datada de 20 de Outubro, determinava: “Como a diligência do exame dos Pinheiros a, que Vmcê. se dirigiu, não produziu por agora, fruto algum, talvez porque a Estação é imprópria; logo que Vmcê. receber esta porá em boa arrecadação os Barris, Ferramentas e mais Instrumentos que levou para a referida diligência, seu tempo se intentar novamente: isto se porá em marcha para se recolher à esta capital ...”

A 20 de Dezembro dêss ano o Alferes Bittencourt apresentava uma “descrição da Picada do sertão novamente aberta, etc.”. Nessa exploração reconheceu êle que o rio chamado Pai Garcia pelo Alferes Costa não era o Itajaí-mirim mas o Tijucas-grande. Em o § 10º de sua descrição diz que entre umas serras e o campo da Boa-Vista “há dois rios e um grande ribeirão, que quase duas lagoas para o norte donde passa a picada, se ajuntam e forma o Itajahy-mirim: o primeiro destes rios (da parte de léste) tem 12 braças de largo e todo o seu fundo é pedra; e quando é estio passa-se sôbre as pedras quase a pé enxuto, porém, quando há trovoadas sobe tanto a água e tão arrebatada a sua corrente, que ainda havendo ali canoa se não poderá passar sem grande risco; o segundo, mais a oêste, tem 10 a 11 braças de largo, e o ribeirão de 5 até 8 em partes, mas a respeito de fundo e corrente estão nas mesmas circunstâncias do primeiro rio”.

Referindo-se nos lugares na estrada do sertão mais próprios para o estabelecimento de povoações ou freguezias diz que lhe parecia muito bom “a propósito o lugar onde a estrada passa sôbre o Itajahy-mirim, abaixo da confluência dos três grandes ribeirões, que ali formam o seu corpo; ou seja, entre êste rio e a Serra-Geral, ou dele para o campo da Boa-Vista...”

Como se vê, o alferes Bittencourt nos fornece mais claras informações sôbre os formadores do serpeante e impetuoso rio, que nos absorve a atenção.

VII. Feitas, como deixamos dito, as explorações necessárias à abertura de uma via de comunicação do litoral com a Serra, foi esta arrematada pelo futuro coronel Antônio José da Costa e Antônio Marques Arzão, pela quantia de 24.000 cruzados. Iniciaram êles o serviço em 14 de Novembro de 1788 e o terminaram a 6 de Dezembro de 1790, quando foi entregue ao Procurador da Câmara de Destêro.

Tinha de extensão essa estrada de 16 léguas e 560 braças, desde a guarda do Imaruí e alinha fronteiriça da capitania de Santa Catarina com a de São Paulo. Informa-nos Paulo J. de Brito, em sua preciosa **Memória Política**, que até 1800 esta estrada se conservou aberta. Mas, afinal “o mato foi crescendo pelo decurso (sic) dos tempos; mandaram-se retirar algumas patrulhas do Regimento de Linha, se se tinham colocado em diferentes lugares, e em virtude dêsse progressivo e depois total abandono fechou-se a estrada de sorte, que hoje (1816) nem vestígios existem dela; tal foi o desgraço fim de uma obra tão útil em que se desprenderam vinte e quatro mil cruzados”.

Esse autor nos dá a seguinte notícia a respeito do rio que focalizamos: “...este rio (o Itajaí) recebe por ambas as suas margens outros muitos do sertão de Santa Catharina, sendo pela do sul que entra o rio Tajahy-mirim, que tem as suas cabeceiras nas vizinhanças das faldas de léste da referida Serra Geral, e do Campo do Governador, e corre par ao norte entre aquela Serra e o Campo da Boa-Vista...”.

O P. Ayres Cazal em sua **Corografia brasílica** (1817), informa que o Tajahy-mirim vem do Sudoeste, e dá navegação a canoas por espaço de dez léguas e rega terrenos de grande fertilidade. Depreende-se desta simples notícia que o rio já havia sido explorado em boa extensão a começar de sua foz.

VIII. Em o governo do Brigadeiro João Carlos Pardal (1837-39) foi mandado reconhecer o rio Itajaí-mirim certo alemão, Antônio Händeshen, (ou “Vicente, como êle traduzia em português e se assinava”, segundo nos informa Santos Silva).

Fez-se êle acompanhar de mais oito ou nove compatriícios originariamente colonos vindos para o núcleo de São Pedro de Alcântara. Penetraram no sertão pela Vargem dos Pinheiros e desceram pelas imediações do Tijucas até a colônia Nova-Itália (depois Dom Afonso). Dessa exploração, ficou verificado que o suposto Itajaí-mirim era o que tomou posteriormente o nome de Pai-Garcia.

Dá-nos o **Dicionário Geográfico do Império do Brasil** (1845), de Milliet de Saint-Adolphe, a seguinte descrição do rio em apreço: “Itajahy-mirim – Ribeiro da Província de Santa Catarina. Dá navegação a canoas por espaço de perto de 10 léguas, e é um dos principais tributários do rio Itajahy. Chamam-no alguns Trombudo”.

XI. Um outro destemido catarinense, habituado à exploração do sertão e afugentamento dos selvícolas, o alferes (falecido no posto de Capitão) João Ricardo

Pinto foi mandado, no governo do Dr. João Coutinho, reconhecer as nascentes e o curso do rio Itajaí-mirim.

Acompanhado de uma escolta empreendeu êle a descida do rio em canoas, vencendo noventa léguas em dezenove dias.

Em a **Falla** apresentada pelo presidente Dr João José Coutinho, em 1º de março de 1857, lemos:

“Como se vos informou em officio de 5 de maio do ano passado, dirigido ao secretário desta assembléia pelo da presidência, não se pôde nesse ano concluir a exploração do rio Itajahy, que passa na colônia militar e estrada de Lajes. Entendendo da grande conveniência a exploração, tanto para se verificar se era ramo do grande Itajahy, como para se reconhecer a sua navegabilidade, incumbi neste ano dessa exploração o prestimoso tenente comandante da companhia de pedestres João Ricardo Pinto. Este ativo e coraçudo official saiu desta capital para a colônia militar, e preparando ali algumas canoas partiu rio abaixo no dia 2 do corrente (?) com 25 praças em 9 canoas, e fazendo voltar neste mesmo dia uma, que faleceu de bexigas no dia 8, seguiu com os mais umas 24 léguas, até onde o rio, encaminhando-se por entre grandes penedos, e passando entre dois alcantilados morros, tornou impossível a navegação e mesmo puxaram-se os outros reunidos a 7 léguas abaixo vindo de noroeste”. Almeida Coelho em sua preciosa **Memória Histórica**, aparecida neste tempo (1856), nos dá a seguinte descrição do rio posto em foco:

“É um dos afluentes do Itajahy-grande, e notável pelas suas numerosas voltas e mansidão da sua corrente, pelo pitoresco de suas margens e pela fertilidade das terras que atravessa; é navegável até grande distância e por embarcações que demandem bastante água. A maré faz-se sentir neste rio até junto do Tabuleiro. O terreno que atravessa, e ao que parece, em um obstáculo se opõe à junção com o rio Conceição, um dos seus contribuintes. As suas águas nascentes estão além do campo da Boa-Vista na Serra Geral e no grande contraforte que termina pelo Cambiréra. Três dos seus grandes braços são atravessados pela estrada do Trombudo, e a duas léguas daí reúnem-se, ficando o rio navegável. O primeiro destes braços do lado do nascente, no tempo da sêca, atravessa-se a pé; mas depois de grandes chuvas e correnteza torna-se tão

impetuosa que seria perigoso atravessa-lo ainda em canoas, e por falta de ponte interrompe-se as comunicações até que baixe. O segundo braço do Ocidente, na parte em que é atravessado pela estrada as suas correntes dependem das mesmas influências e experimentam as mesmas variações que o primeiro”.

X. Vejamos o que nos diz Leonce Aubé sobre o curso d’água que nos preocupa. “O braço principal (do Itajahy) conserva o nome de Itajaíhye parece vir do Sul tendo sua nascente no contraforte da Serra Geral, defronte da ilha de Santa Catarina, e sendo o seu curso dificultado por muitas corredeiras. Entre a cascata do Itajaí e sua foz, recebe êle unicamente dois afluentes de pouca importância: o Itajaí-mirim, à margem direita, à curta distância da barra, e cujo curso é bastante longo, bastante sinuoso e navegável por pequenas canoas durante muitos dias, tendo o seu manadeiro na referida Serra, como o Itajaí-grande”.

Segundo o Padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, o Itajaí-mirim “tem sua origem na Serra que se prolonga entre o braço do sul do Itajahy ao ocidente, e o rio Tijucas-grande ao oriente, e segue o rumo de nordeste por uma extensão de cêrca de 20 léguas com suas muitas e amiudadades voltas até desembocar na margem direita do Itajahy-grande 2.850 braças acima da sede da vila. Dá navegação até 10 léguas, porém tem muitas voltas que fatigam, tornando-se para seus moradores mais cômoda a viagem por terra quando têm de subir contra a violência de sua correnteza”.

Devido a isso, com certeza, deu-se início em 1855 a um caminho para comunicação dos seus moradores com o arrial da freguesia.

O govêrno imperial, tendo em vista o estabelecimento de uma colônia de alemães às margens do Itajaí-mirim foi encarregado da escolha e locação da mesma o dinâmico catarinense, Major de engenheiros João e Souza Mello e Alvin, então delegado das obras públicas da província. Isto aconteceu por 1859. O sítio apontado como mais acomodado, foi um longo estirão à margem esquerda do rio, fronteiro à uma propriedade, de certo Vincente Só, que nos faz lembrar o chefe da exploração do rio Itajahy-mirim, acima referida. Ali também já encontrava, segundo nos informa o Dr Oswaldo Cabral em seu pujante trabalho sôbre Brusque, um outro alemão, Pedro José Werner, apelidado Pedro Miúdo, com casa de moradia e engenho. Não seria este um dos companheiros do referido Vicente, amante da solidão? ...

XI. E, para terminar esta prolixa investigação sôbre o famoso rio, passo a transcrever o que sôbre êle o nosso saudoso e abalisado conterrâneo, General José Vieira da Rosa, conhecedor inigualável do fácies geográfico do nosso Estado nos deixou esclarecido em sua preciosa **Chorografia de Santa Catharina** (1909):

“O Itajahy-mirim, que no seu segundo terço banha a futura vila de Brusque, tem um curso de cento e trinta quilômetros. Vai buscar sua nascente na Serra do Mar, não muito longe das cabeceiras do Braço-do-Norte e corre pelo vale formado pelas serras do Itajahy e Tijucas. Correndo em terreno muito acidentado, não admira que apresente tão numerosas voltas, mas que não impedem que possa notar o curso a caminho do litoral, recebe pela margem direita doze destacados afluentes; e, pela esquerda, um maior número dêles. Não alcança o oceano, lançando suas águas no Itajahy-assú, pela margem esquerda deste à montante da barra deste cerca de seis quilômetros”.

TEXTO 23

Alves Ramos e os alemães. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 18 de fevereiro de 1962. Página 07.

Quanto mais nos aprofundamos nas pesquisas relacionadas com o povoamento e a colonização do Vale do Itajaí, mais nos convencemos de que Agostinho Alves Ramos, além de fundador da freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí, na foz do Açu, foi o grande inspirador e propulsor do desenvolvimento de toda a região banhada pelo grande rio.

Nem sempre o primeiro morador de um determinado sítio pode ser considerado o fundador do povoado que nele se levante. Muito ao contrário, de um modo geral, como fundadores de cidades não são considerados os pioneiros desbravadores da região.

Fundador será aquele que, fixando-se em determinada área, venha com o propósito de ali levantar um núcleo de população, um centro de convergência de todas as atividades regionais e, para tanto, dê os necessários passos, não só criando os elementos indispensáveis à atração dos resultados dessas atividades, como aumentando, por todos os meios e modos, a capacidade produtiva da área que terá de sofrer-lhe a influência, mais cedo ou mais tarde.

Isso é tema pacífico entre os filósofos da história. Não fôra assim, não poderíamos dar Dias Velho como fundador de Destêro (a nossa atual Florianópolis), nem Araújo Brusque como criador do “berço da fiação catarinense”, nem Doutor Blumenau como fundador de Gaspar e da cidade magnífica que lhe herdou o nome, isso para não falar, senão nos centros urbanos que nos estão mais próximos. Nenhum deles foi o primeiro habitante, ou dos primeiros, das localidades de que são considerados, muito justamente, os fundadores.

Dentro desse acertado raciocínio, se é absurdo atribuir-se a Vasconcelos de Drummond a glória de ter fundado Itajaí, não o é menor afirmar-se que esta cidade foi fundada por pescadores e colonos.

Não resta a menor dúvida de que, antes da chegada de Agostinho Alves Ramos a foz do Açu, às margens do grande e do pequeno Itajaí haviam se estabelecido muitos moradores, alguns dedicando-se à pesca, outros à lavoura.

Em outro artigo relacionamos os nomes de cerca de quarenta pais de famílias que viviam ali já por volta de 1790, mais de trinta anos antes de Alves Ramos. Nos começos do século passado, ali já estava estabelecida, com fazenda e escravaria, a viúva Felícia de Azeredo Coutinho, justamente no local por onde se espraçou um dos bairros da cidade atual.

Mas o que é incontestável também é que, tendo resolvido se estabelecer à foz do Itajai-Açu, em 1822 ou 23, com uma casa comercial, Alves Ramos veio com o propósito de criar um povoado e fazer dêste o centro de relações com os habitantes da região e aonde êstes pudessem levar todos os frutos do seu trabalho e receber o suprimento para a satisfação de suas necessidades físicas e espirituais.

Assim foi que, com a sua casa de moradia e o seu negócio, tratou Alves Ramos de construir também uma capela e de supri-la imediatamente da cura d'almas. Com isso, estavam lançados os principais elementos da freguesia: o comerciante que adquiria os gêneros produzidos pelos moradores da região e a êstes supria dos que deviam ser importados de outros centros da província, do império e mesmo do exterior e o padre que atendia aos reclamos espirituais.

Fixados êsses elementos, Alves Ramos tratou, então, de ampliar o seu raio de ação e, com isso, incrementar o desenvolvimento do núcleo que assentara.

Às margens do pequeno e do grande Itajai jaziam vastas áreas de terra fértil, de florestas ricas das melhores essências, completamente inaproveitadas. O seu espírito de comerciante ativo e prático percebeu logo as inúmeras vantagens que adviriam ao seu negócio e ao desenvolvimento da província, da divisão e distribuição dessas terras entre agricultores laboriosos e de iniciativa.

Aproveitou Alves Ramos o seu prestígio político (pois fôra eleito deputado provincial) para pôr em execução os planos que há muito vinha alimentando. Inspirou e conseguiu a aprovação, pelos seus pares, da lei nr. 11, de 1835, que criou duas colônias, uma no Itajaí-Mirim, com arraiais no Tabuleiro e nas cabeceiras do Ribeirão Conceição e outra no Itajai-Açu, com os arraiais de Pocinho e Belchior, arraiais, tanto êstes como aquêles, que seriam ainda criados.

Nas suas contínuas idas à capital da província, já no interêsse do seu negócio, já no dos encargos políticos de que fôra investido, Alves Ramos verificou a conveniência

de encaminhar para as suas colônias, para as exuberantes terras dos dois Itajaí, os imigrantes alemães, que descontentes com a situação de São Pedro de Alcântara, abandonavam o estabelecimento ali fundado em 1828 e se dispersavam pelas margens do Cubatão, pela orla litorânea, pelo Biguaçu, criando novos núcleos de produção.

Foi, certamente, por influência de Alves Ramos que se estabeleceram às margens do itajaí os primeiros alemães, de comêço no Mirim, depois no Açú.

Temos presente documentação segura de que, pouco depois da lei nr. 11, citada, começaram a vir para o Itajaí os colônos de São Pedro de Alcântara. Em 1842 já os vemos mesmo estabelecidos em Belchior. Em 1844 Pedro Palm, Matias Palm, Felipe e José Sesterheim e outros requeriam terras no Ribeirão das Minas e no das Águas Claras, no Itajaí-Mirim; em 1848 Henrique Krecke habitava o local que ainda hoje é conhecido por êsse nome, no município de Brusque; os Händchen, João, Vicente e José e João Zimmermann, também em 44, requereram terras no itajaí-Mirim, terras que o capitão Domingos Livramento contestava como suas e em razão do que aqueles requerentes passaram para as bandas do Gaspar e Belchior. Pedro Muller, pai do nosso glorioso chanceler, em 1848, requereu terras ao lado das de Henrique Krecke; Lourenço Sesterheim (que o tempo transformou em ‘Sestrem’), Henrique Wagner e João Mannebach pleiteavam áreas situadas no lugar Descansa-Braço, ao sul do Itajaí-Mirim.

E, como é sabido, antes mesmo dêsse último ano, Pedro Wagner, Pedro Lukas, Deschamps e outros alemães já moravam nas proximidades do Ribeirão Garcia onde, em 1850, o Doutor Blumenau fundou o núcleo inicial da sua colossal obra colonizadora.

Quando, em 1844, Van Lede subiu o Itajaí-Açu, pernoitou em casa de colono alemão já há vários anos ali estabelecido.

Patenteia-se, assim, a ação de Agostinho Alves Ramos também nesse particular: foi o incentivador, o patrono da vinda dos primeiros colonos alemães para o vale do Itajai.

Dessa premissa poder-se-iam tirar várias conclusões que, embora assentando no terreno pouco sólido das conjeturas, de vez que não possuímos, a respeito, nenhuma prova concreta, poderiam modificar muitas das opiniões já firmadas a respeito dos primórdios da colonização do Vale do Itajaí.

TEXTO 24

As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo VI, abril de 1963, nº 4, páginas 01-20.

Em 1836, a “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, de Paris, publicou o seguinte sobre a personalidade de Vasconcelos de Drummond:

[*ver anexos 01 e 02*]

A biografia de Drummond se estende por mais uma página inteira, narrando os acontecimentos em que o mesmo tomou parte, até que, presos e exilados José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos, escapou para a Bahia e, de lá, para a França, onde permaneceu até que o patriarca voltasse ao poder.

A parte que nos interessa, entretanto, que interessa à história de Itajaí é a que acima se transcreveu, traduzida, quase que literalmente, da publicação feita pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Anais, volume XIII – 1855/1886 – páginas 3 a 5).

Tantos eram, porém, os exageros contidos nessa biografia, que o próprio Drummond, em 1861, resolveu fazer-lhe vários reparos e anotações, entregues depois a Melo Moraes e que foram dados à publicidade no fascículo nº 2 do citado volume XIII, dos “Anais da Biblioteca Nacional” (páginas 7 em diante).

O primeiro Reparo de Drummond desmente a afirmação do autor da biografia, de que êle tivesse aversão à carreira de oficial de marinha. Não fôra por aversão e, sim, por outros motivos, independentes de sua vontade, que êle não ingressara na escola naval de Lisboa.

A segunda anotação, contesta que o pai tivesse solicitado qualquer emprêgo para Drummond, na Chancelaria. O Ministro Tomás Antônio é que, ligado a seu pai, por velha e forte amizade, tomou a iniciativa de empregá-lo.

Nas anotações 3, 4 e 5 Drummond confirma o ter-lhe D. João VI, em 1810, conferido o hábito da Ordem de Cristo e que, realmente, se deu o fato de ter sido êle denunciado como pertencente à maçonaria, que fôra de onde “partiu a centelha revolucionária” e conta os aborrecimentos que teve de suportar até a licença forçada e a sua partida para Santa Catarina.

As 6ª, 7ª e 8ª são as anotações que dizem respeito a êste trabalho e nas quais se baseiam os que atribuem a Drummond, contrariando a realidade histórica, as honras de fundador da cidade de Itajaí.

Vamos transcrevê-las na íntegra, para que as tenhamos presentes no decurso desta memória.

Antes, porém, queremos assinalar que Drummond, na anotação 10ª, impugna, também, a afirmativa do seu biógrafo de que não tivesse triunfado a sua opinião, no sentido de que os catarinenses se desinteressassem da revolução, que estourara no Rio, que era “portuguesa” e, não, “brasileira”.

Êle assegura que a sua opinião foi seguida e que êle deixara Santa Catarina porque foi “chamado ao Rio” e porque “tinha pressa de partir a fim de chegar antes da saída de el-rei para Portugal”.

Como se vê da carta escrita pelo governador, ao ministro, e que vai transcrita no final dêste trabalho, Drummond não foi *chamado ao Rio*. Foi, sim, dispensado e mandado embarcar pelo governador.

Dito isso, passemos às transcrições: [ver anexos 01 e 02 – anotações 6, 7, 8]

[...]

Voltemos, agora, ao que nas “Anotações” diz respeito a Itajaí:

Como se vê da transcrição feita de parte dessas “Anotações” (as únicas, aliás, das 18 que foram escritas, quase tôdas versando a atuação de Drummond nas intrigas e lutas pela independência) Vasconcelos de Drummond não distingue, uma única vez que fôsse, o Itajaí-açu do Itajaí-Mirim. Fala, simplesmente, no ITAJAÍ, sem qualquer qualificativo.

Dessa omissão é que se gerou todo o malentendido.

Ninguém poderá negar – e nem nega – que Vasconcelos de Drummond tenha estado no Itajaí, que ali tenha realizado, ou tentado realizar, alguns trabalhos e feito preparativos para a fundação de um estabelecimento de colonização. Mas, tudo isso, nas margens do Itajai-Mirim e não nas do Itajaí-Açu, em cuja foz assenta a cidade e onde, mais do que provavelmente, como veremos, êle nem sequer tenha estado algum dia.

Que a missão, de que o ministro Vilanova Portugal o encarregara, era a de colonizar terras às margens do ITAJAÍ-MIRIM, prova-o, sem sombra de dúvida, o aviso de 5 de fevereiro de 1820, além da carta do próprio Drummond, que vai transcrita mais adiante.

Êsse aviso é concebido nos seguintes termos:

“El-Rei N. S. é servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira Tovar e Albuquerque, Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse de umas terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajai-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento, segundo a direção que lhe há de dar o mesmo governador, na forma das instruções que serão a êste dadas por esta Secretaria d’Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmce, para que assim se execute. Deus Guarde Vmce. Paço, em 5 de fevereiro de 1820. Tomás Antônio da Vilanova Portugal – Sr. antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond.”

Note-se bem a determinação do ministro, quanto às terras destinadas a serem colonizadas por Drummond: JUNTO AO RIO ITAJAÍ-MIRIM.

Aí está a primeira prova de que Drummond nada fêz nas margens do Itajaí-Açu. Tendo recebido ordens para estabelecer colônia nas margens do Itajaí-Mirim, não iria, por certo, desobedecendo recomendações claras, positivas, (tanto mais quanto não era nada boa a sua posição perante o govêrno) para iniciar essa colônia à foz do Itajaí-Açu, onde as terras já eram tôdas do domínio de particulares.

E quais e onde se situavam as terras que, pelo aviso citado, Drummond deveria colonizar?

Pesquisando elementos para a elaboração do seu magnífico livro “BRUSQUE”, o mestre historiador Oswaldo R. Cabral, descobriu, no arquivo do Departamento de Geografia e Cartografia do Estado, o original do mapa que reproduzimos na página seguinte.

Ao alto, à direita dêsse mapa, lê-se:

“Mapa da medição e demarcação militar de duas sesmarias d’huma légua quadrada cada uma no Rio de Itajaimirim, pertencentes a El-Rei N. S. procedida em consequência do Régio Aviso de 4 de fevereiro de 1820.”

Infelizmente, nas buscas a que procedemos, não logramos descobrir êsse aviso de 4 de fevereiro de 1820, para trazê-lo, na íntegra, para estas páginas.

Pela inscrição do mapa se vê, entretanto, que a 4 de fevereiro, o ministro Vilanova determinara ao governador de Santa Catarina, Tovar de Albuquerque, mandasse medir e demarcar duas semasmarias de légua em quadro cada uma, nas

margens do Itajaí-Mirim e, no dia seguinte, 5, pelo aviso atrás transcrito, determinou a Drummond que fôsse tomar posse dessas sesmarias e nelas fundar o estabelecimento.

Não é necessário ser dotado de muita acuidade, de afinada perspicácia, para deduzir, dêsses dois avisos, a certeza de que as terras que o aviso régio de 4 de fevereiro mandou medir e demarcar, eram as mesmas que, no dia seguinte, 5, outro aviso real determinava que Drummond tomasse posse e iniciasse o seu estabelecimento colonial.

E, pelo mapa, vê-se a posição das duas sesmarias de El-Rei: situavam-se cêrca de duas léguas para cima do local em que o Itajaí-mirim desagua no Açú. Ficavam na atual estrada de Brusque, nas imediações do lugar conhecido por “Tabuleiro”.

Aliás, conforme veremos, no decorrer dêste trabalho, os terrenos de El-Rei, no Itajaí-Mirim, compunham-se de três e, não, de duas sesmarias apenas. Duas foram objeto de medição e demarcação militar. A outra foi cedida a el-rei, posteriormente.

Como foi que essas sesmarias da margem do Itajaí-Mirim vieram ao domínio de el-rei?

Do mapa se sabe quais foram os primitivos donos dessas sesmarias, que as cederam a El-rei. Leia-se o que está inscrito no quadro de cada uma delas:

1ª “Sesmaria cedida a S. M. por D. Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues

2ª Sesmaria cedida a S. M. pelo tenente coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo.

Sobre a terceira falaremos mais adiante.

Nas buscas que realizamos, não lobrigamos o processo referente à primeira concessão, embora desta se fale em documentos também reproduzidos em outra parte dêste trabalho.

Podemos, entretanto, adiantar que Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues, era irmã do segundo sesmeiro, Sales de Melo e requereu e obteve a sesmaria do Itajaí, não com o propósito de habitá-la e cultivá-la mas, unicamente, com intúitos especulativos. Fê-lo numa época em que se processava um verdadeiro *rush* sôbre os terrenos da região banhada pelos dois Itajaí, o Açú e o Mirim, quando várias dezenas de requerimentos de sesmarias foram dirigidos ao vice-rei.

“Diz Joaquim Francisco de Sales e Melo, capitão governador da fortaleza de Santo Antônio de atones, da Ilha de Santa Catarina, que êle pretende que V. Excia. se digne conceder-lhe por sesmaria, uma légua de terras em quadro, no Rio de Itajaí-Mirim, fazendo frente ao sul do mesmo

rio, com os fundos ao norte, confrotando pela parte de leste com as terras que anda requerendo o capitão Manoel Antônio Tavares e pela parte oeste com terras devolutas, para neste lugar construir uma fábrica de açúcar para seu interesse e dos reais dízimos. P.R.V. Excia. se digne conceder-lhe no real nome de S. M. o terreno que suplica.”

Primeiro despacho: “Informe o Tte. Coronel Governador, ouvindo por escrito a Câmara e o Intendente de Marinha. Rio, 30 de agosto de 1799” (Rubrica do vice-rei)

Ouvida a Câmara e o Intendente, deram ambos parecer favorável à concessão, tendo o Vice-rei mandado passar carta de sesmaria em 10 de junho de 1800. Em 29 de março do mesmo ano, para se saber informações precisas sobre as terras dessa sesmaria, foi procedida a medição pela forma seguinte:

“Manoel Joaquim Xavier Palmerim, capitão graduado do regimento de infantaria de Estremoz. Certifico que em cumprimento do despacho do senhor escrivão da real fazenda, que serve de Intendente de Marinha, passei ao rio de Itajaí-Mirim, a medir e demarcar uma légua de terra em quadro, que requereu por sesmaria o capitão Joaquim Francisco de Sales e Melo, cuja medição foi da forma seguinte: Teve princípio em um pau de figueira denominada “comepé”, que ficou lavrado nas quatro faces, que se acha na margem do mesmo rio, da parte do norte, em uma volta denominada “Tromqueira Velha”, de cujo marco lancei orumo de sudoeste e medi três mil braças de terras de frente fazendo suaves curvas, segundo as voltas do rio e findaram num pau de seu nascimento de canela amarela, que ficava lavrado nas quatro faces que está na mesma margem do sobredito rio, de frente do primeiro morrete que está da parte do sul do rio, donde findou a medição do sargento José Diniz e teve princípio as do capitão Manoel Antônio tavares e lhe lancei para os fundos por ume por outro lado o rumo de sueste que corre com uma légua, na forma requerida, fazendo frente no mesmo rio com tôdas as suas voltas, confrontando pela parte do nordeste com terras devolutas e pela parte de sudoeste com terras de mim, Manoel José Xavier Palmerim, o que tudo foi na forma declarada, o que afirmo debaixo da minha palavra de honra. Ilha de Santa Catarina, 29 de março de 1800. (Ass:) Manoel Xavier Palmerim”.

Junto ao requerimento acima, estava arquivado este outro:

“Ilmo. e Exmo. sr. tendo a fortuna que Sua Majestade me fizesse a honra de aceitar a oferta voluntária dos títulos de uma sesmaria que, no seu real nome, eu possuía, calculei que justamente deveria reverter à real corôa. É pelo mesmo motivo que meu irmão, o tenente-coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo, tendo a fortuna de ter servido a S. Majestade o decurso de quarenta e três anos da defesa da Ilha de Santa Catarina, requereu a Sua Majestade reforma pela sua idade e moléstias, na forma da lei, a qual lhe foi concedida há 15 anos, estando de posse de uma sesmaria que o Conde de Rezende, sendo governador do Estado do Brasil, no real nome de S. Majestade lhe tinha permitido no departamento da Ilha de Santa Catarina, no lugar e margem do

rio Tajaí-Mirim, distante da dita ilha 9 léguas pouco mais ou menos, com caminho por terra e fácil navegação por mar, próxima à armação grande das baleias, não lhe foi possível melhorar o seu estabelecimento, porque depois de reformado pelas suas moléstias se viu precisado a recolher-se a esta côrte, a promover os meios da sua saúde e conservação à vida; portanto deixou de ampliar aquêlê estabelecimento e desejando ser sempre útil ao Estado, igualmente comigo se lembra agora de rogar a V. Majestade se queira dignar de aceitar aquêles títulos que lhe estavam concedidos para os aproveitarem como bem parecer ao Estado, pois que aquêles lugares se podem fazer muito úteis pelas riquezas de madeiras e muitas outras produções, facilitando-se por mar a sua exportação. O adiantamento de moléstias e idade em que se acha meu irmão o tem decidido de poder fazer outros serviços a S. Majestade, deseja unicamente merecer a El-Rei Nosso Senhor, pela sua incomparável beneficiência, lhe queira mandar pagar nove meses de soldos que se lhe está devendo e continuar para o futuro (durante o pouco tempo que se lhe pode restar de vida) a ser pago mensalmente pela Tesouraria Geral das Tropas, sendo incluído na Fôlha do quartel general, como se atualmente estivesse empregado em serviço, pois com esta graça termina a sua esperança e honra que tem gozado no real serviço, findando a sua vida sem sofrer a desgraçada necessidade, faltando-lhe o sôlido mensal, único meio de sua subsistência. Por esta mesma ocasião, levo justamente à presença de V. Excia. outra carta de sesmaria, também de uma légua de terra que, em nome de minha mulher D. Ana Margarida de S. Cruz Roiz de Melo eu tinha obtido pelas razões já expedendidas, ficando agora firmemente na esperança de que El-rei N. S. se queira dignar mandar fazer daquelas terras qualquer outra aplicação, que possa ser mais útil ao Estado. Pelo que terei a honra de beijar a augusta mão de S. Majestade e a V. Excia. Afiançarei sempre a igualdade dos nossos votos e do constante respeito com que, agradecido, desejamos que a V. Excia. guarde Deus por muitos anos. De V. Excia. Francisco Manoel da Silva e Melo. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1820. Ilmo . e Exmo. Sr. Tomás Antônio da Vila Nova Portugal.”

Está aí, nêsse requerimento, como as duas sesmarias do Itajaí-Mirim voltaram ao domínio real. O signatário era o marido de D. Margarida, a quem servia de “testa-de-ferro”.

Comparada a data dêste último requerimento, com as do aviso que determinou a vinda de Vasconcelos de Drummond e a da demarcação militar das duas sesmarias, não se precisa de nenhuma ginástica mental para se conhecer exatamente o que se passou.

Muito interessado, naturalmente, em povoar as terras da província de Santa Catarina e baseado nas informações de Drummond, que dali acabara de regressar, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, mandou chamar Francisco Manoel da Silva e Melo e, em troca da promessa de mandar pagar nove m~eses de sôlido, que o erário devia a seu cunhado, Francisco, reformado como tenente-coronel comandante da fortaleza de Ratones, que se achava doente na Côrte, para onde se transferira de sua casa à r. Mata-cavalos, no Destêrro, e de outros favores, fê-lo e a êste último, desistirem das

sesmarias que lhes haviam sido concedidas no Itajaí-Mirim e que jaziam inaproveitadas, em favor da coroa.

E isto é prova, também, de que, já naquele tempo, o direito de propriedade era coisa respeitada, e nem mesmo o rei determinaria a colonização de terras que não estivessem sob o seu domínio.

Assim, para resolver-se a ocupação, por colonos, das terras do Itajaí-Mirim, foi necessário, antes, que os sesmeiros, seus proprietários, as retornassem à coroa, por ato expresso.

Daí porque tal colonização não poderia ter-se dado à foz do Itajaí-Açú onde, como veremos, todos os terrenos já eram de domínio privado, em 1820.

Corroboram, igualmente, o que vimos afirmando, três bilhetes que se encontram junto ao requerimento, atrás transcrito, sem assinatura. Do primeiro não conseguimos identificar a letra. Mas os outros dois são, incontestavelmente, do punho do ministro Vilanova Portugal.

“Vão neste aviso as cartas de sesmarias que V. Excia. mandou saber se já estavam expedidas. ocorre-me, porém lembrar que não veio a da sesmaria de Francisco Manoel da Silva e Melo, pois as que vieram e são as inclusas, tratam da sesmaria de seu irmão, e de sua mulher”.

“Diga-me se já se fizeram as ordens com as sesmarias que deu Fr. Mel. para Santa Catarina ou se ainda não fôram, para as procurar aqui”.

“Passe ordem ao Gdor. de S. Catarina: para que pelas (ilegível) faça tomar posse dessas sesmarias para S. Majde. e as mande demarcar provisoriamente por qualquer oficial militar; pois a seu tempo se mandará fazer demarcação judicial. E mande logo principiar e aproveitar as madeiras e fazer o estabelecimento, para se dividirem ditas terras para uma colônia (ilegível) que se há de mandar. E se houver alguns intrusos lhes destinem alguma porção de terras, onde não ficar mal para depois se lhe dar, ficar na sua habitação e cultura, sendo o terreno de 60 a 100 braças em quadro”.

Demonstrada, assim à saciedade, que as terras destinadas à colonização por Vsconcelos de Drummond, situavam-se às margens do Itajaí-Mirim e não às do Açú e que, conseqüentemente, êle nada tem que ver com a fundação da cidade de Itajaí, prossigamos na análise das “Anotações” para verificarmos se, mesmo nas duas sesmarias indicadas, Drummond realizou algum trabalho, no desempenho da missão de que o incumbira o Aviso de 5 de fevereiro de 1820.

Vimos, na transcrição do número 6 das “Anotações” a afirmativa de Drummond de que, durante o seu exílio em Paris, publicara no “Journal de Voyages” vários artigos sobre o Brasil e que “em um ou dois dêles” falara do rio Itajaí e de sua “viagem e residência nas margens daquele rio”.

De conformidade com o que nos assegura o senhor diretor da Biblioteca Nacional de Paris, a quem recorremos, foram unicamente, três os artigos publicados por Drummond no citado “Journal des Voyages, de Couverts et Navigations Modernes ou Archives Géographiques du XIX Siécle”. (Esta revista foi publicada em Paris de 1818 a 1829 e compreende 44 volumes in 8º). Nos tomos 33 e 34 e no 37, encontram-se os artigos subscritos por Drummond.

Em dois dêles, sob o título de “Notice sur les mines du Brésil”, trata das riquezas minerais do nosso país, não havendo referências a Santa Catarina.

É no terceiro (tomo 34, páginas 312 a 316), unicamente, que Dummond faz menção do Itajaí.

Conseguimos o micro-filme das páginas que nos interessam. Ei-las em tradução, tanto quanto possível, literal:

“Se, das províncias setentrionais passarmos às províncias do sul, encontraremos na de Santa Catarina em particular, a opinião geralmente espalhada de que ela abunda em minas de prata. Há mais de um século que um certo Aragão descobriu numa montanha que êle denominou de Taió, grande quantidade de prata, de que tirou alguns fragmentos para seu uso e outros para os mostrar ao governador da província, a fim de lhe dar as provas palpáveis da descoberta que vinha de fazer.

O governador remeteu essas amostras ao vice-rei no Rio de Janeiro que fêz demorar por muito tempo a sua decisão. Por fim, êle resolveu que enquanto não recebesse resposta de Lisboa, o desgraçado Aragão seria sequestrado em um cárcere, a fim de que não pudesse abusar do que sabia, visto com não lhe pertencia o segredo e, sim, ao rei.

Muito tempo depois, o govêrno de Lisboa ordenou que Aragão fôsse remetido para Portugal, a fim de lá fazer as suas declarações. Ao chegar a Lisboa o desgraçado foi de novo metido num cárcere sem que se o submetesse ao interrogatório para o qual lá fôra levado. Morreu prêso na miséria e moído de desgostos. Assim a pátria de Camões recompensa um colono honesto que teve a desgraça de fazer uma descoberta útil num país dominado então pela força a mais ignorante e a mais bárbara.

Eu era, em 1820, governador das colônias da província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral, quando recebi do ministro Vila Nova, ordem de fazer tôdas as tentativas necessárias para redescobrir o maravilhoso monte Taió. Essa ordem vinha acompanhada de uma cópia da correspondência que havia sido trocada outrora a êsse respeito e que não oferecia nenhuma pista a

seguir. Convencido da importância dessa missão, desenvolvi todos os esforços para saber se ainda existia algum descendente do desgraçado Aragão e cheguei a descobrir os netos dessa vítima, os quais sabiam, por tê-lo ouvido dizer de seus pais, qual fôra a sorte de seu avô e que, presumivelmente ele havia levado consigo para Lisboa, o roteiro, o mapa do traçado que ele fizera para chegar ao monte Taió, plano esse que depois de sua morte se disse fôra achado entre seus despojos, na prisão de Lisboa.

Em seguida, eu procurei colher informações entre os velhos dos lugares os mais distantes das povoações brasileiras e as mais próximas das hordas de selvagens. Não consegui nada mais do que eu já conhecia. Sómente nas margens do rio Itajaí eu encontrei um homem de 120 anos, que tinha conhecido Aragão e ao qual ele falara depois da descoberta das lâminas de prata. Ele me assegurou que todas as vezes que Aragão partia para as suas excursões passava por sua casa e que, por essa razão, o monte Taió não podia estar muito distante do rio Itajaí e era mesmo, segundo supunha, banhado por suas águas.

Eu continuei as minhas indagações sem, entretanto, alimentar grandes esperanças de encontrar o Taió, porque numa enorme extensão de florestas virgens e de montanhas mais ou menos iguais à que Aragão descobrira, isso era difícilimo; e depois, em virtude da revolução portuguesa que teve lugar no Rio de Janeiro, a 26 de fevereiro de 1821, eu julguei de meu dever voltar àquela capital.

O rio Itajaí é muito aurífero. Quando eu morei em Santa Catarina, eu soube por um pobre lavrador da província de São Paulo que toda a região era abundante em ouro. Eu o contratei para fazer algumas tentativas. De princípio ele se negou com medo do govêrno, mas afinal concordou com o meu pedido depois que eu lhe afirmei que nenhum mal lhe poderia acontecer e que eu assumiria a responsabilidade pelo que viesse.

Com efeito, o paulista partiu depois que eu lhe dei uma canoa, víveres para três dias, um fusil, pólvora, balas, uma bateia, uma gamela feita por ele mesmo e uma pequena alavanca de ferro. Ao cabo de três dias ele voltou, trazendo-me cinco onças de ouro em pó, as quais eu mandei ao governador para que o enviasse ao rei D. João VI, com os relatórios sobre o que se passara. Jamais, porém, recebeu-se resposta do ministro português.

A recordação da minha permanência na deliciosa província de Santa Catarina, ser-me-á sempre cara; este brilhante jardim do novo mundo oferece o retiro mais agradável e a mais doce existência ao filósofo que procura esquecer no seio de uma natureza virgem o orgulho do gênero humano e a frivolidade das suas discussões.

É nessa província, sobretudo, que se devem estabelecer colônias. O calor jamais sobe acima de 22 e não desce a menos de 7.

O rio Itajaí, sobre cujas margens eu comecei a formar um estabelecimento, é bem navegável. Sua nascente é ainda desconhecida, mas eu acredito que ele atravesse as vastas planícies de Curitiba e que ele poderá estabelecer uma comunicação fácil com essa rica região própria para a cultura do trigo e a criação do gado. Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo trás não tenham destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821.

Deus vele, principalmente, sôbre os ministros de D. Pedro para que façam pela prosperidade dêsses estabelecimentos votos tão ardentes como os que eu faço para a glória da minha querida pátria da qual a sorte me exilou.”

Com elementos seguros, podemos adiantar que o paulista, que Drummond contratou para lhe ir buscar as cinco onças de ouro, não era outro senão Matias de Arzão, morador das proximidades do Itajaí-Mirim e que foi quem, provavelmente, forneceu as informações sôbre o descobridor da prata do Taió.

E, quanto ao “certo Aragão”, trata-se, evidentemente, de um engano. Era um Arzão que êle quiz mencionar e, muto possivelmente, o proprio avô de Matias. O pai dêste morreu em Itajaí em 1794, com cêrca de 90 anos de idade. Tendo Drummond escrito o seu artigo sete anos depois de sua estada nesta província, é bem compreensível tal confusão de nomes.

No artigo citado, Drummond faz uma afirmação que parece não ser verdadeira.

Êle diz-se “governador das colônias da província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral” quando não há um só ato ou documento oficial, que conheçamos, comprobatório dessa qualidade. Além do mais, a simples circunstância de que êle se encontrava em Santa Catarina, sob suspeita de revolucionário, e debaixo das vistas do governador, afastam a hipótese de que tivesse recebido tal investidura.

Como se viu da leitura do artigo de Drummond, êste não enumera um único serviço que tivesse praticado nas margens do Itajaí-Mirim, com o intuito de colonizá-las.

Limita-se a fazer ligeiras referências ao estabelecimento “que comecei a formar” e à “colônia que eu comecei a estabelecer alí e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la”.

Mais adiante, quando tratarmos do regresso de Drummond à Côrte, transcreveremos o ofício do governador da Capitania, de que aquêle foi portador ao ministro.

Por êsse documento ver-se-á, também, que Drummond não tinha outro encargo que o de auxiliar a colonização das terras do Itajaí-Mirim e o corte de madeiras que ali fôr estabelecido.

Satisfeitos, assim, aquêles que, alertados pelas “Anotações” desejassem conhecer os artigos de autoria de Drummond, publicados durante o seu exílio na Europa, prossigamos na análise das mesmas “Anotações”.

Note-se bem que, no item 7º, Drummond diz que “ali (no Itajaí) construiu-se uma sumaca denominada “São Domingos Lourenço”, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí” etc.

Da própria redação daquele “CONSTRUIU-SE” salta aos olhos que Drummond não teve, como alguns querem, interferência alguma na construção dessa sumaca. Se êsse tivesse sido o caso, êle, sem dúvida alguma, não teria perdido a oportunidade de dizê-lo claramente, de atribuir-se um serviço bem importante. Não era êle homem que deixasse fugir uma chance dessas, de atribuir a si mesmo a autoria ou coautoria de um fato de significação, tanto mais que precisava apresentar serviços para justificar, perante o ministro, os seus vários meses de inatividade.

E, quando informa que fôra, essa sumaca, a primeira embarcação do seu calado a transpor a barra do Itajaí, evidentemente se refere à barra do Itajaí-Mirim no açu e não a dêste no oceano.

Muito antes de Drummond – e isso é fácil de imaginar e de provar – barcos de maior lote que sumacas, transpuzeram a barra do Itajaí Açú para comerciar com os muitos moradores que já havia pelas suas margens.

Para não perdermos muito tempo com êsse pormenor, diremos, apenas, que a 6 de abril de 1815 (cinco anos, portanto, antes de Drummond) um certo Francisco Lourenço da Costa, residente em Destêrro, obteve uma sesmaria nas margens do Itajaí, tendo declarado, em seu requerimento, que êle ali já tinha ‘UM ARMAZEM PARA RECOLHER OS EFEITOS QUE ALI COMPRA PARA O GIRO DO SEU NEGÓCIO’. (ver livro nº 2 do Registro de Sesmarias, no Departamento de Terras de Colonização, em Florianópolis).

Muitas outras provas disso poderíamos aduzir mas acreditamos desnecessário perder mais tempo com êsse detalhe.

Tendo-se em mente que a barra do Itajaí-Açu fica, apenas, a duas léguas e pouco ao sul de Itapocorói, onde desde 1779, funcionava uma grande armação de baleias e cuja baía era visitada constantemente por grandes barcos, mesmo transatlânticos, não se pode conceber que, só em 1820, é que aquela barra tivesse sido transposta, pela primeira vez, por embarcação do porte de uma simples sumaca.

O Itajaí-Mirim é navegável até grande altura da sua confluência no Açú. Van Lede, em 1848, fêz várias sondagens em seu leito:

“Na parte em que o subimos (até o Taboleiro) a velocidade da correnteza dependia da maré, a largura variava entre os limites de 50 a 70 metros e a profundidade entre 7 e 10 metros”. (“Os rios Itajaí Grande e Itajaí-Mirim descritos por Van Lede”, apud “Blumenau em Cadernos”, pag.42).”

Assim, era fácil a sua navegação por sumacas e é bem possível que a citada “São Domingos Lourenço”, sendo a primeira que transpuzesse a sua barra no Açú, fôsse até as “terras de El Rei”, carregar madeira, feijão, milho, etc.

A propósito dêsse carregamento, há ainda a fazer uma observação. Os que atribuem a Drummond a fundação de Itajaí, querem que êsses cereais tenham sido os “primeiros frutos da colonização empreendida pelo diplomata”. Nada mais errôneo.

Já vimos que as terras do Itajaí, muito tempo antes de Drummond vinham sendo trabalhadas por dezenas de famílias que ali se haviam estabelecido nos fins do século 18, dedicando-se á lavoura e ao beneficiamento de madeiras.

E, além disso, Drummond chegou a Santa Catarina a 2 de março de 1820 (conforme se vê da sua carta, adiante transcrita, de 20 desse mês e ano); não foi imediatamente para o Itajaí-Mirim pois ficou à espera das disposições do governador e do bom tempo. Deve ter ido para lá em abril seguinte, pelo que se deprende das comunicações do governador, que também vão transcritas neste trabalho.

Ora, é sabido que de abril a fins de junho, não é época para plantações em Santa Catarina; ela só começa, quando cedo, em meados de julho, ou princípios de agosto. Pela carta de Tovar de Albuquerque, de 5 de dezembro de 1820, sabemos que Drummond voltou do Itajaí, doente, em outubro daquele ano. Nesse tempo, as culturas de milho e feijão que êle, porventura, tivesse mandado fazer no Itajaí-Mirim, estariam ainda no comêço do seu desenvolvimento.

Daí, portanto, a certeza de que os cereais embarcados na “São Domingos Lourenço” eram produtos de safras anteriores, provindas de lavouras já estabelecidas muito antes da chegada de Drummond.

Ainda na anotação 7ª, Drummond afirma: “Do Itajaí mandei a madeira para a obra do Museu do Campo de Santa Ana, e mandei de presente, porque era serrada e cortada à minha custa”.

Essa afirmativa não se coaduna com o que o governador Tovar e Albuquerque afirma no item 4º do seu relatório de abril de 1821 ao ministro do Reino:

“4º - Nas margens do rio de Itajaí foram oferecidas para a Real Fazenda três sesmarias: duas de légua em quadro cada uma, outra de duas léguas de frente e uma de fundos, as quais fiz medir e demarcar e tomar conta pela Real Fazenda, em consequência dos régios Avisos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 4 de fevereiro de 1820 e de 6 de maio do mesmo ano. Pelo primeiro citado aviso se mandavam aproveitar as madeiras, ao que com efeito procedi, estabelecendo um corte nas ditas sesmarias por conta da Fazenda Real da qual, assim como dos estabelecimentos dos colonos nas mesmas terras, encarreguei a Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que para êsse efeito veio comigo do Rio de Janeiro, por Aviso Régio de 5 de fevereiro de 1820. Êste corte de madeira se tem limitado à serraria de tabuado, do qual se tem tirado obra de umas cem dúzias em obediência das ordens da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de 17 de setembro de 1820 e de 19 do mesmo mês e ano; do resto mandei tomar conta e recolher aos armazens reas, por julgar conveniente cessar, por enquanto êsse artigo de despesa. Para a nova colônia de Itajaí, foram 16 soldados do batalhão nº 1, que tiveram para êsse efeito baixa do Real Serião, como os demais, do mesmo batalhão que ficaram para os outros estabelecimentos, porém todos com praça em milícias, tudo por Carta Régia de 9 de maio de 1820 e aviso de 19 de setembro do mesmo ano. Êsses dezesseis se acham ali estabelecidos, com suas datas de terras, ferramentas e gados”.

Daí se depreende que Drummond, em absoluto, não mandou, senão, as dez dúzias de tábuas a que o governador da província se refere no ofício que, a 15 de dezembro de 1820, dirigiu ao ministro do Reino e no qual, entre outras coisas, informa:

“Na presente ocasião, vão pela sumaca “Gratidão”, mais dez dúzias de tábuas, tiradas de Itajaí e destinadas ao Museu Real, remetidas por Antônio de Menezes a Thomás Pereira de Castro Viana. O dito Antônio de Menezes (estava riscado o seguinte: “que veio de lá bastante doente há mais de um mês) dará conta a V. Excia. do que tem feito ali, pois que dêle tenho incumbido de tudo o que respeita àquele estabelecimento.”

Aí está, por êsses documentos, tudo quanto Drummond fez e mandou do Itajaí-Mirim. Os decantados “fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e já

florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821”, se resumiram em providenciais para a instalação de 16 soldados do batalhão nº 12 e de incentivar o corte de madeiras por gente já ali estabelecida anteriormente.

Desmentem Drummond na sua afirmativa de que o estabelecimento já florescia quando teve que deixá-lo em 1821, as próprias palavras do governador Tovar e Albuquerque no ofício nº 12 de 16 de abril de 1821, que vai, também, adiante transcrito e onde afirma ter julgado conveniente cessar com os trabalhos no Itajaí-Mirim, de que Drummond fôr encarregado, até novas ordens de S. Magestade, ordens que se sabe nunca mais vieram. Ora, se os trabalhos foram mandados acabar com a saída de Drummond, como poderiam estar êles florescentes?

A verdade, fácil de constatar nos documentos da época, é bem diferente da que Drummond apresenta. Nunca houve entusiasmo pela realização dos planos de Vila-Nova Portugal, do povoamento e colonização das sesmarias de El-Rei, à margem do Itajaí-Mirim e o pouco que ali se fêz, desapareceu com a queda do operoso ministro de D. João VI, ocorrida nesse mesmo comêço de 1821.

Se estamos apontando estas constantes contradições entre as afirmações de Drummond, nas suas “Anotações” e a correspondência do govêrno da província é menos para provar a leviandade com que se houve, em Santa Catarina, o futuro diplomata, do que para demonstrar a improcedência das razões que pretendem encontrar, nas mesmas “Anotações” os que teimam em ver em Drummond o fundador da cidade de Itajaí.

Que Drummond, nos seus 24 anos de idade, incumbido de uma tarefa que demandaria muito critério, muita prudência e sobretudo muita atividade e muito espírito de sacrifício, agiu descuidadamente, são provas mais que suficientes os confrontos entre êsses documentos e afirmações.

É ainda colhido no item 7º das “Anotações” o seguinte trecho:

“Durante a minha estada na província de Santa Catarina, percorri o rio de São Francisco do Sul e no museu nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio.”

Confronte-se essa afirmação com o seguinte ofício do governador ao ministro:

“Tenho a honra de enviar a V. Excia., pelo mestre da sumaca “Gratidão”, Joaquim Anastácio da Natividade, uma caixinha com um vidro em que vão remetidas em aguardente duas conchas das que contêm pérolas, apanhadas com os moluscos vivos no Rio de São Francisco, onde unicamente se acham. Houve uma dificuldade imensa em conseguí-las porque ainda a que ali haja abundância daquele marisco, a que chamam “sururú” e aque dêle se alimenta uma grande parte do povo, contudo, são raros os que contêm pérolas. Deus guarde a V. Excia. Sta. Catarina, 4 de dezembro de 1820. João Vieira Tovar e Albuquerque.”

É mais do que improvável, pelo próprio sentido dêsse ofício, que ambos, Drummond e o governador, tivessem mandado pérolas ao museu, pois, as que cosntam do ofício de Tovar e Albuquerque já teriam sido pescadas com “imensa dificuldade”.

Deduz-se de tudo quanto Drummond escreveu de Santa Catarina ao ministro Vilanova, que êle era um dêsses moços jactanciosos, que amavam falar dos próprios feitos e, o que é bem pior, de atribuir a si próprio, idéias e atos de outros.

Vimos isso quanto à idéia da reabertura da estrada para Lajes. E vemos isso, principalmente, dêstes documentos que, embora nada tenham que ver com o Itajaí-Mirim, vêm em abono do que afirmamos.

O primeiro é a carta de 14 de março de 1820, de Miguel de Souza Melo e Alvin, fundador da colônia Ericeira, depois Pôrto Belo, e o segundo a carta que, a 19 do mesmo mês e ano, Antônio de Meneses Vascondelos de Drumond, dirigiu ao ministro.

Pelo confronto dêsses documentos, o leitor, além de ter mais uma confirmação, e importante, de que as terras que Drummond colonizaria estavam situadas no Itajaí-Mirim (pois, pela primeira vez, em seus escritos, êle menciona expressamente o discriminativo MIRIM), verá que o pretenso fundador de Itajaí não primava pela correção nas suas informações ao ministro, que o protegia.

Grifaremos os trechos dessas missivas que interessam a êste estudo para que o leitor possa melhor aquilatar do que vimos argumentando.

A carta de Melo e Alvin começa comunicando ao ministro que voltava da Enseada das Garoupas, onde deixara os colonos mal acomodados e descontentes, pela má divisão das terras. Sugere a compra de glebas de possuidores antigos para a acomodação dos novos casais e dá conta de outros planos para satisfazer os colonos e orientá-los para a agricultura, ao mesmo tempo que cuidassem da pesca, mister em que estavam mais afeitos nas ilhas de onde tinham vindo.

Depois informa:

“Logo que Manoel Dias de Lima empreste uma lancha da Armação, que NA CONFORMIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DE V. EXCIA. LHE PEDI E ME PROMETEU, a farei preparar de coberta e avenação à moda das rascas da Ericeira para começarem com as suas pescarias de alto mar, ou com uma boa rêde que trouxeram. Também estou preparando uma embarcação mais maneira para as pescarias perto de terra...”

Agora, a carta de Drummond, que transcreveremos na íntegra:

“Ilmo. e Exmo. sr. Thomás Antônio de Vilanova Portugal.

Tenho a honra de participar a V. Excia. da minha chegada a esta ilha no dia 02 do corrente e de haver entregue ao governador o ofício de V. Excia. As chuvas teem sido efetivas e copiosas, de maneira que precisamos de alguns dias de sol para termos os caminhos transitáveis. Estou à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do Tajaí-Mirim, que me diz será logo que o tempo permitir; para o que tem dado as providências e mandado tirar as precisas notícias.

Consta-me que o Prates mandara oferecer a V. Excia. a sua sesmaria no Tajaí; assim ficou dissolvida a compra, em que tratava por ordem de V. excia. tenho notícia que esta sesmaria fica na direção das sesmarias de S. M. no Tajaí-Mirim.

Também tenho notícia que no Tajaí, antes desta sesmaria, há muitas terras incultas, mais à foz do rio, que me dizem pertencer a uma viúva lá estabelecida com outro terreno. Logo que pessoalmente verifique estas notícias, informarei a V. Excia.

Os mais práticos do rio Tajaí foram por êle acima três dias de viagem, que reputam trinta léguas; e nada sabem dizer de interessante: êles julgam que vai ter à altura das Lajes; sendo assim maior vantagem se tiraria para o novo estabelecimento, que V. Excia. projeta, que é a felicidade dêste país.

Lavradores creio ser a melhor gente para a povoação dêste rico terreno. Comunicou-me o governador ter pedido a V. Excia. alguns prisioneiros do Rio

Grande para trabalhadores das novas obras. Temos combinado com Miguel de Souza, ser muito útil e mais leve à Real Fazenda.

PEDI A MANOEL DIAS DE LIMA UMA LANCHAS PARA OS ERICEIROS PRINCIPIAREM A PESCA; RESPONDEU-ME QUE TINHA TÔDAS AS LANCHAS EM CONCERTO; O QUE CONCLUIDO DARIA UMA OU DUAS, CONFORME LHE RESTASSE DA SUA PESCA; E COM TANTA VONTADE QUE AS MANDARIA COBRIR POR SEUS OFICIAIS À MODA DOS ERICEIROS, VISTO QUE ELAS TEEM SUAS PARECENÇAS COM AS QUE ELES LÁ USAM EM PORTUGAL e que lhes daria também velas a seu modo; para cuja obra pediria um ericeiro mais experto para as presidir.

Diz-me Miguel de Souza que entre êles não veio construtor algum, como V. Excia. crê, salvo um mau carpinteiro de casas.

Fiz ciente ao governador das recomendações de V. Excia. para a boa harmonia e inteligência na execução do serviço de S. M. e o quanto era desagradável a V. Excia. a intriga nas autoridades.

Agora só resta-me pedir licença a V. Excia para que, com o maior respeito eu tenha a honra de me assinar, de V. Excia. o mais humilde subdito, atentíssimo criado muito agradecido (Ass:) Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond. Sta. Catarina, 19 de março de 1820.”

Como se vê, ambos querem ser o pai do pedido a Manoel Dias de Lima, que era o administrador da Armação da Piedade, de uma lancha para os colonos, armada à moda da Ericeira. Um dos dois não está certo E quem conhece a atuação serena, sensata, altamente honesta do Intendente da Marinha, Miguel de Souza Melo e Alvin, saberá quem está com a verdade.

O final do que Drummond escreve na oitava anotação:

“... suspendesse eu tôdas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a côrte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado ...”

Também parece não estar muito de acôrdo com a verdade.

Eis o que, a respeito, o governador Tovar e Albuquerque escreve ao ministro do Reino, contrariando de modo categórico, a afirmação de Drummond:

“Ofício nº 12 – 16 de abril de 1821. “Tenho a honra de participar a V. Excia. que nesta ocasião regressa a essa Côrte Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, o qual havia vindo para esta província por Aviso Régio de 5 de fevereiro de 1820, para ser empregado nos estabelecimentos de colonização e cortes de madeiras que se começaram nas sesmarias da Coroa no rio de Itajaí E HAVENDO EU JULGADO CONVENIENTE CESSAR COM AQUÊLES TRABALHOS até receber a êsse respeito novas ordens de S. Majestade, ÊLE ME PEDIU LICENÇA PARA IR A ESSA CÔRTE, a qual lhe concedi, conforme tenho a honra de comunicar.”

Por tudo isso, parece que quem situou com justeza a atuação de Drummond em Santa Catarina foi o autor da “memória” a que Almeida Coelho se referiu na sua interessante “Memória Histórica sôbre a Província de Santa Catarina” e cujos conceitos o autor endossa, de vez que os deixa sem qualquer comentário:

“No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro Antônio de Meneses Vasconcelos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí. Êste homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma memória que temos presente, e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interesse particular, vexando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar tabuado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de despendar a Fazenda Real em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados: não fêz mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. Ouviu-se-lhe por muitas vêzes dizer: aproveitemos o ministro de Estado (era então Tomás Antônio da Vila Nova Portugal) que está velho”. (Memória Histórica da Província de Santa Catarina – Manoel Joaquim d’Almeida Coelho, pag. 93).

TEXTO 25

Mais um testemunho. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos, Tomo VII, janeiro de 1966, nº 01, pags. 19-20.

É bem possível que o inesquecível Marcos Konder, em que todos os catarinenses reverenciamos um dos mais prestantes políticos e intelectuais da sua época, não tivesse lido o trabalho de Jacinto Antônio de Matos, “A colonização do Estado de Santa Catarina”, senão depois que escreveu, em 1920, a conferência, em seguida publicada em livro, a que denominou: “A Pequena Pátria”.

Uma conferência, aliás, que é uma verdadeira e magnífica exaltação da sua querida terra, a risonha e esperançosa Itajaí, que êle tanto amou, honrou e engrandeceu.

O livro de Jacinto de Matos foi publicado em 1917, e constituiu-se em obra clássica para quantos se dedicam ao estudo do povoamento do território de Santa Catarina.

Lançamos a dúvida inicial porque, se Marcos Konder tivesse lido o que Jacinto de Matos afirma à página 114 do seu estudo, possivelmente teria dado outros rumos às suas pesquisas em torno da fundação da sua cidade natal.

Realmente, naquela altura do seu livro, o autor, quando menciona os arraiais de Pocinho e Belchior, para indicar-lhes a proximidade da Colônia Blumenau, afirma: “Estas últimas, (Belchior e Pocinho) foram iniciadas sob as vistas do Diretor da Colônia, coronel Agostinho Alves Ramos, influente e prestante cidadão e que FOI UM DOS FUNDADORES DA HOJE CIDADE DE ITAJAÍ”. (O destaque é nosso).

Com essa pista, arguto e estudioso como era, Marcos Konder, não teria limitado as suas buscas à autobiografia de Vasconcelos de Drumond, para atribuir a êste, a fundação de Itajaí.

Aliás, é o próprio Marcos Konder que, na introdução à 2ª edição da “Pequena Pátria”, esclarece: “A única fonte onde colhi os subsídios para esta despretenciosa crônica foram as “Anotações” feitas pelo mesmo Drumond à sua biografia, publicada em 1836....”

Teria, certamente, o honesto homem público e intelectual dos mais autorizados, pesquisado o passado de Alves Ramos para chegar à certeza de que êste, e não Drummond, foi o verdadeiro fundador da cidade de Itajaí.

Parece-me que, com a abundante e incontestada documentação que tenho publicado, em vários artigos e folhetos, deixei provado, mais que à saciedade, que Drummond não só não foi o fundador de Itajaí como, nem mesmo, pusera em algum tempo pés nas terras por onde se espalha, hoje, a futura cidade, pórtico agrinaldado do Vale Maravilhoso em que vivemos.

E, para chegar a essa conclusão, não precisei contestar o saudoso e eminente autor da “A Pequena Pátria”, quando pretende desfazer dúvidas e controvérsias levantadas ao pé das suas asserções, escreveu que “semelhantes controvérsias e dúvidas teriam razão de ser, se não possuíssimos o testemunho escrito do próprio colonizador que era um homem de bem e de caráter, incapaz de mentir ou de fantasiar”.

Embora existam fundamentos para se fazer algumas restrições a êsses conceitos, jamais neguei, em meus escritos, que Drummond tivesse estado no Itajaí.

Esteve, não há dúvida. Mas no Itajaí Mirim, nos terrenos em que, anos mais tarde, foi fundada a Colônia Itajaí, depois Brusque.

No Itajaí Açú, no local ou nas proximidades da atual cidade de Itajaí, Drummond nunca esteve.

E, nem ali e nem em Itajaí Mirim êle fundou coisa alguma.

Essa é que é a verdade.

De tal forma já tenho tratado dêsse assunto, tal têm sido a quantidade e a autoridade da documentação que tenho dado à publicação, que eu havia resolvido não mais tornar ao assunto.

Se os itajaienses, na palavra oficial, persistem em ter, como fundador de sua cidade, quem realmente não o foi, é problema dêles.

Volto à carga, apenas, para poder aduzir, às muitas manifestações favoráveis a Agostinho Alves Ramos, como sendo o verdadeiro fundador da cidade de Itajaí, mais o testemunho da incontestável autoridade de Jacinto Antônio de Matos.

TEXTO 26

Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí? Abdon Fóes. Jornal do Povo de 12 de agosto de 1967, página 02.

O historiador José Ferreira da Silva, que publica, há anos, o opúsculo “Blumenau em Cadernos”, endossando o que escrevera tempos atrás, através das colunas do JORNAL DO POVO, vem de estampar um trabalho naquele órgão, sob o título “Itajaí – A fundação e o fundador”, que merece ser lido por todos aqueles que se interessam por história.

A sua narrativa, baseada em dados fidedignos, indo buscar em fontes insuspeitas, afasta, sem dúvida, a hipótese de que Itajaí fora fundado por Vasconcelos Drummond, conforme idéia esposada por Marcos Konder em “A Pequena Pátria”, o que motivou a homenagem que a cidade lhe prestou, dando o seu nome a uma das nossas importantes avenidas e ao ex-Atiradores.

Pelo que nos foi dado concluir, com a leitura do seu extenso e bem elaborado trabalho, que nos impossibilita de transcrevê-lo, por falta absoluta de espaço, quando Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond veio com a missão de colonizar estas plagas, não se situou à margem do Rio Itajaí-Açú e sim a do Itajaí-Mirim, cêrca de dezoito quilômetros acima da barra dêste no primeiro dos rios citados.

Além disso, já nessa epoca existiam outros moradores em Itajaí, pois, a primeira noticia que se tem de concessões de terras na bacia do itajaí, é a que se refere a João Dias de Arzão que por volta de 1658, obteve do primeiro capitão-mór da Vila de São Francisco, uma sesmaria nas proximidades da foz do itajaí, que no dizer de Miguel de Brito, o primeiro historiador catarinense, com a publicação de “Memória Política”, ficava situado nas imediações da Fábrica de Papel, onde atracavam os barcos de grande calado, os transatlânticos, como acontecia com os veleiros que traziam emigrantes da Europa para o Vale do Itajaí.

Mas da atraente e pitoresca narrativa, o que mais nos chamou a atenção foi a personalidade de Agostinho Alves Ramos, que aqui se estabelecera, por volta de 1823, com uma casa comercial. Todavia, nesse ano, já encontrara algumas casas, plantações e

serrarias. Adquiriu de José Coelho Rocha uma área de terra, na qual construiu uma casa confortável e bastante espaçosa.

Homem inteligente e de larga visão, tornando-se o mais importante da nossa antiga Itajai, conseguiu, em 31 de março de 1823 a provisão eclesiástica, construindo, em terreno doado pelos Coelhos da Rocha, a Capela e o Cemitério, quasi que exclusivamente de sua bolsa. Representou Itajai na Assembléia Provincial, nos anos de 1835 e 1841, cuja indicação se deve às suas amizades junto ao comércio e ao govêrno de Desterro, atualmente Florianópolis.

Pela sua atuação em prol de outros melhoramentos para Itajai, pelo seu trabalho sem esmorecimento, sempre a favor dos problemas de sua cidade, cuja biografia se deve ao esforço e ao cuidado do jornalista e escritor J. Ferreira da Silva, sentimos a necessidade de re-examinar tudo a que se refere à nossa terra, para que possamos colocar no devido lugar os que verdadeiramente merecem o nosso respeito e a nossa gratidão. Dentre eles um se destaca: Agostinho Alves Ramos, que não sabemos se existem descendentes, pois, segundo lemos, não tivera filhos. Todavia, não temos uma só rua com o seu nome. Nenhuma homenagem a quem se dedicou com afinco pelas coisas de Itajai, nos seus primórdios.

TEXTO 27

Estante dos “cadernos” (Literatura Catarnense). Blumenau em Cadernos, Tomo XII, Março de 1971, n] 3, págs. 56-57.

“ITAJAÍ DE ONTEM E DE HOJE” – Afonso Luis da Silva – Gráfica Mercúrio Ltda, Brusque SC. – 68 páginas, formato 15,5 x 23 cm, Cr\$ 8,00 – Surge, afinal, um estudioso do passado de Itajaí, situando os fatos relacionados com a fundação da cidade e do desenvolvimento do Município nos devidos lugares, pondo termo a versões absolutamente divorciadas da realidade histórica. É efetivamente de se estranhar que, numa comunidade onde floresceram tantas e tão belas inteligências, ninguém se tivesse aprofundado em pesquisas para conhecer as nascentes do povoamento e a criação do curato, origem da atual e simpática cidade da foz do Itajaí Açu. Desde que Marcos Konder (a cuja memória jamais deixamos de render o culto da nossa admiração e do nosso respeito), baseado nas memórias de Vasconcelos Drumond, apontou êste como fundador de Itajaí, acreditando em muitas das fantasias contidas na sua biografia, nós duvidamos das afirmações expressas na “A Pequena Pátria”. Não tínhamos, porém, documentação sólida em que nos basear, para, publicamente, contestar fatos que só existiram na imaginação fértil e na gabolice do jovem protegido do ministro Vilanova Portugal. Tão logo, porém, tivemos oportunidade de passar algumas semanas no Arquivo Nacional, compulsando a farta documentação, ali existente, sobre o govêrno Tovar e Albuquerque, pudemos ver confirmadas as dúvidas que, seguidamente, havíamos manifestado a respeito da veracidade das afirmativas de Drumond. E, dando publicidade a essa documentação, editamos dois folhetos demonstrando, fartamente, que Vasconcelos de Drumond não só não tinha fundado Itajaí como, nem mesmo, jamais pusera pé no terreno sobre que se estende hoje a cidade.

Afonso Luiz da Silva, no seu livro situa bem a controvérsia e concorda plenamente conosco, como também o haviam feito, em carta que guardamos, Lucas boiteaux, Carlos da Costa Pereira e, em palestra que mais de uma vez mantivemos, o saudoso Henrique Fontes. Achamos, apenas, que o autor de “Itajaí de ontem e de hoje”, em futuras edições do seu excelente livro, poderá ser mais categórico, pondo de lado

tôdas as afirmativas de Drumond, referentes à sua atuação às margens do Itajaí Mirim, porque nenhuma delas representa a realidade dos fatos. Drumond nada fêz, nem no Itajaí Açú nem no Mirim, embora a êste deveria êle ter dado os seus serviços, de conformidade com as ordens expressas, recebidas do govêrno real pelo aviso de 5 de fevereiro de 1820. E, quanto ao verddeiro fundador de Itajaí, pode-se, sem qualquer sombra de dúvida, atribuir a Agostinho Alves Ramos as origens da póvoa de que resultou a bela cidade, berço de Lauro Muller, dos irmãos Konder, dos irmãos Fontes e de tantas outras inteligências peregrinas que honraram a cultura catarinense. Êle, Alves Ramos, não foi o primeiro morador das terras do Itajaí. Disso todos sabem. Mas, o que não padece dúvida, é que êle chegou à foz do Itajaí Açú com o intuito de ali fundar um povoado, tanto assim que já trouxera consigo o padre que se ocuparia da construção de uma capela e da criação do curato.

O livro de Afonso Luiz da Silva merece os mais destacados louvores pois representa mais um grande e válido esforço no sentido de restabelecer a verdade histórica. Merece igualmente, não só aplausos do poder público, como, também, ajuda no sentido da sua mais ampla divulgação.

TEXTO 28

Rabiscando aos sábados. Abdon Fóes. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971, capa.

Que ninguém deixe de ler a carta que o nosso conterrâneo Gil Miranda está nos enviando e que sai publicada na presente edição. É, indubitavelmente, um documento de muita importância para quem gosta e estuda a história de Itajaí, que surge, agora, com dois presumíveis fundadores. Marcos Konder, que fora nosso Prefeito durante quinze anos, quando comemorou o centenário da cidade, a 12 de outubro de 1920, apontou como seu fundador o fidalgo português Vasconcelos Drumond, de cuja figura existe até um retrato no salão Rui Barbosa, onde se reúne a Câmara Municipal, denominação que foi dada também a um clube da cidade. Todavia, mais tarde, o historiador José Ferreira da Silva contestou, no que foi secundado por Silveira Júnior e, recentemente, por Afonso Luiz da Silva, através do seu apreciado livro ‘Itajaí de ontem e de hoje’, que indica como verdadeiro fundador Agostinho Alves Ramos.

Como se denota, trata-se de matéria controvertida, que vem originando uma polêmica que só pode trazer benefício para o seu esclarecimento. Pela dissertação que o nosso amigo Gil Miranda fez em torno do assunto, chega-se à conclusão que a razão está efetivamente com Marcos Konder. Não se pode admitir outra hipótese, motivo por que devemos todos nós cerrar fileiras em torno da campanha ora iniciada com tanto entusiasmo e convicção por um itajaiense que, embora afastado de sua terra natal, exercendo elevado cargo como o de diretor do Banco do Estado do Rio, cheio de afazeres e de preocupações, demonstra acendrado amor à tradição, defensor intransigente de que a passagem dos 151º aniversário da fundação de Itajaí deva ser comemorada condignamente, precisamente a 12 de outubro vindouro. E, nessa ocasião, devemos convencionar de que Vasconcelos Drumond foi o fundador da cidade, pondo ponto final numa questão que não pode suscitar mais dúvidas, uma vez que a palavra de Marcos Konder deve prevalecer, como estudioso e pesquisador que foi da nossa história.

Cabe, pois, daqui por diante, ao Chefe do Executivo Municipal baixar um ato oficializando a data da fundação da cidade, assim como determinar que seja reverenciada a memória de Vasconcelos Drumond, o nobre português, que banido da Côrte, aqui se localizara, à margem do rio itajai, instalando um engenho de serrar madeira, fazendo êle o primeiro carregamento para a praça do Rio, juntamente com outros cereais. Faz-se preciso que a verdade seja restaurada e que não seja cometida nenhuma injustiça a quem deu uma grande parcela da sua vida a favor de nossa querida Itajai.

TEXTO 29

Itajaí de ontem e de hoje. Afonso Luiz da Silva. Preâmbulo. Pag 01-20.

Itajaí: ed. autor, 1971.

Em Santa Catarina existem vários casos em que se distingue uma pessoa com o título de fundador da atual cidade ou município, mas existem outros, entretanto, em que as povoações se formaram e se desenvolveram sem que seja atribuída a alguém a honra de as terem fundado.

Em quase todos os casos, na região em que se inicia uma colônia ou povoado, as terras adjacentes já tinham moradores, em geral esparsos, mas que não possuíam as qualidades de mando e de iniciativa para agrupar uns e outros para formar a póvoa inicial e assim, nessas hipóteses, a futura cidade ficou sem fundador, ou então alguém veio mais tarde, com novos elementos, e se estabeleceu começando a comunidade.

O que caracteriza o fundador é a estabilidade da póvoa que iniciou, com seus característicos de organização, a delimitação da praça para se erigir a capela, a casa do administrador, a cadeia e outros próprios necessários, um arruamento para que as casas não surgissem desordenadamente, tudo seguido de uma racional divisão de lotes para os pioneiros do estabelecimento.

Assim, por exemplo, São Francisco, que foi a primeira fundação estável da costa de Santa Catarina, onde se ergueu a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, teve em Manoel Lourenço de Andrade e seus companheiros a distinção de fundador da vila. Êle ali chegou com mulher e filhos, genro, agregados, escravos, ferramentas, animais e o que mais julgou indispensável para a ocupação das terras. Mas se o considerarmos fundador de São Francisco, não quer isto dizer que fôsse o primeiro a habitar o local. O próprio Manoel Lourenço ali estivera antes de 1658, e segundo Oswaldo Cabral, na sua “História de Santa Catarina”, Antônio Fernandes, em 1642 tivera concessão para “povoar a ilha que iria fundar no mesmo local onde já tinha capela de Nossa Senhora da Graça”, o que evidencia ter sido habitada muitos anos antes de 1658.

Antes dessa época fôra a ilha de São Francisco visitada por navegantes diversos, e supõe-se que no ano de 1505 o navegador francês Binot Paulmier de Genneville ali

estivera, mas é certo que da expedição de 1549 e 1553 de Diego de Sanabria e outros, permaneceu parte da expedição em São Francisco, onde do casal Hernando de Trejo e Maria de Sanabria nasceu um menino, cujo nome de Hernando de Trejo Sanabria veio a se tornar célebre como Bispo de Tucuman e fundador da Universidade de Córdoba na Argentina.

A Ilha de Santa Catarina cedo se tornou conhecida dos navegantes que lançaram ferros no seu pôrto acolhedor, e o seu nome se acredita ter sido dado por um dêles, Sebastião Caboto, em 1526, embora historiadores hajam atribuído a outros navegadores a denominação que da ilha se estendeu ao território que é hoje o Estado de Santa Catarina.

Considera-se como fundador do Dêsterro Francisco Dias Velho que, em 1678, requereu duas léguas em quadro na ilha, onde já havia uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Destêrro. Estabeleceu-se aí Dias Velho com a família, escravos e agregados, até ser morto pelos piratas, tendo os seus seguidores abandonado o local que ficou com poucos moradores. Assim antes de Francisco Dias Velho a Ilha de Santa Catarina teve habitantes, mas a tradição conservou para o desditoso paulista as honras de fundador da póvoa desterreense.

Do mesmo modo em Laguna, o povoamento foi sendo feito lentamente, mas em 1676 Domingos de Brito Peixoto, natural de S. Vicente, organizou uma bandeira para o Sul e veio estabelecer em Laguna as bases de uma povoação, sob a invocação de Santo Antônio dos Anjos. Ficou considerado como fundador de Laguna, porque, após várias peripécias, ali se fixou com os filhos e familiares, escravos e indígenas, alí também falecendo já no século XVIII.

A cidade de Lages, no interior de Santa Catarina, teve em Antônio Correia Pinto, por delegação do Morgado de Mateus, a figura inconfundível de fundador, pois ali chegou com seu pessoal, levando o propósito de fundar uma vila, trouxe família, agregados, escolheu terreno por duas vêzes, traçou os limites da póvoa, ergueu a capela de Nossa Senhora dos Prazeres e dirigiu até a morte o estabelecimento, fazendo-o prosperar.

Joinville comemora com grande entusiasmo e no centenário, através de ruidosas solenidades, os pioneiros de sua fundação, dos quais conhece todos os nomes e famílias, e que foram os da colônia D. Francisca, nas terras que faziam parte do dote da Princesa D. Francisca em seu casamento com o Príncipe de Joinville. Mas chegados os primeiros imigrantes, em terras já demarcadas por ordem do Govêrno Imperial, sendo o

engenheiro o celebrado lagunense Jerônimo Francisco Coelho, não considera o povo joinvilense como sendo certo e determinado dos seus povoadores o fundador da cidade. Como em quase tôda parte, com raras exceções, eram as terras já habitadas, com algumas fazendas prósperas, tanto que houve muita discussão sôbre as terras que deviam ser reservadas para a parte dotal a fim de não compreenderem porções já ocupadas. O fundador podia ser um dos homens notáveis do início da Colônia D. Francisca, de que surgiu Joinville, que era Léonce Aubé, procurador do Príncipe de Joinville e grande batalhador dos primórdios do estabelecimento, que recebeu os primeiros expedicionários em 22 de maio de 1850 entre os quais se encontrava Léonce Aubé. Êste, em carta ao Imperador, relatou como se fundou a colônia, a excelência da região e enviou as fotografias das primeiras casas. Além de se estabelecer no local, construindo a sua casa, de acompanhar todos os acontecimentos, prestando a sua colaboração a todos êles, de escrever uma interessante Memória sôbre Santa Catarina, de administrar a mesma de 1855 a 1860, de manter o maior contato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo dêsde que se fundou em 1849, Louis François Léonce Aubé não é considerado fundador de Joinville, nem, por exemplo, o primeiro administrador Eduardo Schroeder, filho do Senador Christian Matias Schroeder, Presidente da Sociedade Colonizadora, nem o engenheiro Hermann Gunther que recebeu oficialmente as terras entregues pelo representante do Príncipe.

Se em Joinville não se coloca num certo nome, embora conhecidos todos os primeiros habitantes, o do fundador da primitiva povoação, não se dá o mesmo com Blumenau, que tomou o nome do seu fundador, o Dr. Hermann Otto Bruno Blumenau. Com efeito, êste estudou dêsde moço na Europa planos de colonização, requereu ao Govêrno a concessão das terras, fêz a escolha do local, organizou com grande luta a leva dos primeiros imigrantes europeus, recebeu-os e dirigiu-os e foi o Diretor da colônia mesmo depois de passada ao domínio da União, quando pela idade e pela doença retirou-se para a Alemanha; mas fêz uma obra notável, imprimindo nas menores particularidades o cunho de uma grande mentalidade, tanto que o núcleo prosperou até se tornar um dos mais importantes municípios brasileiros. A cidade ergueu estátua ao seu fundador, muitos escritores descreveram a sua ação e traçaram sua biografia e os blumenauenses se orgulham de seus primórdios, de sua gente e da figura de seu fundador.

Com Brusque devia suceder o mesmo que com Blumenau, porque recebeu as primeiras levas de colonos, teve a sua área perfeitamente delimitada, e seu Diretor o

Barão Maximiliano von Schneéburg e todos os característicos de uma povoação que se iniciava. Estão registrados com carinho nos anais da cidade os nomes dos que constituíram, principalmente, as quatro primeiras entradas de imigrantes, com os das mulheres e dos filhos. Entretanto, o povo brusquense, que comemorou com o maior brilho o centenário de sua fundação, não coloca o Barão de Schneéburg como a figura primeira de sua história, não o aclama como seu fundador, quando possuía tôdas as qualidades para poder ostentar o título. São festejados os colonos, seus descendentes, perscrutados os destinos que tiveram as figuras ilustres que surgiram dêstes troncos, mas não se dá importância a nenhuma figura como de fundador.

Já Azambuja, colônia primitiva de italianos, teve o seu fundador no engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, o qual foi designado para com a finalidade de fundar colônia no vale do Tubarão, em terras devolutas e muito férteis da região; êle se estabeleceu no local, acompanhou os primeiros habitantes, dirigiu-os durante anos e também é responsável pela fundação de Urussanga, cerca de um ano depois de Azambuja.

Outras atuais cidades catarinenses tiveram suas figuras principais do início da colonização, como Rodeio, Timbó, Indaial, Rio do Sul, Ituporanga, Ibirama e outras, e em tempos mais modernos as povoações do oeste catarinense, e são reverenciadas figuras de projeção dos seus primórdios, caracterizando-se as datas de fundação como também os primitivos povoadores.

CONSIDERAÇÕES EM TÔRNO DA FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ

O rio Itajaí-açú, com seus afluentes, o principal rio de Santa Catarina, com formoso e fértil vale, foi sempre uma atração para os habitantes, e desde cedo, no século XIX mais especialmente, foram as suas margens recebendo famílias de adventícios que nelas se estabeleceram. Na região da foz do rio, onde hoje se acha a cidade de Itajaí, a crônica registrou os nomes de alguns moradores, como Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, Silvestre Nunes Leal Correia, José Correia de Negreiros, citados por Oswaldo Cabral, e antes dêsses, como talvez o primeiro morador da zona Mateus Arzão, da família de João Dias de Arzão que viera para Santa Catarina com Manoel Lourenço de Andrade, fundador de São Francisco.

Quando Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond esteve na região, por duas vezes, em 1819 e 1820, retirando-se definitivamente em 09 de maio de 1821 para o Rio de Janeiro, encontrou numerosos moradores e aproveitou-se dêles para o corte de madeiras, e para fundar um estabelecimento, de acôrdo com o Aviso de 5 de fevereiro de 1820, que o encarregava de tomar posse de umas terras junto ao rio **Tajai-mirim**

(Itajaí-mirim) a fim de nelas formar um estabelecimento, segundo a direção que lhe desse o Governador João Vieira Tovar e Albuquerque, de Santa Catarina.

O escritor José Ferreira da Silva, grande estudioso da história catarinense, com especialidade do vale do Itajaí, esclarece na sua publicação “As terras do Itajaí-mirim e Vasconcelos de Drumond” a ação dêste último. Vasconcelos de Drumond, nas Anotações à sua biografia publicada pela “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, de Paris, faz algumas afirmações, como: ter sido encarregado da comissão de colonizar as terras que banham o rio Itajaí; que alguns trabalhos se fizeram no rio itajaí, mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo; que se construiu uma sumaca “São Domingos Lourenço” que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí; que de Itajaí mandou a madeira para a obra do museu do Campo de Sant’Anna, no Rio de Janeiro. Em outro local diz que começou a formar um estabelecimento nas suas margens (rio Itajaí) e em certo trecho:

“Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo tráz não tenham destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821.”

Outras afirmações de Vasconcelos de Drumond, como que foi por proposta sua que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lages, e desanexou esta vila da Província de S. Paulo para reunir à Província de Santa Catarina, não resistem a qualquer crítica histórica, pois êsses dois acontecimentos, como provou Manoel da Silva Mafra na sua monumental “Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sôbre a questão de limites com o Estado do Paraná” e também como expõem outros historiadores, tiveram fundamentos diversos que não podem ser atribuídos a Vasconcelos de Drumond.

Baseado apenas nas informações dêste, o distinto historiador itajaiense, Marcos Konder, aponta-o como fundador de Itajaí, na publicação “A Pequena Pátria”.

Ressalta desde logo que as terras onde se encontra a cidade de Itajaí, junto à foz do grande rio, estavam ocupadas por numerosos habitantes quando Drumond ali chegou, e portanto o estabelecimento ou colônia não devia estar aí situado. Nos seus escritos Drumond não distingue os rios Itajaí-açu e Itajaí-mirim, quando era nas margens dêste que devia tomar posse das terras de que fala o Aviso de 5 de fevereiro de 1820. Pelas suas afirmações, não se pode estabelecer exatamente o local dêse estabelecimento ou colônia, pois não há indicação positiva, se no Itajaí-mirim e a que

distância de sua foz no Itajaí-açu, ou se nas margens dêste e a que distância de sua foz no oceano e em que margem direita ou esquerda.

Por outro lado quando se estuda a fundação das atuais cidades catarinenses, com especialidade as oriundas de colonos europeus, sabe-se os nomes de seus primitivos imigrantes, com as suas famílias, os diretores, onde se estabeleceram, a data dos primeiros arrivistas, e assim por diante. Do estabelecimento ou colônia de que fala Vasconcelos de Drumond nada se sabe sobre seus componentes, quais as famílias que o compuseram, o administrador que o substituiu, o número de pessoas, as atividades a que se empregaram, a não ser que construíram uma sumaca, que seria a primeira a transpor a foz do rio Itajaí-açu, o que também não se prova.

Em 1833 foi criado o distrito de Itajaí à margem direita do rio Itajaí-açu, o que prova ter havido povoamento suficiente para que a póvoa fôsse elevada a distrito ainda na primeira metade do século XIX. Nada prova, nenhum documento esclarece, que o distrito assim formado tenha tido como base o estabelecimento ou colônia a que se refere Vasconcelos de Drumond. O que parece mais certo é que os moradores da região, que vinham desde os primeiros anos do século como esclarecem as cartas de sesmarias expedidas e os numerosos pedidos de outras ao Vice-rei, quando sentiram a necessidade da serem administrados com autonomia, evitando longas viagens a S. Francisco, por exemplo, passaram a se interessar para a formação do distrito, tendo naturalmente os seus condutores entre os quais pode ser mencionado Agostinho Alves Ramos, o primeiro a se estabelecer como negociante na vila em formação.

O opúsculo de Marcos Konder “A Pequena Pátria” é a reunião de dois discursos e uma conferência por êle pronunciados por ocasião de se comemorar no dia 12 de outubro de 1920 o centenário da fundação de Itajaí.

É na conferência lida perante o Conselho Municipal, como superintendente da cidade, que Marcos Konder exalta a figura de Vasconcelos de Drumond, como grandiosa e varonil, jovem diplomata de fina educação e de descendência ilustre, estudioso infatigável e excursionista apaixonado, de indomável espírito liberal e que concebeu o vasto e glorioso plano de colonizar as terras banhadas pelo rio Itajaí. E tecendo os maiores louvores ao jovem empreendedor, diz que fundou uma colônia na foz do Itajaí, colônia que logo prosperou e assim considera Drumond **“como o primeiro colonizador destas paragens, certos de que, se outro qualquer aqui esteve antes dêle, não realizou ato algum digno de ser assinalado como obra de conquista do homem civilizado”**.

Entretanto, a contrastar com o entusiasmo de Marcos Konder pela figura que tanto exalta, acham-se as seguintes palavras na mesma conferência:

“A data exata da fundação não conseguí averiguar. A única fonte, onde colhi os subsídios para esta despretenciosa crônica, foram as Anotações feitas pelo mesmo Drumond à sua biografia publicada em 1836 na “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”.

E acrescenta:

“Por êsse folheto se sabe que Drumond veio a Santa Catarina pela segunda vez em 1819 especialmente para empreender a colonização das terras marginais do Itajaí, aqui esteve, fundou povoados, construiu um barco e o despachou com um carregamento ao Rio de Janeiro.”

Se com honestidade declara Marcos Konder, que não pôde averiguar a data exata da fundação, embora ache que o início se deu em 1820, ou ao menos, com absoluta segurança deduzir que foi no correr daquele ano que a colônia deu o seu primeiro sinal de vida, como foi fixada a data de 12 de outubro para a da fundação de Itajaí? Qual o acontecimento, por menor que fôsse a sua expressão, que se verificou nêsse dia, se nenhum documento o menciona, se dêle não falam as “Anotações” de Drumond, única fonte de Marcos Konder, e se no decurso do século nenhum historiador fez referência a essa data, pelo menos os mais autorizados de Santa Catarina?

Diz Marcos Konder que Drumond fundou povoados, mas é outra afirmação que não se encontra nos escritos dêste último, pois só fala de um estabelecimento que êle começou a formar nas margens do rio Itajaí, que já florescia quando a deixou em 1821, conforme a citação acima. Portanto Drumond não fala de povoados, dos quais aliás ninguém teve a menor notícia, pois os fundados por Agostinho Alves Ramos, os de Belchior e Pocinho, o foram em 1838, que teriam bastante desenvolvimento.

Diz ainda Marcos Konder que, quando Drumond chegou à foz do rio Itajaí com sua pequena flotilha provida de tudo, inclusive dos elementos precisos para a construção de um engenho de serrar madeira e de um pequeno estaleiro, armou o engenho em um dos ribeirões mais próximos. Dêsse modo, o estabelecimento ficava na foz do Itajaí ou num dos ribeirões ao qual não faz Drumond referência? Seria então o Itajaí-mirim de que trata o Aviso citado, mesmo porque não há outro ribeirão nas proximidades da foz. Mas então, como diz Ferreira da Silva, êle não podia ter fundado Itajaí que cresceu em terras junto à foz do grande rio.

A ausência de dados sobre o estabelecimento fundado por Drumond, de sua distância à foz, ou nas margens de qual ribeirão, qual o administrador, o número de seus habitantes, ou nomes dos que se agruparam sob as suas ordens, se construíram casas, se erigiram capela, tudo deixa na incerteza do que realmente sucedeu nas terras da atual Itajaí antes da partida em 9 de maio de 1821 para o Rio do ilustrado empreendedor.

O opúsculo “A Pequena Pátria” de Marcos Konder é de 1923. Depois dele passou a adotar-se Vasconcelos de Drumond como fundador de Itajaí, embora com as ressalvas do próprio Marcos Konder ao confessar que **só se baseiou nas “Anotações” de Drumond**. Lucas Boiteux nas suas “Efemérides Catarinenses”, impressas em 1921, não faz referência à data de 12 de outubro de 1820. A data mais antiga que se conhece sobre Itajaí é de 1824, a data da criação do curato com a nomeação do primeiro vigário Frei Pedro Antônio de Agote, e pela mesma época se tratou da construção de uma capela, e a freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí data de 13 de agosto de 1833, mas antes foi tirada da dependência de São Francisco para a de Porto Belo.

Já em 1799 o Capitão Governador da fortaleza de Santo Antônio dos Ratores da ilha de Santa Catarina requeria ao Vice-Rei, por sesmaria, uma légua de terras em quadro no rio Itajaí-mirim, para construir uma fábrica de açúcar para seu interesse e dos reais dízimos. E esta sesmaria foi concedida em 10 de junho de 1800. Na sua petição, refere-se que o terreno pedido confrontava pela parte de leste com as terras que anda requerendo o Capitão Manoel Antônio Tavares.

Essa sesmaria de Joaquim Francisco de Sales e Melo, bem como a de D. Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues, também no Itajaí-mirim, foram cedidas a El-Rei em troca de favores, e como diz Ferreira da Silva, eram essas as terras de que devia Vasconcelos Drumond tomar posse, conforme o Aviso citado.

O Major Manoel Joaquim de Almeida Coelho foi o primeiro historiador conhecido de Santa Catarina, e num artigo de Ildefonso Juvenal, escritor e poeta, é apontado como o Heródoto catarinense [...].

Pois bem, Almeida Coelho tinha 27 anos de idade quando Vasconcelos Drumond chegou pela primeira vez em Santa Catarina, e já se dedicava ao seus estudos, embora começasse a publicar os seus trabalhos a partir de 1849. Mas era homem feito ao tempo de Drumond e naturalmente havia de acompanhar as notícias sobre o mesmo, que esteve largo tempo no Destêrro. No entanto escreve Almeida Coelho, na sua “Memória Histórica da Província de Santa Catarina”, o seguinte depoimento valiosos, como o mais próximo dos acontecimentos:

“No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro, Antônio de Menezes Vasconcelos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí.

Êste homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma Memória que temos presente e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interêsse particular, vezando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar taboado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de dispendir a Fazenda Real, em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados; não fez mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. Ouviu-se por muitas vêzes dizer: aproveitemos o Ministro de Estado (era então Tomaz Antônio de Vilanova Portugal) **que está velho”.**

Como se vê é uma opinião desconcertante para as pretensões de Drumond no vale do Itajaí.

Melo Moraes que era grande amigo de Vasconcelos de Drumond, tendo mesmo a êle feito a principal oferta de seu livro sôbre a “História do Brasil Reino e Brasil-Império”, no seu apanhado “Brasil Histórico” de 1864, traça a biografia de seu amigo, mas nenhuma luz traz para a fundação de Itajaí. Esclarece muito os motivos pelos quais foi Drumond mandado para Santa Catarina, em virtude de denúncias de que era pedreiro-livre e maçom e tomara parte do movimento de Pernambuco de 1817, e dessas acusações só se livrou porque contava com a proteção de Tomaz Antônio além do prestígio de seu pai na Côrte.

Mas da estada em Santa Catarina, apenas Melo Moraes diz que explorou o rio Itajaí, mas não se refere a colônias fundadas nem a um determinado povoado; dá curso à sua versão do estabelecimento em que se construiu a sumaca “São Domingos Lourenço” que foi o primeiro navio dêsse porte a passar a foz do Itajaí, e sómente isso, justamente o que se encontra nas “Anotações” de Drumond a que nos referimos e, ainda, assim, resumidamente.

Também não há dúvida de que Tomaz Antônio Vilanova Portugal procurou se interessar pela colonização em Santa Catarina, mas sem continuidade administrativa. Entre seus atos favoráveis ao Brasil, consta a fundação da colônia Ericeira, da qual foi encarregado Miguel de Souza Melo e Alvim e é hoje a cidade de Pôrto Belo.

Diz ainda Max Fleiuss, na sua “História Administrativa” referindo-se a Tomaz Antônio: **“Fundou a colônia de Itajaí, cujos primeiros habitantes foram 100 soldados portugueses do 12º Batalhão, de que era comandante o então Coronel Madeira, destacado em Santa Catarina, vencendo êsses colonos militares \$ 160 diárias no primeiro ano e \$ 080 no segundo”**.

Embora pareça ter ficado o Ministro de D. João VI muito bem impressionado com as informações de Vasconcelos de Drumond, não consta que o trecho acima se refira a estabelecimento na foz do rio Itajaí; Almeida Coelho, no seu livro citado, fala que o Rei D. João VI mandou do 2º Batalhão do regimento nº 12 de Portugal, que então se achava na Província, vindo da Bahia, sob o comando do Coronel Inácio Luiz Madeira de Melo, tivessem baixa 80 soldados para povoadores da colônia Ericeira e das Caldas do Rio Cubatão. Diz ainda:

“Aconteceu com êstes o mesmo que com os ericeiros, pois demorando-se unicamente nos distritos que lhes foram marcados, o tempo preciso para receberem as diárias, se retiraram, uns para ocuparem o emprêgo de caixeiros, outros para Portugal, levando o produto das vendas que fizeram das suas posses”.

Por todos os motivos expostos chega-se à conclusão de que não existe solidez histórica para se atribuir a Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond, apesar dos seus grandes méritos, a glória de fundador de Itajaí.

AGOSTINHO ALVES RAMOS – O FUNDADOR

Pelo que vimos até aqui, é destituída de qualquer solidez histórica a hipótese levantada por Marcos Konder, de que Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond teria fundado a cidade de Itajaí.

Tudo prova que o decantado personagem de “A Pequena Pátria” nada mais fez nestas terras do que um roçado e nêle mandou serrar madeiras e construiu, se é que isto também é verdade, a Sumaca “São Domingos Lourenço”. A dúvida sobre a construção de tal embarcação surge pelo fato de apenas Drumond a mencionar nas suas memórias. Ninguém mais faz referências a êsse barco.

Foi o escritor José Ferreira da Silva o primeiro a travar polêmica literária com Marcos Konder, sobre a verdade histórica de Itajaí. E Ferreira da Silva possui as provas

evidentes, conseguidas no Museu Histórico do Rio de Janeiro, de que está se fazendo uma injustiça ao se dar a Vasconcelos de Drumond o título de fundador.

O provável fundador desta cidade, por tudo que se conhece em documentos históricos, ficou no completo anonimato. Não se fala do seu nome senão de passagem, ou para citar fatos atribuídos a outros personagens que nada, ou quase nada, fizeram pelo progresso e desenvolvimento da Freguesia do Santíssimo Sacramento.

O primeiro registro de concessões de terras na região da Foz do Itajaí-Açú refere-se a João Dias de Arzão e data de 1658, quando obteve do primeiro capitão-mór da vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da foz do Itajaí. Durante muito tempo se pensou que a propriedade dos Arzões se localizasse no conhecido bairro da Fazenda, porém, sabe-se que era em frente à barra do rio Itajaí-Mirim, onde ficava o fundeadouro, inclusive utilizado pelo Dr. Blumenau, que ali adquirira um galpão para abrigar imigrantes, que seguiam posteriormente rio acima, para a colônia de Blumenau.

Para não nos perdermos em delongas sobre os fatos que queremos provar, de que Agostinho Alves Ramos e não Vasconcelos de Drumond fundou Itajaí, fica claro que todas as citações que registrarmos são extraídas de documentos verídicos, microfilmados dos originais ou através de fotocópias autenticadas, de posse de José Ferreira da Silva que nos permitiu a sua transcrição.

Por publicações oficiais, constantes de documentos do Arquivo Nacional, tem-se conhecimento de concessões de sesmarias às margens do Itajaí às seguintes pessoas, em épocas bem anteriores à publicação da primeira história de Santa Catarina:

1792 – Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho, no local ainda hoje conhecido por Fazenda;

- Domingos Francisco de Souza;
- Francisco José Ferreira da Rocha Gil;
- Manoél Francisco da Costa
- Manoél Teixeira de Souza;

1793 – Joaquim Manoél da Costa Lobo;

- Manoel Fernandes Lessa;

1794 – José Corrêa;

- Matias Dias de Arzão
- Silvestre Nunes Leal Corrêa;

1795 – Manoel da Costa Fraga;

1799 – Joaquim Francisco de Sales e Melo;

- Manoel José Diniz;

1800 – Domingos Luiz do Livramento

1802 – Antônio Bernardino da Costa;

1803 – Joaquim José Pereira;

1811 – Domingos Francisco de Souza Coutinho.

Infelizmente, a situação exata de cada uma dessas sesmarias não pode ser hoje determinada em virtude do laconismo dos atos de concessão que, geralmente, citavam, como limites os nomes dos sesmeiros confrontantes, sem qualquer referência a acidentes geográficos. Mas é fora de dúvida que tôdas elas se situavam ou junto à foz do Itajaí-Açú, como a de Alexandre Coutinho, ou pelo Itajaí-Mirim acima, até o atual Taboleiro.

Pelo que ficou dito e que foi colhido em documentos fidedignos, acima de qualquer possibilidade de contestação, pode-se ter como certo que, por volta de 1823, quando Agostinho Alves Ramos chegou às margens do Itajaí, já se encontrava ocupada, com algumas casas, plantações e serrarias e, o que é bem provável, até um estaleiro para a construção de embarcações, tôda a área onde hoje se alargam o perímetro urbano e os subúrbios da sede do Município de Itajaí.

Tudo deixa crer que Agostinho Alves Ramos tenha nascido no Rio de Janeiro. Chegou a Destêrro logo depois da Independência do Brasil e trazia consigo sua mulher Ana, natural de Peniche, Portugal. Era guarda livros mas possuía muitos conhecimentos técnicos e dons para outras atividades comerciais. Associou-se a Anacleto José Pereira que possuía uma grande casa de negócios no Destêrro, mantendo largo comércio com pescadores, agricultores e demais moradores de quase todo o litoral entre a Ilha e São Francisco, para o norte e até Laguna, para o Sul.

A firma possuía muitos barcos que faziam o comércio regular, comprando os artigos de artesanato ou das indústrias e vendendo provisões a tôda gente. Onde houvesse um aglomerado de pessoas, ali estava um representante de Anacleto José Pereira para negociar.

Nos primórdios do século XIX, tôda a extensão da costa desde S. Francisco até Itajaí era bastante povoada e era grande o número de moradores que, além da pesca, se dedicavam à cultura de mandioca e da cana de açúcar, do algodão, do café, à extração de madeira, à fabricação de farinha e à construção de pequenas embarcações. Itapocú,

Barra Velha, Piçarras, mantinham já apreciável comércio com São Francisco, a cuja jurisdição pertencia o território, e com Destêrro, sede da Capitania.

Isto sem falar em Itapocorói, onde, desde 1758, já existia capela e onde, a partir de 1779, floresceu uma grande armação de baleias, atraindo muitos colonizadores que fundaram a freguesia de N. S. da Penha.

O suprimento de comestíveis e de fazendas e de objetos de uso doméstico e de adorno aos trabalhadores da armação, nas épocas oportunas, e a compra do óleo, barbatanas e outros produtos dos cetáceos, é que levaram, principalmente, os barcos maiores, da capital a Itapocorói e às enseadas do norte da província. Os terrenos de Tijucas, Pôrto Belo, Camboriú e do próprio Itajaí-Mirim, começaram, por sua vêz, a despertar, pela sua extraordinária fertilidade, a atenção dos agricultores que viviam apinhados na ilha.

Como sócio de Anacleto José Pereira, por certo Agostinho Alves Ramos tomou parte em inúmeras dessas viagens, tendo conhecido a região da Fóz do Itajaí e notado ser aqui uma ótima oportunidade de iniciar o seu negócio, não obstante o número dos moradores ser bem pequeno nas margens do Itajaí-Açú, próximo da sua fóz.

Inteligente e astuto nos negócios, sentiu que alguém que se dispusesse a lutar com entusiasmo conseguiria prosperar e fazer prosperar o lugar, que até então não apresentava absolutamente nada que o pudesse credenciar a uma futura freguesia.

José Coelho da Rocha, descendente de antigos moradores da Praia de Itajaí, estava estabelecido cêrca de meia légua para baixo da barra do Itajaí-Mirim, cujos terrenos confrontavam, à Leste, com os de Azeredo Leão Coutinho, ao Sul, com os de José Correia de Negreiros e ao Oeste com o Itajaí-Mirim, com frente para o Itajaí-Açú.

De José Coelho da Rocha, Alves Ramos adquiriu o terreno onde deu início à construção da sua casa que ao mesmo tempo serviria para o seu comércio. Localizava-se onde hoje está o Café Democrático, na Praça Vidal Ramos.

Feita a sua casa, ali se instalou com Dona Ana, alguns escravos e o franciscano espanhol Frei Pedro Antônio de Agote, isto em fins de 1823.

Era Frei Antônio de Agote o primeiro religioso a se estabelecer no lugar. Enquanto Agostinho Alves Ramos cuidava de firmar o seu negócio, o religioso organizava o rebanho espiritual, procurando agrupar em tórno de um altar os colonos e suas famílias para as suas preces. Um dos cômodos da casa de Alves Ramos foi destinado à Capela. Paralelamente, foi dirigido requerimento ao bispo do Rio de Janeiro, pedindo para delimitar o distrito, autorizada a construção de sua capela-curada,

e permitida, enquanto esta não fôsse construída, a celebração de ofícios religiosos no oratório particular.

A 31 de março de 1823 foi assinada a provisão eclesiástica, promovendo Frei Pedro a capelão-curado, delimitando o Distrito entre o Rio Gravatá, ao Norte, e o Rio Camboriú, ao Sul, e autorizando a construção de uma capela em louvor do Santíssimo Sacramento. E como bem diz Ferreira da Silva, se bem que data de meses antes, o estabelecimento de Alves Ramos, e que o local estivesse já ocupado e trabalhados os terrenos por agricultores chegados havia anos antes, a data dessa provisão deveria ser tomada como a da fundação de Itajaí, pois foi dessa data em diante que o povoado começou a tomar corpo.

Em abril do mesmo ano, os Coelho da Rocha doaram o terreno para a construção da capela e do cemitério e foi Agostinho Alves Ramos quem tomava para si o encargo de construí-los às suas expensas.

A primeira capela, construída de pau-a-pique, revestido de barro, estava no mesmo lugar onde hoje ergue-se a Igreja da Imaculada Conceição, que foi por muitos anos a Matriz da paróquia do Santíssimo Sacramento.

Estava desta forma fundado o povoado do Santíssimo Sacramento, do Itajaí.

Como todo símbolo de fundação de um povoado é a capela, só pode-se afirmar, com justiça, que Itajaí teve o seu início de fundação ao lado da capela do Santíssimo Sacramento. Esta e o comércio de Agostinho Alves Ramos atraíram novos moradores, tanto para as proximidades como para rio-acima, até a confluência do Mirim.

A freguesia prosperou de tal forma que Alves Ramos, como forte comerciante, teve que instalar um galpão de depósito na Barra do Rio, que mais tarde vendeu ao Dr. Blumenau, para nêle abrigar os colonos que subiriam o rio para trabalhar nas terras do hoje Município de Blumenau, enquanto aguardavam condução.

Alves Ramos não era apenas o comerciante: tornou-se mais do que isto: professor, policial, sacristão, doutor e mediador. Era um hábil conselheiro, orientador e estimado por todos os moradores. Fazia as vêzes de médico nas enfermidades, pois era conhecedor da medicina dos chás. Nas desavenças era o mediador. Também operava como financista, patrocinando a instalação de novos colonos, fornecendo-lhes os gêneros até que pudessem reembolsá-lo com as suas próprias colheitas.

Por tudo isso, não demorou muito em ser o chefe incontestável do lugar e um líder que guiava os destinos da freguesia para um futuro de prosperidade. Estendeu a sua benéfica influência por tôda parte, em uma circunferência que abrangia tôdas as

povoações próximas, como Camboriú e Pôrto Belo. Por interferência sua, as autoridades da Província dedicavam especial atenção aos moradores das vinte e tantas casas que constituíam a freguesia, já elevada a essa condição pela Câmara de São Francisco, por obra de Alves Ramos que foi um batalhador incansável para que o povoado passasse pela escala política de freguesia, sede de Distrito e paróquia.

Foi, pois, Agostinho Alves Ramos quem, com o seu trabalho e prestígio, transformou Itajaí na sede administrativa, política e econômica de uma rica e vasta região. Era parte dos planos do inteligente comerciante fazer com que o povoado que ele fundara chegasse à completa emancipação, mas isto teria de ocorrer muito depois, visto não haver de imediato as condições exigidas.

Empolgado pelo crescimento vertiginoso que se implantava nas terras do Itajaí, Agostinho Alves Ramos estendeu a sua benéfica influência rio acima, até Pocinho e Belchior, onde ajudar a formar núcleos coloniais. forjava em seu pensamento a idéia de colonizar todo o vale, porém, essa sua idéia foi posta à prática pelo Dr. Blumenau, que, reconhecidamente, era mais inteligente e capaz para essa espécie de atividade. Mas, mesmo assim, cinquenta anos antes de Blumenau chegar, já idealizava essa colonização para as margens do Itajaí-Açú.

Muito influente, como já dissemos, não teve Alves Ramos dificuldades para se eleger deputado provincial, depois de consolidado o estado político originado pela Independência do Brasil. Quando Agostinho foi eleito Deputado, seu amigo Frei Pedro Antônio Agote havia falecido e para substituí-lo veio o padre Francisco José de Souza que em agosto de 1835 foi substituto interinamente pelo padre Joaquim Serrano.

Como deputado, Agostinho Alves Ramos pôde dedicar-se ainda mais pela sua causa, dando melhores garantias à execução dos seus planos para com Itajaí. Assim, por proposição sua, originou-se a Lei nº 09 de 15 de abril de 1835, criando uma cadeira de primeira letras na freguesia e fixando em 180\$000 o ordenado do professor. Redigiu projeto de Lei que foi transformado na Lei nº 11, de 5 de maio de 1835, criando um plano de colonização para as terras do Itajaí. Essa Lei mandou estabelecer duas colônias, uma no Itajaí-Mirim e outra no Itajaí-Açú. Dava-se início aos arraiais Taboleiro pelo Itajaí-Mirim e o de Pocinho pelo Itajaí-Açú.

Alves Ramos, então Major da Guarda Nacional, foi encarregado pelo Presidente da Província de dirigir os trabalhos de colonização dos dois empreendimentos, com procuração para emitir títulos de propriedade.

Os índios preocupavam os moradores de Itajaí, com os seus constantes assaltos, saqueando a população e travando inclusive lutas corporais. Para que os jovens aqui nascidos ou residentes não tivessem de deixar a sua terra para a prestação do serviço militar, Alves Ramos, com uma Lei originada de projeto de sua autoria, isentava os jovens da obrigação, deixando-os a proteger as suas casas e seus parentes.

Outra Lei inspirada por Agostinho Alves Ramos foi a que criou, em 1838, uma companhia de pedestres permanentes, tendo a êste sido confiada a sua organização e o seu comando.

Agostinho concorreu às eleições de 1838 e 1840, tendo ficado como suplente, e por reiteradas vezes convocado para assumir a sua cadeira.

Em 1838, foi demolida a capela primitiva e à frente da Comissão de Fabriqueiros da nova matriz estava Alves Ramos, que mandou da sua fazenda de Ribeirão Conceição todo o barro e tijolos necessários, bem como cedeu seus escravos para a maior parte da mão de obra. Colaborou, além de Alves Ramos, para essa construção, grande parte dos moradores do Distrito e das circunvizinhanças.

Comprovando o que já dissemos, sobre a influência de Agostinho Alves Ramos no desenvolvimento de Itajaí, o engenheiro belga Charles van Leede, no seu livro editado na capital do seu país, faz várias referências a Agostinho, entre elas: **“A freguesia de Itajaí compõe-se de umas cinquenta casas, dispersas pelas margens do rio, perto de sua foz e ao longo da praia. Tem uma igreja, alguns pequenos estaleiros; é sede de um juizado de paz e residência de um Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Para essas duas autoridades tínhamos cartas do presidente, que nos apressamos a entregar.”**

Charles van Leede chegou em 1842, tendo adquirido terras no rio Itajaí-acima, onde fundou uma colônia que deu lugar à atual cidade de Ilhota.

Em outro trecho do seu livro, o engenheiro belga diz:

“Foi o coronel um homem de muito respeito e consideração, verdadeiro político na extensão da palavra, serviçal, protetor e amigo verdadeiro das pessoas de sua intimidade, com as quais desabafava, em segredo, os seus desgostos, e reservadamente, no interior de sua casa. Foi o civilizador do povo daquela localidade: nada se fazia sem indicação e consulta dele. Era bom médico; a pobreza, ele tratava com especial agrado e liberalidade, mórmente sua mulher que, na verdade, parecia uma santa mulher; não usava modas e nem se enfeitava com

fitas e veludos e outros adornos. Eram ambos muito bonitos e ainda mesmo quando velhos. Tratavam-se com todo acatamento, pareciam dois irmãos.”

Em 1845, quando o Imperador D. Pedro II e D Tereza Cristina visitaram Santa Catarina, diversas personalidades da província estiveram presentes entre elas o coronel Agostinho Alves Ramos, comandante do 7º Batalhão da Guarda Nacional, que foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo, no grau de Cavaleiro, pelos assinalados serviços prestados à causa do engrandecimento material, moral e intelectual da província, especialmente da zona banhada pelo rio Itajaí.

Em 1850 a 1851, Alves Ramos voltou, como Deputado, à Assembléia Provincial.

No dia 26 de janeiro de 1850, sofreu profundo golpe, com o falecimento de dona Ana, a esposa amiga e dedicada, que lhe animava na luta pelos ideais conquistados. Perderia, depois dessa trágica passagem, tódo o ânimo pela luta, tal era a sua tristeza que além de roer-lhe a alma, desfigurava o seu semblante, assinalado por traços de profundo pesar.

Vítima de uma apoplexia, Agostinho Alves Ramos faleceu pelas cinco horas da tarde do dia 16 de julho de 1853, na presença do médico belga Pedro Pleting, que clinicava em Pôrto Belo, e de dedicados amigos.

TEXTO 30

Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971. Página 02 e contracapa.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1971.

Meu caro Abdon Fóes. Poucas vezes me senti tão perplexo, como no instante em que êsse folheto turístico “ITAJAI-SC na rota dos mares do Sul” me chegou às mãos e me ficou sob os olhos.

Foram os amigos Silveira Junior, Marico Uriarte, Guido Miranda e Alfredo Fóes, que gentilmente me remeteram diversos exemplares, sem que um, suponho, soubesse da remessa do outro.

A minha perplexidade não está ligada nem à feitura, nem à feição gráfica dêsse trabalho, pois sua apresentação é realmente e indiscutivelmente soberba e excelente.

A restrição que faço, com a maior severidade, refere-se apenas e exclusivamente ao texto do “resumo histórico” e, “*en passant*” com reparos à definição do topônimo Itajai pela sua subordinação óbvia à semântica que é, na opinião dos filólogos “o estudo das trasladações ou mudanças que, no espaço e no tempo, sofre a significação das palavras”, detalhe gramatical que foi completamente esquecido. Valendo então dizer que as significações “rio dos taiás” e “rio que corre sôbre as pedras” continuam igualmente válidas.

Em seguida foi o livro do Afonso Luiz da Silva, “ITAJAI de ontem e de hoje” que elevou ao quadrado a minha surpresa e ao cubo o meu sobressalto cívico.

Realmente, aquele “resumo histórico” redatoriado pelo meu fraternal e querido amigo Silveira Júnior, acrescido da leitura das “Considerações em torno da fundação de Itajai” do livro do estimável Afonso Luiz, não nos deixam outra alternativa senão a de concluir, que desde já cinquenta anos, todos nós, itajaienses, estivemos com a mais tranquila e inocente ingenuidade, navegando à deriva num proceloso mar de êrros históricos. Sem remos, sem velas e sem leme, assim como quem anda inteiramente ao léu.

Nessas condições e em termos de história itajaiense, cada de um de nós seria um verdadeiro pascácio, habitando uma ilha de candura, cercado de equívocos por todos os lados. Isto, diga-se a bem da verdade, apenas e exclusivamente na opinião dêesses dois brilhantes alunos do ilustre historiador Sr. José Ferreira da Silva, “o mais itajaiense dos tijucanos”, conquanto cada um dêles já esteja correndo em faixa própria.

Na moldura dêste quadro, aparece o ilustre Sr. José Ferreira da Silva, que veio, com a honrada severidade da sua pesquisa, deixar inteiramente abúlico e moribundo, conquanto incontestavelmente histórico, o fato comemorativo das festividades do nosso 1º Centenário, ocorrido no dia 12 de outubro de 1920. E pelo qual, todos nós, alunos do nosso velho e sempre lembrado Grupo Escolar Victor Meirelles, aprendemos que o fundador da nossa cidade se chamava Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond.

Vem o folheto turístico e deixa o citado e moribundo fato histórico, praticamente às vascas da morte, enquanto que o nosso estimável conterrâneo Afonso Luiz da Silva, pretende, simplesmente, desfechar-lhe um certo e funesto tiro de misericórdia.

E tudo isso oficializado e sacramentado pelo meu dileto amigo prefeito Júlio César. Com uma estranha e paradoxal curiosidade, talvez ainda não percebida, que é a notória e evidente desafinação entre o texto do “resumo histórico”, que é oficial e as ilações que o Afonso Luiz apresenta no seu livro que já mereceu a aprovação do Sr. Prefeito e, “*nemine discrepante*”, pelos Srs. Vereadores. Senão, vejamos.

No texto do meu compadre e amigo Silveira Júnior, não há a menor referência a Vasconcelos Drumond, no que, aliás, segue coerente e rigidamente a linha do Sr José Ferreira da Silva, cujo ilustre senhor, na conferência feita tempos atrás na Câmara de Vereadores, produziu uma peça de extraordinário valor probante, “*mostrando claramente que Drumond sequer esteve em Itajai*” (grifos meus).

Indubitavelmente, essa omissão é fruto da obsessão do meu querido citado compadre que está com a idéia fixa de destruir Vasconcelos Drumond e sua obra, o que se corrobora pela sua afirmação de que “Drummond sequer esteve em Itajai” e mais esta também constante da sua carta de 18 de janeiro ppº, que tenho em mãos: “... me convenci de que êsse Drummond foi um sonho que passou em nossa vida.”

Essa obstinação do meu velho amigo, que não é de hoje, possui, como válvula de escape, êste sintoma meio esquisito: todos os dias, exatamente às 6 horas da manhã, êle dá um pinote, fica em pé na cama e com a mão em concha dá o seu brado: “DELENDÁ DRUMOND...”, às vezes com um comprido “deleeeenda”, para em seguida tornar a deitar e dormir o sono dos justos.

Na primeira manhã que isso aconteceu, a coitada da minha comadre Lígia levou um susto danado e se pôs a rezar e afazer o sinal da cruz nas costa do Silveira, como quem esconjura o tnhoso. Mas já nesse mesmo dia tudo ficou esclarecido pelo Orlando Braga, também meu amigo, que descobriu imediatamente do que se tratava e prontamente deu a dica: “Olha Lígia, não se preocupe não. Isso que está acontecendo, é o espírito de Catão, o Velho, que anda “baixando” no Silveira. Pois êsse Catão, grande orador, tinha a mania de querer destruir Cartago e terminava todos os seus discursos com as palavras “Delenda Cartago”. E essa mania do Silveira de querer destruir o nosso Vasconcelos Drumond, é a versão nacional do velho e ilustre tribuno. E olha, bota a mão pro céu, porque receber o espírito de Catão, não é pra qualquer um não. Mas o sinal da cruz é sempre bom ...”

Já o Afonso Luiz, sem embarcar na mesma canôa furada, fala longamente da presença de Vasconcelos Drumond em Itajai, mas, como escreveu um livro inteiro com o único objetivo de nos apresentar um nôvo fundaor, que é a sua tese principal, turva propositadamente as águas para que não vejamos o fundo de seus propósitos e puxa violenta e desavergonhadamente a sua brasa para a sardinha de Agostinho Alves Ramos, concluindo que não se pode atribuir a Vasconcelos Drummond, “*apesar dos seus grandes méritos, a glória de fundador de Itajai*” (os grifos ainda são meus). Entretanto, o que o seu livro prova à saciedade é, em síntese, o seguinte: Vasconcelos Drumond veio *colonizar* e Agostinho Alves Ramos veio *comerciar*.

Se o Silveira tem a mania do “delenda Drumond”, o Afonso Luiz, que deu à luz o seu primeiro livro, tem a mania de sonhar, sonhando sempre com altos vôos e o luxo das veleidades literárias, antevendo, em letras de fogo, o seu cognome: “o grande prosador condoreiro”. Mas até agora, acordado, só coneguiu aquele vôo rasteiro do biguá, que depois do mergulho sai disparado e atrapalhado com um peixe-rei atravessado na guéla.

E é diante, não só daquela desafinação oficializada, da obsessão do Silveira e dos sonhos do Afonso Luiz, que se encontra agora o nosso estimado e dinâmico prefeito, eis que está também diante da indagação do poeta: “E agora, José?”, indagação que para ainda maior perturbação do Júlio César, também é feita na língua de Cícero – “*Quid nunc, Ioseph?*”, para a qual o famoso poema já foi transposto.

Não há a menor dúvida que o mais sensato seria o Júlio César remanchar tudo isso e festejar o próximo 12 de outubro que assinalará a passagem do 150º aniversário

da fundação da nossa cidade, decisão que, sem desdouro para ninguém, só realçaria e engrandeceria a mais lídima tradição da nossa terra.

Eis porque, meu querido e velho amigo Abdon Fóes, venho à tua presença pedir guarida para estas linhas no teu ponderado “Jornal do Povo”, malgrado o meu apoucado engenho para discutir matéria de tão alto coturno, engenho e arte que venho procurando compensar, alimentando-os com rações cientificamente balanceadas, na esperança de preservar o equilíbrio e poder enfrentar o saber ciclópico dos nossos doutos historiadores.

E se peço para entrar no circuito da letra de fôrma, de preferência em corpo seis para poupar espaço, é sómente por entender que alguém, obrigatoriamente, deve dizer alguma coisa para relembrar aquêlê fato irreversilmente histórico, que assinalou a passagem do 1º Centenário da fundação de Itajaí, coisa que faço, evidentemente, sem pretender dividendos publicitários.

Porque até agora o meu protesto estava circunscrito à esfera da correspondência particular, dirigida ao Marico e ao Silveira, com tôda a irreverência e a incontinência de linguagem permissíveis nessa área de mensagens, quando, pela reciproca intimidade, um tem o direito de desencadear sôbre a cabeça do outro, uma verdadeira tempestade de amistosos impropérios. E dêsse direito, usei e até abusei...

Mas acontece que a essas mensagens, a maioria dos itajaienses que ainda se recorda daquele triduo festivo de outubro de 1920, infortunadamente não terá acesso, razão porque, penso, se faz mister motivar a todos êsses conterrâneos, com a divulgação destas mal traçadas linhas.

Êsses mesmos conterrâneos, por certo, estarão tão perplexos e tão surpresos quanto eu e como eu também, sabem que fazer rolar uma pedra do alto da montanha é relativamente fácil. O difícil é prever onde ela irá parar, os males que causará na sua trajetória, até chegar à planície. E essa pedra já está rolando, impulsionada que foi pelo pé-de-cabra manejado pelo Silveira Júnior juntamente com o Afonso Luiz.

Eis aí, pelo seu conteúdo social, pelas suas implicações culturais e políticas, o grande desafio, a grande tarefa, a grande missão prosaica de impedir que a lembrança das festividades do nosso 1º Centenário, se transforme numa dramática e sinistra pilhéria com a consequente, a imensa, a homérica gargalhada universal.

O que seria o suprêmo acinte a uma cidade inteira, porque, afinal de contas, já a responsabilidade evidente de uma respeitável população e, óbviamente, o necessário devido respeito a essa mesma população que aceitou, aplaudiu e festejou condignamente

aquela comemoração durante três dias, razão pela qual a ninguém será dada qualquer competência ou permissão para subscrever o pretendido atestado de óbito, ainda mais quando se sabe que as pesquisas em curso são insuficientes, os estudos inteiramente insatisfatórios e as conclusões, como se viu, algo contraditórias.

Pesquisas que são daquele tipo que faz o pesquisador percorrer uma enorme distância, sem, entretanto, conduzi-lo a destino algum, porque, na verdade, está indo para trás. E é para trás que o nosso estimável Afonso Luiz quer conduzir a todos nós itajaienses, qual o nôvo “*condottiere*” regressando triunfalmente dos campos de Pistóia...

Pois na sua conceituação de “fundador”, sómente não falou na indispensabilidade de uma ata, iniciada pelo indefectível texto: “Aos tantos dias do ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo ...”

Em termos de fundação de Itajaí, o que não poderemos esquecer nem permitir a esta altura dos acontecimentos, é que não será possível que a nossa lembrança deixe de gravitar em torno daqueles 3 dias de outubro de 1920. O importante é aquela festa realizada há cinquenta anos, nos bons tempos do vintém idos e vividos, e que a ninguém será permitido surrupiar da história de Itajaí, eis que é essa comemoração que representa o mais autêntico e vibrante marco da verdade, de qualidade e de validade, um marco que será sempre inalterável e irromovível.

Ademais, todo êsse chamado “erro histórico” se esboros, fica espatifado e reduzido a nada, absolutamente nada senão apenas e simplesmente a um gigantesco zero à esquerda, diante da força moral que êsse admirável, ilustre e saudoso itajaiense que se chamou Marcos Konder, sempre carregou dentro de si, diante da sua dedicação, diante da sua competência, diante, sobretudo, da sua abnegação à causa pública itajaiense.

Eis porque, temos o dever de respeitar, e preservar a sua pesquisa histórica, quando, há cinquenta anos atrás considerou Vasconcelos Drumond “*como o primeiro colonizador destas paragens, certo de que, se outro qualquer aqui esteve antes dêle, não realizou ato algum digno de ser assinalado como obra de conquista do homem civilizado.*”

E ninguém de bom senso, até hoje, duvidou da verdade das palavras do próprio Vasconcelos Drumond, constantes das “Anotações à sua biografia” quando afirmou “ter sido encarregado da comissão de colonizar as terras que banham o rio Itajai e que muitos trabalhos ali foram feitos” cujas palavras foram gentilmente transcritas pelo Afonso Luiz, mais as seguintes que dão o tom e a dimensão exata e perfeita das razões

de Marcos Konder: “Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo trás, não tenha destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821.” (os grifos também são meus).

A história e os fatos confirmam terem sido infundados os receios de Vasconcelos Drummond, pois, realmente, os fundamentos da colônia que êle começou a estabelecer e que já florescia quando êle a deixou em 1821, sem dúvida progrediu bastante. O que Vasconcelos Drummond jamais suspeitou ou recebeu, foi desgraçadamente, o que realmente algumas pessoas (poucas, felizmente) pretendem que aconteça 150 anos depois, isto é, *a destruição dos fundamentos que êle começou a estabelecer*.

Mais adiante, ainda é o próprio Afonso Luiz que nos oferece o subsídio ao falar no historiador Major Manoel Joaquim de Almeida Coelho e na sua “Memória Histórica da Província de Santa Catarina” que tem o abono de Ildefonso Juvenal e Altino Flôres, para dar “o seguinte depoimento valioso como o mais próximo dos acontecimentos”

“No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro, Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí”.

Mantendo e aceitando a pesquisa de Marcos Konder e, conseqüentemente rejeitando a versão daqueles que, por sensacionalismo ou vaidade ou presunção ou móveis políticos ainda insistem nela pela tolerância que devemos à memória do itajaiense ilustre, que sempre esteve ungido pelo mais elevado sentimento de solidariedade e amor à sua “Pequena Pátria”.

Agora, cinquenta anos depois despejar sobre a sua memória a crueldade da incerteza, fustigá-la com o ferrete da dúvida e da suspeição, é menosprêzo e o menoscabo, é a armadilha insidiosa preparada contra quem não pode mais arrazoar, é quase, diria, uma perseguição mesquinha e obsessiva.

É o mesmo que acionar todo um esquema de destruição das forças motoras da sensatez, da própria estrutura social itajaiense.

O que não posso, não devo, nem quero, o que me recuso, como itajaiense que assistiu os festejos do nosso 1º Centenário, embora guri de seis anos, é ficar calado nesta hora, é aceitar o que por ai está sendo dito e escrito sem qualquer voz contestória, é aceitar a destruição do nosso passado e da nossa história.

E como o Afonso Luiz, transcrevo também pela oportunidade e pela profundidade filosófica do seu conceito este pensamento de Gustavo Lebon:

“O povo que perde a noção de seu passado, isto é, da sua história, das suas crenças, dos seus ideais, perde a sua alma e está fadado à decadência e ao desaparecimento.”

É evidente o sentido tropológico da frase final, que Lebon enfatiza exatamente para vivificar o primeiro período deste extraordinário pensamento.

Finalmente, vem agora, meu caro Abdon Fóes, a convocação que desejo fazer da tua indispensável e valiosa adesão à causa da ressurreição do fato histórico de 12 de outubro de 1920 e consequente comemoração do 151º aniversário da fundação da nossa cidade e que deverá ocorrer em 12 de outubro deste ano.

A essa causa, não poderá faltar o concurso e o apoio da tua vigorosa personalidade, pois tens sido um dos principais paladinos das grandes causas itajaienses e esta, sem dúvida, é uma das mais legítimas e das mais autênticas.

Porque a nossa gente, que é essencialmente tradicionalista, absolutamente não perdeu nem vai perder a noção do seu passado, nem da sua história, nem das suas crenças e muito menos dos seus ideais.

Façamos, pois, com o mais elevado espírito público a convocação de todo esse povo que deverá compor o grande tribunal à guiza de um plebiscito moral, de onde sairá a opção e o julgamento. E o seu veredito final merecerá, sem dúvida, o reconhecimento das gerações que hão de suceder à nossa.

Ainda teria muito que falar sobre o livro do nosso estimável Afonso Luiz, notadamente nas suas omissões e contradições. Da sua falácia e da sua audácia, malgrado o louvor que, por certo, merece o seu esforço e a sua inteligência. Fica para outra vez, se for realmente necessário.

Um abraço muito grato e saudoso do teu amigo,

GIL MIRANDA.

TEXTO 31

Documento para a história de Itajaí. Afonso Luiz da Silva. Jornal do Povo de 13 de março de 1971. Página 07.

Itajaí, 8 de março de 1971.

Prezado Senhor Abdon Fóes:"

Sendo possível, gostaria de ver publicado o texto desta carta, que nada mais é de que uma análise do que escreveu o ilustre conterrâneo Gil Miranda.

“CONSIDERAÇÕES EM TÔRNO DA FUNDAÇÃO E DO FUNDADOR DE ITAJAI

Quando me dispus a escrever sobre a história política e administrativa de Itajaí, não foi, por certo, para envocar tradições que se basearam no entusiasmo de um dos maiores filhos desta terra, que, com a melhor das intenções, decidiu dar um fundador à sua Pequena Pátria, visto haver decorrido um século sem que se soubesse a quem homenagear.

Foi pouco feliz o padrinho de Vasconcelos Drumond, já que aquele môço de apenas 24 anos de idade, rebelde e de espírito libertário, não foi fiél e coerente nas anotações que fez à sua biografia. Foi, no dizer popular, pior a emenda do que o soneto.

Não quero evocar tradições, nem posso deixar de dar razões a Gil Miranda, quando defende com unhas e dentes a doce lembrança da sua infância, quando, com seis anos de idade, presenciou uma das maiores festas da época: o primeiro centenário da fundação de Itajaí.

E dêsse centenário fala e escreve. Na sua carta citou cêrca de nove vêzes o dia 12 de outubro de 1920, sem mencionar uma única vêz o que aconteceu no dia 12 de outubro de 1920. No início da leitura de sua carta, publicada no Jornal do Povo, fiquei esperanço de que no correr do testo fôsse descoberto o mistério. Mistério que não foi desvendado nem por grandes escritores nem pelo próprio Gil, que nunca citaram a data de 12 de outubro de 1820, pelo simples fato de nada ter ocorrido naquele dia. Nem Marcos Konder, que no dia 12 de outubro de 1920, como Superintendente Municipal, reuniu o Consêlho para comemorar o primeiro centenário da fundação da cidade de

Itajai, e no seu discurso, publicado mais tarde com o título de “A PEQUENA PÁTRIA” fêz a introdução dizendo :

“A data exata da fundação não consegui averiguar. A única fonte, onde colhi os subsídios para esta despretenciosa crônica, foram as Anotações, feitas pelo mesmo Drumond, à sua biografia, publicada em 1836 na “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”.

Como se vê, nem o próprio protetor de Drumond sabia a data exata da fundação, mas mesmo assim, festejou o 12 de outubro de 1920, como sendo a passagem de um acontecimento histórico.

O mais importante, entretanto, aparece nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, onde se acham todos os documentos imperiais, entre eles o Aviso de 5 de fevereiro mandando Drumond colonizar duas sesmarias às margens do “Tajaí-Mirim” à duas léguas da sua fóz; cartas trocadas entre Vilanova Portugal e o Presidente da Província de Santa Catarina, por onde se sabe que Drumond não era muito bem visto na Côrte, e tantos outros papéis que nos dão a certeza absoluta de que Drumond não esteve na fóz do Itajai-Açu e sim a duas léguas da foz do Mirim, onde hoje localiza-se o povoado de Tabuleiro.

Alguém, procurando justificar, afirma que Tabuleiro pertence ao Município de Itajai e por isto deve ser considerado Drumond, como fundador, porque foi o colonizador daquelas terras.

Ninguém, de bom senso, poderá afirmar que foi da localidade de Tabuleiro que teve origem a cidade de Itajai. E muito menos que foi da Armação de Itapocoroi, onde já havia adiantada civilização quando Drumond por aqui andou.

E por não ter Marcos Konder consultado outros documentos, como êle próprio diz no seu discurso publicado com o título de “A PEQUENA PÁTRIA”, é claro que dançou na música de Drumond, que criou uma grande confusão, pois nunca disse em seus escritos, se foi nas margens do Itajai-Açu ou Itajai-Mirim, que esteve e fundou um estabelecimento.

Agora, invocando tradições e clamando pelo 12 de outubro de 1920, Gil Miranda procura incutir na juventude de nossa terra, que devemos continuar aceitando como fundador um moço que esteve tão longe do local onde nasceu a cidade de Itajai. Nada fêz pela fundação de Itajai e nem aqui ficou, pois “AQUELA GRANDE

PARCELA DA SUA VIDA DEDICADA EM FAVOR DA NOSSA TERRA” como diz Abdon Fóes no seu artigo de 1ª página, não passou de alguns meses, pois Drumond retirou-se em abril de 1821.

Hoje, Itajai é uma cidade universitária, tendo, inclusive, um curso de história na Faculdade de Filosofia. Não se pode oferecer a êsses acadêmicos, apenas tradições, quando se tem a história verdadeira. Não se pode pedir a êles que aceitem, como faz Gil Miranda, a Drummond como fundador de Itajai.

Gil Miranda, analisando o que foi escrito no livrete “Itajai de Ontem e de Hoje”, cita pela metade um tópico em negrito extraído de uma obra de Almeida Coelho:

Gil transcreveu desta forma:

“No mesmo ano, (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro, Antônio de Menezes Vasconcelos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí.”

Ora, não sei porque, não continuou com a transcrição, onde se lê:

“ ... Êste homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma Memória que temos presente e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interêsse particular, vexando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar taboado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de dispender a Fazenda Real, em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados; não fêz mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. “OuvIU-se por muitas vêzes dizer: aproveitemos o Ministro de Estado (era então Tomaz Antônio de Vilanova Portugal) que está velho.”

Não havendo, pois, muito a dizer sôbre Drumond, visto ter dado provas suficientes no livre “Itajai de Ontem e de Hoje”, passo a analisar, ligeiramente, a personalidade de Agostinho Alves Ramos que foi, exatamente, o oposto de Drumond.

Agostinho aqui chegou e encontrou umas quarenta casas, muito esparsas com moradores sem qualquer espírito de iniciativa ou interêsse de prosperar. Como era homem de visão, sentiu que nesta planície poderia haver prosperidade se alguém se dispusesse a enfrentar, com sacrifícios, o início de uma colonização planejada.

E isto foi o que fêz. Veio para cá com mulher e empregados, acompanhado do Frei Pedro Antônio de Agôte, o primeiro padre de Itajaí. Comprou terreno dos Coelho da Rocha e construiu a sua casa, no mesmo lugar onde hoje se localiza o Café Democrático. Construiu a primeira igreja e o primeiro cemitério; financiou aos

moradores para que plantassem e colhessem, garantindo a compra de todos os produtos. Conseguiu trazer para cá mais gente, que foi se agrupando em torno da sua casa de comércio, da igreja e foi surgindo a cidade de Itajai, sob a inspiração do Santíssimo Sacramento.

Êste homem, sim, além de ter dado início efetivamente a uma cidade, aqui ficou até morrer. a sua vida foi um exemplo de dignidade e de trabalho. Foi o primeiro deputado eleito por Itajai, conquistando para a nossa cidade uma cadeira na Assembléia, depois dêle ocupada tantas vêzes por honrados cidadãos, aqui nascidos ou levados pelo seu grande amor à nossa terra.

Dêle, pelo menos, sabe-se tudo a respeito. De Drummond, apenas o que o próprio anotou à sua biografia e diga-se, não poupou nenhum elogio a si próprio.

Pela carta de Gil Miranda, parece que teremos de viver eternamente nesta dúvida: homenagear a Drummond sem que tenha os merecimentos. Teremos de trocar a verdade pela tradição. Não importa que se passaram 50 anos da comemoração do 12 de outubro, tão falado por Gil Miranda. Importa que há uma geração atual esperando pela verdade e pela decisão do Prefeito Julio Cesar. Há um futuro que não se antevê apenas em 50 anos, mas em milhares dêles. E como quer Gil Miranda, nunca terá a felicidade de saber ou pelo menos de poder atribuir, oficialmente, as honras a quem as merece.

Os méritos de Drummond são outros. Muitos, pode-se dizer, mas não de ter fundado a cidade de Itajai.

E, como antes de publicar “Itajai de Ontem e de Hoje” tive o cuidado de ouvir algumas valiosas opiniões de ilustres personalidades desta terra, não temos a menor dúvida de que a nova geração e grande maioria dos queridos velhinhos itajaienses, estão do nosso lado, esperando pela mais justa decisão governamental: a oficialização da data da fundação e o nome do fundador.

Assim, convinha ao Prefeito Julio Cesar, colocar tudo em pratos limpos, mas sem envocar tradições, para que não se perca de vêz os efeitos da frase de Lebon, que abre o meu livrete. Certo de que se prosseguir como está, ai é que teremos perdido a noção do nosso passado, e estaríamos fadados ao desaparecimento, pelo menos, histórico.

TEXTO 32

Documento para a história de Itajaí. Paulo Bornhausen. Jornal do Povo de 27 de março de 1971. Capa.

Com referência ao brilhante trabalho publicado numa das últimas edições do JORNAL DO POVO recebeu o sr. Gil Miranda a carta abaixo:

Rio de Janeiro, 17 de março de 1971

Meu caro Gil Miranda

Minha cultura em matéria dos antecedentes históricos de Itajaí não vai além da leitura das notícias divulgadas pelo IBGE, dos aprendizados recolhidos nos bancos escolares, do conhecimento da tradição.

As três fontes apontam Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond como fundador da “Pequena Pátria”.

Para mim mais vale a tradição que já está integrada nesse conjunto: fisionomia da cidade, indole do povo, sua vida diária. Em certos assuntos ouçam-se os conservadores. Mais vale arriscar-se a errar com a tradição do que aceitar uma luta inglória por uma inovação que pouco acrescentaria à realidade atual.

Não sou avesso à pesquisa histórica. Nem o poderia ser, quando é justamente ela que pode apontar as origens de uma raça unida, forte e heróica. Mas há que haver razões contundentes, irretorquíveis, livres da mais mínima contestação para desafiar-se uma ordem secular, sobre a qual se assenta a evidência histórica. Não apenas uma conjectura, uma alternativa discutível, uma suposição. À falta dessa evidência prefiro não discutir o sexo dos anjos.

Essa é a minha opinião que você poderá usar como quiser. Não conheço a do Senador Antônio Carlos, que você mencionou. Seja qual for já estará bem formada e definida, sendo ele pessoa de criteriosos princípios, como sabemos.

Um abraço do

Paulo Bornhausen.

TEXTO 33

Documento para a história de Itajaí. Gil Miranda. Jornal do Povo de 03 de abril de 1971. Pág. 05.

RIO DE JANEIRO, 19 de março de 1971

Meu caro Abdon Fóes. Estou duplamente agradecido e sensibilizado com a tua amistosa acolhida à minha última carta, quer pelo extraordinário destaque que imprimiste ao assunto nela contido, quer pelo teu editorial generoso e amigo.

E bastante satisfeito por ter, com a tua indispensável ajuda, feito desbordar do âmbito da correspondência particular para a área da opinião pública itajaiense, onde agora está situado, êsse fato de tanta transcendência histórica, que é o da fundação da nossa cidade, e do qual, como ninguém mais falava nele, vinha sendo relegado ao esquecimento pelos mais velhos e completamente ignorado pelos mais moços.

Não é apenas uma posição de ordem mêmamente sentimental que pretendo defender, pelo simples fato de ter sido honrado com a amizade pessoal de Marcos Konder, por quem sempre nutri e cultivei uma filial afeição, pois pretendo defender também o baluarte das nossas tradições e mais a própria posição histórica pesquisada e cimentada por êsse ilustre itajaiense, eis que estou absoluta e sinceramente convendido da autenticidade e da veracidade da sua pesquisa, tão minuciosa e tão exemplarmente escrupulosa. Como de resto, foi dentro dêstes princípios retos e inflexíveis, que Marcos Konder sempre pautou a sua vida, digna e honrada.

E estou disposto, também, a instigar os brios de todos os bons itajaienses, bem como promover quaisquer outras gestões de indole mais discreta, para levar a bom têrmo essa empreitada que tanto me apaixona como me entusiasma. Pois não creio seja preferível, como dizia Churchill, “continuarmos envolvidos por um mistério, dentro de um enigma.”

Aliás, os argumentos que são opostos à tese de Marcos Konder, seriam pueris se as circunstâncias não os tivessem colocado no mais elevado plano de divulgação e que por isso mesmo precisam ser revidados pronta e enérgicamente. E para isso escolho, dentro das minhas limitações, êste campo epistolar onde me sinto mais à vontade, já que

não teria condições, nem tempo, nem jeito, para contestar um livro com outro livro. Sem embargo, acho natural que haja pessoas que se oponham a essa tese e aos princípios que tão ilustre itajaiense sempre defendeu, como também é natural que essas pessoas fiquem persuadidas que têm toda a razão. O que é discutível, é que a tenham mesmo.

E é a isso que eu me proponho, é isso que eu quero discutir, procurando autopsiar êsses argumentos e essas razões com a maior objetividade e perfeita serenidade, sem o injustificável absentismo e, obviamente, sem explosões de irritação. Permitindo-me apenas a uma outra galhofice, a uma ou outra pequena e amistosa perfidia, para quebrar aqui e ali a circunspecção do próprio tema, sem afetar a sua validade histórica e sem bulir com a capital importância do seu conteúdo.

Ademais será necessário que essa controvérsia fique definitivamente sepultada, pois, em termos históricos, o que está acontecendo a muita gente boa, é o defeito de misturar ou de confundir “A retirada da Laguna” com a efêmera “República Juliana” instalada no heróico céspede natal de Anita Garibaldi, cidade que hoje, merecidamente, vê um de seus mais ilustres filhos subir à governança do nosso Estado.

Como ainda não conheço qualquer replica ao texto da minha primeira carta, fixo-me nos pontos em que insistem os meus amigos que opõem a uma cidade inteira. Isto é, naqueles pontos que dão ao ilustre historiador sr. José Ferreira da Silva como possuidor de copiosa documentação provando que as terras concedidas a Vasconelos Drummond para colonizar, ficavam às margens do Itajai-Mirim e não às margens do Itajai-açu.

E que teria sido para lá, Itajaí-mirim, que Drummond se dirigira, para local que fica mais ou menos lá por perto da vizinha cidade de Brusque. E segundo ainda essas opiniões, “o historiador José Ferreira da Silva transcreve a prova documental dessa assertiva e mostra que o equívoco que induziu Marcos Konder e outros a tomar Vasconcelos Drummond como fundador da cidade de Itajai, decorreu de um descuido do próprio Drummond que nos seus escritos sempre empregou apenas a palavra Itajai, sem acrescentar-lhe o sufixo mirim”.

Na parte histórica de sua monografia “O Município de Itajahy”, apresentada ao Congresso das Municipalidades em 29 de setembro de 1927, diz Marcos Konder:

“Drummond permaneceu na nova colônia cerca de dois anos, durante os quais construiu num dos ribeirões próximos um engenho de serrar madeira e um

barco, a sumaca São Domingos Lourenço. Esta embarcação, a primeira dêste tamanho construída nas margens do Itajaí, levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e taboado “*o produto abençoado dos primeiros itajaienses*”. Proclamada a Constituição do Brasil, em virtude da revolução de 26 de fevereiro de 1821, recebeu Drumond ordem do almirante Quintella, ministro do reino, para suspender as obras e retirar-se para a Còrte. Terminou, assim, a missão do fundador de Itajaí”.

Aceitamos, pois, como válida, a documentação provando que as terras concedidas a Drummond, ficavam realmente às margens do Itajaí-mirim. Inaceitável seria apenas aquêlê “... decorreu de um descuido do próprio Drumond...”, porque isto, antes de ser uma conclusão digna ou aceitável, é simplesmente uma conjectura impudente e temerária.

E já que essa copiosa documentação está entreverada com a lógica de São Thomé, que é a de “ver para crer”, nada mais oportuno do que lançar o seguinte desafio ao meu amigo Júlio Cesar, que é a autoridade responsável pela divulgação do “resumo histórico” e pela aprovação do livro “ITAJAÍ de ontem e de hoje”, ou melhor, fazer a seguinte sugestão como quem procura dar-lhe melhor assessoria, pois não já o que desafiar a quem está igualmente interessado na verdade verdadeira: faça o Júlio Cesar a reconstituição do percurso que Vasconcelos Drumond teria feito para chegar às terras, lá nas margens do Itajai-mirim, na altura do Limoeiro, já que, segundo a parábola das cotovias “quem não sente não vê”.

Reconstituição que, evidentemente, não precisa ser feita em barco a vela, podendo ser aproveitado, isto sim, o confôrto da lancha de qualquer amigo, bastando que o acelerador se mantenha em provável velocidade de veleiro.

E lá na barra, os que forem, olhem em derredor, voltem ao passado, recomponham mentalmente o velho morro da Atalaia e abstraim-se da presença física daqueles avoengos espigoes e vejam, na sua forma primitiva, aquêlê imenso Saco da Fazenda, que um dia será fatalmente aterrado. Depois, eliminem todo aquele cáis dêsses olhos ávidos de querer ver, todos os trapiches, tôdas as ruas, tôda aquela casaria e também a tôrre da nossa velha Matriz do Santíssimo Sacramento, em cujo templo, a maioria de nós todos foi batizada, tomou a primeira comunhão e recebeu, pelo casamento, a mulher do seu destino. Eliminem tudo, enfim, que case com as formas e com a presença do trabalho do homem e vejam, então, o Itajaí primevo no seu estado

embrionário, nos primórdios de uma futura e bela cidade, vejam a nossa “Pequena Pátria”.

Viagem pela margem direita dêsse nosso soberbo Itajaí-Açu e procurem, como Drummond, a primeira condição de pôrto, onde as águas remansam sem perder as profundezas. façam todo o percurso até a Barra do Rio e naveguem Itajaí-mirim a dentro, pelo seu antigo curso, até que o ilustre sr. José Ferreira da Silva, que deverá estar a bordo, lhes diga, baseado em dados contidos no seu cartulário: “Foi ali, foi ali”. Façam então o seu pequenique cívico, deixem uma cruz no local e regressem logo que possível.

Concluída essa viagem maravilhosa, que entre ida e volta deverá consumir uns bons pares de hora, todos os passageiros, por certo, terão tido o tempo necessário para estabelecer as suas próprias conclusões.

Voltemos, então, ao “tanso” do Vasconcelos Drumond (vistas ao prezado amigo Arnaldo Brandão: tanso, com esse: “palerma, vagaroso” segundo Aurélio Buarque de Hollanda) que foi afastado da Côrte do Rio de Janeiro “onde suas tendências libertárias de jornalista e amigo dos Andradas, o tornavam um elemento perigoso e indesejável” para colocar a questão exatamente nos termos daqueles que se opõem a Marcos Konder.

Teríamos, então, a controvérsia circunscrita aos seguintes pontos:

- 1) os opositores de Marcos Konder poderão provar que as terras que Vasconcelos Drumond recebeu para colonizar se encontravam às margens do Itajai-mirim;
- 2) êsses mesmos senhores também poderão provar que Drumond realmente se fixou às margens do Itajaí-mirim, dentro de suas terras;
- 3) finalmente, poderão provar que foi às margens do Itajai-mirim que Drumond construiu o estaleiro, a carreira, o engenho de serrar madeira, plantou roçados e lá mesmo construiu a sumaca São Domingos Lourenço.

A primeira prova não tem, absolutamente, aquela relevância que os opositores de Marcos Konder lhe atribuem, como se fôsse o mais decisivo dos trunfos, mas, é justamente nela que se apegam para julgarem-na tão infalível e irremissível como dois mais dois são eterna e permanentemente quatro.

A segunda, que é importante, está íntimamente ligada à terceira e igualmente como no caso do topônimo Itajaí, também não escapa às injunções gramaticais, passando a ter como fulcro vital a opção a quatro advérbios de lugar: “aqui” ou “cá” de

um lado, contra “lá” ou “acolá” do outro, isto é Itajaí-açu ou Itajai-mirim. “That the question!”.

A terceira, como não tenho em mãos contestação alguma dêesses amigos quanto às construções ali citadas, é que vem a ser o verdadeiro busilis. Teríamos então a sumaca São Domingos Lourenço construída lá pra dentro do Itajaí-mirim e, depois de pronta, descendo o rio tôda engalanada e carregada de taboado, feijão e milho, com destino ao pôrto do Rio de Janeiro. E em pé, bem por cima da escotilha, Vasconcelos Drumond acenando com descaso para as gaivotas (não havia ninguém por ali para dar adeus!) aproveitava o lazer para cheirar displiscentemente um grande e repolhudo cravo vermelho.

E quando a sumaca, ainda zero quilômetro em termos de milhas marítimas ia chegando perto da ponta da Atalaia, teriam aqueles primeiros marujos itajaienses, à semelhança dos soldados de Xenofonte ao avistarem o Ponto Euxino, esta exclamação de alegria: “Thalassa! thalassa!” o que em língua de aborígene quer dizer: “o mar! o mar!”.

Já se vê, tôda essa controvérsia tende a gravitar em tôrno do mais comezinho bom senso ou então da lógica mais primária, pela qual, nem o mais tanso dos sesmeiros iria bivacar lá nos altos do Itajaí-mirim para construir barco e montar engenho, quanto mais “o jovem libertário, êsse elemento perigoso e indesejável na Côrte do Rio de Janeiro” que pugnava por um Brasil independente e livre do jugo português.

Portanto, aceitar a hipótese de que Vasconcelos Drumond deixou tôda aquela margem deserta sem dono e sem posseiro do Itajaí-açu e se mandou Itajai-mirim a dentro, bem como aceitar o seu descuido de omitir sempre nos seus escritos o sufixo “mirim”, seria, como diria Nelson Rodrigues, “de dar barrigadas de riso ou de morrer de um ridículo fulminante”.

Estou acanhado, meu caro Abdon, de tanto espaço que de nôvo pretendo ocupar no nosso JP com esta carta tão insôssa e tão difusa. Se ainda puder voltar, falarei sôbre “Pôrto do Rodi” que vinha a ser de Ângelo rodi, pai do meu colega Paulo Rodi e avô dos nossos amigos Afonso, Orlando e Tico Rodi, pois foi logo ali, às margens do Ribeirão da Caetana, que se fixaram as pesquisas de Marcos Konder como o local do estaleiro e do engenho de serrar madeira construídos pelo verdadeiro fundador de Itajaí, Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond.

E de cuja fundação, mercê de Deus, festejaremos o 151º aniversário no dia 12 de outubro dêste ano corrente.

Um abraço agradecido e efetuoso do teu amigo.

Gil Miranda

[...]

Post post scriptum – Esta carta já estava escrita quando recebi “O Sol de Camboriú” de 6 ot..., que edita uma explosão amarga, excitada e ressentida do meu velho amigo e compadre Silveira Júnior e por onde também, perdendo a serenidade, investe contra o amigo Abdon Fóes, que generosamente me acolheu e meu aplaudiu. Provavelmente levado pelo mau humor momentâneo, o meu nobre amigo Silveira perdeu a esportiva e deu uma de gato acuado, que arranha o primeiro que lhe passa perto das unhas, investida que talvez hoje não mais subscrevesse.

E se fiz trasladar êste assunto para a área da opinião pública, o pivô, a pedra-de-toque, foi exata e exclusivamente a edição do livro “ITAJAÍ de ontem e de hoje”, o que justifico logo no início desta carta, pois a minha contestação ao “resumo histórico” estava, antes circunscrita à área em que se permite uma carga recíproca de amistosos impropérios.

Sem embargo, creio que os 15 pontos alinhados pelo meu velho amigo, não invalidam os 3 que consignei aqui, que continuam de pé e circunscrevem a controvérsia, a qual, por mais que me apaixone, seria incapaz de apenas fazer vergar, quanto mais quebrar amizades trintenárias. G. M.

TEXTO 34

Uma cidade em busca de um fundador. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 10 de abril de 1971. Página 05 e contracapa.

Talvez o título seja um tanto ou quanto irreverente. Estamos presenciando, porém a nova investida em um campo que nada nos traz de concreto. Simplesmente nos vem reavivar uma questão já quase solucionada, questão esta que 20 anos atrás, tomou conta de nossos historiadores e inflamou leitores de nossas revistas e jornais.

Encontramos-nos novamente em pleno “affaire Fundador do Itajaí”. Voltam os arquivos a ser revirados. Pastas reabertas. Livros consultados. Cartas trocadas. Opiniões pesquisadas e até plebiscitos sugeridos, para que se chegue a um acôrdo e a gloriosa figura do fundador de nossa cidade seja homenageada, desta vez sem a dúvida deprimente de um competidor, e que sómente êle receba dos itajaienses a consagração merecida.

Entretanto, nossa cidade parece ter sido gerada sob o signo da dúvida. O primeiro enigma encontrado no significado de seu nome, para o qual existem duas traduções: Rio que corre sôbre as rochas é a primeira. A segunda: Rio Taiá, resultante da abundância dessa planta na região. Duvida-se ainda do local onde os fundadores se estabeleceram para formar a povoação. Uns dizem que foi no lugar que hoje denominamos Fazenda e outros, posteriormente, vieram nos informar de que tudo nasceu no ancoradouro, onde o rio faz a grande curva e que atualmente tem o nome de Barra do Rio. Uma terceira dúvida com a qual nos deparamos em qual dia teria sido, exatamente, a data real da fundação? E desta terceira dúvida, passaremos à principal: qual teria sido na realidade o fundador da nossa Itajaí? Dois nomes nos são apontados. Neste caso as opiniões se bifurcam. Dois vultos disputam a glória de terem sido os fundadores de nossa cidade. Vasconcelos Drumond e Agostinho Alves Ramos. Duas correntes formaram-se em tórno dessa celeuma despertada. Em breve, teremos os Agostinianos (que me permita a veneranda Ordem assim chamá-los) e os Drumoneanos. Ambos os grupos parecem não chegar jamais a um acôrdo. Vasculham provas, que são escassas. Visitam bibliotecas. Folheiam livros da época. Percorrem cartórios e pesquisam arquivos arcáicos. Quase nada encontram de sólido. Enumeram, então,

alguns “registros”, meras “citações”, uns poucos “avisos” e o resto é o vazio infinito. Se Vasconcelos Drumond chegou a ser diplomata e Agostinho Alves membro da Assembléia Provincial, como colonizadores falharam completamente. Contam-nos os historiadores que Drumond desembarcou em nossa terra, com a intenção de derrubar árvores e exportá-las para o Rio de Janeiro numa sumaca construída em estaleiro improvisado. E mais uma vez também deparamos com outra incerteza: existiria ou não a tal sumaca “São Domingos-Lourenço”?

Até agora, não cheguei a nenhuma conclusão. E não compreendo o porque dessa insistência em dar a um homem que veio com a finalidade de apenas explorar nossas madeiras, a glória de fundador. Quanto ao segundo, ao desembarcar, já encontrava moradores naquela região que, ao tudo indica, já teria sido bem explorada, o que parecia unicamente ansiar pela chegada de alguém que viesse oficializar o Ato de Fundação. Dizem os estudiosos que o primeiro registro de concessões de terras na região da Foz do Itajai-Açu refere-se a João Dias de Arzão e data de 1658, quando obteve do 1º capitão-mor da vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da embocadura do grande rio. Defrontamo-nos, pois, com um terceiro personagem. E outras pessoas receberam sesmarias à beira do rio Itajai, muito antes dos nossos discutidos fundadores terem aparecido, em um período que vai de 1672 a 1811. Sòmente, nas proximidades da Independência é que vamos deparar com os nomes dos dois, a quem desejamos consagrar como verdadeiramente fundadores. O que significa que até então, tudo se confunde na mais densa nebulosidade.

Minha opinião foi sempre a mesma. Seja Tajaí ou Itajai. Tenha ou não o significado dúbio de Rio que corre sôbre as rochas ou Rio Taiá, conforme os índios tupís-guaranis denominaram o grande rio e as planíces que se estendem às suas margens. Com êste toponímio, aparecem tôdas as citações, todos os avisos e registros. Não foram, pois os Arzões, nem os Drumonds, tão pouco Agostinho Alves Ramos que a batizaram com êsse nome tão puro e que bem retrata a beleza da região. Tenha sido na atual Fazenda ou na Barra do Rio ou nesse ignorado Taboleiro que os fundadores tenham se agrupado com seus escravos e homens trazidos de outras bandas, pouco importa; o que é certo é que ali existiria anteriormente uma grande taba. Eram os índios os donos da terra e o branco chegou para expulsá-los, abater suas árvores e serrar a madeira. E os nativos que até então viviam tranquilos, naquela verde faixa que vinha da Itapocoroi até Itapema, viram suas terras serem tomadas; onde se erguia outrora a

gloriosa taba, levantaram-se construções, engenhos, serrarias e uma capela de pau a pique.

Não me envergonho, pois da origem de nossa terra. Ao contrário, orgulho-me bastante dela e desses silvícolas que nos legaram o doce nome da nossa cidade. Êles que primeiro chegaram às nossas planícies e serviram-se do longo rio, para suas pescas audaciosas. Deixaram nelas seus ossos, como estamos encontrando agora nas últimas escavações feitas junto ao morro do farol. Êles, que deram nomes aos acidentes geográficos que encontraram e que o branco foi logo os substituindo, um a um, por nome de santos ou de homens de prestígio na mais tacanha forma de bajulação. Não vejo razão, pois, para desfecharmos uma batalha em torno de um fundador que nem sequer lavrou uma ata de fundação. Homens que se tinham como inteligentes e de considerável preparo para a época e que nos deixariam apenas raros documentos assinalando sua passagem por estas plagas. Porque nada mais fizeram do que passar e retornar pressurosos ao lugar de onde vieram.

Meu pai, Joca Brandão – que foi um colecionador como existiram poucos em nosso Estado – jamais guardou, entre seus objetos, algo que revelasse uma origem civilizada, relacionada com a fundação de Itajaí. Não que se tivesse descuidado ou se omitido em tal, mas porque não topou mesmo, com algo que houvesse pertencido a Drumond ou Agostinho Ramos. E acredito que ninguém desses dois forasteiros guarde qualquer objeto, precário utensílio que fôsse proveniente dos primórdios da nossa tão discutida fundação. O mesmo não se pode dizer dos índios. Grande foi o acêrvo de meu pai em seu museu particular, de peças oriunda das tribos que habitavam o Vale do Itajaí. Quem tiver a curiosidade de ver que procure, em Azambuja, o museu que leva seu nome. E tais objetos, perfeitamente conservados, encontram-se em salas apropriadas à exposição dos visitantes.

Os “bugres” conforme eram chamados os índios pelos alemães trazidos pelos colonizadores, fugiram para o interior do Estado e não sei se ainda lá são encontrados. No caso de existir remanescentes, Deus que os guarde, porque já pertencem à categoria das “avis raras”.

É bem possível que tenha herdado de meu pai êsse indianismo efervescente. Êle que deu aos filhos mais velhos o nome de Ceci e Peri e que da mesma forma, chamaria de Guarani à tradicional sociedade, por ele fundada. Mas, não quero me deixar levar por sentimentalismo e paixões. Por conseguinte, reafirmo que nossa terra pertenceu primeiramente aos índios. Fôsse nos Estados Unidos e teria sido ela a pátria dos

arrogantes Sioux, dos Cheyennes, dos vingativos Xerox ou dos suntuosos Comanches. Entretanto, nós pelejamos ardentemente por encontrar um fidalgo, se possível, alguém que tenha pertencido à nobreza, para glorificá-lo, deixando de render aos tupis-guaranis a gratidão que verdadeiramente lhes devemos.

Claro, que minha opinião é a opinião de um jornalista interessado e não a de um historiador ou documentarista. Não venho armado de um documentário especial e volumoso. Pela primeira vez, estou abordando êsse tema, aliás excessivamente apaixonante, sem ironia e sem qualquer agressividade.

Muito certo andaria o Conselho Municipal de Turismo se estimulasse aos nossos historiadores, para que, através de livros publicados, nos documentassem as certezas e as incertezas de nossa fundação. Estou bem certo, de que gente como o Silveira Júnior e o José Ferreira da Silva, para tal, estariam suficientemente equipados, sem falar dos novos que também poderiam participar com monografias, esboços históricos ou biografia dos mencionados fundadores. Em suma, uma equipe que trabalhasse para que pudéssemos futuramente dispor de uma bibliografia adequada e não restringir uma questão de interêsse geral a simples debates jornalísticos ou improdutiva e transitória querela epistolar.

Brasília, março 1971.

TEXTO 35

Documento para a história de Itajaí. Líbero Oswaldo de Miranda. Jornal do Povo de 15 de maio de 1971. Página 05.

Prezado Diretor Abdon Fóes.

Com bastante atraso e casualmente, estou tomando conhecimento da edição de 27 de fevereiro último, do JORNAL DO POVO, cujo editorial, sob a epígrafe “Rabiscando aos sábados”, espousa em boa hora e com decisão, a tese lúcida e entusiasticamente defendida por nosso diligente e distinto conterrâneo Gil Theodoro Miranda, quanto ao que se relaciona com a fundação de Itajaí.

Com efeito, o que apenas se deseja - Gil e tantos outros – é que, até verdadeiras e documentadas provas em contrário, seja mantido, como de fundador da cidade, o nome de Vasconcelos Drummond e mantida igualmente, como de fundação, a data cujo primeiro centenário foi com tanto brilho comemorada em 1920 e tudo, face ao resultado das pesquisas a que dedicadamente se entregara, durante algum tempo, o nobre itajaiense – Marcos Konder.

E de lamentar-se e profundamente, a facilidade com que se pretende, sem maiores fundamentos, demolir todo aquele trabalho, assaz reconhecido, do autor de “A Pequena Pátria”.

Ovida-se, por exemplo, o que a respeito êsse nosso saudoso conterrâneo escreveu, ao manter seus fundamentados pontos de vista, em uma segunda edição revista daquele seu opúsculo e também em publicação feita no JORNAL DA TARDE, de Florianópolis, edição de 27 de novembro – 1958, na qual contestava manifestações contidas em artigo de autoria do jornalista e historiador J. Ferreira da Silva Dizia Marcos: “O Dr. Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond realizou os atos de posse e o Coronel Agostinho Alves Ramos foi o seu sucessor e tomou a si o encargo da colonização”. E finalizava solicitando que se terminasse a controvérsia, transcrevendo para isso, o que sobre o assunto publicara o Conselho Nacional de Estatística, ao esclarecer que “Vasconcelos Drummond permanecera dois anos no nôvo povoado, findos

os quais se retirára a chamado da Côrte e sucedendo-o, na direção da Colônia, o Coronel Alves Ramos, o qual tomara a si o encargo de colonizar as terras que marginavam o maior rio do litoral catarinense.”

Mas, não obstante, surge agora nova contestação, esdrúxula por todos os motivos, contida em monografia de redação falha por cristalinas e persistentes mostras e que, contudo, procura arrogar-se o direito de impugnar e desfazer princípios há tempo firmados como verdadeiros, isso sem nada aduzir de nôvo ou fundamentado, capaz de justificar uma tal pretensão.

Esdrúxula contradita sim, porque não deseja o que seria natural e de justiça – nomear qualquer antecessor de Drumond, mas sim fixar como fundador, quem dêle veio depois, em 1823 e quando “já se encontrava ocupada tôda a área onde hoje se alargam o perímetro urbano e os suburbios da sede do município de Itajai”. (sic)

Honremos pois a memória de Marcos Konder, o filho a quem Itajai tanto deve e mantenhamos a data e o nome de Vasconcelos Drumond, como de fundador de nossa estimada terra natal.

A respeito portanto, têm a palavra os Executivo e Legislativo de nosso município, afim de decidirem como aceitos esses princípios, já passados em julgado pelo menos desde 1920, ano do primeiro centenário.

Evitar-se-à assim, o ocorrido no ano transacto, em que passou despercebido o sesquicentenário da fundação.

Em qualquer tempo merecerão, sem dúvida, o devido apoio e acurado estudo, quaisquer novos elementos que sôbre a matéria, sejam por ventura trazidos aos órgãos governamentais da cidade e desde que, evidentemente estejam fundamentados por documentação idônea e identificada.

Agradecendo sua atenção, meu caro Abdon Fóes, desejo que, juntamente com seus redatores, receba as felicitações que ora faço externar em razão daquele editorial, hipotecando-lhe – ao mesmo tempo – todo meu apoio, por desvalido que seja.

Mui cordialmente

Líbero Oswaldo de Miranda.

TEXTO 36

Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 05 de junho de 1971. Página 05.

Meu Caro Abdon Fóes

O seu excelente semanário, o “Jornal do Povo”, tem, ultimamente, publicado vários artigos sobre o discutido tema da fundação da cidade de Itajaí. O meu modesto nome vem destacado em constantes citações dos ilustrados articulistas.

Muito longe de sentir-me melindrado com alguns tópicos desses artigos, onde se me atribuem fatos, atitudes e afirmações que, absolutamente, não se acomodam à realidade, alegro-me que intelectuais itajaienses (e os há tantos e tão brilhantes) comecem a tomar interesse na busca da verdade sobre o fundador dessa linda e próspera cidade. Ainda bem!

Eu não gostaria de tornar a esse assunto, sobre o qual já tenho escrito e falado ao ponto de saturação. E só a estima e a consideração que me merecem itajaienses, que me honram com a sua amizade, e a simpatia que alimento por Itajaí, levam-me a escrever-lhe estas linhas para as quais peço acolhida nas colunas do seu conceituado hebdomedário.

Quando - e isso há decênios atrás – contestei, em artigos de imprensa e em livros, a interpretação dada por Marcos Konder a algumas passagens das “Anotações” de Vasconcelos Drummond à sua biografia, não o fiz senão depois de acurados estudos e pesquisas. Passei meses no Arquivo Nacional, onde descobri interessantes documentos a que dei publicidade em “Blumenau em Cadernos”, sob o título de “As terras de Itajaí e Vasconcelos Drummond”.

Marcos Konder foi levado ao lamentável equivoco, expresso na sua “Pequena Pátria”, pelo fato de que Drummond, nas suas “Anotações” não fez distinção entre o Itajaí Mirim e o Itajaí Açu. E isso era, nele, perfeitamente justificável, pois, analisada aquela documentação, Drummond nunca esteve às margens do Açu e, nem mesmo, chegou a avistá-las.

Para demonstrar, à luz das muitas provas que reuni, a verdade dessas e das demais afirmações que venho fazendo, eu teria que tomar muito do seu precioso tempo e do não menos valioso espaço do seu jornal e possivelmente, sem outro resultado que provocar novas, desarrazoadas e estéreis discussões.

O meu intuito, com êste, é, apenas, dizer àqueles que contestam as conclusões a que cheguei, que não é fazendo literatura, nem com sentimentalismos, nem com preferências, nem com sofismas que se escreve história. História tem que ser feita à base de documentos, autênticos, verídicos, indiscutíveis.

E quando eu afirmei que Drummond veio, em 1820, a Santa Catarina, para tomar posse de umas sesmarias no ITAJAI MIRIM e, nelas formar um estabelecimento baseei-me no Aviso de 5 de fevereiro daquele ano, do Ministro do Reino, Tomás da Vila Nova Portugal. E transcrevi, na íntegra, êsse Aviso.

Ninguém, até hoje, contestou a validade de tal documento que é a prova provada de que foi no ITAJAI MIRIM, e não nosso grande Itajai, que Vasconcelos deveria fundar uma colônia (mas onde não fundou coisa nenhuma).

Além disso, dei publicidade a uma carta do próprio punho de Vasconcelos Drummond ao Ministro Portugal, datada de Destêro, em 19 de março de 1820, em que êle, além de outras coisas, informa que “estava à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do TAJAHY MIRIM”.

E, ainda mais, dei publicidade ao mapa “da medição e demarcação militar de duas sesmarias duma légua quadrada cada uma, no rio TAJAHY MIRIM, pertencentes a el-rei”, a que se refere o citado Aviso do Ministro do Reino, de fevereiro do mesmo ano de 1820.

Acredito que ninguém poderá, honestamente, pôr em dúvida a veracidade dêsses documentos.

Os Avisos de 4 de fevereiro de 1820 (que mandou medir as terras do dia seguinte), 5 (que determinou a Drummond fôsse tomar posse dessas terras) podem ser encontrados em qualquer publicação oficial da época, existente no Arquivo e na Biblioteca Nacional.

O original da carta de Drummond ao Ministro Portugal, acha-se no Arquivo Nacional, na Caixa 376/6, Departamento Administrativo, onde poderá ser examinada.

E, finalmente, o mapa da medição das terras onde Drummond deveria fundar um povoado, a que seria dado o nome de “São Tomás da Vila Nova”, em homenagem ao

Ministro, encontra-se no Departamento de Geografia e Cartografia de Florianópolis e foi reproduzido pelo Prof. Osvaldo Cabral, no seu livro “Brusque”.

Há necessidade de mais alguma prova?

E que documentos apresentaram aqueles que contestam as minhas afirmações? Nenhum, além das “Anotações” do próprio Drummond, que não merecem fé alguma, conforme provei à saciedade.

Atacar-me, criticar-me, atribuir-me sentimentos de animosidade contra Drummond, não vêm afirmar nem provar nada. Servem, apenas, para lançar maior confusão nos espíritos jejunos de conhecimentos históricos e do passado da nossa terra.

E para pôr um fim a essa celeuma tôda, em face de uma evidência que sómente não enxergam os cegos, eis a opinião dos três maiores historiadores catarinenses a respeito:

“Li, com o máximo interêsse, o seu trabalho acêrca de Menezes Vasconcelos Drumond, o suposto fundador de Itajaí. Em artigo que publiquei no “Estado”, desta capital, a 17 de julho de 1956, sob o título “Vasconcelos Drumond em Santa Catarina e na Bahia” deixei transparecer a minha dúvida sôbre o assunto ... E nada nos leva a supôr que o local em que Drumond se estabelecera fôsse próximo à foz do Itajaí, onde hoje se encontra a cidade dêsse nome”. Carlos da Costa Pereira, em carta de 6 de setembro de 1958)

“Pelo que vejo, o estudioso major Konder (Marcos Konder) continua a “malhar em ferro frio”, sem trazer argumentos novos e convincentes à tese que vem, infrutuosamente, advogando. Li e muito apreciei a magnífica refutação que faz ao opiniático parecer de Marcos Konder a respeito da fundação de Itajaí pelo patriota Drummond. Além de bem escudada, acheia-a justa, lógica, irrefutável. Estou plenamente ao seu lado”. (Almirante Lucas A. Boiteux, em carta de 14 de janeiro de 1959)

“Eu não terei dúvidas em subscrever as suas conclusões. Tudo leva a aceitar o local sôbre o Itajaí Mirim, e não a foz do Itajaí-Açu, como aquele chamado apenas Itajaí pelo instável Drummond”. (Prof. Dr. Osvaldo Cabral, em carta de 16 de abril de 1971).

E, de inhapa, mais esta:

“Por todos os motivos expostos chega-se à conclusão de que não existe solidez histórica para se atribuir a Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, apesar dos seus grandes méritos, a glória de fundador de Itajaí”. (Almirante Carlos da Silveira Carneiro, em memorial de 8 de novembro de 1968, dirigido à Câmara Municipal de Itajaí).

Em vista de tudo isso, só mesmo so que fizerem questão de negar por negar, poderão continuar acreditando na maior balela que já se pregou a Itajaí: a sua fundação por Vasconcelos Drummond.

Do seu admirador e amigo

J. Ferreira da Silva

Blumenau, 28/5/1971.

TEXTO 37

Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro de Miranda. Jornal do Povo de 03 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.

RIO DE JANEIRO, 26 de abril de 1971

Meu caro Abdon Fóes. De novo me vejo atingido por aquela mesma perplexidade que gerou a minha carta de 17 de fevereiro ppº, generosamente publicada no nosso JORNAL DO POVO, como igualmente generosa foi a publicação que fizeste da carta de 10 de março último.

Desta vez, o meu espanto foi exacerbado pelas afirmações do Sr. José Ferreira da Silva, feitas em atenciosa carta que me dirigiu acompanhando a sua publicação denominada “AS TERRAS DO ITAJAÍ-MIRIM E VASCONCELOS DRUMOND”, que veio acrescida de delicadíssima dedicatória.

Há um trecho nessa carta que diz, referindo-se ao documento gentilmente ofertado: “Se o senhor me der a honra de lê-lo pacientemente e de analisar bem os documentos nêle transcritos, tenho certeza de que chegará às mesmas conclusões a que cheguei.”

Aliás, a carta tôda, muito sóbria e bem escrita, trás, entretanto, a marca indelével da íntima convicção da sua incontestabilidade, certeza que geralmente envolve a quem, mansa e pacificamente, acha simplesmente impossível que o destinatário não fique inteiramente subjugado e curvado á fôrça da persuasão, tão farta e tão robusta é a argumentação apresentada pelo signatário.

Por incrível que pareça, as razões que venho sustentando no episódio da fundação da nossa cidade e do seu fundador, em abono da tese lanada pelo nosso eminente e saudoso itajaiense Marcos Konder, ao contrário do que está julgando o ilustre e amável missivista, ficaram, agora, muito mais alentadas e fortalecidas, exatamente com a paciente e atenta leitura dessa publicação. Realmente, são tantos e tão substanciosos êsses novos elementos que me vieram de mão beijada, que ainda mais arraigou-se em mim, a franca e decisiva certeza de que Marcos Konder sempre trilhou o caminho certo.

E ao destaque que tens dado, meu caro Abdon, seja às minhas cartas, seja a que me endereçou o nosso ilustre amigo Paulo Bornhausen ou a que te dirigiu o nosso estimável Afonso Luiz da Silva, série que denominaste “DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA DE ITAJAÍ”, acrescentaria eu, para o presente depoimento, êste subtítulo “Enganos, Equívocos e Facciosismo do Sr. J. Ferreira da Silva”.

Com efeito, à semelhança daquele reporter escalado pelo diretor do jornal para escrever sôbre Cristo em vésperas de Natal e que indagou – “Contra ou a favor?” – o nosso ilustre historiógrafo resolveu, “sponte sua”, ser contra Vasconcelos Drumond. Simplesmente contra. Gratuitamente contra.

Então, torce daqui, verga e ajeita dali, altera, entorta e desvirtua acolá, para apresentar-se com uma animosidade e um estado de espírito tão preconcebido e chocante, que chega a formar uma verdadeira cascata de má vontade e de aversão persistente e sistemática contra Vasconcelos Drumond, tantas são as propositadas distorções dos fatos, como aqui mesmo vou provar, louvado exclusivamente no que êle próprio, Ferreira da Silva, escreveu.

É também evidente que neste “affair” desejo comporta-me, como já disse noutra carta, com a maior serenidade e portanto sem a menor exploração de irritação. Mas, convenhamos, meu caro Abdon, será necessário não esquecer que não se pode fazer omelete sem quebrar os ovos.

Daí, procurando debruçar-me na lucidez e na objetividade ao alcance do meu apoucado engenho, irei até o instante em que a evidência há-de varrer, com vassoura de piaçava e bem lá no tôpo da historiografia, tôdas as dúvidas suscitadas contra a paciente e fidelíssima pesquisa de Marcos Konder. E em seu nome, em defesa dessa pesquisa, terçarei as armas da pena, com quem quizer.

A publicação a que estou me referindo, é iniciada pela biografia de Vasconcelos Drumond, publicada em 1836, em Paris, pela “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, sem dúvida, respeitável por todos os títulos.

Infelizmente, Ferreira da Silva não a publicou integralmente e da parte publicada, por questão de espaço, transcreverei apenas trechos que interessam no momento e que vão em grifo: [...]

Vê só. Conquanto a “Biographie Universelle” refira que “*a sua modéstia contrastava com o orgulho dos seus êmulos*” o historiador J. Ferreira da Silva diz que “*Vasconcelos Drumond era um dêsses moços jactanciosos, que amavam falar dos*

próprios feitos e, o que é bem pior, de atribuir a si próprio idéias e atos de outros”. Ferreira da Silva só não diz onde obteve tais informações ou se foi conclusão própria.

Ainda referindo-se à “Biographie Universelle” diz Ferreira da Silva: “Tantos eram, porém, os exageros contidos nessa biografia, que o próprio Drumond, em 1861, resolveu fazer-lhe reparos e anotações”

Realmente, diz Drumond na sua “Anotações” nr. 7. *“Há aqui muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajai, mas não houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada São Domingos Lourenço, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do Rio Itajai carregada de feijão, milho e taboado para o Rio de Janeiro. Do Itajai, mandei a madeira para a obra do Museu do campo de Sant’Ana e mandei de presente, porque era cortada e serrada à minha custa.”*

Essa “exageração”, que Ferreira da Silva aproveita para sentar-lhe o porrete com a maior rigidez, nada mais é do que a prova provada da modéstia de Vasconcelos Drumond, referida pelo seu biógrafo. Note-se que êle disse isso com 67 anos de idade, o que então, pela conclusão de Ferreira da Silva, o transformaria num “velho jactancioso”.

Pois há também êste trecho na “Biographie Universelle”: *“Ele desembarcou, portanto, de nôvo, em Santa Catarina, venceu todos os obstáculos que se lhe apareceram num país ainda selvagem, concebeu e executou a navegação do grande rio Itajaí, estabeleceu povoados sôbre as duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu caminhos, aproximando, assim, grandes distâncias e conseguiu, enfim, animar, pela sua infatigável presença, uma região que parecia, ainda, no cáos primitivo”*.

É exatamente êste o trecho da “exageração” e para a qual eu peço a atenção de todos os meus amigos opositores à tese de Marcos Konder, para dizerem se êsse homem, Vasconcelos Drumond, “era um dêsses moços jactanciosos” como é acusado por Ferreira da Silva. Não houvesse desambição e simplicidade na figura humana de Vasconcelos Drumond, porque haveria êle próprio de achar exagerados os vários misteres que lhe foram atribuídos em publicação tão respeitável e especializada, ainda mais numa biografia? Quem mais, em todo o curso da história, opôs reparos à sua própria biografia, quando elogiosa?

E repara nesta frase de Drumond, que aqui vai repetida: *“Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada São Domingos Lourenço, que foi a primeira*

embarcação daquele lote que passou a barra do Rio Itajai carregada de feijão, milho e taboado para o Rio de Janeiro". E compara com o que diz Ferreira da Silva: "Da própria redação daquele "CONSTRUIU-SE" salta aos olhos que Drumond não teve, como alguns querem, interferência alguma na construção dessa sumaca". E continua sentando-lhe a lenha, chamando-o de vaidoso e de malandro, "tanto mais que precisava apresentar serviços para justificar, perante o ministro, os seus vários meses de inatividade."

E também faz um cavalo de batalha à afirmação de Drumond, quando êste diz que essa sumaca "foi a primeira daquele lote que passou a barra do rio Itajai carregada etc." para concluir que "evidentemente se refere à barra do Itajai mirim, no Açú, e não a dêste no oceano". Sem dúvida, uma conclusão forçada e temerária.

Mas, vamos ao 'CONSTRUIU-SE' que Ferreira da Silva escreveu assim, mesmo, entre aspas, em caixa alta e com a partícula apassivadora posposta. Se salta aos olhos, como diz, anda com argueiro neles há muito tempo ou então está fazendo dêsse argueiro um cavaleiro, para aproveitar aqui a velha locução que se aplica aos exageros dos que costumam magnificar pequenos incidentes, emprestando-lhes proporções gigantescas. Como é exatamente o caso.

E J. Ferreira da Silva, que se apegava ao "CONSTRUIU-SE", esqueceu de falar que Drumond também se referiu, na frase imediatamente anterior, que "*alguns trabalhos SE FIZERAM no rio Itajai*".

Nesta oração, onde o sujeito está igualmente indeterminado, Ferreira da Silva, para ser coerente consigo mesmo, deveria também ter afirmado que Drumond não teve interferência alguma nesses trabalhos que SE FIZERAM. Mas é o próprio Ferreira da Silva quem escreve: "*Ninguém poderá negar – e nem nega – que Vasconcelos Drumond tenha estado no Itajai, que ali tenha realizado, ou tentado realizar, alguns trabalhos e feito preparativos para a fundação de um estabelecimento de colonização.*"

O fato de Drumond ter indeterminado o sujeito dessas orções, usando a terceira pessoa ao referir tarefas que estiveram sob o seu comando e responsabilidade, é mais uma evidente prova da sua autêntica modéstia e simplicidade. Só poderá negar isso, quem não conhece o apuro, a delicadeza e a sutilidade da nossa língua "a última flor do Lácio inculca e bela".

Aliás, há também uma outra oração com sujeito indeterminado escrita por Drumond na Anotação nr.6: "*Da vargem dos pinheiros SE TIROU o mastro grande para a nau D. Sebastião ...*"

Sôbre a passagem da sumaca pela barra, que Drumond diz ter sido a primeira que a varou carregada de feijão, milho e taboado, é assim que Ferreira da Silva o contesta: *“Tendo-se em mente que a barra do Itajaí-açu fica, apenas, a duas léguas e pouco ao sul de Itapocoroi, onde desde 1779 funcionam uma grande armação de baleias e cuja baía era visitada constantemente por grandes barcos, mesmo transatlânticos, não se pode conceber que, só em 1820, é que aquela barra tivesse sido transposta, pela primeira vez, por embarcação do porte de uma simples sumaca.”*

No entanto, do que Drumond escreveu, SALTA AOS OLHOS que êle se referiu à primeira embarcação daquele calado, *construída em Itajaí* e que transpos a barra carregada de feijão, milho e taboado. O que é muito diferente das possíveis visitas de outros barcos e com outros carregamentos, pois sómente a má vontade de Ferreira da Silva em relação a Drumond o conduziu a tal raciocínio.

Também é mais do que evidente que essa sumaca não CONSTRUIU-SE e que Ferreira da Silva, por mais que deseje, não pode compor, com tal verbo, uma oração na voz reflexiva - A SUMACA CONSTRUIU-SE. Sendo certo, no entanto, que alguém a construiu e que também tinha dono.

Ao invés de chamar Vasconcelos Drumond de vaidoso e de malandro o Sr. J. Ferreira da Silva, que sabe tudo sôbre Itajaí, deveria também saber quem construiu a sumaca, onde foi construída e a quem pertencia. Que o diga, para o nosso entendimento.

Santo Agostinho, sempre sustentou que a palavra dos doutos ou a manifestação da autoridade máxima, que então era Roma, encerrava as discussões. Parodiando-o, só me resta dizer: “FERREIRA LOCUTA, CAUSA FINITA” o que corresponde ao nosso atual “Ferreira falou, tá falado”.

Sôbre a questão das sesmarias, que J. Ferreira da Silva faz um tremendo bafafa, chamo a tua atenção, meu caro Abdon e a dos nossos estimados leitores, para o tamanho de uma sesmaria, que tem 6.600 metros de frente por 6.600 de fundo ou seja 43.560.000 metros quadrados. Isto quer dizer que apenas uma sesmaria engole tôda a nossa cidade e mais alguma coisa, pois do ribeirão do Ernesto Schneider até a Barra do Rio tem muito menos de 5 quilômetros e do caís pela Praça Vidal Ramos, Rua Hercilio Luz e Rua Brusque em diante, quando chegar aos 6 quilômetros e 600 metros a cidade já se acabou muito lá pra trás.

Diz o “resumo histórico” daquele excelente guia turístico: *“Segundo historiador catarinense José Ferreira da Silva, por volta de 1658, José Dias de Arzão obtinha do*

primeiro capitão-mór da vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da foz do Itajaí.”

Vejamos o que diz o próprio Ferreira da Silva: “...a 6 de abril de 1815 (cinco anos, portanto, antes de Drumond um certo Francisco Lourenço da Costa residente em Destêrro, obteve uma sesmaria nas margens do Itajai, tendo declarado, em seu requerimento, que *êle ali já tinha ‘UM ARMAZEM PARA RECOLHER OS EFEITOS QUE ALI COMPRA PARA O GIRO DO SEU NEGÓCIO’* (Ver livro nr.2 do Registro de Sesmarias, no Departamento de Terras e Colonização, em Florianópolis).

Nesta transcrição, respeitei as aspas e a caixa alta. Temos aí, aparentemente, uma sesmaria concedida por cima da outra e além dessas, há mais quatro para serem faladas. Manda demarcar, num mapa de Itajai, uma légua de sesmaria em quadro e vê o tamanho...

Como ainda tenho mil coisas para dizer baseado em elementos válidos de contestação ao Sr. J. Ferreira da Silva, acêrca dos seus “Enganos, Equívocos e Facciosismo”, falarei na próxima sôbre tôdas as sesmarias, sôbre a resposta para a abertura da estrada de Florianópolis a Lajes e da sua anexação à Santa Catarina; da remessa da madeira; da remessa das pérolas; da remessa de ouro; do chamado de Vasconcelos Drumond de volta ao Rio de Janeiro; da Barra do Itajai-mirim; da navegabilidade do Itajai mirim; da omissão do sufixo mirim; da presença de Drumond em Itajai; dos Arzão e mais o que couber para uma completa contestação ao nosso ilustre historiador.

Necessário será dizer, que é um homem de bem, um ilustre catarinense, apenas e infelizmente para nós, defensores da tese de Marcos Konder, abeberado unicamente nos documentos escritos exatamente pelos inimigos e adversários políticos de Vasconcelos Drumond, que está mais do que provado, os tinha às pampas, mórmente os puxa-sacos da corôa portuguesa. Pois também consta da sua biografia que “*Drumond entrou na capital da província de Santa Catarina difamado pelos partidos ...*”

E dessa difamação, é o caso, por exemplo, do que se lê na “Memória Histórica da Província de Santa Catarina” de Manoel Joaquim d’Almeida Coelho, para quem Vasconcelos Drumond é um simples malandro, um boavida, um aproveitador, um ingrato e um caloteiro.

Êsse “jovem libertário, que pugnava por um Brasil independente e livre do jugo português”, membro da Sociedade de Mineralogia de Jena, do Instituto de França, da Sociedade de Geografia, da Sociedade Asiática de Paris, da Academia de Bruxelas, da

Sociedade Literária de Gand, da Academia Real de Nápoles e dos Arcades de Roma e outras mais, segundo pesquisou Marcos Konder, tem, sem dúvida alguma, direito a outros predicativos, mais justos e mais verazes.

Êsse homem extraordinário que sacrificou a sua saúde e a sua fortuna em benefício da grande causa da nossa independência, que foi preso e exilado com José Bonifácio de Andrada e Silva (o Patriarca da Independência) e seus irmãos, que morreu cego, aposentado e pobre, positivamente, não era um reles mentiroso, nem jactancioso, nem jamais atribuiu a si próprio idéias e atos dos outros. É essa figura varonil que pretendo continuar defendendo, num preito de homenagem à memória de Marcos Konder, ainda que me transforme no último abencerrage.

Abraços muito afetuosos e agradecidos, meu caro Abdon, dêste teu amigo.

GIL MIRANDA.

TEXTO 38

Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 31 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.

RIO DE JANEIRO, 17 de julho de 1971.

Meu caro Abdon Fóes. Há certas filigranas de origem subjetiva que vão matreiramente se intrometendo na cuca da gente, com o deliberado propósito de mantê-la bem arreliada e insolente, ou então, para deixá-la literalmente fundida. Outras, de boa índole, procedentes da ponderação e da sensatez, têm, ao contrário, o condão de nos induzir à moderação dos atos e dos impulsos e de se deixarem tangir pela mais exuberante lucidez.

Louvado nessas primeira filigranas, eu deveria continuar a debulhar, grão por grão, a espiga das investidas que o nosso ilustre historiador sr. J. Ferreira da Silva engastou na sua publicação “AS TERRAS DO ITAJAI-MIRIM E VASCONCELLOS DE DRUMOND”, tôda ela um tratado contra o fundador da nossa cidade. Exatamente a publicação que o seu ilustre autor me enviou para que eu visse por meio dela, mas que eu preferi ver através dela.

Se mais alguém se der ao trabalho de assim proceder, chegará facilmente às mesmas conclusões a que cheguei. É só experimentar. Inclusive os ilustres historiadores catarinenses citados por Ferreira da Silva na carta de 28 de maio ppº a ti dirigida, que se limitaram à solidariedade protocolar, perfeitamente normal entre os que, mútua e habitualmente trocam encômios, mòrmente quando ligados pelo cordão umbilical da profissão ou nivelados pelo denominador comum do coleguismo profissional. Eis que nenhum dêles, no episódio da fundação de Itajai, chegou a debruçar-se na pesquisa do detalhe ou na leitura das entrelinhas.

Na verdade, quanto mais me aprofundo no estudo dêsse interessantíssimo episódio, mais convencido fico que o ilustre Sr. J. Ferreira da Silva sempre andou de caso pensado contra Drumond ou contra Itajai, tantas são as afirmações desafinadas com a realidade, tantos são os seus “enganos, equívocos e facciosismo”. O fato é que,

propositadamente ou não, bagunçou o coreto da nossa história e, o que é pior, insiste em continuar a bagunçá-la. E o incrível é que acha que está com carradas de razão.

E se andou de caso pensado, eu teria o direito, como itajaiense que pegou na unha o seu peão rolado sem fieira, de procurar trazê-lo aqui de canto chorado, na base do pão-pão, queijo-queijo. Pois só assim saberia defender com mais vigor e mais convicção a pesquisa histórica do nosso eminente e saudoso Marcos Konder, que Ferreira da Silva, irreverentemente, qualifica como a “maior balela que já se pregou a Itajai”.

Irreverência gera irreverência. Contudo, agora, me inclino pelo segundo tipo daquelas filigranas que invoquei inicialmente e que me aconselham, conquanto pezaroso, a encerrar aqui a contestação que venho fazendo ao ilustre Sr. J. Ferreira da Silva, pois reconheço, meu caro Abdon, não ser justo pretender ocupar tanto espaço no JORNAL DO POVO e ainda com intermediação de tão pouco tempo entre uma carta e outra. Principalmente quando a matéria que tenho em vista poderá continuar a dar pano pra muita manga. Tampouco e menos ainda desejo enfadar os leitores com estas longas cartas, pois quando começo a escrever sobre assunto que me empolga vou, despercebidamente invadindo a área da prolixidade. E quando me dou conta, já me atolei até o pescoço em suas areias movediças.

Mas não quero deixar de reiterar que, no episódio, estou em condições, as mais soberbas, não só de contestar o ilustre Sr. J. Ferreira da Silva, (aliás, uma contestação que ele fez a Marcos Konder) como de provar o erro em que ele está laborando. E, “en passant”, de inhapa, o erro em que laboram várias e respeitáveis enciclopédias que registram a biografia do fundador da nossa cidade e atribuem a data da sua morte como ocorrida em 15 de janeiro de 1865. Isso, entretanto, aconteceu exatamente nove anos depois, ou seja a 15 de janeiro de 1874.

Pelo que estou informado, Ferreira da Silva pronunciou, há tempos, uma palestra na nossa Câmara Municipal, em cuja ocasião conseguiu convencer a todos os Srs. Vereadores, que Drumond sequer esteve em Itajaí. Teria Ferreira da Silva afirmado que para Drumond iniciar os trabalhos de fundação de um estabelecimento de colonização no Itajai mirim, em local que ficava situado a duas léguas rio acima a contar da Barra do Rio, viajara até esse local via alto Tijucas, passando por onde hoje se situa a cidade de Brusque. E que teria sido exibida uma pilha de documentos, para que os Srs. Vereadores os folhassem. Em consequência, o nome de Drumond foi sumariamente banido daquele excelente guia turístico, distribuído pela Prefeitura em fins do ano passado.

Aliás, Ferreira da Silva tem, reiteradamente, afirmado que Drumond, em tempo algum, sequer colocou seus pés onde hoje se ergue a nossa cidade e afirmado que Drumond nunca esteve nas margens do Itajai-açu, as quais, jamais teria chegado a avistar.

Sem embargo, não é isto o que afirma o próprio Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que não teria, evidentemente, o menor interesse nem de mentir nem de fantasiar, como como igualmente não teve interesse em magnificar a sua estada em Itajai. Drumond foi um homem cuja personalidade está consignada em várias enciclopédias e cujo patriotismo está exaltado por vários dos nossos mais doutos historiadores. O fato menos importante da sua vida, a página mais modesta da sua brilhante “fôlha de Serviços” ao Brasil, talvez tenha sido exatamente a da sua estada em Santa Catarina, tantos são os episódios muito mais marcantes da sua extraordinária vivência e da sua cativante personalidade, tantos são os feitos que marcaram indelévelmente a sua brilhante “fê-de-ofício”.

Diz Ferreira da Silva na carta já citada e publicada no JP de 5 do mês passado: “...*não é fazendo literatura, nem com sentimentalismos, nem com preferências, nem com sofismas que se escreve história.* Nem com “parti-pris”, acrescento eu! *História – continua êle – tem que ser feita à base de documentos, autênticos, verídicos, indiscutíveis*”. Quem nega isto?

Os francêsês possuem uma locução, comumente citada de irônica, para sublinhar a deturpação dos fatos, feita por pessoas facciosas: “*Et voilà comme on écrit l’histoire...*” (eis aí como se escreve a história) O que me parece, cai na medida exata sobre a cabeça respeitável do ilustre Sr. J. Ferreira da Silva.

Devo esclarecer que os documentos que Ferreira da Silva deu à publicidade no caso Drumond, eu também os possuo em cópia xerox. Aliás, possuo não só os documentos a que êle se referiu, como outros a que êle não se referiu, talvez porque não lhe conviesse a êles referir-se.

O que estou contestando, insisto em dizer, não é, evidentemente, a autenticidade dêsses documentos e sim a *interpretação* capciosa que Ferreira da Silva, quando não lhe convém, não comenta certas passagens dêsses mesmos documentos. É aí que age com “parti-pris”, como é o caso, por exemplo, da carta de 19 de março de 1820, que Drumond dirigiu ao ministro Vilanova Portugal.

Malgrado o farto material de pesquisa nela existente e as ilações que dela se poderá retirar, Ferreira da Silva fêz uma única observação e assim mesmo para

mencionar conclusões à sua moda. O comentário que poderei fazer sobre tal documento, dará uma carta ainda maior do que o tamanho da presente.

Tudo isto me leva à conclusão que o ilustre Sr. J. Ferreira da Silva faz muito pouco da inteligência alheia, pretendendo, em termos históricos, agir como se fôsse o dono da verdade. “FERREIRA LOCUTA, CAUSA FINITA!” E como dono da verdade êle ousa dizer que as ANOTAÇÕES de Drumond à sua biografia, que é autobiografia dêsse ilustre brasileiro, “*não merecem fé, conforme (diz êle) provei à saciedade*”. (!?!). Não é audácia? Quem é o jactancioso em todo êsse episódio?

Considerando que historiadores e escritores de muito mais nomeada do que Ferreira da Silva vêm nessas ANOTAÇÕES um depoimento imprescindível para os que escrevem sobre a história da nossa independência, não há dúvida de que a esdruxula afirmativa de Ferreira da Silva, fica reduzida ao tamanho equivalente à quadragésima milionésima parte que vai do zero absoluto ao infinito do nada.

Como é igualmente temerário e ousado afirmar que Drumond nunca pisou o solo itajaiense e sequer avistou as margens do Itajaí-açu, tantas são as informações que êle próprio, Drumond, nos deixou a respeito de sua permanência em nossa “Pequena Pátria”.

E se Ferreira da Silva, obstinadamente, tem tanta raiva de Drumond a ponto de julgá-lo um reles mentiroso e afirmar que o que êle escreveu não merece fé, terá de afirmar também que não merece fé, a carta que o governador do então, Coronel João Vieira Tovar e Albuquerque enviou ao ministro Portugal, datada de 14 de março de 1820, documento que não consta da publicação de Ferreira da Silva e cujo primeiro período está assim redigido:

“Por Antônio de Menezes, tive a satisfação de receber a carta de V. Excia. com data de 14 do passado. Eu estou a partir com êle e com Miguel de Souza para Itajahi, para, por meus olhos, ver o local e poder informar com exatidão a V. Excia; entretanto, parece-me que se deve preferir para povoadores os Povos de Varzim que são muito cultivadores, aos da Ericeira, que a falar a verdade são bons só para o mar.” (ERICEIRA, praia de pescadores, distante 42 km. de Lisboa; ericeiro, na época, sinônimo de pescador).

Quando Ferreira da Silva afirma que Drumond esteve no Itajai-mirim, fazendo os preparativos para a fundação de um estabelecimento de colonização, distante apenas

12 quilômetros da Barra do Rio – duas léguas – e que ali chegou pelo alto Tijucas via Brusque, estará logicamente afirmando também que Drumond voltou para o Rio de Janeiro pelo mesmo itinerário, uma vez que, segundo êle, Drumond nunca pisou o solo itajaiense e sequer avistou as margens do nosso soberbo Itajai-açu. (!?!)

E se o governador Tovar e Albuquerque afirma que “*estou a partir com êle (Drumond) e com Miguel de Souza para Itajahi*” (Miguel de Souza era o Intendente de Marinha Capitão de Mar e Guerra Miguel de Souza Mello e Alvim, encarregado da colonização de Pôrto Belo, que então se denominava Ericeira, em homenagem à citada vila portuguesa) terá também fatalmente usado o mesmo extravagante e sinuoso itinerário traçado por Ferreira da Silva, tanto na viagem de ida quanto na de volta. Conclue-se então, pelo que afirma Ferreira da Silva, que essas três personalidades, além da habitual comitiva dos “puxas”, saíram de Florianópolis com destino a um ponto situado a poucos quilômetros da Barra do Rio e que, ao invés de usarem a via natural, que então era o mar, (Thalassa! Thalassa!) embrenharam-se pelo mato a dentro.

Não é afirmação de cabo-de-esquadra? Não é de arripiar porco-espinho? Pode-se levar isto a sério ou é de morrer de rir? E com esta fico a indagar, num solilóquio: que diabo de vil minhoca teria conseguido insinuar-se em tão ilustre cachimônia?

E logo num bestunto de 24 quilates?

Diz Oswaldo Cabral, no seu livro BRUSQUE, ao referir-se à colonização dessa importante cidade vizinha, ocorrida no ano de 1860, 40 anos, portanto, após aquela aventura da “operação-mato”.

“A face da terra se transforma, apenas o rio continua tranquilamente a correr, embora as suas águas devessem ser, daí por diante, cortadas mais frequentemente pelas canoas, pois continuaria o ser, por longo tempo ainda, *a única via de comunicação do núcleo que iniciava a sua vida com o resto do mundo*, (grifo meu) *a única estrada aberta pela natureza, para o contacto com o centro, representado pela Vila do Santíssimo Sacramento do Itajaí.*”

E afirma também Ferreira da Silva: “... Vasconcelos de Drumond não distinguiu, UMA ÚNICA VEZ QUE FÔSSE (grifo e caixa alta por minha conta) o Itajai-açu do Itajai-mirim. Fala simplesmente no ITAJAI, sem qualquer qualificativo. Dessa omissão é que gerou todo o malentendido.

Com a mesma sem-cerimônia que Ferreira da Silva conjectura que foi da omissão do sufixo “mirim” que se gerou todo o malentendido, poder-se-ia, legítima e obviamente, conjecturar que Drumond teria omitido isto sim, o sufixo “açu” Pois uma

suposição pode gerar outra suposição, mas, continuará sempre a ser uma presunção e, conseqüentemente, pode ser igualmente falso, tanto um fato quanto o outro daí se procurar retirar.

Todavia, na citada carta de 19 de março de 1820, de Drumond ao minsitro Portugal êle fala duas vezes no TAJAHI MIRIM e três no TAJAHI. (Respeitei a grafia da própria carta).

Como se vê, Drumond sempre soube distinguir perfeitamente um rio do outro. Mas, o que Ferreira da Silva ainda não se deu conta nem se precatou, o mais curioso da história é que, à época em que Drumond esteve em Santa Catarina, o sufixo “açu” ainda não estava incorporado ao nosso topônimo. Como faz prova os próprios documentos que o próprio Ferreira da Silva tem em seu poder.

Simplesmente, eis porque Drumond não utilizou tal sufixo. E com tal esclarecimento, o dito malentendido, um dos principais argumentos de Ferreira da Silva, vira nó górdio em tórno do seu próprio pescoço e dentro do qual vai ter que estrebuchar um bom pedaço.

Aliás, há um pequeno trecho dessa carta, que foi omitido na publicação de Ferreira da Silva. Diz ainda Ferreira da Silva na carta que me dirigiu: *“E se o senhor puder apresentar-me um só documento que destrua o que venho afirmando – que Drumond NUNCA ESTEVE no local da atual cidade de ITAJAI, na foz do Itajai-açu – darei a mão à palmatória.”*

Volto a insistir que a mesma autoridade e a mesma dose de razão que assite ao ilustre Sr. J. Ferreira da Silva de solicitar-me um documento que prove que Drumond esteve na hoje cidade de Itajai, dá-me o direito de solicitar-lhe um documento que prove que Drumond NUNCA ESTEVE na hoje ciade de Itajai, já que êle próprio é quem diz que aquilo que Drumond afirmou por escrito, que é o documento que possuo, não merece fé alguma, conforme “provou” à saciedade.

Diz que provou, mas não apresentou documento algum para fazer a prova provada. Com alguma ingenuidade, Ferreira da Silva chama de prova, as conclusões que êle tira a seu talante, o que não deixa de ser um tipo de prova, mas, inaceitável, porque supinamente curiosa. E o *ônus da prova* – como Ferreira da Silva não ignora – *cabe a quem acusa*. E é êle que está acusando Drumond de mentiroso... “FERREIRA LOCUTA, CAUSA FINITA!”

Do que Drumond deixou escrito e que Ferreira da Silva diz que não merece fé, destaco apenas o seguinte: *“O rio Itajaí, sôbre cujas margens eu comecei a formar um*

estabelecimento, é bem navegável” E mais: “... da minha viagem e residência nas margens daquele rio”.

E ainda mais: “...*Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajai, mas não houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca etc...*” E finalmente: “*Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo trás, não tenham destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821*”. (grifos meus)

Está cristalinamente claro que é ao Itajai-açu, anteriormente apenas TAJAHI ou TAJAHY ou ITAJAHI ou ITAJAHY (posso documentá-los da época com todas estas grafias) que Drumond se refere na suas ANOTAÇÕES. Está cristalinamente claro, não só pelo que ficou acima transcrito, como por muitos outros detalhes constantes das mesmas citadas ANOTAÇÕES.

Chamar Drumond de mentiroso, passa a ser então problema exclusivo do ilustre Sr. J. Ferreira da Silva e de sua responsabilidade. E se Drumond deveria ir para o TAJAHI MIRIM mas não foi, é um outro assunto, uma outra história, um outro capítulo, FACTUM ET TRANSACTUM.

Devo dizer ainda que estou à disposição da Câmara Municipal, se os Srs. Vereadores quizerem ouvir-me a respeito da contestação que faço ao ilustre sr. J. Ferreira da Silva contra a contestação que fez ao nosso eminente conterrâneo Marcos Konder, já que encerro aqui, via JORNAL DO POVO, esta série epistolar, pois não mais desejo, meu caro Abdon, abusar da tua hospitalidade.

Os documentos que possuo, mais os que obtiver daqui em diante, inclusive os retratos de Drumond quando moço e quando velho, que estão devidamente autenticados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, serão oportunamente enviados à Biblioteca Municipal de Itajaí.

As conclusões de Ferreira da Silva e sua contestação a Marcos Konder, poderão, então, “sem sentimentalismos e sem preferências”, ser examinadas também por outros homens mais estudiosos e mais capazes e tão desejosos, como eu, de ver sanada a controvérsia que foi gerada, diga-se de passagem, pelo nosso ilustre historiador e portanto de sua exclusiva responsabilidade.

Com o travo já meio azêdo, sustento que o Sr. Ferreira da Silva, “o mais itajaiense dos tijucanos” (!?!) com as distorções que provocou no episódio da fundação da nossa cidade, fez um grande mal à nossa história. Foi o maior e o mais completo desserviço sofrido por Itajaí.

Finalmente, tenho fundadas esperanças de ver a ressurreição do nosso 12 de outubro, data que Marcos Konder escolheu para homenagear o 12 de outubro de 1822, quando D. Pedro I, que então completava 24 anos, fez a proclamação oficial da nossa independência a todos os países com que mantinhamos relações diplomáticas e em cuja data Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond foi o primeiro brasileiro a ser agraciado pelo Imperador. Ressurreição que espero aconteça ou no próximo 12 de outubro ou num dos vindouros, seja nesta ou em qualquer outra legislatura. Quando então Itajai deverá homenagear condignamente a memória de Marcos Konder pois lhe deve este preito de saudade.

Com o meu muito obrigado pela breve publicação da presente, termino, meu caro Abdon, dizendo apenas que o Rio continua lindo, neste primavera inverno.

Abraços afetuosos do teu amigo,
Gil Miranda.

TEXTO 39

Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior. Cadernos de Blumenau. tomo XIV, nº 4, abril de 1973, pags. 72-74

José Ferreira da Silva sempre afirmou que Vasconcelos Drummond construiu a sua sumaca “S. Domingos Lourenço” à margem do Itajaí-Mirim e não na desembocadura do itajaí-Açú. Como para mim esse era um detalhe irrelevante, porque podia muito bem que Drummond houvesse construído a embarcação em qualquer zona ribeirinha e, não obstante, houvesse se apossado de terras no Itajaí-Mirim, porque para lá é que o Ministro Vilanova Portugal o despachou, nunca me aprofundei nesse detalhe, como nunca havia me detido a ler a “Corografia Brasília” do padre Aires Casal, senão através de citações.

Eis, porém, que agora me chegam às mãos dois volumes, editados pelo MEC, da obra fac-similada de Casal, uma elentada edição de quase 1000 páginas e nela me detenho a ler as descrições da costa brasileira no estilo pitoresco e ingênuo do padre geógrafo.

Releva notar que esse livro foi publicado em 1817 mas, segundo Caio Prado Júnior, o mesmo já estava concluído no início de 1816. Sendo uma obra imensa para os meios de comunicação da época (e falo “meios de comunicação”, porque, sendo uma corografia que descreve a costa brasileira desde o extremo sul do Rio Grande até as Guianas, não se poderá excluir a necessidade de observação local, e portanto, de longa viagem de estudo e anotações) não é exagero supor que ela hovesse sido compilada ao longo de 3 ou 4 anos. Portanto, sendo a Província de Santa Catarina relatada logo no início do livro (a partir da página 180), é lícito supor que essa parte haja sido escrita lá pelos idos de 1812 ou 1813, 6 ou 7 anos antes de Drummond construir a sua sumaca.

Mas continuemos o raciocínio. Que diz o padre Manuel Aires de Casal do rio Itajaí? Diz o seguinte (em resumo, mas sem alterar a essência nem a grafia original):

“Perto de tres léguas adiante (Casal conta essas léguas a partir da desembocadura do rio Camboriú) está a desembocadura do grande Tajahy, que

tem pouco menos de sessenta braças no lugar da passagem um pouco arredada da praia....”) “As sumacas sobem por elle tres milhas; as lanchas e canoas grandes navegam livremente largo espaço athé o primeiro salto. Obra de sessenta braças acima torna a ser navegável por espaço de tres dias à cirga (!) e outros tantos a remo athé outra cachoeira, donde senão passa. Os principais afluentes que o engrossam são o rio Luiz Alves, que vem do Noroeste e hé navegável por canoas pequenas, e o Tajahy-mirim, que vem do Sudoeste, e dá navegação a canoas por espaço de dez léguas.”

Numa chamada de pé-de-página (página 188 da edição original) acrescenta Aires Casal: “O tajahy nasce entre o Rio Negro e o Correntes, que vam para o poente. Nas suas Adjacências há muitas serrarias”. E noutra chamada mesma página: “O rio Luiz Alves corre junto da serra do Bahul, que se avista do mar em grande distância”.

Estas “serrarias”, ainda segundo Ferreira da Silva, eram estaleiros para desdobramento de toras à mão, porque as serrarias mecânicas movidas a água aparecem muitos anos depois, nesta região.

Segundo os dicionários, “sumaca” é uma embarcação de dois mastros, maior que uma canoa. É essa embarcação que Drummond diz haver construído em 1820 e que Casal informa que subiam tres milhas pelo Itajaí acima, em época anterior a 1816.

Mas um detalhe me intrigava na descrição de Casal: “Por que essas sumacas subiam apenas tres milhas pelo Itajaí acima, se o rio é francamente navegável para embarcações desse porte, pelo menos até a ponte do Salto, acima de Blumenau? E a resposta me veio, talvez errada, mas depois de consultar o dicionário. Sendo a sumaca uma embarcação de maior porte que a canoa, ela certamente poderia navegar à vela no mar, mas não teria condição de velejar rio acima, além das proximidades, da foz, ainda sujeitas aos ventos marinhos ou ... (e aí é que entra o dicionário) ser levada à sirga sem pequenos trechos da desembocadura do rio, quando falhassem os ventos marinhos.

Já a canoa, mais maneira, poderia ser conduzida a remo rio acima, ou levada pelo vento ou à sirga e a remo, conforme diz Casal.

Da descrição de Aires Casal resulta claro que o trânsito de sumacas no itajaí-Açu era rotina muito antes de 1817. Por que então haveria Drummond de dizer que a “S. Domingos Lourenço” foi “a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí carregada de feijão, milho, e tabuado”. Considerando-se não haver a menor dúvida

de que Drummond construiu apenas uma sumaca, por “daquele porte” deve-se entender “daquele tipo” ou “daquele tamanho”, isto é: uma embarcação de dois mastros.

Também é certo que em 1820 e antes disso sumacas entravam e saiam livremente no e do porto do Itajaí-Açú. E certamente haveriam de sair carregadas com produtos da terra, notadamente com tabuado das serrarias circunjacentes, que não se leva uma sumaca rio acima para vê-la deslizar vazia rio abaixo ...

Dai a minha convicção de que a sumaca de Drummond teria sido a primeira embarcação desse lote que passou a barra do Itajaí-Mirim, porque neste rio, segundo Casal, até antes de 1816 a navegação que lá se pratiava era de canoa e não de sumaca.

Mas para o meu foro íntimo, tenho outro elemento de convicção, falho de historicidade, mas repleto de lógica interior. É que por aqui nunca se usou a expressão barra-do-rio para designar o lugar onde o Itajaí-Açú deságua no Oceano, mas sim para nominar o local onde o Itajaí-Miri deságua no Itajaí-Açú. Foi assim que o dr. Blumenau designou em 1864 o limite leste da estrada que começava na Colônia Blumenau e terminava na barra-do-rio-Itajaí. Garantidamente, ele não queria dizer que o caminho que é hoje a estrada Jorge Lacerda ia terminar no mar, exatamente que ela terminava onde começava o nascente arruamento do povado de Itajaí, isto é: na nossa tão conhecida Barra-do-Rio, aquele lugar onde o Itajaí-Mirim desemboca no Itajaí-Açú.

Mesmo que a sumaca de Drummond houvesse sido construída em outro lugar que não o Itajaí-Mirim, eu estou pessoalmente convencido de que ela foi a primeira embarcação desse tipo que transpôs a barra-do-rio Itajaí, isto é: o lugar onde o Itajaí-Mirim desemboca no Itajaí-Açú.

PS: Nem Marcos Konder acreditava que Drummond houvesse construído a sua embarcação às margens do itajaí-Açu, tanto que, no artigo “A Pequena”, que publicou no jornal “O Libertador”, de Itajaí, de 27 de dezembro de 1956, afirmava: **“Vasconcelos Drummond construiu o primeiro barco oceânico, a sumaca ‘S. Domingos Lourenço’ e montou o primeiro engenho de serrar madeira, utilizando para tal fim um dos maiores ribeirões que desembocava no rio. Talvez fosse o afluente antigamente chamado da Preta Caetana e hoje conhecido como da Fluvial”**. Evidentemente que não poderia ter sido às margens do Ribeirão da Caetana, que nunca foi navegável e que se transformava num simples alagadiço a menos de um quilômetro da foz, não permitindo a passagem de uma simples canoa. SJ

À CIRGA – grafia incorreta de à sirga, que é a ação de puxar um barco com cordas, ao longo da margem do rio.

TEXTO 40

Itajaí: a fundação e o fundador. Silveira Júnior. Jornal do Povo de 31 de março de 1973, s/nº pág.

Firmei o propósito de não polemizar sobre o assunto referente à fundação de Itajaí. Tenho uma convicção (que é a tese de Ferreira da Silva) que até agora não foi nem levemente abalada e pretendi documentá-la ao longo das páginas do meu último livro “Itajaí”.

Vem o meu amigo Gil Miranda e entre jocoso e cordial me contesta a tese em aspectos a meu ver irrelevantes, por isso volto ligeiramente ao assunto, menos para fazer valer o meu ponto-de-vista do que para fornecer subsídios ao historiador do futuro, liberto das paixões que certamente hão-de nos assaltar nos nossos arrazoados.

Vejam os pontos principais que Gil Miranda contesta:

1º) – Diz Gil que Drummond morreu em Paris em 15 de janeiro de 1874 e não no Rio em 1865. Considero essa divergência completamente irrelevante para a validade de qualquer das teses. Apenas reforça a minha convicção de que Drummond não fundou Itajaí, porque em 1874 esta cidade já era comarca há seis anos, sendo ainda mais estranhável a indiferença do “fundador” pela “sua cidade”. A data da morte de Drummond tirei-a da “Enciclopédia Globo” que – se não é uma fonte infalível, é pelo menos, bastante respeitável. Mas concordo que é assunto pacífico: Drummond morreu em 1874. Gil tem documentos que abonam esta última data irrefutavelmente.

2º) – Diz Gil que Drummond começou a escrever as suas “Anotações” em 1860 e as terminou em 1861 e não em 1836. Nunca tive dúvida quanto a essas datas. A biografia de Drummond é que foi publicada em Paris em 1836 e a retificação é de 1861. Se em algum lugar de livro “Itajaí” troco essas datas, leve-se isso à conta de descuido meu. Também é detalhe de sobrenos para qualquer das teses.

3º) – Diz Gil que Drummond nunca afirmou que houvesse estabelecido povoados *sobre as duas margens do rio*, conforme cito às folhas tantas do meu

livro. Pode ser que Drummond nunca tenha dito isso, que consta textualmente da sua biografia publicada em Paris em 1836 e – o que é ainda mais convincente – é repetido pelo próprio Gil em carta de 26 de abril de 1971, dirigida a Abdon Fóes, cujo trecho transcrevo literalmente da citada carta de Gil Miranda: “Ele (Drummond) ... concebeu e executou a navegação do grande rio, *estabeleceu povoados sobre as duas margens*, atravessou imensas florestas virgens etc”.

4º) – Que a fotografia duas vezes estampada no livro é de Drummond aos 75 anos de idade, portanto de 1869, tirada 4 anos após a sua suposta morte a 15 de janeiro de 1865. Anotado. Também em nada altera as nossas divergências.

5º) – que a fotografia de Drummond fundador de Itajaí deverá ser a de Drummond quando moço e não quando velho. Se eu admitisse Drummond como fundador de Itajaí, eu o aceitaria desde os 25 anos até o fim dos seus dias. Mesmo assim não me parece digna de crédito qualquer fotografia de Drummond com menos de 40 ou 50 anos, porque, segundo leio, sómente após 1830 se tiraram as primeiras fotografias de motivos não fixos.

6º) – Que nas “efemérides” eu “sussupiei” as datas de 1819, 1820 e 1920. sobre esta contestação, eu sou obrigado a declarar que não posso ser a favor e contra a minha própria tese. Se eu não aceito Drummond como fundador de Itajaí, não posso festejar as datas desse suposto evento.

7º) – Diz Gil que a “vargem dos Pinheiros” de onde se tirou o mastro grande da nau D. Sebastião ficava na estrada de Lages. Eu prefiro acreditar que a afirmativa de Drummond seja um detalhe solto dentro do contexto da referência geral e que o mastro haja saído mesmo da vargem do Espinheiro. Creio também que na “Anotação 6” Drummond não se atribui a abertura da estrada Florianópolis-Lages, mas apenas alega haver proposto tal serviço ao ministro Vilanova Portugal.

8º) – Não há nenhuma ironia em supor que Drummond houvesse feito obra de colonização em Itaipava e não em Itajaí. Foi para lá que ele foi despachado e não me parece nada resível que Drummond houvesse cumprido fielmente a ordem que recebeu do ministro D. João VI.

9º) – Não há nenhuma incompatibilidade em Alves Ramos haver vindo para Itajaí comerciar e aqui haver dado estrutura jurídica e religiosa ao povoado que já encontrou. Anhangüera se embrenhou pelos sertões em busca de ouro e Fernão Dias a procura de esmeraldas, mas ambos semearam os sertões brasileiros de vilas e cidades.

10º) – Erro de tradução apontado por Gil: “Drummond entrou na capital ... difamado pelos partidos”, quando o certo seria: “Drummond entrou na capital sacudida pelos partidos, etc”. Creio que esta parte não consta do meu livro, mas também não altera nenhuma das teses.

11)) – Gil aventa a hipótese de o mapa das sesmarias não ter sido terminado durante a permanência de Drummond em S. Catarina. Este detalhe realmente não sei. Foi o próprio Drummond que o menciona em carta de 19 de março de 1820, dirigida ao ministro Vilanova Portugal: “Estou à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do Tajaí-Mirim, que me diz será logo que o tempo permitir”. Não tenho dados meteorológicos do ano de 1820

PS ao Gil não historiador: Não foi por causa das nossas divergências sobre Alves Ramos e Drummond que deixei de ir jantar na tua casa, quando estive aí no Rio. É que fui obrigado a antecipar de um dia a viagem de volta.

TEXTO 41

Ainda sobre o fundador da cidade. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 14 de abril de 1973, s/n de página.

RIO DE JANEIRO, 5 de abril de 1973

Meu caro Abdon Fóes. Não precisei refletir muito para concluir que não devo responder ao último artigo do Silveira, porque senão o ‘caso’ Drummond vai virar um autêntico ‘blá-blá-blá’. Monotono e interminável.

Apenas ressalto que os pontos ali alinhados, me deram a nítida impressão de um remendo feito às pressas e costurado no fundo da calça do terninho de ir à missa. Quando a côr do pano é diferente, pouco importa caprichar no chuleiado: se esconde o rôto, mostra o remendado ...

Eu só faria um outro pronunciamento, se me fosse possível valorizar ainda mais o livrão do Silveira. Abstraído o detalhe da fundação e do fundador de Itajaí, está muito bom e realmente é fora de série. Para mim, inclusive por um aspecto nostálgico: a foto da velha casa da minha saudosa avó, onde morei dos cinco aos trinta anos. De graça.

De mais a mais, também não quero voltar a tratar de um assunto tão sério, com tanta gaiatice e mordacidade, conquanto seja este o estilo que merece a ‘tese’ do Ferreira (O SUFIXO AÇU...) a do Afonso Luiz, (E O VENTO LEVOU...) e a do Silveira (O ‘BIG’ MASTRO ...).

E se aqui estou é mais para apelar insistentemente ao diretor da Biblioteca Pública de Itajaí, cujo nome não tenho presente, no sentido de mandar reunir em seu departamento, com o maior empenho, tudo quanto lhe for possível obter a respeito da história da fundação da nossa terra. E que logo depois, haja divulgação do fato, para vermos então se aparece alguém com disposição e capacidade para escarafunchar pacientemente este decantado assunto.

De qualquer modo, meu caro Abdon, acho que a discussão foi bastante benéfica e teve o seu lado positivo. Tanto do ponto de vista histórico, como do ponto de vista didático. E que de minha parte ficou encerrada com a carta do mês passado. Recebi os números anteriores do JP. Grato.

Um abração do velho amigo,

Gil Miranda

PS ao Silveira estoriador: eu tenho telefone.

TEXTO 42

Sugerindo sobre a fundação da ‘Pequena Pátria’. Luiz Carlos Carvalho Schmidt. Jornal do Povo de 01 de maio de 1973, s/n página.

Com grande curiosidade, há muitos anos vimos acompanhando a verdadeira polêmica, que gira em torno da identidade do fundador de Itajaí.

Recordamos neste momento dos ensinamentos recebidos quando ainda freqüentávamos os bancos escolares do curso primário, e aprendíamos que o fundador de nossa querida cidade fora ANTONIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMOND.

Lembramos, ainda, que muitos anos depois ao cursarmos o colegial, assistimos o lançamento do livro de autoria de AFONSO LUIZ DA SILVA o qual propagava AGOSTINHO ALVES RAMOS, como o verdadeiro fundador de Itajaí, endossando desta forma a tese há muito tempo apresentada pelo Prof. FERREIRA DA SILVA.

Surge, então o Guia Turístico de Itajaí, que praticamente semi-oficializa a tese defendida pelo Prof. Ferreira da Silva; ainda na excelente obra de SILVEIRA JÚNIOR (membro da Academia Catarinense de letras), ‘Itajaí de Ontem e de Hoje’, esta tese é adotada e defendida como a correta.

Ao par destes esporádicos lançamentos, acompanhamos com vivo entusiasmo e curiosidade os debates que se desenrolam na imprensa sobre este palpitante assunto, o qual tem guarida nas paginas do semanário, quase quarentão, ‘JORNAL DO POVO’.

Jornal que não fosse por todo o valor noticioso e literário que possui, só por estes debates, que vem encimados soberbamente de “Documentos para a História de Itajaí”, merece figurar em bibliotecas e arquivos como fonte de referência sobre a História Itajaiense.

Finalmente em uma de nossas visitas a Biblioteca Central de Itajaí, deparamos com dois volumes de cópias xerografadas de documentos sobre Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond e sobre a fundação de nossa “Pequena Pátria”, acompanhados de uma carta de GIL MIRANDA a ABDON FÓES.

Documentos estes em sua maioria extraídos dos ‘ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL’ de 1885 a 1886.

Não somos partidários de uma ou outra tese, pois não temos conhecimentos tão profundos das teorias, de suas provas e documentações, que nos desse condições de debater com tão ilustres escritores.

Achamos, isto sim que está na hora de chegarmos a uma solução, não podemos ficar ‘acendendo velas’ nem dando a honra da fundação de nosso Torrão Natal a duas pessoas. Muito menos podemos arriscar concedê-la a uma delas, sem um exame profundo e minucioso.

Itajai, não é apenas um pequeno centro comercial do litoral catarinense, é na realidade um dos maiores centros culturais da Terra Barriga Verde.

Possue, duas faculdades (Direito e Filosofia) e parte para a concretização do que será futuramente nossa Universidade.

Entre os cursos mantidos pela Filosofia, um deles está intimamente ligado a este nosso artigo: o Curso de História, pois, por incrível que pareça, nossa cidade forma professores de História, mas não conhece a de sua própria fundação.

O intuito que nos levou a escrever este, foi o de endossar o movimento que se forma em nossos meios culturais, no sentido de que o Poder Público constitua uma comissão de alto nível, que minuciosamente e dedicadamente analise os fatos e as teorias a respeito, e que chegue a uma conclusão final e correta.

Sugeríamos, ainda que esta comissão seja formada de defensores das duas teorias (outras que desconhecemos), e de pessoas imparciais de preferência professores e alunos do Curso de História.

Estamos certos de que existem pessoas com real capacidade para participarem desta comissão e concluir o seu trabalho dizendo *a quem na realidade devem ser dados os louros da glória de Fundador da ‘Pequena Pátria Itajaiense’*.

TEXTO 43

Ainda sobre a fundação de Itajaí. Gustavo Konder. Jornal do Povo de 02 de junho de 1973, s/nº de página.

Hoje relatarei um caso, ocorrido nos Estados Unidos, na época do governo do inolvidável Abrahão Lincoln, o libertador dos escravos.

‘Em 1862, o General Grant conquistou a primeira grande e decisiva vitória que as forças do Norte tiveram – uma vitória conseguida no decurso de uma única tarde, uma vitória que fez com que Grant se tornasse da noite para o dia, um ídolo nacional, uma vitória que teve tremenda repercussão mesmo nas regiões mais distantes da Europa, uma vitória que fez com que os sinos repicassem e as fogueiras iluminassem o céu desde o Maine até às margens do rio Mississippi. Contudo, seis semanas depois desta grande vitória, Grant – o herói do Norte – foi prêso e afastado do comando do seu exército. Sofreu humilhações e angústias.

Por que foi prêso o General Ulisses S. Grant ainda no auge da vitória? Foi prêso, em grande parte, por ter despertado o *ciúme e a inveja* dos seus arrogantes colegas.”

É uma história verídica e comparo-a com a discordância, encetada por alguns historiadores, mancomunados com o ilustre sr. José Ferreira da Silva, o maior causador da debatida fundação de Itajaí, pois ambiciona, a todo custo, ‘arrancar’ o glorioso facho, empunhado em 1920, pelo meu saudoso pai – Marcos Konder -, quando foi comemorado o primeiro centenário de vida da nossa terra natal, fundada pelo nobre patricio Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Embora cansado de rebater este assunto, volto à baila para relembrar, fielmente, o exaustivo trabalho, entremeado de prolongadas pesquisas feitas por Marcos Konder, apesar de suas múltiplas tarefas, pois era comerciante, industrial, prefeito, deputado estadual, chefe político e, finalmente, advogado gratuito dos humildes itajaienses e bandas adjacentes, que não podiam pagar altos honorários aos advogados diplomados.

Em 1919 e 1920, Marcos Konder, preocupado com o próximo centenário, resolveu estudar seriamente o enigmático problema do verdadeiro nome do fundador. Todas as noites, depois da ceia, sentado numa cadeira de balanço, aprofundava-se nos velhos livros histórico e documentários, ou então escrevia à mão, cartas-consultas a

diversos sábios da História do Brasil Imperial. Quando os seus estudos já iam adiantados, resolveu trazer, dos arquivos da Prefeitura, os surrados livros da Câmara Municipal e encarregou-me a pesquisá-los, com muita honra para mim. Tive que anotar todos os nomes dos vereadores, dos presidentes da Câmara e dos prefeitos eleitos, desde o longínquo ano de 1860 até 1919. Também compilei o histórico mais interessante das reuniões das sessões. Foi ali que encontrei a famosa polêmica do honrado vereador Sr. José Pereira Liberato, presidente da Câmara, no quadriênio de 1861/64, sobre o célebre caso da conta da fazenda para forrar as cadeiras, refutada e depois reconhecida pelas autoridades estaduais. Mas o meu pai não parou e, nas múltiplas vezes que esteve em Florianópolis, cumprindo o seu dever de deputado estadual, consultava diversos historiadores, entre eles, os ilustres irmãos Boiteux, o eminente professor Dr. Henrique Flores e outros. Ainda viajou, pelo pacote “Anna”, até o Rio e, recomendado pelo seu grande amigo Lauro Mueller, consultou duas vezes o renomado sábio Max Fleiuss, que lhe forneceu permenores interessantes sobre o vulto de Vasconcellos de Drummond, confirmando a presença do mesmo em Itajaí, afim de estabelecer a colonização. Depois de anotar todas as provas concretas, resolveu escrever rascunhos, para entregá-los a mim, afim de passá-los a limpo, na velha e monstruosa máquina de escrever.

Naquela época não existiam as facilidades atuais, como por exemplo, rádios, telefones, viagens e cartas aéreas e outras comodidades que hoje facilitam tudo aos modernos historiadores.

Graças ao persistente esforço de meu pai, Marcos Konder, acrescido ao meu fraco auxílio, religiosamente cumprido, conseguiu ele o seu maior sonho, qual seja o de concretizar o histórico da fundação de Itajaí.

Sentado no lado oposto da grande mesa, encontrei muitas vezes o meu saudoso pai, cansado das árduas e irritáveis lides diárias, cabeceando, e, penalizado, levantava-me para convidá-lo a ir deitar-se no seu quarto. Depois, guardava carinhosamente toda a papelada na mesinha, postada no canto da grande sala. A minha saudosa mãe foi a única testemunha, pois também sentava-se ao nosso lado, lendo ou costurando as roupas caseiras. Assim passavamos as noites até a conclusão da obra de Marcos Konder, que conferenciou sobre este trabalho na sessão solene do Conselho Municipal de 12 de outubro de 1920, em comemoração ao centenário da existência de Itajaí e, mais tarde, enfeixo-a num livrete intitulado “A Pequena Pátria”, que ficou conhecido por todos os verdadeiros itajaienses.

Quando terminou a sua memorável dissertação, Marcos Konder foi ruidosamente ovacionado e abraçado por todos os presentes, e, na mesma noite, no baile de gala da Sociedade Guarany, o saudoso Sr João M. Brandão, o popular Jôca Brandão, discursou com olhos humidos, ressaltando que Itajaí teve a sublime ventura de possuir um grande filho, como Marcos Konder, que conseguiu, com muita facilidade, realizar a mais bela história itajaiense, e disse mais, que o original de sua conferência deveria ser guardada dentro de uma caixinha de prata, para ser enterrada debaixo da grande cruz de madeira, erguida no Morro da Cruz.

A minha carinhosa e saudosa tia Flôr, presente na festa, abraçando-me, confidenciou-me: - “Ele elogiou muito o maravilhoso trabalho do teu pai ... também o teu!”. Abaixei a cabeça para esconder as lágrimas de comoção que me rolaram pelas faces. Isto, quando eu tinha apenas a risonha e sonhadora idade de 15 anos!

Nós sabíamos perfeitamente da existência do viajante-comercial Agostinho Alves Ramos, mas era um caso recente e que, depois da fracassada colonização de Pocinho e Belchior, estaleceu-se com um negócio *na esquina* das ruas principais Hercílio Luz e Lauro Muller, por causa do aglomeramento de moradores espalhados à beira do rio Itajaí-Açú. Quando o verdadeiro fundador Vasconcellos de Drummond, atendendo ao apelo do governo imperial, retirou-se definitivamente, em 9 de maio de 1821, entregou a sua serraria ao Cel. Alves Ramos, que era o mais remediado e instruído das redondezas. Quanto ao resto, todos sabemos claramente, que não passam de méras fantasias, porque não existiam documentos comprobatórios em Itajaí, uma vez que não havia cartório, jornal, nem prefeitura. Infelizmente, certos historiadores, ambiciosos de glórias, gostam de fantasiar ou de romancear, a seu modo, os episódios antigos.

O ilustre escritor José Ferreira da Silva afirmou, em seus esparsos artigos, que Drummond *nunca pisou* as plagas itajaienses por causa do nome do rio Tajahy-Mirim, e o outro escriba, sr. Norberto Silveira Júnior, com a sua mesquinha história da sumaca ou brigue e dos variantes rios ... Isso quer dizer que o meu honesto e austero pai teria inventado uma grande mentira! Não faz mal, essas ‘sujeiras’ não deslustram, de maneira alguma, a glória de Marcos Konder, que muito trabalhou em favor de sua ‘Pequena Pátria’, enobrecendo o nome de Itajaí!.

E, nove anos antes de falecer, o meu pai, envelhecido e doente, me revelou, com certa amargura, que fôra procurado, algumas vezes, pelo sr. José Ferreira da Silva, para contradizê-lo diplomaticamente, sobre a verdadeira história do fundador Drummond.

Então perguntei-lhe como reagiu, respondeu-me que, preferiu calar-se, pois o que pôde fazer já estava feito.

Felizmente, depois da publicação dos meus “Comentando nrs. 8 e 10” no ‘Jornal do Povo’, recebi cartas de solidariedade e de protesto de amigos fiéis, entre eles, de um respeitável e ilustre jornalista do Rio, com os seguintes termos: “Lamentável porém – é preciso dizer-se que, para negar dita tese, firmada e comprovada por Marcos Konder e oficialmente aceita há tanto tempo, pelos poderes municipais, procurou-se denegrir até mesmo a personalidade de Vasconcellos de Drummond, cujos incalculáveis e desinteressados serviços prestados ao país, nos primórdios da nossa Independência, estão por demais reconhecidos, nas obras de inúmeros historiadores, assim como perfeitamente justificada ficou a sua chamada à capital do Império, impedindo-o de concluir a tarefa que lhe fora cometida.’.

Batalho e batalharei sempre pela preservação da obra, de tanto esforço e de sacrifício, do meu inesquecível pai – Marcos Konder.

Como já se esgotou o meu repertório, vou encerrar este malfadado assunto, pois, como dizia o suave Eça de Queiros: “Sinto-me como se alma me tivesse caído a uma latrina e preciso de um bom banho por dentro!”.

TEXTO 44

A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim. Giralda Seyferth. Porto Alegre/Brusque: Movimento/SAB, 1974. Págs. 36-42

[...]

O rio Itajaí-mirim nasce na serra do Itajaí e Tijucas e desemboca no rio Itajaí-Açu no perímetro urbano da cidade de Itajaí, já próximo ao mar. É navegável por pequenas embarcações apenas no seu curso inferior. A região banhada por este rio é muito montanhosa, com várzeas estreitas ao longo dos principais afluentes – os ribeiros do Cedro Grande e Limeira, na margem direita, e da Guabiruba, na margem esquerda. A área toda se compõe de montanhas primárias com cimos arredondados. [...]

A posição geográfica do vale do Itajaí-Mirim o coloca dentro dos limites da denominada “mata atlântica”. Estava totalmente coberto pela floresta quando os primeiros imigrantes alemães lá chegaram em 1860. [...]

A topografia acidentada do vale, evidentemente, dificultou a exploração do mesmo durante a primeira metade do século XIX. A circulação no sentido transversal, em virtude das serras que ladeiam o vale, era praticamente impossível. As vias de penetração, por isso, acompanharam o rio, no sentido longitudinal, a partir da foz.

As terras mais próximas ao vale do Itajaí permaneceram inabitadas até 1807, quando se deu início ao povoamento da região de Porto Belo, situada a uns 20 quilômetros da foz do rio Itajaí-Açu. Este povoamento começou com cerca de 100 colonos procedentes dos Açores, que permaneceram próximo ao litoral, dedicando-se às atividades de pesca e a uma lavoura muito pobre. As tentativas de penetração para o interior se frustraram em virtude das dificuldades impostas pelos contrafortes da Serra do Mar. A bacia do Itajaí passou a entrar nos planos de colonização do governo como meio mais provável de ligação entre o litoral e o planalto.

Sabe-se que próximo à foz do Itajaí-Açu, em fins do século XVIII, existiam alguns moradores – muito poucos – havendo registros de uma certa fazenda do

Arzão, cujo proprietário se dedicava à lavoura. Mas as primeiras tentativas reais de colonização do vale do Itajaí datam da segunda década do século XIX. De acordo com o Aviso de 5 de fevereiro de 1820, Antônio de Meneses Vasconcelos Drummond deveria tomar posse de duas sesmarias no Itajaí-Mirim, a duas léguas da foz deste rio. A finalidade era a instalação de uma colônia composta de soldados e civis, coisa que na realidade não aconteceu. Drummond e os que o acompanhavam ficaram nestas sesmarias apenas algumas semanas, serraram alguma madeira e nada mais. Três anos mais tarde – em 1823 – Agostinho Alves Ramos estabeleceu-se nas margens do rio Itajaí-Açu onde atualmente se encontra a cidade de Itajaí. Nesta área existiam mais ou menos uns 40 posseiros espalhados, sem contudo pretenderem dar início a uma povoação. Coube a Alves Ramos esta tarefa, que lhe foi atribuída pelo Governo Imperial. As terras que margeiam o baixo Itajaí-Açu, mais favoráveis à lavoura e constituídas de terrenos planos e férteis, foram, por isso, as de povoamento mais antigo, tendo-se aí instalado várias sesmarias. O primeiro passo decisivo para a colonização do baixo vale do Itajaí-Açu data de 1836 quando, pela Lei nº 11, de 5 de maio, foi autorizado o estabelecimento de duas colônias às margens do Itajaí, cada uma com dois arraiais: nos locais chamados Pocinho e Tabuleiro, respectivamente no Itajaí-Açu e Mirim, se estabeleceram os dois primeiros arraiais; os dois últimos se instalaram no Belchior e nas nascentes do Ribeirão da Conceição (este afluente do Itajaí-Mirim). A colônia do Belchior, para onde foram encaminhados alemães vindos de São Pedro de Alcântara, logo apresentou algum progresso, da mesma forma que o arraial de Pocinho. Estes dois arraiais – Pocinho e Belchior – em 1839 contavam com uma população constituída por 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras. A colônia que deveria ser formada no Tabuleiro, às margens do Itajaí-Mirim, fracassou em virtude dos constantes ataques dos índios que trouxeram pânico à população (Cf. informações constantes no trabalho de J. Ferreira da Silva em *Itajaí e Vasconcellos Drummond*, em Blumenau em Cadernos, I (8); e no trabalho de Lucas a. Boiteux, *Itajaí*, Blumenau em Cadernos, I (7/8).

As tentativas que se fizeram para explorar e colonizar o vale do Itajaí-Mirim desde 1836 tinham uma razão estratégica muito mais do que intenções de povoamento: toda a área era inexplorada e pensava-se que este rio era o que cruzava, no planalto, a estrada de Lajes e, neste caso, seria a vida de penetração ideal do litoral à região de criação de gado. Com a intenção de constatar isto, foi autorizada uma viagem de exploração até as cabeceiras deste rio, tendo Agostinho

Alves Ramos informado às autoridades de Desterro em 1º de junho de 1836 que o Itajaí-Mirim não era o rio que atravessava a estrada de Lajes e, portanto, não serviria como elo de ligação. O rio, tão falado, era o outro Itajaí, conforme foi constatado mais tarde. Cessaram, então, no Itajaí-Mirim, as tentativas de colonização.

Em 1845 foi feito o primeiro ensaio de colonização estrangeira no vale do Itajaí-Açu: Charles van Lede promoveu a fundação da Colônia Belga em Ilhota, empreendimento que teve um fracasso parcial alguns anos depois, motivado principalmente por disputas das terras. Em consequência, muitos colonos belgas abandonaram a área com suas famílias indo para a capital da província ou para outras colônias do vale (Gaspar e Blumenau). De qualquer maneira, os ensaios de colonização na primeira metade do século XIX foram mais ou menos em sucedidos nas terras que permeiam o baixo Itajaí-Açu – férteis e proporcionando boas lavouras. Esta colonização serviu de base ao Dr. Hermann Blumenau que, a partir de 1850, iniciou o povoamento e colonização do vale médio deste rio, com a fundação da Colônia Blumenau. Ilhota e Blumenau, contudo, representam tentativas particulares de colonização e nada tinham a ver com o governo brasileiro. Este apenas autorizou a fundação das colônias.

No itajaí-Mirim, contudo, as tentativas de colonização não tiveram êxito, apesar do empenho do governo. Na década de 1850, apenas alguns exploradores de madeira tinham instalado na região umas poucas serrarias. No ano de 1859 Itajaí foi elevada à categoria de vila e município, iniciando-se, então, a segunda etapa do plano de povoamento estaelecido pelo governo para a ex-colônia do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Esta segunda etapa visava principalmente à fundação de uma colônia no médio vale do Itajaí-Mirim. Toda a região escolhida pelo governo como área de colonização, em 1860 achava-se coberta de florestas virgens e desabitada. Próximo à atual sede do município de Brusque havia apenas algumas serrarias, instaladas alguns anos antes por Pedro José Werner, Franz Sallentien e Paulo Kellner (vindos de outras áreas de colonização alemã). Juntamente com Vicente Ferreira de Mello, apelidado Vicente Só porque residiu na região durante algum tempo, e mais uns poucos agregados portugueses que trabalhavam nas serrarias, constituíam a população que, através da exploração da madeira, estabeleceu, pelo rio, os primeiros contatos com o litoral.[...]

O Aviso Imperial de 18 de junho de 1860 determinou a fundação da Colônia Itajaí, demarcando-lhe uma área de quatro léguas quadradas na margem esquerda do

rio Itajaí-Mirim, desmembradas da jurisdição da Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Esta área colonial foi estabelecida a 30 quilômetros da foz do rio Itajaí-Mirim, na altura do seu curso médio. Foi nomeado diretor dessa colônia o Barão von Schneburg, que ali chegou no dia 4 de agosto de 1860 com os primeiros 54 imigrantes alemães, ao todo 10 famílias procedentes da Prússia e Hesse (Darmstadt). Um engenho de farinha, pertencente a Pedro José Werner, serviu como primeiro abrigo desses imigrantes, enquanto aguardavam a medição dos lotes que lhes seriam atribuídos. De acordo com o Relatório de 1862, apresentado ao Presidente da Província pelo então diretor interino da Colônia João André Codoy Jr., o tal engenho era o único abrigo existente na região e além dele havia apenas uns ranchos desabados que serviram aos primeiros “puxadores” de madeira.

[...]

TEXTO 45

A fundação de Itajaí – sua história – seu romance. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. pag. 11-49.

AS RAÍZES HISTÓRICAS

I

Muito já se escreveu e ainda se escreverá sobre a fundação de Itajaí.

O primeiro a escrever um opúsculo foi Marcos Konder: “A Pequena Pátria”. José Ferreira da Silva, em vários artigos publicados em jornais e em “Blumenau em Cadernos”; Afonso Luiz da Silva, com “Itajaí de ontem e de hoje”; podemos citar, também, o “Anuário de Itajaí – 1959”, de Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello Faria, contendo muita literatura histórica sobre Itajaí; e, finalmente, Édison d’Ávila, com sua “Pequena História de Itajaí”, prefaciada pela pena brilhante de nosso ex-governador Antônio Carlos Konder Reis.

É meu propósito nesta série de artigos que comecei a escrever sobre a fundação de Itajaí, especialmente para o nosso querido “Jornal do Povo”, comentar, livro por livro; antes, porém, vamos às raízes históricas da época em que se processou a fundação de Itajaí, ou melhor, às origens das povoações brasileiras – desde o nosso descobrimento até o século XIX, ou mesmo até fins do século XVIII, quando deve ter começado o povoamento de Itajaí – aliás, melhor seria dizermos, desde o século XVII, que foi quando, em 1658, João Dias Arzão obteve do capitão-mór da Vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da foz do Itajaí. [...]

[...] Sabemos nós que duas Bandeiras Vicentinas passaram por terras itajaienses: uma de Dias Velho, em 1662, e a outra de Domingos de Brito Peixoto, em 1684 [...]

Três bandeiras vicentinas rumaram ao sul para povoarem Santa Catarina.

Pelo Litoral, parte de Santos o vicentista Francisco Dias Velho, em 1662, levando a mulher, dois filhos, duas filhas, quinhentos índios domesticados, um homem branco com mulher e três filhos, e dois padres jesuítas.

Em 1684, também pelo litoral, parte o povoador vicentista Francisco Brito Peixoto, com auxílio de seu pai, levando muitos escravos, mantimentos e materiais para fundar Laguna. [...]

O Vale do Itajaí já era bem conhecido na Corte do Rio de Janeiro quando por ele passou a primeira bandeira vicentina de colonização de Francisco Dias Velho, em 1662, em direção ao Desterro, para lançar os fundamentos de uma povoação sob a proteção de N. Sra. do Desterro, que não era uma ilha deserta, já que, em 1503, data do seu descobrimento provável pela expedição de Gonçalo Coelho, é chamada pelos portugueses Ilha dos Patos até começo do século XVII. Os carijós a denominavam de Juriré-Mirim. [...]

Desde o seu descobrimento até a chegada da primeira bandeira vicentina de colonização de Francisco Dias Velho, que a história consagrou como fundador de Santa Catarina, decorreram 119 anos.

Se o primeiro curral dos bandeirantes foi instalado em 1663, Dias Velho, quando passou com sua bandeira pelo Vale do Itajaí, em 1662, evidentemente, não instalou ali nenhum curral, mas já a segunda bandeira vicentina de Domingos Brito Peixoto, em direção a Laguna, em 1684, é bem possível tenha instalado um curral para posteriormente requerer sesmarias, o que era muito comum nos bandeirantes, que tornaram-se os grandes latifundiários do Brasil Colônia.

COMO NASCEM OS POVOADOS

O que estou procurando demonstrar narrando fatos históricos do passado, isto é, do Brasil Colônia, é para exemplificar como se processavam as fundações e povoações daquela época, que na sua totalidade eram feitas, oficialmente, por delegados, quer da Corte ou dos Governadores das Capitanias, e não como foram bem mais tarde, em nosso Estado, as particulares de Joinville e Blumenau, principalmente a de Blumenau, que o fundador foi o próprio povoador, ou melhor, o colonizador.

Em alguns casos tais poderes, partiam diretamente da Corte do Rio de Janeiro, é o caso de Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, que recebeu ordens diretas do Ministro de Dom João VI, Tomás Antonio de Vilanova Portugal, para fundar uma colônia no Vale do Itajaí, a 5 de fevereiro de 1820.

Para reforçar este fato histórico, vou transcrever um trecho do livro de Afonso Luiz da Silva, “Itajaí de ontem e de hoje”, pags. 9 e 10: [ver anexo]

Mais adiante na página 12 do mesmo escritor, bem em cima da página, em letras destacadas, lê-se em negrito: “Agostinho Alves Ramos”, e em baixo, com maior destaque ainda: “O FUNDADOR”.

O que quis, sem dúvida, Afonso Luiz da Silva, foi menosprezar o trabalho de Vasconcelos Drummond, para valorizar o de Agostinho Alves Ramos, que, ao seu

modo, e apaixonadamente, como sempre foi também do meu querido e saudoso amigo José Ferreira da Silva, o fundador de Itajaí.

Não se escreve história com paixões, mas sim com fatos reais. [...]

Mas, afinal, quem era mesmo Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond?

Era diplomata e político, não só amigo do Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Tomás Antônio de Villanova Portugal, como também pertencia ao grupo que auxiliou José Bonifácio de Andrade e Silva, jornalista e redator do “Tamoio”. Nasceu no Rio de Janeiro em 1794, de família de alto prestígio político na Corte.

Quando os irmãos Andrada foram presos, por ocasião da dissolução da Assembléia, por Dom Pedro I, em 1823, e que, junto com mais seis deputados foi deportado para a Europa, Vasconcelos Drummond escapou para a França, retornando ao Brasil em 1829. Deixou sobre a independência as “Anotações de Drummond a sua biografia”. Morreu em Paris, em 1865.

Os anos de 1820 e 21, quando Drummond foi mandado fundar uma colônia no Vale do Itajaí, foram dois anos bastante agitados na Corte do Rio e Janeiro. Em abril de 1821, Dom João VI retorna a Portugal com a família, deixando seu filho Dom Pedro como regente do Brasil.

Tomás Antônio Villanova Portugal demitiu-se em 1820, era absolutista, opunha-se ao espírito liberal e emancipador, que já rodeava de há muito a Corte, e perseguiu especialmente a maçonaria.

Mas, no governo de Dom Pedro, ficara ainda Bonifácio, que era amigo de Vasconcelos Drummond. Com a saída de Tomás Antônio Villanova Portugal, em 1820, para acompanhar o rei Dom João VI, de quem era amigo e conselheiro, resolveu, antes de embarcar, em 1821, dar por terminada a missão de Vasconcelos Drummond, em Itajaí, chamando-o, a 26 de fevereiro de 1821, para a Corte.

A missão foi dada por terminada, nunca, porém, revogada.

Vamos ver o que Vasconcelos Drummond fez neste ano que esteve em Itajaí, fundando a colônia, e, para tal, vamos valer-nos de José Ferreira da Silva. [...]

Fui amigo pessoal de José Ferreira da Silva, e aqui mesmo em Curitiba, na década de 60 foi que o conheci, e quase diariamente nos encontrávamos na rua 15 de Novembro, defronte ao Grande Hotel Moderno, batíamos um longo papo sobre assuntos de nosso Estado, notadamente sobre Itajaí e Blumenau.

Ele havia fundado há pouco “Blumenau em Cadernos”, e pedia-me sempre que colaborasse com ele, até que um dia ele convenceu-me de polemizar com Marcos Konder sobre a fundação de Itajaí. Segundo sua opinião, era melhor que um itajaiense discutisse do que um tijucano.

Topei a parada, e ele então fornecia-me os dados e eu desenvolvia-os jornalisticamente. Fiz poucos artigos, até que meu mano Nelson reagiu, escrevendo-me e pedindo-me para parar em nome da memória de nosso pai, que era um grande amigo de Marcos Konder. Atendi, imediatamente, o pedido de Nelson e mostrei a carta a Ferreira da Silva, que comentou:

- É ... é, teu mano tem toda razão. Pára ... Pára de escrever! [...]

José Ferreira da Silva foi o escritor, jornalista e historiador que mais escreveu sobre a fundação e colonização de Blumenau. Quando entendeu de escrever sobre a de Itajaí, achou que ela deveria obedecer ao mesmo ritmo histórico da de Blumenau.

Ora! Tal vontade ou desejo era, humana e historicamente impossível, porque a fundação de Blumenau, se não fora as enchentes onde o Dr. Blumenau perdeu grande parte de seus escritos e diários, seria até possível descrevê-la dia por dia, todos os fatos e acontecimentos que acabaram com o tempo histórico, já que era o Dr. Blumenau um homem meticoloso e muito organizado, como o fundador e o colonizador da sua colônia.

Hoje, quando durante mais de dois anos pesquisei sobre a história de Blumenau para poder escrever, em sete meses, o romance que acabei de publicar, sobre a vida e a obra do Dr. Blumenau, obedecendo aos fatos e datas históricas, posso dizer que talvez de todas as fundações e povoamentos havidos no Brasil, nenhum se iguala à de Blumenau em termos de organização histórica.

Quando, porém, em meu romance, escrevi sobre Agostinho Alves Ramos, procurei pesquisar em Afonso Luis da Silva, em “Itajaí de ontem e de hoje”, e lá encontrei na página 14: “tudo deixa crer que Agostinho Alves Ramos tenha nascido no Rio de Janeiro, chegou ao Desterro depois da Independência do Brasil, etc., etc,” [...]

Quando comecei a escrever sobre a “Fundação de Itajaí” eu fui fundo, às raízes históricas da nossa origem populacional do Brasil Colônia, que é, afinal, toda a origem da própria raça brasileira, tinha o propósito de, mais tarde, mostrar, como o faço agora, o material humano com que contavam os bandeirantes povoadores e o Dr. Blumenau, para fixar mais uma vez como foi diferente a fundação e povoação de Itajaí da de Blumenau.

O Dr Blumenau povoou Blumenau com colonos alemães, em lotes de pequenas propriedades, traçando planos quer para a agricultura, quer para a indústria; isolou os seus colonos bem no sertão da Província de Santa Catarina, no Interior do Vale do Itajaí, para que toda a colônia crescesse sem influência da metrópole e fosse um trabalho dos próprios colonos, era como se ele transferisse um pedaço da sua tão querida Alemanha para o sertão do Brasil e aqui surgisse uma nova Alemanha, que, com o tempo, se tornaria, automaticamente, brasileira, mantendo intactas as velhas tradições de origem germânica. E foi mantendo este espírito germânico que ele conseguiu a fabulosa Blumenau de nossos dias, porque foi inicialmente uma fundação e colonização de caráter particular, orientada e dirigida unicamente pelo próprio Dr. Blumenau.

O mesmo não aconteceu com a fundação de Itajaí e outras fundações do Brasil Colônia, que foram completamente diferentes, quer como fundações, quer como povoação, onde o material humano em qualidade, estava bem, mas muito longe mesmo, daquele que dispunha o Dr. Blumenau. [...]

Chega-se, portanto, depois de nos inteirarmos do que disseram sobre Vasconcelos Drummond, os três mais destacados escritores sobre a fundação de Itajaí, a seguinte e lógica conclusão histórica de que Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond foi o fundador de Itajaí e que não dispôs de tempo útil para povoá-lo.

Mas por que foi Vascondelos Drummond o fundador?

Porque para se fundar e povoar naquela época só os que, oficialmente, recebiam ordens, quer da Corte, diretamente, ou dos Governadores das Capitâneas, e Vasconcelos Drummond indiscutivelmente, tivera oficialmente de um Ministro da Corte do Rio de Janeiro. Segundo muitos historiadores e escritores, o símbolo de uma povoação era a capelinha, e, em torno dela é que nascia a vila e, finalmente, a cidade. Mas nem todos pensavam assim, porque Oliveira Vianna diz sobre as fundações que, em primeiro lugar, o curral, ponto de partida para o povoamento, depois a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação e a vila.

TEXTO 46

Prefácio. Edison d'Ávila. (In: **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance.** Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. pag.01-02)

“O jornalista e escritor Nemésio Heusi concedeu-me a honra e o prazer de convidar-me para prefaciar o seu livro “A Fundação de Itajaí – Sua História, Seu Romance”.

O gesto amigo me trouxe honra por permitir participar, embora modestamente, da concretização desta obra. Trouxe-me também prazer, porque a obra aborda aspectos históricos da vida de Itajaí, assunto em que muito me tenho comprazido.

A empreitada literária a que se dedicou o ilustre itajaiense, qual seja, a história das origens de Itajaí, tem ocasionado nos últimos tempos muita controvérsia sobre data e fundador. Por isso, muitos têm formulado opiniões, que não raro se antagonizam e mesmo pecam por falta de fundamentação histórica.

Assim, historiar a nossa fundação e, mais do que isso, romanceá-la foi decididamente um ato criador louvável.

Na verdade, esta obra comporta duas abordagens: a história e o romance da fundação de Itajaí. Isto é, os fatos históricos que fizeram os primeiros tempos da nossa vida comunitária, conforme constam de inúmeros documentos; e o contar romanceado, ao sabor da criatividade rica e agradável do autor, daqueles fatos e personagens dos primórdios itajaienses.

O autor, na primeira parte, entendeu de assumir posicionamento claro quanto à longa disputa sobre quem foi o fundador de Itajaí. Consultou documentos, juntou fatos e concluiu por uma proposta de ampla perspectiva verossímil.

De fato, não há como negar a primazia histórica de Vasconcelos de Drummond no encargo de fundar uma colônia nas margens do rio Itajaí-Mirim, recebido do Ministro Villa Nova Portugal a 5 de fevereiro de 1820. Vasconcelos de Drummond foi o primeiro a receber a tal incumbência. Seu gesto pode não ter tido os desdobramentos

desejados; mas teve a primazia histórica. Negar a presença histórica de Drummond nos fatos itajaienses é renegar a verdade documentada.

Assim também, não creio que se possa negar, sem cometer deslizes históricos, a participação capital de Agostinho Alves Ramos no surgimento e desenvolvimento da póvoa do Santíssimo Sacramento do Rio de Itajaí. Foi ele, sem sombra de dúvida, o inspirador da nossa vida como comunidade organizada, seu animador e o principal realizador da Paróquia e futura Vila.

Por isso, pareceu-nos extremamente cativante, a proposta de Nemésio Heusi de encadear o gesto pioneiro de Drummond às ações colonizadoras de Alves Ramos, como se eles tivessem uma sequência natural. Mesmo porque, entre a chegada de Drummond e a de Agostinho Alves Ramos, medeou pouco tempo, nada além de três anos!

Parabenizo o Autor por estas páginas tão cheias de criatividade e que o leitor agora terá também o prazer de apreciar. Louvo o seu zelo pelas nossas tradições e o seu acendrado amor à nossa “Pequena Pátria”.

15 de junho de 1982.

TEXTO 47

Pequena História de Itajaí. Edison d'Ávila. Itajaí: PMI/SM de Educação, 1982.

3 – Faiscadores, pescadores, lavradores e carpinteiros de ribeira

Os primeiros homens brancos que visitaram a região de Itajaí foram os faiscadores de ouro, atraídos pelas muitas histórias que falavam de fabulosas minas e de rios ricos do precioso metal.

Assim, João Dias de Arzão, primeiro morador das margens do Itajaí, quando em 1658 requereu ao Capitão-Mor da Vila de São Francisco do Sul uma sesmaria para aqui vir morar, tinha a intenção de explorar estas minas de ouro. Aliás, não tão fabulosas assim, pois que a família Arzão logo se retiraria sem fazer fortuna...

Atraídos pelas mesmas histórias e mais encantados com a fartura da pesca e a fertilidade do solo, outros aqui se deixaram ficar. Requereram terras para plantar e iniciaram o povoamento.

A estes, anos depois, veio se juntar muita gente de Desterro (Florianópolis), de São Miguel, de Porto Belo, de Armação de Itapocorói, de São Francisco do Sul e de Paranaguá.

E foram tantos os que aqui se fixaram, que todas as terras das imediações da foz do rio Itajaí-açu, no começo do século passado, já estavam totalmente ocupadas.

Destes moradores muito pouco se guardou a não ser alguns dos nomes e a vaga localização das suas terras.

Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho tinha casa e plantações nas terras do bairro da Fazenda; José Coelho da Rocha plantava nas terras do hoje centro da cidade, embora morasse do outro lado do rio; José Correia de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Corrêa moravam em Canhanduba e Itaipava; e Matias Dias de Arzão tinha fazenda nas terras da Barra do Rio.

Plantavam-se mandioca, aipim, milho, feijão, cana, batata-doce e arroz; além do algodoeiro, pois com o algodão se fiavam em casa os panos para a vestimenta diária.

Também se pescavam muito a guaivira, os bagres, as tainhas e os robalos; a pesca era quase toda no rio, poucos se dispunham a pescar no mar.

Outra atividade que muito ocupava estes primeiros moradores do Itajaí era a construção e o reparo de embarcações; atividade cumprida pelos chamados carpinteiros da ribeira. Além da excelente mão-de-obra que aqui existia, a nossa região era muito conhecida pela boa madeira, apropriada para a construção naval. [...]

5 – Um jovem diplomata e a colônia que não deu certo

Havia muitos anos que as autoridades coloniais portuguesas vinham sendo alertadas de diversas maneiras sobre a necessidade e utilidade de se promover a colonização do Vale do Itajaí.

Todos lembravam a beleza da paisagem e a fertilidade e riqueza das terras.

Assim, quando o jovem diplomata Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond manifestou ao amigo e Ministro de Dom João VI, Tomás Antônio de Villanova Portugal, o desejo de estabelecer uma colônia naquelas terras, o ministro pensou unir o útil ao agradável.

Isto porque Drummond, filho de tradicional família do Rio de Janeiro, estava sendo acusado de pertencer a uma das sociedades secretas que planejava uma forma de tornar o Brasil independente de Portugal.

Contador da Chancelaria-mor e gozando da confiança do Ministro, o jovem funcionário foi aconselhado a mudar de ares em seis meses de licença. E decidiu visitar a Capitania da Ilha de Santa Catarina, então governada por João Vieira Tovar e Albuquerque.

Cá chegando, Drummond logo se inteirou dos negócios do governo e soube das terras ainda sem benfeitorias e apropriadas para o início de uma colonização.

Retornou ao Rio de Janeiro e obteve, em 5 de fevereiro de 1820, a autorização para estabelecer uma colônia em duas sesmarias, propriedades do Rei, que ficavam às margens do rio Itajaí-mirin na atual localidade de Itaipava; e a designação de encarregado dos Reais Cortes de Madeiras na região, por cujo serviço fazia jus aos vencimentos de 3 mil cruzados anuais.

De volta à Ilha de Santa Catarina, tratou de seguir para o Itajaí e dar início à colônia que se chamaria “São Tomás da Villanova”. Com alguns ex-soldados e trabalhadores da região, Drummond começou a derrubada para limpar o terreno e construir o alojamento dos colonos, montar uma serraria manual e fazer plantações.

Estavam os trabalhos neste pé, quando a 26 de fevereiro de 1821, o jovem colonizador de 26 anos recebia ordens para retornar ao Rio de Janeiro, pois que o Rei dera por acabada a sua missão.

Assim, frustrou-se a colônia que Drummond intentara estabelecer em nossas terras, ficando apenas a lembrança histórica desse seu projeto inacabado ...

6 – O comerciante de larga visão

Tivera início a segunda década do século passado quando o comerciante Agostinho Alves Ramos e sua esposa Ana Maria Rita decidiram mudar-se do Desterro para as terras do rio Itajaí.

Naturais de Portugal, eles haviam-se casado, em 1813, na cidade do Rio Grande e depois passaram a residir na capital da Província de Santa Catarina.

Ali, Agostinho Alves Ramos se associara a um grande capitalista e por diversas ocasiões visitara a nossa região com as baleeiras da sua casa comercial, comprando dos lavradores e pescadores os produtos da lavoura, da pesca e da pequena indústria existente; bem como fornecendo-lhes mercadorias e gêneros de primeira necessidade.

Inteligente e de larga visão logo percebeu o bom ponto que as terras da foz do rio Itajaí ofereciam para um empreendimento comercial.

Assim, adquiriu de José Coelho da Rocha antigo morador da Praia de Itajaí, um terreno situado na margem direita do rio, junto do lugar onde costumeiramente se faziam reparos em embarcações e por isso chamado de Estaleiro. Aí edificou um sobrado de pedra e tijolos que funcionava como residência e casa comercial.

A partir de então, sua liderança se foi consolidando junto aos moradores da redondeza de tal sorte que nada se fazia com vistas ao adiantamento ou bem-estar geral que não fosse por sua iniciativa ou com seu auxílio.

Foi assim que participou da comissão de diretores que se encarregou da construção da primitiva Capela e redigiu o requerimento ao Bispo do Rio de Janeiro para a criação de um Curato, semente da futura cidade de Itajaí; assinando-o com outros vinte e um moradores do Distrito.

Ainda preocupado com a melhoria das condições de vida na comunidade que se ia formando sob sua direção, obteve das autoridades da Província o estabelecimento de uma companhia de pedestres para os cuidados policiais e a criação de uma escola pública de primeiras letras, em 1835.

Com a grande consideração que conseguiu junto de toda a população, elegeu-se deputado provincial e foi encarregado pelo governo de diversas missões oficiais como:

encarregado das obras públicas, pontes e estradas do distrito; diretor das colônias estabelecidas no interior do Vale e comandante do 7º Batalhão da Guarda Nacional, no posto de coronel.

Tantos e tão grandes serviços prestados à sua comunidade fizeram-no merecedor e grande honraria: a Ordem de Cristo, no grau de cavaleiro, recebida das mãos do próprio Imperador D. Pedro II, em 1845, quando da visita imperial à capital de Santa Catarina.

Os anos se passaram e o curato, depois Freguesia do SS. Sacramento do Rio de Itajaí, tornar-se certeza de uma futura cidade, com a qual sonhava Agostinho Alves Ramos.

Envelhecido e viúvo desde 1850, ele viu seu estado de saúde se agravar continuamente. Sem herdeiros, passou a se desfazer dos bens: a fazenda do Rio Conceição, a olaria da Canhanduba, as terras da Barra do Rio.

E num final de tarde do mês de julho do ano de 1853, faleceu rodeado de amigos e afilhados. Foi velado em câmara ardente pelos guardas nacionais do Distrito e sepultado no pequenino cemitério da povoação que fizera nascer.

7 – O curato e o distrito – nasce Itajaí

A grande distância em que estava a igreja mais próxima e a falta de assistência espiritual aos moradores da região do Itajaí fizeram-nos organizarem-se numa comissão de “diretores” com vistas à ereção de uma Capela junto à foz do rio Itajaí-açu.

Os diretores dirigiram-se então ao Vigário da Vara da Comarca de N. S. da Graça do Rio São Francisco do Sul e obtiveram do mesmo a competente licença para início das obras.

Mas foi com a chegada de um religioso, Frei Pedro Antônio de Agote, para os cuidados espirituais dos moradores da redondeza, que se fez sentir a necessidade de se estabelecer no lugar um Curato, isto é, uma pequena comunidade assistida por um capelão e com aprovação da autoridade religiosa.

Em 31 de março de 1824, Dom José Caetano da Silva Coutinho atendia o pedido que lhe fora feito e criava o Curato do Santíssimo Sacramento de Itajaí que compreendia todos os moradores entre o rio Gravatá, ao Norte e rio Camboriú, ao Sul; bem como nomeava Capelão-curado Frei Pedro Antônio de Agote.

No mês seguinte, José Coelho da Rocha e sua mulher, grandes devotos do Santíssimo Sacramento e por cuja insistência o Curato houvera recebido aquele orago, faziam a doação de trinta braças de terra de frente e sessenta braças de fundos –

contíguas à propriedade de Agostinho Alves Ramos – onde se edificava a Capela e se pretendia construir o cemitério do arraial.

A primitiva capela foi construída de pau a pique e barreada. Posteriormente, foi substituída por outra de pedra e edificada por um escravo de Alves Ramos de nome Simeão.

O lugar crescia, muitas moradias foram edificadas em torno da capela e da casa comercial de Agostinho Alves Ramos. Então os moradores sentiram a necessidade de o elevar à condição de freguesia, quer dizer, sede de um distrito e paróquia. Era o primeiro passo para o surgimento do futuro Município. A petição chegou até o Conselho Geral da Província que o aprovou a 12 de agosto de 1833, através de uma resolução assinada pelo Presidente da Província.

O novo Distrito, sede da Paróquia e da circunscrição policial, desligou-se então da Vila de São Francisco do Sul e passou a integrar o município de Porto Belo.

Afim de satisfazer a um antigo desejo de Agostinho Alves Ramos, a Freguesia passou a ter uma co-padroeira: Nossa Senhora da Conceição, de quem era contrito devoto.

8 – A gente itajaiense – origem e números

Os primeiros homens brancos a chegar às terras do rio Itajaí-açu foram os preadores de índio e os faiscadores de ouro; quase todos paulistas.

De fato, o primeiro posseiro das margens do Itajaí, João de Arzão, transferira-se para Santa Catarina junto com parentes e agregados do vicentista Manoel Lourenço de Andrade, fundador de São Francisco do Sul; donde se passou para cá.

A esta primeira causa do nosso povoamento, juntar-se-ia o interesse manifesto da Metrópole portuguesa em efetivar o domínio e a posse das terras meridionais da sua colônia americana. A decisão de 1748 do Conselho Ultramarino, autorizando o povoamento das costas catarinenses com imigrantes açorianos, visava a esse intento.

Mesmo assim, permaneciam os vazios entre os povoamentos vicentistas e açorianos, esparsos por todo o litoral. Um destes vazios era precisamente as terras da foz e as do Vale do Itajaí.

Daí porque se incentivaria, a partir de 1823, a imigração de colonos não-portugueses; principalmente alemães e italianos.

Aliás, o historiador Paulo José Miguel de Brito, entre as sugestões apresentadas para o melhoramento da Capitania, em 1816, faz constar esta: “... **povoar e cultivar os terrenos de ambas as margens do rio Tajahi-assu desde a sua foz até à primeira**

cachoeira; e o Merim desde sua confluência naquele até onde for navegável, e dali para cima até o campo da Boa-Vista.”

Para aqui vieram então: os vicentistas, primeiro; os açorianos, depois; e, afinal, os imigrantes alemães e italianos. Dos elementos de outras etnias, vindos em número variável, destacam-se os africanos, suíços e sírio-libaneses.

O contingente populacional de origem africana de Itajaí é, pela primeira vez referido, em 1840; quando de um total de 1.404 almas contavam-se 163 negros, significando portanto uma percentagem de 11% da população.

No entanto, a mais antiga referência a números da população itajaiense se encontra em requerimento datado de 1794, onde se afirma que “... **todos fazem o número de quarenta e tantos moradores.**”

O quadro a seguir demonstra elucidativamente o crescimento da nossa população, segundo os Recenseamentos Gerais:

ANO:	POPULAÇÃO
1872	3.473 habitantes
1890	6.741 habitantes
1900	15.817 habitantes
1920	33.327 habitantes
1940	44.204 habitantes
1950	52.057 habitantes
1960	54.996 habitantes
1970	63.206 habitantes
1980	88.074 habitantes.

TEXTO 48

Itajaí – breve notícia histórica do aglomerado urbano. Edison d'Ávila.
Itajaí: Fund. Genésio Miranda Lins/PMI, 1993.

1 – OCUPAÇÃO

A chegada dos primeiros moradores brancos ao Vale do Itajaí se deu no século XVII. Eram paulistas à procura de ouro e outros metais preciosos. João Dias de Arzão foi o primeiro sesmeeiro a se estabelecer com fazenda às margens do rio itajaí-açu, em 1658.

No final do século XVIII e começo do século XIX, se deu grande corrida às terras do Vale do Itajaí, por causa da invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina em 1777 e da exploração das abundantes madeiras de lei da região. Muito também contribuíram o solo fértil, apropriado à agricultura, e a pesca farta.

2 – COLONIZAÇÃO

Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond, natural do Rio de Janeiro, em 1820, fez a primeira tentativa de estabelecer um núcleo colonial no Vale do itajaí, na hoje região de Itaipava, junto do rio Itajaí-mirim. Drumond era funcionário comissionado pelo rei Dom João VI, encarregado do real corte da madeira. A exploração da madeira e a construção naval já se destacavam como atividades econômicas da região. Aires do Casal, em 1817, em “Corografia Brasília”, faz referências às madeiras do Itajaí. Embora já houvesse, esparsos por toda a foz do rio Itajaí-açu, cerca de cem fogos, a colônia intentada por Drumond não deu certo.

3 – FUNDAÇÃO

A intensa atividade de exploração da madeira e as boas perspectivas de colonização do Vale do Itajaí levaram o comerciante português, antes radicado em Desterro, AGOSTINHO ALVES RAMOS a fixar-se na foz do rio Itajaí-açu, possivelmente em 1823. Com ele se dá início à formação do aglomerado urbano de Itajaí, com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento do Rio de Itajaí em 31 de

março de 1824, data de fundação da cidade de Itajaí. Alves Ramos funda ainda os núcleos coloniais de Belchior e Tabuleiro, em 1835, dando início à colonização do médio Vale e do Vale do Itajaí-mirim. Além do que, ele apóia as fundações coloniais de Ilhota, em 1842, com Charles Van Lede, e Blumenau, em 1850, com o Dr. Hermann Blumenau.

4 – AGLOMERADO URBANO

As terras que hoje formam a zona urbana do Município de Itajaí, no começo do século XIX, estavam divididas entre os sesmeeiros Matias Dias de Arzão, José Coelho da Rocha, Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho e José Corrêa de Negreiros. Foi de José Coelho da Rocha que Agostinho Alves Ramos comprou o terreno para a construção da sua residência e da casa de comércio e de quem obteve a doação das trinta braças de frente por sessenta de fundos, no lugar chamado “Estaleiro”, para a construção da primitiva capela, atualmente Igreja da Imaculada Conceição, e do cemitério, que hoje formam o espaço urbano da Praça Vidal Ramos, no centro de Itajaí.

5 – PRAÇA/ MARCO ZERO

A casa comercial de Agostinho Alves Ramos, a Capela e o Cemitério foram os elementos polarizadores do aglomerado urbano de Itajaí e os delimitadores do núcleo central da malha urbana do Município. Pois em torno destes locais de comércio e de prestação de serviços foram se aglomerando os moradores antes espalhados por toda a região e aqueles recém chegados. A malha urbana se expandiu a partir da Praça da Matriz, para o norte e para o sul, acompanhando as margens do rio e os combros da Praia da Fazenda; direções que tomaram as ruas do Comércio (rua Pedro Ferreira) e Municipal (rua Lauro Muller). Já na década de 1840, alinhavam-se nestas direções cerca de quatorze casas, todas de taipa, exceto a de Agostinho Alves Ramos, a única de pedra e cal. Outras trinta casas se espalhavam pela planície fronteira, sem nenhuma regra de alinhamento. Mas apenas construídas pela preferência por lugares mais enxutos e menos baixos.

6 – PERÍMETRO URBANO

Criado o Município de Itajaí pela Resolução Provincial Nº 464, de 4 de abril de 1859, e instalado a 15 de junho de 1860, o perímetro urbano da nova Vila ficou determinado pelas extremas das terras de Dona Felícia Alexandrina Leão Coutinho

(mais ou menos no traçado da Avenida Joca Brandão), ao sul; pelo Ribeirão da Caetana, ao norte e quarenta braças para o centro, contadas da beira rio. Foi a partir desta época que se abriram as ruas Pedro II (ruas XV de Novembro e Manoel Vieira Garção) e da Matriz (rua Hercílio Luz), esta na direção oeste. A rua da Matriz, após a transferência do Cemitério para novo local, em 1863, (área da atual Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento) foi se transformando no caminho para a ocupação oeste. Na década de 1880, após a grande enchente daquele ano, foi aberta a rua Tijucas, outro caminho para o norte da Vila.

[...]

TEXTO 49

Simplemente Gaspar. Leda Maria Baptista. Blumenau: Nova Letra, 1998. (trechos diversos)

[...]

CAPÍTULO II – HOMENS BRANCOS

VÁRIAS CORRENTES

Ao território dos indígenas chegaram outros homens. Traziam cultura e objetivos diferentes. Eram exploradores das riquezas naturais deste vale, cujo rio desempenhou papel primordial no processo de ocupação humana.

A história de Santa Catarina revela que os primeiros homens brancos a se estabelecerem nas terras do Rio Itajaí-Açu procediam da Capitania de São Vicente. Eram os “Preadores de Índios” e os “Faiscadores de Ouro”.

O primeiro morador das margens do Itajaí, João Dias de Arzão, requereu, em 1658, ao capitão-mor da Vila de S. Francisco do Sul uma sesmaria.

Arzão chegou a Santa Catarina proveniente de São Paulo, acompanhando o vicentista Manoel Lourenço de Andrade, fundador de São Francisco do Sul. De São Francisco, mudou-se para as terras do Itajaí. Tinha intenção de morar e explorar minas de ouro.

Juntando-se aos interesses pela mão-de-obra indígena e pelo ouro, Portugal necessitava efetivar o domínio e posse das terras do sul do Brasil. Diante disso, a partir de 1748, iniciou o povoamento das costas catarinenses, com imigrantes açorianos.

Entretanto, devido aos diversos vazios entre os povoamentos, a partir de 1823, passou-se a incentivar a imigração de colonos não portugueses, principalmente alemães e italianos. O historiador Paulo José Miguel de Brito, entre as sugestões apresentadas para o melhoramento da Capitania de Santa Catarina, em 1816, apontou: “... povoar e cultivar os terrenos de ambas as margens do Rio Itajaí-açu, desde a sua foz, até a primeira cachoeira; e o Itajaí-Mirim, desde a sua confluência naquele, até onde for navegável, e dali para cima, até o campo da Boa Vista”.

Para aqui, vieram então primeiro os vicentistas, depois os açorianos, e anos mais tarde, os imigrantes alemães e italianos.

Vicentistas e a busca de riquezas

[...]

Os europeus, já no século XVI, trataram de engajar a mão-de-obra indígena em seus projetos de exploração econômica. Para tanto, capturaram os silvícolas nas aldeias do litoral e depois do interior.

No litoral e sertão catarinense, já nesse primeiro século de conquistas, os índios carijós foram dizimados, ou levados para os mercados de escravos de São Vicente.

Esses vicentistas, preadores de índios e ou faiscadores de ouro, foram os primeiros homens brancos que exploraram a região do Itajaí.

As muitas histórias sobre minas e rios ricos do precioso metal atraíram vários destes homens, notadamente, a família “Dias de Arzão”, descendentes do flamengo Cornélio de Arzão, trazido ao Brasil por D. Francisco de Souza, em 1591, com o objetivo de descobrir riquezas minerais. Segundo informações do sargento-mor Manoel Gonçalves de Aguiar, prestadas em 1711, Miguel Dias de Arzão (irmão ou filho de João Dias de Arzão ? ...), explorava as já esgotadas faisqueiras de ouro de Itajaí.

Requerimento de 30 de abril de 1796 da Câmara de S. Francisco do Sul pedia ao Vice-Rei “atuarem francas as minas do Rio de Itajaí, termo desta freguesia, as quais são uns poucos dias de viagem pelo rio acima, donde algum tempo se tirou bastante ouro e de boa conta. E tanto o rio grande como o mais pequeno tem extensão para muito povo morar, donde também produz abundantes mantimentos, e na sua barra entram sumacas. E ainda que os rios com chuvas são muito caudalosos, o interesse tudo vencerá, ficando também francas todas as demais minas que se puderem descobrir, criando V. Ex^a Guardas-Mores a seguir o ouro, ou guiado para essa cidade, ou para a fundição da cidade de São Paulo, ou da forma que V. Ex^a for seguido ordenar”.

A Câmara Municipal da cidade do Desterro, em ofício de 15 de setembro de 1829, diz ao Governador da Província “que no sertão do Rio Itajaí, tirava ouro de muito boa qualidade, Mateus de Arzão ...”

O almirante Lucas A. Boiteux, ao escrever sobre a família Arzão, aponta Luiz Dias Arzão, filho de João Dias de Arzão e Maria do Rosário, com uma propriedade a montante do Pocinho, à margem esquerda do Itajaí.

Os açorianos no litoral sul

Decepcionados, os imigrantes açorianos, assentados no litoral sul, deixaram suas terras, espalharam-se no interior, vieram ter até as terras de Gaspar.

No ano de 1748, o Conselho Ultramarinho autorizava o povoamento das costas catarinenses com imigrantes com o objetivo de efetivar o domínio e a posse portuguesa das terras do Sul do Brasil, tão cobiçadas pelos espanhóis.

Aos açorianos que pretendessem imigrar para o Brasil, a Revolução Régia de 7 de agosto de 1746 estabelecia “que se dará principiar a sua cultura, sem que lhes levem direitos, nem salários alguns por esta sesmaria”.

Entre os anos 1748 a 1756, chegaram ao litoral catarinense quatro mil, novecentas e vinte e nove pessoas.

Eram imigrantes do Arquipélago dos Açores que nessa ocasião apresentava desenvolvimento econômico fraco, superpopulação, a erupção de 10 de julho de 1720 na Ilha do Pico e abalos sísmicos.

Essa colonização açoriana não correspondeu às expectativas do governo português, nem dos imigrantes, por vários motivos. Os açorianos não tiveram suas promessas cumpridas por parte do governo português. Os colonos, ao chegarem às terras catarinenses, foram sujeitos a um verdadeiro regime de caserna, obrigados ao serviço militar e aos trabalhos públicos forçados, sem remuneração. Às vezes eram coagidos a abandonar suas plantações para trabalharem nas construções de fortalezas, trincheiras e edifícios públicos.

Os moços foram recrutados, em massa, para completarem as tropas militares que seguiam para o sul, nas guerras contra os espanhóis. Outra situação que muito contribuiu para abater os colonos foram as contribuições forçadas de produtos agrícolas, principalmente a farinha, para alimentar as tropas catarinenses, do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Pelos vários motivos, muitos açorianos deixaram suas terras, retiraram-se aos matos e espalharam-se no interior, principalmente no governo de Francisco Antonio Cardoso (1762). Nesse tempo, por certo, chegaram também os açorianos ao Rio Itajaí.

Além do ouro e do índio

[...]

Com os açorianos iniciou-se a exploração econômica na forma de pequena propriedade agrícola diversificada. Cultivavam o básico para a alimentação familiar e exportavam a farinha (que substituiu o trigo cultivado nas ilhas de Açores), o açúcar, a aguardente, peixe seco (a pesca era nos rios), arroz, milho e café. O algodão para tecelagem de panos gosseiros e rendas, madeiras e couros crus eram também produtos de exportação aos portos o sul, Rio de Janeiro e nordeste.

Algumas fazendas de plantação a história registrou: Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho (recebeu sesmaria em 1792), José Coelho da Rocha, Mathias Dias de Arzão, agricultores na barra do Itajaí-Açu, José Correia de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Correia tinham fazendas nas margens do Itajaí-Mirim. Todos com descendentes em Gaspar no Século XIX.

Outra atividade exercida pelos primeiros moradores das terras do Itajaí era a construção e reparo de embarcções, pois além da excelente mão-de-obra aqui existente, a nossa região era muito conhecida pela madeira apropriada para a construção naval.

Em “Dicionário” de Boiteux: “Estaleiro das Naus, sítio sobre a mão esquerda do Itajaí, nas imediações da confluência do Ribeirão Arraial”. O que nos faz acreditar que a construção e reparo de embarcações eram também realizados em território do atual Gaspar.

As terras que José Coelho da Rocha vendeu, em 1823, eram situadas na margem direita do rio, junto do lugar onde costumeiramente se faziam reparos em embarcações e por isso, chamado de Estaleiros (este no atual município de Itajaí).

Barros Cassal, em publicações de 1816, afirma que nas margens do Itajaí-Açu havia muitas serrarias que consistiam apenas em um estaleiro, onde pessoas serravam madeira à mão.

“Bento Dias era carpinteiro à beira-mar. Construía barcos. Vinha para Belchior, subia os ribeirões e comprava a madeira em pé. Derrubava a árvore, puxava-a com bois até o ribeirão, depois para o Rio Itajaí e daí até seu estaleiro, onde os barcos eram construídos com madeira leve. Um dos ribeirões de Belchior era conhecido como Ribeirão do Bento.

Os ribeirões, na época (Séc XIX) eram verdadeiros corredores de transporte de madeira para o litoral”.

[...]

CAPÍTULO III

Colonização

O século XIX

A ocupação aleatória e a exploração desordenada vão chegando ao fim. A fertilidade das terras e o interesse em colonizá-las vêm, no início do século XIX, inverter a ação dos homens sobre esta região. A exploração cede lugar à colonização.

A vida no litoral

Agostinho Alves Ramos, o colonizador, estabeleceu-se nas terras do Itajaí em 1823. Sócio de comerciante no Desterro, em viagens de negócios pelo litoral, escolheu este lugar para montar sua própria casa de comércio.

É certo que na virada do século XVIII para XIX, já havia muita gente povoando e cultivando as terras marginais do Rio Itajaí-Açu, produzindo muito milho, feijão, cana e serrando muita madeira (à mão, porque o primeiro engenho movido à água foi construído em 1849, em Nova Trento)”.

Por volta de 1800, a Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro já sofriam com a superpopulação. Comerciantes mantinham largo comércio com a população que se espalhava por quase todo o litoral entre São Francisco e Laguna.

Os barcos visitavam as enseadas, onde já havia agrupamentos com capelas, congregando pequenos agricultores e serradores das imediações. Compravam todos os produtos da lavoura e da acanhada indústria existente, fornecendo-lhes mercadorias e gêneros de primeira necessidade aos vendedores estabelecidos na costa. Supriam, também, com comestíveis, tecidos, objetos de uso doméstico e de adornos os trabalhadores das armações de pesca de baleias e compravam o óleo, barbatanas e outros produtos encontrados nessas armações.

Em 1815, Francisco Lourenço da Costa já “tinha um armazém nas margens do Itajaí para recolher os efeitos que ali comprava para o giro do seu negócio”.

Os terrenos de Tijucas, Porto Belo, Camboriú e do Itajaí, começaram a despertar a atenção dos agricultores ilhéus (Florianópolis) pela sua fertilidade, uma vez que estavam sem condições de expandir seus negócios na agricultura, por escassez de terras.

Agostinho Alves Ramos, após 1813, tornou-se sócio de um grande comerciante da ilha, que mantinha, além da casa de comércio, barcos que percorriam a costa, a negócios. Nessas viagens, Agostinho logo percebeu o bom

ponto que as terras da foz do Rio Itajaí ofereciam para um empreendimento comercial.

Em fins do ano de 1823, após construir casa apropriada para negócio e moradia, em terreno adquirido de José Coelho da Rocha e extremado com os Azeredo Leão Coutinho (leste), Correia de Negreiros (sul), Rio Itajaí-Mirim (oeste) com frente para o Itajaí-Açu, instalou-se com sua esposa Ana Maria Rita.

As terras do Itajaí acabavam de receber o seu colonizador!

Agostinho Alves Ramos e Itajaí

De 1823 a 1835, Agostinho Alves Ramos deu novos rumos ao povoamento do médio e foz do Rio Itajaí. Estabeleceu-se como comerciante, liderou a criação do curato e capela em 1824, a paróquia em 1833 e o distrito policial. Eleito deputado provincial, foi responsável pela criação de uma escola.

Sabe-se pouco sobre os antecedentes de Agostinho Alves Ramos, antes de sua chegada a Santa Catarina, logo depois da Independência do Brasil (1822). É certo que veio para Desterro com sua esposa, Ana Maria Rita, portuguesa, e se associou ao comerciante Anacleto José Pereira, que tinha casa de negócio à esquina da praça, com a rua da cadeia, na Capital da Província. Nasceu no Rio de Janeiro. Era guarda-livros, além de possuir muitos conhecimentos em outros ramos de atividades, entre eles, noção de desenho industrial, plantas de barcos e casas. Versado em letras – era bom poeta – criou sátiras sobre os homens e coisas da época. Escreveu também memórias. Negociante ativo, político habilidoso e de grande cultivo espiritual.

Agostinho Alves Ramos, Coronel da Legião da Guarda Nacional, era o único negociante da região, comprador de todos os gêneros e madeira produzidos e fornecedor de tudo o que era preciso no lugar. Obteve do Governo várias concessões de terras.

Em uma das dependências de sua residência, Alves Ramos armou pequena capela, onde se rezavam novenas e, de longe em longe, os vigários e capelões de Itapocorói e de Porto Belo realizavam ofícios religiosos.

Outra providência inicial foi o envio de correspondência ao bispo do Rio de Janeiro, solicitando a licença para a celebração de ofícios religiosos em oratório particular e a oficialização do distrito com seus limites, bem como a construção de uma capela.

Em resposta ao prestígio de Agostinh, a 31 de março de 1824, o pequeno arraial foi elevado a curato e nomeado seu capelão, o padre frei Pedro Antônio de Agote, religioso franciscano. O distrito de Itajaí compreendia todos os moradores entre o Rio Gravatá (norte) e o Rio Camboriú (sul). A 2 de abril do mesmo ano, José Coelho da Rocha e sua esposa faziam doação de terras para construção da capela e cemitério. A primeira capela ficava próxima ao sobrado de Alves Ramos. Foi construída de pau-a-pique e depois barreada.

Com a criação do Município de Porto Belo, em 1832, Itajaí desligou-se de São Francisco, para integrar-se à nova comuna, cujos limites iam ao sul até o Rio Tijucas, ao norte, até o Rio Gravatá, a leste até o oceano e a oeste até a Serra Geral (Município de Lages).

[...]

também sob a influência de Agostinho, a 12 de agosto de 1833, o curato de Itajaí foi elevado à categoria de paróquia, sob o orago do SS. Sacramento e de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Agostinho era devoto dessa santa.

Nessa mesma data, foi criado um distrito policial.

Em 1835, Agostinho elegeu-se deputado provincial. Era a primeira eleição para a assembléia, após a Independência do Brasil. Como representante do povo, pôde dar maior expansão aos seus planos e, em 15 de abril de 1835, a Lei nº 9 criou uma escola de primeiras letras na Freguesia. Nessa ocasião, o padre Pedro Antônio de Agote já havia falecido na casa de Alves Ramos, onde morou desde 1824. Seu substituto, Francisco José de Souza tomou posse em março de 1834, seguindo-se pela posse de padre Joaquim Serrano, em 1835.

Alves Ramos e os arraiais de Pocinho e Belchior

[...]

Em pouco tempo, Agostinho tornou-se a figura de maior destaque no lugar. Não só das margens do Itajaí-Açu, mas do Mirim, de Camboriú, de Porto Belo e de toda a Costa Sul. E, naturalmente, por interferência sua, já em 13 de janeiro de 1830, o Conselho Geral da Província de Santa Catarina mandou estabelecer duas povoações de duzentas casas em terra firme, sendo indicado como sítio mais adaptado ao assento de uma delas, o Rio Tajay ou Itajaí.

A 5 de maio de 1835, o Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, sancionou a Lei nº 11, de autoria do deputado Agostinho Alves Ramos, que mandou estabelecer duas colônias. Uma no Rio Itajaí Mirim e outra no Itajaí-Açu, ambas

com dois arraiais. A colônia do Itajaí-Açu recebeu apelido de Itajaí Grande e iniciou com a organização do Arraial do Pocinho, terras próximas à foz do Ribeirão Arraial (atualmente), seguindo-se pelas terras do Ribeirão Belchior, onde se estabeleceu o Arraial do Belchior.

A Lei nº 11 determinava que, nos locais citados, seriam medidas e demarcadas quinhentas braças de terras, em quadro, para sede dos arraiais. Esta área era destinada à construção de moradias dos colonos, bem como para logradouros públicos. Além da moradia, os colonos receberiam terras para cultivar. Sendo ele solteiro, obteria duzentas braças de frente com quinhentas de fundos. Se casado, trezentas de frente por quinhentas de fundos, Tendo este mais de três filhos, quatrocentas por quinhentas.

[...]

Agostinho Alves Ramos foi encarregado pelo Presidente da Província de dirigir os trabalhos nas colônias. Com poderes para emitir títulos de propriedade, era diretor das obras públicas, pontes e estradas.

Ajudaram nos trabalhos de distribuição das terras o juiz de paz Luiz Dias de Arzão e seu escrivão Francisco da Costa Passos, tendo como agrimensor Antonio Vanzoite [...].

Os primeiros proprietários

Agostinho Alves Ramos era de estatura pouco acima da média, obeso. Demonstrava distinção e delicadeza no vestir e no trato cotidiano com seus domésticos e amigos. Homem de muito respeito e consideração, verdadeiro político, serviçal, protetor e amigo. Foi o “civilizador” do povo de Itajaí. Nada se fazia sem a indicação e consulta dele. A pobreza o tratava com especial agrado e liberalidade, mormente sua mulher que parecia uma santa. Muito boa, sempre bem arrumada no seu vestido de linho branco e lenço de cambraia na cabeça. (J. M. Rodrigues – Silveira Júnior, p. 24).

[...]

TEXTO 50

Itajaí – O começo da História. Edison d'Ávila. 2.ed. Itajaí: PMI/SM de Educação, 2001.

1 – OCUPAÇÃO PORTUGUESA DA COSTA CATARINENSE

As terras do litoral catarinense estavam compreendidas, até Laguna, no Sul, dentro do território pertencente a Portugal, nos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Quando da divisão do Brasil colonial em capitanias hereditárias, em 1532, as terras catarinenses ficaram incluídas na Capitania de Sant'Ana, doada a Pero Lopes de Souza.

A ocupação portuguesa e a colonização destas terras, a partir do século XVII, deveram-se principalmente ao interesse da Coroa lusitana na exploração de possíveis minas de ouro e à disputa com Espanha, que entendia lhe pertencerem as terras catarinenses. Durante o século XVII, os paulistas fundaram os primeiros núcleos populacionais do litoral de Santa Catarina: São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis (1672), e Laguna (1684).

Já a partir do século XVII, diversas recomendações foram feitas ao governo colonial no sentido de se promover a colonização das terras do Vale do Itajaí, consideradas férteis e estratégicas para a fundação de colônias. No entanto, tais recomendações não foram levadas em conta.

2 – JOÃO DIAS DE ARZÃO: À CATA DE OURO

A ocupação das terras do Itajaí pelo homem branco se daria pela iniciativa particular de João Dias de Arzão, companheiro do fundador de São Francisco do Sul em 1658. João Dias de Arzão era paulista e sua família, há tempo, procurava minas de ouro e outros metais preciosos pelo interior do Brasil.

Naquele ano, ele requereu e obteve uma sesmaria que vem a ser um lote colonial, às margens do rio Itajaí-Açu, em frente à foz do rio Itajaí-Mirim e ali construiu moradia. Não tinha ele, porém, intenção de fundar uma póvoa, nem empreendeu meios para tal. Seu interesse maior era a cata de ouro, no que afinal não teve sucesso.

3 – ÍNDIOS: CARIJÓS E CAIGNAGUES.

Quando os primeiros colonizadores vieram se fixar nas terras junto à Foz do rio Itajaí-Açu, os indígenas ainda faziam frente à ocupação das mesmas terras que, pouco a pouco, lhes foram tomadas.

Estes índios eram os Botocudos ou Caigangues, do grupo Tapuia (hoje conhecidos por Xokleng). os Carijós, que moravam à beira-mar, já estavam praticamente extintos naquela época.

Nas pesquisas arqueológicas sobre as populações pré-coloniais, encontraram-se, em Itajaí, dois Sambaquis (Sítios arqueológicos).

O primeiro ficava em Balneário de Cabeçadas, descoberto em dezembro de 1970, sendo encontrado acidentalmente. O segundo sítio, também descoberto acidentalmente em 1988, encontrava-se em Itaipava. os esqueletos removidos de Cabeçadas foram transferidos para Florianópolis e para a Santur, em Bal. Camboriú.

Da antiga presença dos índios em nossas terras, hoje só nos resta sua lembrança nos nomes de alguns lugares do Município: Canhanduba, Itaipava, Ariribá, Guaraponga e Itajaí, bem como o nome de alguns clubes, como no caso a Sociedade Guarani e o Grupo de Bolão Tapuia.

[...]

5 – VASCONCELOS DE DRUMMOND: COLÔNIA MALOGRADA

Foi a inexistência de qualquer obra e ao mesmo tempo as vantagens econômicas da exploração da madeira que animaram o jovem carioca de 25 anos, Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que estava em Santa Catarina como contratador dos reais cortes de madeira, a solicitar o apoio governamental para a fundação de uma colônia nas terras de Itajaí. Por Aviso Real de 05 de janeiro de 1820, o Rei D. João VI autorizou Drummond a estabelecer uma colônia em duas sesmarias reais junto do rio Itajaí-Mirim, na região da agora Itaipava. Com a ajuda de soldados dispensados de um batalhão da sede da capitania, Drummond iniciou a derrubada das matas que permitisse começar as plantações e a construção de casas para os colonos. A planta da futura colônia foi levantada pelo coronel português Antônio José Rodrigues. Estavam nestes trabalhos preliminares de implantação da colônia, que se chamara “São Tomas Vilanova” – evidente homenagem ao Ministro do Rei e protetor Tomás Antônio de Vilanova Portugal – quando a situação política portuguesa exigiu a volta do Rei a Portugal. Drummond então resolveu suspender os trabalhos, pois sabia que se acabaria o apoio do governo e retornou ao Rio de Janeiro. Sobre a sorte da sua colônia, é ele próprio que, anos mais tarde, vai afirmar: “*não houve tempo nem meios de levar a cabo*”.

6 – AGOSTINHO ALVES RAMOS: FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ.

No começo do século XIX, intensificou-se o comércio que os moradores do Itajaí faziam com comerciantes de várias vilas do litoral catarinense. Foi numa dessas viagens de negócio que Agostinho Alves Ramos pela primeira vez veio à Foz do Itajaí-Açu. Era português e sócio de uma casa comercial em Desterro. Homem de muito tino comercial, inteligente e bastante culto, logo percebeu o bom ponto para comércio que a região da Foz do rio oferecia. Principalmente, se aí se pudesse fundar uma povoação. Então comprou um lote de terra e construiu a casa de moradia e de comércio e aqui se estabeleceu com a mulher Ana Maria Rita. Com vistas a fundar uma póvoa, tratou logo de encabeçar um requerimento ao Bispo do Rio de Janeiro para a criação de um Curato, afinal criado a 31 de março de 1824.

Com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento, estava fundada Itajaí. A pequenina capela e o cemitério que lhe ficava aos fundos começaram a ser então rodeados de outros moradores, entre os quais a maior liderança era Agostinho Alves Ramos, o fundador.

[...]

TEXTO 51

Expansão e colonização: os fatos lineares da História. Equipe da Fundação Genésio Miranda Lins IN: Itajaí – outras histórias. LENZI, Marcos Rogério (org.). Itajaí: PMI/FGML, 2002. Páginas 29-39.

Povoamento

A dispersão de paulistas e vicentistas pela costa Sul, à caça aos índios para vendê-los como escravos, além da procura de ouro e prata, constituiu o que poderíamos chamar de primeiros povoamentos no litoral catarinense.

Conforme a professora Maria Bernadete Ramos Flores, *“assim é que, em 1658, provavelmente, Manoel Lourenço de Andrade transferiu-se com sua parentela, escravos e agregados para o rio São Francisco, onde já havia a capela de Nossa Senhora das Graças*

Em 1660, supostamente, a póvoa teria sido elevada a Vila e, em 1665, elevada a Paróquia.”

Em 1675, possivelmente, Francisco Dias Velho se encontrava na Ilha de Santa Catarina, onde já havia a igreja de Nossa Senhora do Desterro, sendo de 1678 o requerimento, que o paulista fez ao Governador da Capitania, de duas léguas em quatro na ilha.

Em 1676 foi a vez de Laguna. Através de uma bandeira destinada a descobrir terras no Sul que não fossem povoadas, Domingos de Brito Peixoto, após quatro meses, deitou os fundamentos de uma póvoa sob a invocação de Santo Antônio dos Anjos.

Continua a historiadora: *“As povoações de São Francisco, da Ilha de Santa Catarina e de Laguna garantiram a posse efetiva do Sul do Brasil aos portugueses.*

Mas o interesse português ia além desta capitania. Portugal tencionava estender seus domínios de forma que lhes garantisse o acesso até o rio da Prata. Para isso o litoral catarinense foi intensificado, para servir de base às atividades militares compreendidas no sentido de realizar os planos da Coroa Portuguesa quanto aos seus interesses na área do Prata.”

João Dias de Arzão

No ano de 1748, chegou à ilha de Santa Catarina a primeira leva de povoadores e, até 1766, somava em 5.000 o número de pessoas que foram transladadas do arquipélago dos Açores para Santa Catarina.

As terras da bacia do Itajaí, na parte litorânea, até então permaneciam habitadas somente por silvículas, embora se tenha notícia da concessão de terras na bacia do Itajaí a João Dias de Arzão, por volta de 1658, ao Norte do rio, ou seja, pelo lado da atual Navegantes.

Apesar de ter requerido ao Capitão-Mor da Vila de São Francisco do Sul uma sesmaria para vir aqui morar, tinha a intenção de explorar minas de ouro e prata, aliás, não tão fabulosas assim, pois que a família Arzão logo se retiraria sem fazer fortuna ... não era sua intenção fundar uma póvoa, nem empreendeu meios para tal.

Muitos registros de concessões de sesmarias indicam uma certa ocupação, mas todos eles denotam o lado Norte do rio. Todavia, não resta dúvida de que as terras da bacia do Itajaí despertaram a atenção de povoadores, no final do Século XVIII. Tudo indica que no começo do Século XIX, as terras do atual Município de Itajaí, no seu perímetro urbano, já eram efetivamente ocupadas por particulares, tendo nelas moradas e plantações. Alguns se dedicaram ao comércio de madeiras serradas, como mostra Aires Casal na Corografia Brasileira, editada em 1817, dizendo sobre o rio Itajaí que *“nas suas adjacências há muitas serrarias.”*

Também é prova o documento redigido pelos moradores de Itajaí, em 1794, onde se lê:

“Dizem os moradores do riyo de Tajahy da comarca da Ilha de Santa Catarina, Matias Dias de Arzão, Sylvestre Nunes, José Correya e outros casados com famílias e escravaturas que todos fazem o número de quarenta e tantos moradores que estavam situados nas margens do referido riyo com suas casas cítios e lavarouas de mandioca e outras, criação de aves e animais e outras benfeitorias e de tudo pagão Dízimos ao Real Patrimônio...”

Requeriam a posse das terras que ocupavam, o que vem confirmar que Itajaí era habitado no final do Século XVIII e que suas terras eram propriedades particulares. Este

fato elimina a hipótese levantada por Marcos Konder em “A Pequena Pátria” sobre a fundação de Itajaí por Antônio Menezes Vasconcelos Drummond, como se verá adiante.

Madeira, pesca e agricultura

Conforme o historiador Edison d'Ávila, em seu livro *“Itajaí, o começo da História, “durante todo o Século XVIII, a grande atividade econômica desenvolvida nas terras do Itajaí foi a extração de madeiras. Isto ocasionou uma afluência de moradores, notadamente açorianos, muitos simples posseiros, que foram se fixando por toda a região junto da Foz do Rio Itajaí-Açu, embora esparsamente.*

A madeira era desdobrada em tábuas nas serrarias manuais, em geral tocadas pelos braços dos escravos negros e a seguir exportada para Santos e Rio de Janeiro. Foi tão indiscriminada e depredadora a derrubada de madeiras que, já no final do Século XVIII, o governo português decretou ser privilégio real o corte das melhores espécies.

A riqueza da madeira disponível, a abundância da pesca e a fertilidade das terras motivaram verdadeira corrida especulatória. Altos funcionários públicos, militares, eclesiásticos e comerciantes abastados da sede da Capitania de Santa Catarina requeriam sucessivas sesmarias, burlando a lei que lhes exigia benfeitorias de colonização e prejudicando o direito de posse de moradores antes estabelecidos; o que vai resultar em seguidas pendências judiciais. Assim, no começo do Século XIX, as terras da Foz do Itajaí estavam todas tomadas por diversos sesmeeiros.”

Antônio Menezes Vasconcelos Drummond

No livro *“Itajaí”*, de autoria de Silveira Júnior, com pesquisa histórica do prof. José Ferreira da Silva e coordenação geral de Gil Moraes, consta que “no ano de 1920, ou um pouco antes, Marcos Konder tomou conhecimento das ‘Anotações’ feitas por Antônio Menezes Vasconcelos Drummond em sua biografia publicada em Paris em 1836 na ‘Biographie Universelle et Portative des Contemporains.’”

“Nessas ‘Anotações’, Drummond afirma que nos anos de 1820 e 1821, atendendo a determinação do Ministro Vilanova Portugal, esteve ‘na margem do Itajaí’, onde iniciou um estabelecimento agrícola, fez uma sumaca, despachou-a para a corte com madeira, etc.”

Itajaí ainda não possuía um fundador de fato e a oportunidade era excelente por aquilo que representou Drummond: homem ilustre, pertencera à Diplomacia, fora um batalhador pela Independência do Brasil e dirigira um jornal em Pernambuco. Eis alguns dados retirados da ‘Biographie’:[...]

Exageros e retificações

[...]

Segundo o historiador Carlos da Costa Pereira, em carta dirigida a José Ferreira da Silva, de 06 de setembro de 1958 referindo-se sobre um artigo de sua autoria no jornal “O Estado”, diz que já deixou transparecer as dúvidas sobre o assunto, ou seja, *“deduz-se daí que as margens do Itajaí já estavam povoadas quando Drummond chegou àquelas paragens. Não havendo ele levado colonos para ali, conseguira, entretanto, construir uma grande embarcação e carrega-la de milho, feijão e tabuado, isto, naturalmente, com a colaboração dos que já se encontravam estabelecidos na beira-rio.*

E nada nos leva a crer que o local em que Drummond se estabeleceu fosse próximo da foz do Itajaí, onde hoje se encontra a cidade desse nome.

Drummond que não deixara de referir-se a outros empreendimentos menos duradouros por ele levados a termo em Santa Catarina, certamente não ia esquecer o mais importante, se lhe tivesse cabido a iniciativa de fundar algum povoado no Itajaí, e seria muito desinteressante de sua parte não haver procurado estar a par do desenvolvimento deste povoado e ter ignorado que, cerca de dois anos antes de escrever as ‘Anotações’ à sua biografia, o mesmo havia sido elevado à categoria de vila.

Outra prova de que o povoamento das margens do Itajaí é anterior à vinda de Drummond, encontramos-na na ‘Corografia Brasileira’ de Aires de Casal, (conforme citamos anteriormente).

Ainda que fosse à margem do rio Itajaí-Açu, Drummond não poderia levar o nome como fundador, pois que nada fez de estável e duradouro.

Estas dúvidas foram esclarecidas quando Oswaldo Rodrigues Cabral, entre a documentação que arrecadou para escrever a História da Colônia Brusque, em 1958, encontrou o mapa da medição militar onde está traçado o local das sesmarias de Drummond: uma à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, em atual território de Brusque, e outra à margem direita do mesmo rio, na atual Itaipava, território de Itajaí.

Foi do professor José Ferreira da Silva, estudioso da história catarinense, o louvor da decifração do enigma. Ao ver o mapa militar, acabara de encontrar a chave que lhe faltava para sanar todas as dúvidas. Não fora Antônio Menezes de Vasconcelos de Drummond o fundador de Itajaí, mesmo porque, já quase ao fim da vida, o próprio

Drummond dirá, como vimos, a respeito da colônia: *“não houve tempo nem meios de levar a cabo.”*

Agostinho Alves Ramos

A “glória” de receber o título de “fundador” cabe a outro nome: Agostinho Alves Ramos. Não que ele tenha sido o primeiro a morar em Itajaí. O fundador nem sempre é o primeiro.

Fundador é aquele que toma para si o encargo de líder na nova póvoa que vai surgindo, que a organiza e a faz prosperar em decorrência de uma centralização de interesses, convergindo todos para um único ponto em torno do chefe – o fundador, que passa a ser o administrador. Foi o que aconteceu a Agostinho Alves Ramos, em fins de 1823, quando aqui chegou.

Nascera no Rio de Janeiro e era guarda-livros. Antes de vir para Itajaí, morava em Desterro e era sócio do comerciante Anacleto José Ferreira, que mantinha largo comércio, não só na Ilha, mas também com as povoações que se espraiavam pelo litoral desde São Francisco até Laguna. Seus barcos percorriam o litoral, periodicamente, levando gêneros de primeira necessidade, comestíveis, fazendas, adornos aos trabalhadores da armação. Em troca, comprava produtos da lavoura, óleo, barbatanas e outros produtos retirados das baleias.

Provavelmente, Agostinho Alves Ramos tomou parte em mais de uma dessas viagens, nos barcos da firma, e considerou as possibilidades que as margens do Itajaí lhe podiam oferecer.

Adquiriu terras de José Coelho da Rocha e deu início à construção de sua casa que ao mesmo tempo serviria para seu comércio, localizada, hoje, onde hoje é a esquina da Rua Hercílio Luz com a Rua Lauro Muller.

E é o professor José Ferreira da Silva, em seu trabalho *“A fundação e o fundador”*, quem explicita os fatos:

“Pouco depois, ali se instalou com D. Ana e um religioso franciscano, frei Pedro Antônio de Agote, espanhol de nascimento.

Ao mesmo tempo em que Agostinho Alves Ramos consolidava os seus planos comerciais, com a intensificação de seus negócios de compra e venda com os moradores da região, frei Pedro cuidava de organizar o lado espiritual do distrito.

Um dos cômodos da própria casa de Agostinho Alves Ramos foi destinado à capela em que D. Ana, profundamente devota, pôs os requintes da sua grande fé e amor à religião.

Concomitantemente, foi dirigido ao Bispo do Rio de Janeiro o necessário expediente, no sentido de ser oficialmente, delimitado o distrito, autorizada a construção de sua capela-curada, e permitida, enquanto esta não se verificasse, a celebração de ofícios religiosos no oratório particular.”

31 de março de 1824 – o Curato e o Distrito

Foi na data acima mencionada que D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-Mor de sua Majestade Imperial, assinou a provisão eclesiástica em que provinha frei Pedro Antônio de Agote “*Capelão-Curado no Distrito de Itajaí, que compreende todos os moradores entre o rio Gravatá do Norte e o rio Camboriú do Sul (...) administrando-lhes os sacramentos e absolvendo-os ... e lhe concedemos, mais, a faculdade de poder benzer, do ritual, cemitérios e uma capela do Santíssimo Sacramento, logo que estiver acabada e em termos de se celebrar o santo sacrificio da missa, autorizando-o a celebrar, entretanto, no oratório particular que parece decente (...).*”

No mês seguinte, o casal Coelho da Rocha doa o terreno para a construção da capela e do cemitério. Agostinho Alves Ramos tomava para si o encargo de levantar a capela dedicada ao Santíssimo Sacramento sob cuja invocação o Curato fora criado.

A escritura de doação data de 02 de abril de 1824 e foi lavrada a pedido dos doadores, que eram analfabetos (provavelmente a grande maioria o era, visto que Alves Ramos implementara a escola em Itajaí). Foram doadas trinta braças de frente, com sessenta de fundos, extremadas, pelo Sul, com terras de Agostinho Alves Ramos. Foram condições expressas que se construísse a capela e um cemitério para que se desse sepultura aos doadores e se lhes fizesse “*bem d’alma.*”

A primitiva capela foi construída de pau a pique e barreada. Depois, foi substituída por outra de pedra e edificada por um escravo de Alves Ramos cujo nome era Simeão.

A provisão fixava os limites do Curato. O rio Gravatá, ao Norte, separava-o do Curato do Itapocorói, e o de Camboriú, do de Porto Belo que, já em dezembro de 1824, fora elevado a Paróquia.

Estava fundado o povoado do Santíssimo Sacramento do Itajaí.

A capela e os negócios de Alves Ramos foram atraindo novos moradores para as suas proximidades e pelo Itajaí-Açu acima, até a confluência do Mirim, outras moradas se levantaram.

A partir de 1823, até 1853, a vida de Agostinho Alves Ramos confunde-se com a trajetória da cidade. Não se limitou apenas aos seus negócios, exercendo de sua influência como mediador e conselheiro local.

Também D. Ana dividia os encargos com o marido. Tomava conta do balcão e da padaria que acrescentara à venda de fazendas, secos e molhados.

Com toda esta desenvoltura, Alves Ramos tornara-se o chefe incontestável do Curato, estendendo sua influência até as margens povoadas do Itajaí-Mirim, de Camboriú e de Porto Belo. E por sua interferência, em 1830, a 13 de janeiro, o Conselho Geral da Província recomendou as terras do Itajaí para nelas ser instalada uma povoação com 200 casais. Em petição, Agostinho solicitou a elevação do Curato para Freguesia. E foi em 12 de agosto de 1833 que conseguiu elevar o arraial para Paróquia. Era o primeiro passo para tornar a cidade em sede administrativa, política e econômica.

Convocadas eleições para a primeira Assembléia Provincial, em 1835, Agostinho fora escolhido para ocupar umas das cadeiras (contando com seguras amizades no Desterro, junto ao comércio e ao Governo). Assim, explorou o Itajaí-Açu até o Salto, e o Itajaí-Mirim até considerável altura.

Conseguiu a aprovação da Lei Nº 09, de 15 de abril de 1835, que criava uma cadeira de primeiras letras na freguesia e fixava o ordenado anual do respectivo professor. Também redigiu e apresentou à Assembléia um projeto de colonização que estabelecia duas colônias, uma no Itajaí-Mirim e a outra no Itajaí-Açu: as colônias do “Tabuleiro” e de “Pocinho”.

Quanto aos índios, Alves Ramos, com autorização provincial, organizou escoltas que batessem os matos em perseguição dos gentios. Por isso, em 1837, a Lei Nº 70 isentava os moradores de Itajaí de prestarem o serviço militar na Guarda Nacional por estar a região sujeita aos ataques dos índios. Mas os indígenas continuavam suas incursões pelo território das duas colônias fundadas por Alves Ramos que, voltando em 1841 e 1842 como Deputado à Assembléia Legislativa Provincial, conseguiu novas medidas do Governo.

Para dar mais eficiência à “*Companhia de pedestres*”, foi encarregado o Major Henrique Etur. Percorreram as matas em operação de limpeza e “*afugentamento*” dos índios.

Em 1842, Agostinho Alves Ramos recebeu em Itajaí a visita de Charles van Lede, engenheiro belga que fundaria, mais tarde, a colônia que daria origem à cidade de Ilhota. É de van Lede as seguintes observações:

“A Freguesia de Itajaí compõe-se de umas cinquenta casas, dispersas pelas margens do rio, perto de sua foz e ao longo da praia. Tem uma igreja, alguns pequenos estaleiros; é sede um juizado de paz e residência de um Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Para estas duas autoridades tínhamos cartas do Presidente, que nos apressamos a entregar.

O Coronel Alves Ramos acolheu-nos peffeitamente e pôs à nossa disposição um iatezinho, no qual subimos o Itajaí Grande.

Segunda-feira, 04 de abril, estávamos de volta à Freguesia de Itajai. Nessa região, chegando-se tarde da noite, a uma casa, correse-se o risco de dormir à luz das estrelas, e isso é compreensível, pois seus habitantes, forçados a fazer, até certo ponto, o policiamento local, não abrem suas portas a horas tardias. Assim, não quisemos incomodar o Coronel Alves Ramos, e resolvemos pernoitar na praia. A temperatura era agradável, o céu conservava-se, quase sempre, tão sereno que, muitas vezes, preferíamos acampar a procurar uma casa; mas o nosso patrão van Zoite (sic), que era português, fora, sem sabermos, prevenir o Coronel que imediatamente nos franqueou sua residência. As atenções que ele nos dispensou, ultrapassaram a tudo o que tínhamos direito de esperar.

No dia seguinte, preparamo-nos para explorar o Itajaí-Mirim, do qual já conhecíamos a importância; mas, desta vez, mais bem avisados, substituímos o iate pelas canoas, mais fáceis de governar, e com as quais podíamos navegar contra a corrente e atravessar todas as passagens.

Na confluência do rio Conceição (rio do Meio) com o Itajaí-Mirim, o Coronel tinha uma fazenda, onde jantaríamos, a seu convite. E, enquanto ele despacha os seus negócios, fomos, de canoa, explorar o rio. Tínhamos de percorrer muitas curvas, antes de chegar ao ponto de encontro combinado, devendo o Coronel seguir por terra; assim, apesar de nossos esforços, fomos os últimos a chegar.

A fazenda do Coronel achava-se situada num local que, nas grandes enchentes, estaria exposta a inundações. O solo ficava cerca de dois metros acima do nível do rio e tudo estava de acordo com uma habitação construída sobre estacas, cujos cabeços ultrapassavam o terreno a alguns pés. Ele recebeu-nos com sua habitual cordialidade e, enquanto esperávamos pelo jantar (esta refeição deve ser entendida como a do meio-dia; assim, ‘almoço’ para o café da manhã, ‘jantar’ para a refeição do meio-dia e ‘ceia’ para a refeição da noite), levou-nos para o alto do morro perto de sua casa (Morro do Araponga). Fizemos o trajeto com alguma dificuldade; mas, chegados acima, fomos

largamente compensados de nossa fadiga, pela magnificência do panorama que desse lugar se desvendava até onde a vista podia alcançar. Munidos de uma bússola azimutal, fizemos, imediatamente, o levantamento de muitos pontos importantíssimos para a nossa carta e que já havíamos observado em outros lugares. À nossa frente, desdobrava-se uma imensa planície que, de Norte a Sul, a perder de vista, estava coberta pela mata virgem, cujas cores ricas e variadas acompanhavam todas as ondulações do terreno.

Passamos cerca de meia hora a admirar essa bela cena da natureza, dirigindo-nos depois para a sua casa, onde encontramos o jantar na mesa e alguns convivas após uma abundante refeição, despedimo-nos de nosso hospedeiro e penetramos na floresta, subindo o Itajaí-Mirim, do qual levantamos todas as sinuosidades e profundidades. Achamos desnecessário transcrever a minuta, que, aliás, é idêntica ao modelo adotado para o levantamento do Itajaí Grande. Nada mais pitoresco nem mais encantador do que a viagem por este rio. A luxuriante vegetação que cobria as margens e a que o sol esplêndido do Brasil emprestava um encanto desconhecido das regiões européias; as águas tranqüilas do rio; a velocidade de nossa pequena embarcação, que, ao menor impulso, deslizava, graciosamente, pela superfície líquida; a variedade de pássaros que existiam nessas florestas e que, pela sua bela plumagem e pela diversidade do canto, davam vida a essa deliciosa solidão; - tudo isso emprestava o maior encanto à nossa excursão e, pesarosos, víamos a noite aproximar-se rapidamente, não obstante devêssemos prosseguir em nossa exploração, no dia seguinte.

Às seis horas aportamos à margem direita do rio, onde se encontrava a última casa do rio itajaí-Mirim. Manuel Custódio, seu proprietário, recebeu-nos da melhor maneira possível e ofereceu-nos tudo o que possuía; mas aceitamos, apenas, pernoitar em seu engenho de farinha de mandioca. Sua fazenda era muito bem organizada; à margem do rio ficava uma serraria manual; mais para trás, numa elevação do terreno, sua casa circundava de alguns cafezeiros, laranjeiras e algodeiros, uma bela roça de mandioca, outra de milho e feijão, de cana-de-açúcar e de arroz e no fundo, a mata virgem, da qual uns trinta hectares tinham sido abatidos e queimados, e que se alargava em semicírculo, ao redor da casa.

No dia seguinte, levamos a nossa exploração até o Tabuleiro, já muito além das terras devolutas da Coroa. E como as particularidades topográficas e hidrográficas, assim como a natureza do solo e da vegetação, continuavam a ser as mesmas e, por outro lado, precisássemos ainda de oito dias, no dizer dos nossos guias, para atingir o

Salto, resolvemos descer o rio, tendo empregado, nessa exploração, mais tempo do que nos era permitido. Assim, pois, retornamos à Freguesia (de Itajaí), onde, favorecidos pela correnteza, chegamos na mesma tarde.”

Em 1845, Alves Ramos recebe a comenda da Ordem de Cristo do Imperador D. Pedro II, que estava em Santa Catarina juntamente com D. Tereza Cristina. Agostinho volta à Assembléia Provincial (1850 e 1851), sendo no mesmo ano (1850) que vem a falecer sua esposa, D. Ana. Ainda antes de sua morte, Agostinho vende terras, casas e a fazenda do ribeirão da Conceição ao Dr. Blumenau e Fernando Hackradt (que serviriam de recepção e alojamento para os imigrantes alemães vindos para a Colônia Blumenau). A 16 de julho de 1853, falece Agostinho Alves Ramos.

TEXTO 52

Um jovem diplomata e a colônia que deu certo. Ivan Carlos Serpa. IN: História Secreta do Arrayal dos Cunhas. ADAMI, Luiz Saulo: ROSA, Tina. Itajaí: S&T, 2004.

Por que alguém se interessaria na pesquisa e na história de uma pequena comunidade rural do interior do município de Itajaí? Revendo-se a bibliografia sobre a fundação deste município e a maneira como a questão foi estudada ao longo de quase um século de discussões no campo da historiografia, talvez fique mais clara a pertinência desta investigação.

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que a questão mais debatida pela historiografia itajaiense é a que diz respeito à fundação desta importante cidade catarinense. Reconhecer e legitimar o fundador do município foi motivo de acalorados debates entre os historiadores itajaienses. Enquanto a vizinha cidade de Blumenau sempre reverenciou a figura do Dr. Herman Blumenau, exaltando-o como incontestado fundador e incomparável administrador, cheio de virtudes, verdadeiro “herói” dos blumenauenses, Itajaí carecia de tal figura. Brusque tinha também seu herói, representado na figura do Barão Maximilian von Schneeberg.

O primeiro a tentar resolver essa questão foi Marcos Konder quando, ao escrever **A pequena pátria**, em 1920, exalta Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond como “primeiro colonizador destas paragens”. Seu texto, no entanto, é mais poético do que histórico, repleto de metáforas de exaltação como “figura varonil”, típica de discursos políticos, haja vista que o livro, publicado em 1923, é a transcrição de sua conferência proferida em sessão solene do Conselho Municipal em 12 de outubro de 1920. Os argumentos históricos, todavia, são imprecisos. Não se sabe, sequer, se Drumond efetuou sua colonização pioneira no Itajaí-Açú ou no Mirim. Seu estilo poético, no entanto, encantou várias gerações que aprenderam, com **A pequena pátria**, a venerar a figura de Drumond como fundador de Itajaí.

Na década de 1960, Nemésio Heusi publica alguns artigos na revista **Blumenau em Cadernos**, polemizando com Marcos Konder. Fazia-o, entretanto, orientado por José Ferreira da Silva, profundo conhecedor da história de Blumenau e da história de Itajaí. “ele então fornecia-me os dados e eu deenvolvia-os jornalisticamente”, explica

Nemésio heusi em **A fundação de Itajaí**. Nesta obra, publicada duas décadas após a publicação dos artigos no **Blumenau em Cadernos**, o autor nega as idéias defendidas anteriormente: “mais tarde me penitenciei e pedi, publicamente, desculpas ao Konder, porque de fato foi uma asneira de minha parte”.

Foi seguramente a publicação da obra **Itajaí**, sob organização de José Ferreira da Silva, que provocou a maior polêmica com os defensores de Drumond como fundador de Itajaí, como queria Marcos Konder. Um Aviso Imperial do Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, enviado ao Governador da Província de Santa Catarina, João Vieira Tovar e Albuquerque, em 5 de fevereiro de 1820, determinava a concessão de duas sesmarias às margens do Rio Itajaí-Mirim a Drumond. O autor tenta demonstrar que não foi este o verdadeiro fundador de Itajaí. O principal argumento de Ferreira da Silva é o de que Drumond não fez mais do que “uma coivara lá para os lados de Itaipava” e que, portanto, as terras de que tomou posse não se localizam onde hoje é o Município de Itajaí.”

“Deve a cidade, mesmo assim, considerar Drumond como seu fundador, mesmo que saiba que ele nada fez no lugar onde hoje existe Itajaí?”, indica o autor.

Ora, em primeiro lugar, Drumond fez mais do que “uma coivara lá para os lados da Itaipava”. Em segundo lugar, como o autor pode falar com tamanha propriedade se jamais se preocupou em conhecer mais especificamente o local exato onde Drumond se estabeleceu em 1820? Em terceiro lugar, dizer que Drumond nada fez onde hoje existe Itajaí equivale a dizer que a região de Itaipava e Quilômetro Doze não pertenciam a Itajaí, o que constitui grave erro, uma vez que estas localidades sempre pertenceram a este município.

Dois anos mais tarde, em 1974, Giralda Seyferth publica **A Colonização Alemã do Vale do Itajaí-Mirim**. A autora aborda superficialmente a questão, mas afirma: “Drumond e os que a acompanhavam ficaram nestas sesmarias apenas algumas semanas, serraram alguma madeira e nada mais”. Refere-se a autora à Colônia do Tabuleiro, fundada por Agostinho Alves Ramos, em 1836, argumentando que esta Colônia “fracassou em virtude dos constantes ataques dos índios que trouxeram pânico à população”.

Sabemos que drumond não permaneceu em Itajaí “apenas algumas semanas”, como afirmou Giralda Seyferth, pois o Aviso Imperial que determina sua vinda para Santa Catarina é de 5 de fevereiro de 1820, e seu retorno para o Rio de Janeiro ocorre

em 26 de fevereiro de 1821. Ou seja, decorreu um intervalo de tempo de um ano e vinte e um dias, conforme informações de Nemésio Heusi.

De acordo com Zedair Perfeito da Silva, “a sumaca São Domingos Lourenço levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e madeira serrada”. Ora, não se colhe milho, feijão, nem se constrói um barco de navegação oceânica em apenas “algumas semanas”.

Além disso, é muito provável que, mesmo após a partida de Drumond, os colonos que o acompanharam tivessem permanecido no local. Não seria por já haver aí se principiado um foco de colonização o motivo que levou Agostinho Alves Ramos a fundar, 16 anos mais tarde, a “Colônia Tabuleiro”?

Sobre a Colônia Tabuleiro, Giralda Seyferth diz que esta redundou em fracasso, mas fazendo a genealogia de algumas famílias tradicionais do Quilômetro Doze, chegamos a conclusão de que os avós de alguns moradores desta comunidade nasceram por volta de 1840, o que, portanto, não confirma a informação dada por Seyferth. Este indício pode ser confrontado fazendo-se a genealogia de outras famílias da região, que moram aí há várias gerações. Percebe-se, assim, a necessidade de um conhecimento mais específico desta região, como forma de esclarecer um pouco mais a história da fundação de Itajaí.

Em **Itajaí de ontem e de hoje**, Afonso Luiz da Silva toma posição ao lado de José Ferreira da Silva. Critica a escolha de Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond como fundador de Itajaí. Este autor argumenta que não há provas suficientes sobre o estabelecimento colonial fundado por Drumond, não se sabendo sequer em qual dos rios teria o jovem diplomata fundado sua colônia, se no Itajaí-Açú ou no Mirim.

Nas palavras de Afonso Luiz da Silva, “a ausência de dados sobre o estabelecimento fundado por Drumond” constitui o maior obstáculo para que se avance na discussão sobre o episódio da fundação de Itajaí. “A ausência de dados sobre o estabelecimento fundado por Drumond, de sua distância à foz, ou nas margens de qual ribeirão, qual administrador, o número de seus habitantes, os nomes dos que se agruparam sob suas ordens, se construíram casas, se erigiram capela, tudo deixa na incerteza do que realmente aconteceu”.

Em 1982, Edison d’Ávila publicou **Pequena História de Itajaí**, onde parece confirmar o ponto de vista de José Ferreira da Silva e Afonso Luiz da Silva. A Drumond dedica um pequeno capítulo intitulado “Um jovem diplomata e a colônia que não deu certo”. Destaca a atuação de Agostinho Alves Ramos como fundador de Itajaí, haja

vista que foi ele um dos principais responsáveis pela emancipação política de Itajaí, ocorrida em 1860. Entretanto, devemos considerar que há diferenças entre a fundação de uma cidade e sua emancipação política. São coisas distintas.

Se considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento urbano da Vila e, posteriormente, do Município de Itajaí, evidentemente que a figura do fundador receberá sobre Agostinho Alves Ramos. Todavia, se considerarmos do ponto de vista da primeira tentativa oficial de estabelecer uma colônia, o fundador é Drumond. No entanto, recai sobre este 0 peso da “ausência de dados”, apontada por Afonso Luiz da Silva. Acreditamos, no entanto, que o problema não se deve pela simples “ausência de dados”, mas sim à “ausência de pesquisas” que privilegiem a área onde Drumond efetuou a tão discutida colônia: a região entre a atual Itaipava e Quilômetro Doze, sobre as quais não há sequer uma pesquisa realizada. Enquanto não se realizarem pesquisas sérias nesta região, principal foco das discussões em torno da fundação de Itajaí, nossos conhecimentos historiográficos não avançarão.

Embora esteja aí o ponto nodal de toda a discussão, a historiografia itajaiense tem condenado esta região à obscuridade histórica. E, por assim proceder, os historiadores acabarão deixando de fora de suas discussões o principal elemento da questão. Se a figura de Drumond, como fundador, foi abandonada por falta de dados que comprovem sua atuação como colonizador, dever-se-ia esperar maiores aprofundamentos na pesquisa desta questão.

em 1983, Nemésio Heusi publica **A fundação de Itajaí**, onde defende apaixonadamente Drumond como fundador deste município. Seus argumentos, no entanto, não acrescentam muito ao que já se conhecia sobre a questão. Basicamente, insiste na necessidade de Itajaí ter um “herói”, um fundador ilustre, na perspectiva de Marcos Konder. Não apresenta novas fontes capazes de dar novo fôlego às suas argumentações. sobre a região específica onde Drumond teria fundado sua colônia, nada acrescenta. Apenas confirma a tendência dos autores anteriormente citados: “Ora, não interessa onde Vasconcelos Drumond estabeleceu a colônia, se ambos os rios pertencem a Itajaí em grande extensão”.

Diversamente deste autor, entendemos que conhecer o local preciso onde Drumond estabeleceu a colônia é de vital importância, uma vez que a efetiva comprovação de sua existência histórica e de suas consequências para o desenvolvimento da zona rural do município de Itajaí interfere profundamente na história deste município. Em primeiro lugar, porque até aqui tem se escrito a história

urbana, esquecendo-se completamente da história rural de Itajaí. Em segundo lugar, porque se for comprovado que no local onde Vasconcelos Drumond fundou sua colônia houve um processo de povoamento e desenvolvimento social, cai por terra a idéia do fracasso de seu empreendimento. O fato de não ter se desenvolvido enquanto centro político-administrativo do município não tira o direito da região, colonizada por Drumond, de ter a sua história. Se não pode ser considerado fundador de Itajaí, Drumond deve, sem dúvida, ser aceito como um dos pioneiros no desbravamento do Vale do Itajaí-Mirim. Pelas notícias a seu respeito, supomos que seu papel na colonização e povoamento da região oeste do município de Itajaí não deve ter sido pequeno.

TEXTO 53

Breve reflexão sobre a história de Itajaí: períodos históricos. Magru Floriano. 2012.

Bem pouco se tem escrito sobre os primórdios da história de Itajaí. Visando contribuir para o preenchimento dessa lacuna na nossa literatura nos propomos a escrever uma série de artigos sobre o tema. O primeiro deles tenta estabelecer os “períodos históricos” que compõem o processo de formação do Município de Itajaí, bem como suas respectivas “fases”.

Podemos dividir nossa história em cinco períodos:

- 1 – período nativo:
 - 1.1 - Primeira fase: povos sambaquianos
 - 1.1 - Segunda fase: Tupi
- 2 – período de ocupação espontânea
 - 2.1 - Primeira fase: antes da Invasão Espanhola
 - 2.2 - Segunda fase: depois da Invasão Espanhola
- 3 – período de ocupação colonial
 - 3.1 - Primeira fase: sistema misto
 - 3.2 - Segunda fase: sistema colonial integrado
- 4 – período da autonomia
 - 4.1 - Primeira fase: autonomia político-administrativa
 - 4.2 - Segunda fase: porto público (federal)
- 5 – período metropolitano

1 – Período Nativo

Podemos dividir o “período nativo” em duas grandes fases: povos sambaquianos e grupos Tupi-Tapuias.

1.1 - fase povos sambaquianos

A primeira fase do Período Nativo é composta pela passagem em nosso território de povos sambaquianos nômades descendentes de diversas “tradições” tais como: “tradição Ibicui” – estabelecida na região da Bacia do Rio Uruguai há 13 mil anos a.C.; e, a tradição Humaitá – estabelecida a partir da região de São Paulo há 4.500 a.C. Os estudiosos aceitam a tese de que essas tradições tenham incorporado atividades agrícolas e de confecção de cerâmica próximas a 1.500 a.C. Há possibilidade dessas

duas grandes “tradições” terem dado origem a outras manifestações culturais encontradas nos sambaquis de nossa região, como é o caso da “tradição Itararé”. Contudo, vale o alerta no sentido de que muito há ainda para se pesquisar sobre nossa pré-história.

Na Região do Vale do Itajaí já foram encontrados importantes sambaquis perfazendo um total próximo a uma centena. Vamos fazer um breve resumo dos sambaquis mais próximos de Itajaí, considerando a obra do arqueólogo Darlan Pereira Cordeiro:

A – Sambaqui Gaspar I (Município de Gaspar) - sua datação está próxima de 5 mil anos A.P. O material desse sambaqui foi coletado pelo historiador Walter Piazza e está guardado no Museu do Homem de Sambaqui – Florianópolis.

B – Salto Alto (Município de Brusque) – sítio pré-cerâmico com cerca de 300 metros quadrados. Está localizado em terreno de morraria.

C – Sambaqui Laranjeiras I (Município de Balneário Camboriú) – explorado pelo padre João Alfredo Rohr em 1979 e tem características de sítios pré-cerâmicos. Ali foram recuperados 52 sepultamentos e tem datação entre 3.815 e 145 anos A.P. Estava localizado na morraria que cerca a Praia das Laranjeiras e ficou mais protegido do público.

D – Sambaqui Laranjeiras II (Município de Balneário Camboriú) – é um sítio com características da tradição itararé litorâneo. Datação entre 800 e 1300 anos A.P. Foi explorada pelo padre Rohr entre 1977 e 1978. Ele estava localizado defronte à Praia das Laranjeiras com o mar batendo à sua franja nas marés altas e ressacas. Foram encontrados 114 sepultamentos e retiradas 2.308 peças de pedra, como: talhadores, lâminas de machados, esmagadores, facas, raspadores, pesos-de-rede. Entre os objetos feitos de ossos temos: ossos apontados, agulhas, anzóis, espátulas.

E – Sambaqui Balneário de Cabeçudas (Município de Itajaí) – Foi explorado pelo padre João Alfredo Rohr em 1971. Foi localizado por acaso quando a diretoria do Iate Clube Cabeçudas resolveu construir um anexo a sua tradicional sede. Ficava a poucos metros da prainha que o Iate utilizava como rampa para retirar e colocar seus barcos n'água. Foram encontrados fragmentos da **tradição cerâmica Itararé** e sua idade calculada não deve ultrapassar 1.500 anos A.P. Foram encontrados 56 esqueletos, quatro machados polidos de pedra, vinte pontas de flechas feitas de osso, objetos de adorno confeccionados com conchas, ossos e pedras. O material recolhido está no Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense - Florianópolis).

F – Sambaqui da Canhanduba (Município de Itajaí) – encontrados pelos arqueólogos Maria Madalena Velho do Amaral e Osvaldo Paulino da Silva em 1996 às margens da BR-101. O sítio ficou muito deteriorado porque parte significativa do material foi retirada para a produção de cal.

G – Sambaqui Itaipava I (Município de Itajaí) – ele foi completamente deteriorado. Fica dentro de uma plantação de milho na localidade rural de Itaipava.

H – Sambaqui Itaipava II (Município de Itajaí) – foi descoberto por acaso em 1987 pelos próprios moradores do local que queriam coletar argila para as olarias. Fica próximo ao Rio Itajaí-Mirim e era considerado local assombrado pelos moradores mais antigos.

I – Sambaqui Morro da Cruz (Município de Itajaí) – Gustavo Konder dá testemunho que sua curiosidade de criança foi aguçada pela constatação de existir muitas conchas na encosta do Morro da Cruz, local bastante distante do Mar. Esse sambaqui teria sido totalmente destruído para servir de matéria prima para fabrica de cal.

Até hoje os estudiosos não conseguiram detectar o elo perdido entre essas civilizações pré-históricas e os nativos encontrados durante o período do “descobrimento”. Provavelmente ocorreu um longo período de aculturação de “tradições”, através do contato bélico, até chegar à predominância dos grupos encontrados no litoral brasileiro pelos portugueses em 1.500 d.C: Potiguar, Tremembé (Litoral Norte); Tabajara, Caeté, Tupinambá, Aimoré (Litoral Norte-Nordeste); Tupiniquim, Temiminó, Goitacá, Tupinambá, Tamoio (Litoral Sudeste); Carijó (Litoral Sul). Muitos consideram os tupinambás como “pai de todos” ou “o povo Tupi por excelência”.

1.2 – fase Tupi

A segunda fase do “período nativo” é composta pela passagem em nosso território de nativos pertencentes a diversos grupos Carijós (Tupi) e Xokleng (Tapuia). Na medida em que os Carijós foram sendo expulsos, mortos ou escravizados pelas “bandeiras”, a região foi sendo visitada por pequenos grupos de Xokleng que desciam a serra também pressionados pela ocupação da civilização branca dos campos altos de Santa Catarina.

Os Carijós habitavam um vasto território, mais próximo da costa, entre Cananéia (São Paulo) e a Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul). Foram considerados por

diversos exploradores e viajantes como “O melhor gentio da costa” brasileira. Por não terem se oposto à catequese e o contato direto com a civilização branca, foram presas fáceis para os bandeirantes escravocratas. Estima-se que os Carijós chegaram a formar um contingente próximo a 100 mil nativos.

Visando proteger os nativos da escravidão imposta pelos bandeirantes oriundos da Capitania de São Vicente (São Paulo) os Jesuítas promoveram, entre 1610 e 1750, a reunião de grande contingente em “reduções”. Nesse período temos quatro grandes núcleos de reduções de nativos na América do Sul:

1 – **Guairá** (Paraná, São Paulo). Abrigava 13 reduções a partir de 1610. Foi destruída em sucessivas guerras dos bandeirantes entre 1628 e 1632. Os bandeirantes fizeram cerca de 100 mil escravos.

2 - **Itatim** (Mato Grosso do Sul e Paraguai) Abrigava 13 reduções e foi erguida por volta de 1631 e atacadas por bandeirantes a partir de 1633, logrando obter cerca de 15 mil novos escravos.

3 - **Tape** (região central do Rio Grande do Sul). Abrigava 18 reduções, destruídas a partir de 1636 pelos bandeirantes Raposo Tavares e Fernão Dias com a escravidão de 60 mil guarani;

4 - **Paraná-Uruguaí** (extremo oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de parte do Paraguai e Argentina). Formada a partir de 1670 por 30 povos guaranis, ela foi abandonada quando da expulsão dos jesuítas em 1759.

Sobre o extermínio e escravidão dos nativos no Sul do Brasil diz Eduardo Bueno:

“A máquina escravista aperfeiçoada pelos bandeirantes começou a operar em larga escala a partir de agosto de 1627, quando Manuel Preto e Raposo Tavares partiram rumo ao Guairá. Com sua espantosa tropa de dois mil índios (talvez temiminó), novecentos mamelucos e 69 paulistas, o jovem Raposo e o septuagenário Preto Chegaram às margens do rio Tibagi no dia 8 de setembro. De início, agiram com cautela já que, embora estivessem acostumados a capturar indígenas na região, aquele seria o primeiro ataque a uma redução jesuítica.”

Portanto, quando a civilização branca iniciou a colonização no litoral catarinense praticamente não temos mais nativos na região. Primeiro eles foram recolhidos (interiorizados) nas “reduções” patrocinadas pelos jesuítas e aculturados; depois, escravizados ou mortos pelos bandeirantes. Pequenos grupos formados por sobreviventes das reduções ou fugitivos da guerra direta com os bandeirantes foram

tudo o que restou no nosso litoral. Vale ressaltar que esses grupos sobreviventes acabaram tendo de enfrentar, a partir das primeiras décadas do século XIX (1.800), os imigrantes europeus que aqui chegaram durante o ciclo de colonização que atingiu todas as terras de Santa Catarina.

Temos poucas referências sobre as atividades desenvolvidas pelos bandeirantes no litoral de Itajaí. Segundo nos relata o escritor itajaiense Nemésio Heusi no livro **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance** há certeza histórica sobre a passagem de duas Bandeiras Vicentistas em nosso território. A Bandeira de Francisco Dias Velhos parte de Santos em 1662 e segue até a Ilha de Santa Catarina. A Bandeira de Domingos de Brito Peixoto, em 1684, segue até Laguna. As Bandeiras funcionavam como uma verdadeira varredura sobre o nosso território de sorte a não sobrar muitos nativos livres que sustentassem por período prolongado suas tradições. Autores chegam a considerar a completa desocupação do território do litoral de Itajaí já no século XVII (1600).

2 – período de ocupação espontânea:

Podemos utilizar a Invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina como referência para estudarmos a ocupação do Vale do Itajaí nesse período. A disputa por terras mais ao sul do continente americano entre Portugal e Espanha vinha se desenvolvendo há séculos. Os diversos tratados, incluindo o Tratado de Tordesilhas, são provas dessa guerra de escaramuças entre as duas nações ibéricas.

2.1 - Primeira fase: antes da Invasão Espanhola

Sobre os primeiros habitantes brancos temos a informação de que João Dias de Arzão requereu sesmaria em região próxima da foz do Rio Itajaí no ano de 1658. Vale ressaltar que o pedido oficial de concessão de sesmaria ocorre sobre terra de São Francisco do Sul, município que João Dias de Arzão ajudou na fundação com o vicentista Manoel Lourenço de Andrade.

Afonso Luiz da Silva publicou no seu livro **Itajaí de ontem e de hoje** uma listagem dos primeiros povoadores que receberam concessões de sesmarias às margens do Rio Itajaí e seus afluentes (entre a Foz e a localidade de Tabuleiro). Ele promoveu pesquisa no Arquivo Nacional obtendo o seguinte resultado:

1792 – Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho (Fazenda), Domingos Francisco de Souza, Francisco José Ferreira da Rocha Gil, Manoél Francisco da Costa, Manoél Teixeira de Souza.

1793 – Joaquim Manoél da Costa Lobo, Manoel Fernandes Lessa.

1794 – José Corrêa, Matias Dias de Arzão, Silvestre Nunes Leal Corrêa.

1795 – Manoel da Costa Fraga.

1799 – Joaquim Francisco de Sales e Melo, Manoel José Diniz.

1800 – Domingos Luiz do Livramento
1802 – Antônio Bernardino da Costa
1803 – Joaquim José Pereira.
1811 – Domingos Francisco de Souza Coutinho.

Nesse período os brancos que chegavam à região tinham motivações individuais, não participando de quaisquer projetos organizados por grupos, empresas colonizadoras ou governos nacionais. A principal motivação que trazia essas pessoas ao Vale do Itajaí era a atividade mineradora, principalmente a busca de ouro e prata. Muitos chegaram à região trazidos pela Lenda do Monte Tayó, que alimentava o imaginário coletivo desde o início do século XVII sobre a existência de jazidas de ouro e prata no Rio Itajaí.

2.2 – Segunda fase: depois da Invasão Espanhola

A população de todo o Litoral Norte catarinense aumentou substantivamente após a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina no ano de 1777. Muita gente deixou a Ilha de Santa Catarina e seus arredores, povoando o Litoral Norte. Os portugueses que exploravam a caça da baleia na Armação da Piedade, por exemplo, transferiram toda sua indústria para a Armação de Itapocoróy. Essa atividade econômica trouxe muita riqueza para a região e um contingente expressivo de operários, pescadores, escravos e comerciantes. Quando a atividade da caça à baleia começou a declinar, na primeira metade do século XIX, essa população se dispersou por todo o Litoral Norte, inclusive Itajaí.

Também ocorreu uma dispersão intensa na colônia alemã de São Pedro de Alcântara. Os imigrantes ficaram extremamente insatisfeitos, primeiro com a forma como a terra fora distribuída pelo governo provincial, depois, pelos próprios rendimentos obtidos com o trabalho da terra. A ameaça espanhola foi a gota d'água para muitos imigrantes. A partir de São Pedro de Alcântara muitos alemães ocuparam terras no Vale do Rio Tijucas e Vale do Rio Itajaí.

3 – período de ocupação colonial

Até esse momento da história do Vale do Itajaí temos ocupação de forma desordenada, individual e espontânea. A partir daqui, teremos ações projetadas visando à ocupação racional do Vale do Itajaí.

3.1 - Primeira fase: sistema misto

Quem traz ao Vale o conceito inovador de Colônia é Antônio de Menezes de Vasconcelos de Drumond. Em 1820 o jovem diplomata Vasconcelos de Drumond deixa o Rio de Janeiro para montar às margens do Rio Itajaí-Mirim a primeira colônia no Vale

do Itajaí. Para tanto, não pode contar com contingente de imigrantes vindo diretamente para esse fim (como Van Lede em Ilhota), mas aproveitou soldados, caboclos e gente que já estava “à deriva” na região. Chegou a cogitar o “uso” de presos existentes no Rio Grande do Sul para ocupar as terras a ele destinadas no Itajaí-Mirim.

Vamos considerar esse esforço de Vasconcelos de Drumond como “misto” porque ele chegou à região com duas missões declaradas: formar uma colônia e encontrar o lendário Monte Tayó. Portanto, Drummond abriu uma porta para o futuro tentando montar uma colônia utilizando gente já estabelecida nas terras litorâneas de Santa Catarina, ao mesmo tempo que manteve um pé no passado, dando asas à imaginação sobre a existência do lendário Monte Tayo, principal motivação de muitos faiscadores que andaram por nossa terra desde os primórdios da civilização branca. Acabou não conseguindo nem uma coisa, nem outra, retornando ao Rio de Janeiro.

Um pouco dessa mentalidade intermediária entre duas propostas diferenciadas de ocupação do território ainda podemos ver em alguns imigrantes que ocuparam terras no Rio Itajaí-Mirim, quando da implantação das colônias Brusque e Príncipe Dom Pedro. Mas o espírito que prevalecia era a da produção de gêneros alimentícios, retirada de madeira, manufatura e sua respectiva comercialização. A colonização se qualificava como um esforço ordenado na ocupação do território visando à produção, troca e comercialização.

3.2 - Segunda fase: sistema colonial integrado

A segunda fase do Período de Ocupação Colonial tem como característica a integração de esforços e meios, privados e públicos, para viabilizar a ocupação efetiva do nosso território. Nesse período tiveram participações efetivas o comerciante Agostinho Alves Ramos e o proprietário de terras José Henrique Flores.

Vale ressaltar que Agostinho Alves Ramos não foi pioneiro em nada. O conceito de colônia foi trazido por Vasconcelos Drumond. A primeira casa comercial estabelecida na região da Foz do Rio Itajaí provavelmente tenha sido aquela de propriedade do comerciante do Desterro - Francisco Lourenço da Costa. Ao solicitar uma sesmaria às margens do Rio Itajaí no ano de 1815 ele declara que já mantém no local “*Um armazém para recolher os efeitos que ali compra para o giro do seu negócio*” conforme está estabelecido no livro número dois do **Registro de Sesmarias do Departamento de Terras e Colonização de Santa Catarina**.

Também não era o principal proprietário das terras que estavam disponíveis para a colonização. Grande parte era qualificada como terra devoluta pertencente ao governo

central, outra parte estava em mãos de latifundiários e especuladores de terras. Esses especuladores compunham grupo de funcionários públicos e pessoas influentes junto às administrações em Desterro e Rio de Janeiro. Um dos grandes proprietários da época em que ocorreu o principal esforço colonizador era o Coronel Flores. Parece evidente que o mérito de Agostinho Alves Ramos estava justamente em ser o representante de um grupo político-econômico já bem estruturado no Vale do Itajaí.

Na condição de deputado da Província de Santa Catarina, Agostinho Alves Ramos conseguiu fazer aprovar a “Lei de Colonização do Vale do Itajaí” em 05 de maio de 1835. A lei estabelecia direitos e obrigações dos colonos, além dos critérios de distribuição dos lotes. Também previa a implantação de duas colônias próximas à Foz do Rio Itajaí. Uma às margens do Rio Itajaí-Açu (Gaspar – arraiais de Pocinhos e Belchior), outra às margens do Rio Itajaí-Mirim (Tabuleiro). As primeiras, em terras de propriedade do Coronel Flores.

Os esforços do grupo político-econômico representado por Agostinho Alves Ramos foram eficazes de tal sorte a possibilitar a formação de colônias em todo o Vale do Itajaí. Mesmo diante do fracasso econômico de muitas dessas colônias o território foi ocupado definitivamente e passou a contar com uma produção que deu suporte para o desenvolvimento do porto de Itajaí. A atividade portuária, por sua vez, constituiu a base sobre a qual o Município de Itajaí foi erguido.

1835 – Colônia Itajaí – Arraial de Pocinho (Gaspar)

1835 – Colônia Itajaí – Arraial de Tabuleiro (Itajaí)

1844 ou 45 – Colônia Belga (Ilhota)

1850 – Colônia Blumenau (Blumenau)

1860 – Colônia Brusque e Príncipe D. Pedro

1877 – Colônia Luiz Alves

1897 - Ibirama

4 – período da autonomia

4.1 - Primeira fase: autonomia político-administrativa

O território onde está localizado o Município de Itajaí foi originalmente incluído no espaço pertencente a São Francisco do Sul. No dia 31 de março do ano de 1824 foi aceita petição feita ao vigário da Vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul e criado o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Para o local foi destinado o Frei Pedro Antônio Agote, com jurisdição entre os rios Gravatá e Camboriú.

No dia 12 de agosto de 1933 o Conselho Geral da Província elevava o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí à condição de freguesia. Na oportunidade Itajaí deixa seu vínculo com São Francisco do Sul e passa à jurisdição da Vila de Porto Belo. Na condição de freguesia passa a ter o direito de ser sede de distrito, paróquia e circunscrição policial.

No dia 04 de abril de 1859 o presidente da Província de Santa Catarina – João José Coutinho – assina a resolução de número 464 que eleva a Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí à condição de Vila. O pedido de desmembramento fora feito no ano de 1855 e sofreu forte oposição dos dirigentes da Vila de Porto Belo. A circunscrição da Vila do Santíssimo Sacramento do Itajaí ficou estabelecida entre os rios Itapocu e Camboriú. Contudo, a Vila só foi instalada oficialmente no dia 15 de junho do ano de 1860, após seus moradores cumprirem a exigência legal de fornecer uma sede para abrigar a Câmara de Vereadores.

Portanto, temos um período próximo a quarenta anos que abriga o processo central de formação do que atualmente denominamos Município de Itajaí. Ou seja, o Município de Itajaí é gestado dentro do período em que ocorre o grande movimento de colonização do Vale do Itajaí. No ano de 1860 Itajaí vira uma página na sua história e estabelece a fase da autonomia político-administrativa. Itajaí passa à categoria de Vila, depois Município. Como tal se consolida como porto e porta do Vale do Itajaí.

4.2 - Segunda fase: porto público

A história de Itajaí ganhou um salto de qualidade significativo quando o governo federal assumiu sua responsabilidade de concretizar melhorias de grande porte na estrutura portuária. Quando decidiu construir um grande farol no Morro de Cabeçadas, no ano de 1902, o governo federal estava sinalizando para a importância econômica de toda a região e sua inserção no estratégico setor da navegação (marítima e pluvial). As obras que foram realizadas depois (molhe, cais e armazéns), que se estenderam até 1956, evidenciaram que Itajaí fora escolhida como um dos pontos de referência da política econômica do governo. Laguna, Imbituba, Florianópolis, Tijucas, São Francisco do Sul ... e muitos outros municípios catarinenses lutaram por esse reconhecimento, mas, nesse momento, figuras itajaienses de expressão como Lauro Severiano Muller e Victor Konder, ambos na condição de ministros de Viação e Obras Públicas, souberam trazer para Itajaí todos os benefícios possíveis.

A história de consolidação do Porto de Itajaí pode ser marcada entre duas datas. O início pode ser marcado no ano de 1902 com a construção do Farol de Cabeçadas e,

seu término, no dia 28 de junho de 1966 quando é assinado o Decreto Federal nº 58.780 considerando o Porto de Itajaí um “porto organizado” recebendo sua junta administrativa própria.

A consolidação da estrutura portuária pública é a consolidação econômica do Município de Itajaí. Tivesse o governo federal criado essa infraestrutura portuária em São Francisco do Sul, Florianópolis ou Imbituba, teríamos, com certeza, uma história completamente diferente em todos os sentidos. O lema estampado na bandeira de Itajaí reconhece o papel preponderante que o rio e o porto cumprem em sua história. Diz o lema: “Ex flumine magnitudo mea”. Ou seja “Do rio vem a minha riqueza.”

5 – período metropolitano

O Período Metropolitano pertence ao nosso futuro. Em algum lugar no futuro estaremos falando de uma Região Metropolitana. Resta-nos apenas determinar tecnicamente qual o contingente populacional necessário para estabelecermos como iniciado o referido período. As populações de Navegantes, Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí estarão completamente integradas, enquanto esses municípios avançam suas fronteiras urbanas em direção a Itapema, Tijucas, Brusque, Ilhota e Penha.

O Período Metropolitano será efetivamente inaugurado quando chegarmos a um milhão de habitantes?

AGRADECIMENTOS

NOSSOS ESPECIAIS AGRADECIMENTOS Á EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS DO
ARQUIVO HISTÓRICO DE ITAJAÍ – Centro de Documentação e Memória Histórica
– da Fundação Genésio Miranda Lins.

